



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Cátia Melissa Silveira Rodrigues

MEDIA E A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA:
A REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE
FLORIANOPOLITANA NOS JORNAIS REGIONAIS

Tese no âmbito do Doutoramento em Ciências da Comunicação orientada pela Professora Doutora Rita Joana Basílio de Simões, coorientada pela Professora Doutora Ângela Cristina Trevisan Felippi e apresentada ao Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Janeiro de 2024

Faculdade de Letras
da Universidade de Coimbra

MEDIA E A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA:
A representação da identidade
florianopolitana nos jornais regionais

Cátia Melissa Silveira Rodrigues

Tese no âmbito do Doutoramento em Ciências da Comunicação orientada pela Professora Doutora Rita Joana Basílio de Simões, coorientada pela Professora Doutora Ângela Cristina Trevisan Felippi e apresentada ao Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Janeiro de 2024



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

“É assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna.” (Chimamanda Adichie)

Agradecimentos

Chegar ao fim costuma ser algo difícil e doloroso, mas é um processo que faz parte de toda e qualquer etapa de vida. Alguns terminos são de imediato positivos, como este, a conclusão de minha tese de doutorado. Um ciclo que passou por todas as etapas: um projeto desejado, seu nascimento, a geração de produções durante essa trajetória, a maturidade da escrita até o seu fim derradeiro. Nisso se passaram cinco anos... período em que muitas coisas acontecem além de um doutoramento; relações, trabalhos, contratos, experiências iniciadas - e concluídas -, coisas que se somam ao que nos tornamos ao final desse processo.

Por isso é tão importante olhar e agradecer a todas e todos que passaram por nós, com menor ou maior tempo, e que deixaram e levaram algo.

Início meus agradecimentos a duas professoras que foram essenciais para que essa conclusão fosse possível, demonstrando confiança e direção. Professora Rita Joana Basílio de Simões e Professora Ângela Cristina Trevisan Felippi. Primeiramente, destaco a Profa. Ângela, que é como a descrevo para amigos/as, não poderia ter outro nome, pois se mostrou como um anjo nesse percurso. Compreensiva, zelosa e solidária. Muitas afinidades nos aproximaram, desde a temática de estudo que me levou a encontrá-la, a origem sulina no Brasil, com suas peculiaridades, e a docência em instituições privadas, que nos consome mais do que o esperado. Foram inúmeras as vezes que lhe agradei, e creio tenham sido poucas diante do que fez, desde assumir uma orientação solitária por cerca de um ano, demonstrando valores que para mim alçaram um lugar especial nessa etapa. Profa. Rita, que mesmo com todas os acontecimentos e adversidades pessoais e profissionais, empenhou-se na viabilidade desse projeto e de sua conclusão, especialmente na reta final. Meu sincero muito obrigada! Professora, faço votos de melhores dias após mais este encerramento em sua jornada profissional.

Sigo meus agradecimentos a um amigo querido, que foi muito importante nessa etapa de vida e talvez ele nem tenha ideia disso. José Laudelino Sardá. Amigo e colega, um jornalista em toda a sua essência, que me provou inúmeras vezes a refletir sobre os passos ao longo desse percurso. Obrigada, caro amigo! Estava ficando muito triste em não conseguir sua contribuição 'formal' na escrita, mas não desisti, também me espelhando em seu modelo profissional.

Amigas e amigos foram fundamentais ao longo de toda essa caminhada. Amigas, mesmo, foram vitais em muitos momentos durante essa trilha. Amigas 'das antigas' e amigas decorrentes do próprio doutoramento, com quem compartilhava dúvidas, medos, conquistas, alegrias, enfim, tudo o que fosse possível, já que foram muitas as vezes que precisei delas... e em todas fui acolhida e recebia o que precisava, sempre. Obrigada, meninas! TODAS. Sem nominá-las, mas com cada uma no pensamento e no coração.

Não posso deixar de agradecer, também, aos profissionais que atuam nas bibliotecas da UFSC e da Unisul, assim como da Biblioteca Pública de Santa Catarina. Da mesma forma muitas bibliotecas da Universidade de Coimbra, com especial carinho pela Biblioteca Norte/Sul do Ces, que me acolheu (como a muitos estudantes desse universo de Coimbra), com atenção e cuidado. Foram todos/as sempre muito gentis e compreensivos com os muitos empréstimos e renovações, assim como as inúmeras buscas às novas fontes que pudessem auxiliar na condução da escrita.

Agradeço aos jornalistas que foram muito generosos e contribuíram para essa construção, com seus relatos e práticas nos jornais *DC* e *OE*, mesmo tendo os procurado em um período de grande movimentação política e retomada pós-pandêmica. Além deles, outros

profissionais da comunicação e da gestão pública também apoiaram e contribuíram na reflexão e construção desse projeto. Obrigada a todos/a!

Bem, agora é família. Começo por minha mãe; uma querida que mesmo não entendendo muito bem o que sua primogênita estava fazendo, que não ‘parava de estudar’, sempre desejava força e fazia suas orações. Me amando sinceramente, e por mim sinceramente sendo amada. Minha irmã e irmão, ambos em suas rotinas atribuladas, sempre se organizavam para quando eu fugia para visitá-los, faziam-se presentes e acolhedores, do modo que lhes fosse possível. Obrigada, meus queridos!

E, Gregório. Obrigada, querido! Disse que não seria fácil, e não foi. Mas, independentemente dos resultados, o caminho foi bonito. E, “*o que flor pra ser, flores será.*”

Resumo

Esta investigação procura compreender o papel dos *media* nas transformações socioeconômicas e culturais de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, no Sul do Brasil. Nas últimas décadas, foram visíveis mudanças profundas ocorridas na economia da cidade, pressionadas em grande medida pelos interesses políticos e econômicos locais, decididos em construir um município mais atrativo e lucrativo. Florianópolis foi fundada em 23 de março de 1673 e, atualmente, tem uma população aproximada de 540 mil habitantes. A cada comemoração do seu aniversário, observa-se uma grande mobilização política e mediática, que busca promover o seu desenvolvimento e suas variadas qualidades e atrativos, além de sua história e heranças culturais, predominantemente açorianas. O nosso propósito foi o de observar como têm participado os jornais regionais nestes processos, mobilizando personalidades políticas, artísticas e culturais e construindo simbolicamente as vivências significativas dessa cidade. Paralelamente, pretendemos contribuir para os estudos das representações mediáticas, problematizando o seu lugar na construção identitária, num contexto cultural específico. Recorremos a uma abordagem interdisciplinar, que articula os estudos da comunicação e do jornalismo, os estudos culturais e da identidade, o pensamento pós-colonial e a teoria social contemporânea. A partir deste enquadramento teórico, dirigimos o nosso olhar para a produção informativa dos principais jornais de referência em Florianópolis e região – *Diário Catarinense* e *O Estado* –, no período de 1985 a 2020. O *corpus* corresponde à produção informativa desses periódicos publicada na semana de aniversário da cidade, celebrado a 23 de março. Analisamos a evolução da discursivização mediatizada dos interesses e vivências locais nesses períodos, identificando as marcas identitárias mobilizadas e problematizando os horizontes de sociabilidade que a partir delas são convocados. Do ponto de vista metodológico, articulamos uma abordagem quantitativa e qualitativa. Realizamos, além de análises imprensa, entrevistas epistolares com jornalistas que atuaram nos jornais examinados durante o período de análise. Recorremos à análise de conteúdo (AC), à análise crítica do discurso (ACD) e à análise temática (AT) para analisar os dados obtidos. Fundamentalmente, observamos a predominância dos discursos político e econômico em estreita relação com o discurso jornalístico. Identificamos, em particular, como os *media* reproduzem os marcadores culturais que o poder hegemônico local cultiva e que favorecem a mercantilização da cidade. Em última instância, longe de contribuírem para a construção de imaginários plurais, os *media* representam outros poderes e a sua visão da identidade florianopolitana.

Palavras-chave

Representação; *Media*; Identidade; Estudos Culturais; Florianópolis.

Abstract

This research seeks to understand the role of the media in the socio-economic and cultural transformations in Florianópolis, the capital of the State of Santa Catarina in southern Brazil. In recent decades, profound changes have occurred in the city's economy, primarily pressurized by local political and economic interests determined to build a more attractive and profitable municipality. Florianópolis was founded on 23 March 1673 and currently has a population of around 540,000 inhabitants. Every time its anniversary is celebrated, there is a great deal of political and media mobilization aimed at promoting its development and its varied qualities and attractions, as well as its history and cultural heritage, predominantly Azorean. We aimed to observe how regional newspapers have participated in these processes, mobilizing political, artistic, and cultural personalities and symbolically constructing the significant experiences of this city. At the same time, we intend to contribute to the study of media representations, problematizing their place in constructing identity in a specific cultural context. We have used an interdisciplinary approach that combines communication and journalism studies, cultural and identity studies, post-colonial thought, and contemporary social theory. From this theoretical framework, we looked at the news production of the leading newspapers in the Florianópolis region - *Diário Catarinense* and *O Estado* - from 1985 to 2020. The corpus corresponds to the news production of these newspapers published during the city's anniversary week, celebrated on 23 March. We analyzed the evolution of the media discursivization of local interests and experiences in these periods, identifying the identity marks mobilized and problematizing the horizons of sociability that are summoned from them. From a methodological point of view, we combined a quantitative and qualitative approach. As well as analyzing the press, we conducted interviews with journalists who worked for the newspapers examined during the analysis period. We used content analysis (CA), critical discourse analysis (CDA), and thematic analysis (TA) to analyze the data obtained. Fundamentally, we observed the predominance of political and economic discourses closely related to journalistic discourse. In particular, we identified how the media reproduce the cultural markers that the local hegemonic power cultivates and which favor the mercantilization of the city. Eventually, far from contributing to the construction of plural imaginaries, the media represent other powers and their vision of Florianopolitan identity.

Keywords

Representation; Media; Identity; Cultural Studies; Florianópolis.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	10
CAP.1 IDENTIDADE COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL	13
1.1 Construção do conceito de Identidade	14
1.1.1 Identidade e Representação	21
1.2 Hibridismo e Homogeneização	25
1.3 Identidades nacional e local	30
CAP.2 CULTURA, <i>MEDIA</i> E O LOCAL.....	41
2.1 Cultura e <i>media</i> à luz dos estudos sociais	41
2.2 Registros históricos e memórias de Florianópolis.....	47
2.3 Modernidade tardia do local.....	54
2.4 Ascensão e mercantilização de uma cultura local.....	58
CAP.3 JORNALISMO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL.....	69
3.1 Linguagem e Representação social	69
3.2 Representação mediática e Jornalismo.....	73
3.3 Rotinas e dinâmicas jornalísticas	79
3.4 Jornalismo de proximidade	83
CAP.4 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	92
4.1 Objeto de pesquisa	93
4.2 <i>Corpus</i> de pesquisa.....	100
4.2.1 Procedimento de coleta de dados	101
4.3 Análise de Conteúdo (AC)	104
4.4 Análise Crítica do Discurso (ACD)	106
4.4.1 <i>Subcorpus</i> de análise	110
4.5 Entrevistas	111
4.5.1 Participantes	113
4.6 Análise Temática.....	115
4.7 Percorso metodológico misto	116

CAP.5 PADRÃO DE REPRESENTAÇÃO NOS JORNAIS	118
5.1 Padrões relativos à Forma	119
5.2 Padrões relativos ao Conteúdo	128
CAP.6 DISCURSOS DOMINANTES NA INFORMAÇÃO	139
6.1 Análise 1 – Jornal <i>OE</i> 1985.....	142
6.2 Análise 2 – Jornal <i>OE</i> 1990.....	145
6.3 Análise 3 – Jornal <i>DC</i> 1995	149
6.4 Análise 4 – Jornal <i>OE</i> 1995.....	154
6.5 Análise 5– Jornal <i>DC</i> 2000	158
6.6 Análise 6 – Jornal <i>OE</i> 2000.....	161
6.7 Análise 7 – Jornal <i>DC</i> 2005	164
6.8 Análise 8 – Jornal <i>DC</i> 2010	168
6.9 Análise 9 – Jornal <i>DC</i> 2015	171
6.10 Análise 10 – Jornal <i>DC</i> 2020	174
CAP.7 PERSPECTIVAS JORNALÍSTICAS SOB ANÁLISE	179
7.1 Temática 1 – Papel do jornalismo na definição da identidade local	181
7.2 Temática 2 – Relação dos jornais com a comunidade	186
7.3 Temática 3 – Fatores que determinam o tratamento noticioso.....	189
7.4 Temática 4 – Relação com outros poderes.....	193
CONCLUSÕES	196
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	201
Anexo I	211
Anexo II.....	216
Anexo III	218
Anexo IV.....	236
Anexo V	238
Anexo VI.....	258

Lista de Tabelas

Tabela 1 - <i>Número de edições dos jornais analisados</i>	102
Tabela 2 - <i>Peças codificadas (ano versus jornal)</i>	103
Tabela 3 - <i>Peças analisadas ACD</i>	111
Tabela 4 - <i>Participantes e tipologia das entrevistas</i>	114
Tabela 5 - <i>Temas abordados em peças OE e DC (1990 a 2005)</i>	130
Tabela 6 - <i>Pautas produzidas DC e OE (1990 a 2005)</i>	132
Tabela 7 - <i>Peças analisadas ACD</i>	141
Tabela 8 - <i>Participantes das entrevistas epistolares</i>	180

Lista de Figuras

<i>Figura 1 - Análise Temática das Entrevistas</i>	116
<i>Figura 2 - Percurso 1 Corpus jornais DC e OE</i>	117
<i>Figura 3 - Percurso 2 Entrevista com jornalistas (DC e OE)</i>	117
<i>Figura 4 - Primeiras páginas OE</i>	129
<i>Figura 5 - Primeiras páginas DC</i>	129
<i>Figura 6 - Corpus ACD (DC e OE)</i>	141

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - <i>Número de peças por jornal e por ano</i>	119
Gráfico 2 - <i>Número de peças por data</i>	121
Gráfico 3 - <i>Gêneros jornalísticos do corpus</i>	122
Gráfico 4 - <i>Formatos do Gênero informativo</i>	123
Gráfico 5 - <i>Extensão: tamanho das peças</i>	125
Gráfico 6 - <i>Localização da peça no DC e OE</i>	126
Gráfico 7 - <i>Pessoas nas peças DC e OE</i>	134
Gráfico 8 - <i>Função das pessoas no texto</i>	135
Gráfico 9 - <i>Função da pessoa no texto no DC</i>	135
Gráfico 10 - <i>Ocupação da pessoa da notícia (1990 - 2005)</i>	136

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país múltiplo em muitos aspectos do ambiental ao cultural. Seja pela amplitude continental de seu território, ou pela multiplicidade de culturas dos muitos povos que contribuíram e contribuem nesse mosaico social e cultural que caracteriza o povo brasileiro. As 5 regiões que dividem e organizam essa grande nação têm características que as diferem entre si, como o clima, as frutas, as músicas, as danças, as brincadeiras etc. E essas são apenas algumas das particularidades que nos permitem identificar uma fração dessa diversidade, que para muitos só é conhecida pelos *media*, como a internet, televisão, o rádio e o jornal.

Essa multiplicidade brasileira resulta na variedade cultural que integra sua população de mais de 200 milhões de habitantes, divididos em 27 unidades federativas, organizadas em 5 macrorregiões¹. A região Sul, povoada por diferentes formações culturais, teve como predominância as migrações de origem ítalo-germânica (população que chega à região pelo século XIX), que somada a outros povos, fazem do sul do Brasil um destaque econômico e social. Diretamente relacionada às formações culturais dessas localidades está a identidade dos cidadãos que habitam nesses locais, razão que motivou interesse em nossa investigação.

Diante disso, esta pesquisa procura compreender o papel dos *media* nas transformações socioeconômicas e culturais em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, no Sul do Brasil. Nas últimas décadas foram visíveis as mudanças profundas ocorridas na economia da cidade, pressionadas, em grande medida, pelos interesses políticos e econômicos locais, decididos em construir um município mais atrativo e lucrativo. Florianópolis foi fundada em 23 de março de 1673 e, atualmente, tem uma população aproximada de 540 mil habitantes². A cada comemoração do seu aniversário, observa-se uma grande mobilização política e mediática, que busca promover o seu desenvolvimento e suas variadas qualidades e atrativos, além de sua história e heranças culturais, predominantemente açorianas.

Esta investigação nos levou a observar como têm participado os jornais regionais nestes processos, mobilizando personalidades políticas, artísticas e culturais, construindo simbolicamente as vivências significativas dessa cidade. Paralelamente, é também nosso intuito

¹ As 5 macrorregiões são classificadas por Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul.

² Mais informações disponíveis no link <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/panorama>.

contribuir para os estudos das representações mediáticas, problematizando o seu lugar na construção identitária, num contexto cultural específico.

Recorreremos a uma abordagem interdisciplinar que articule os estudos da comunicação e do jornalismo, os estudos culturais e da identidade, o pensamento pós-colonial e a teoria social contemporânea. A partir desse enquadramento teórico, dirigimos o nosso olhar para a produção informativa dos principais jornais de referência em Florianópolis e região – *Diário Catarinense* e *O Estado* –, no período de 1985 a 2020. O *corpus* corresponde à produção informativa desses periódicos, publicada na semana de aniversário da cidade, celebrado em 23 de março. Procuraremos analisar a evolução da discursivização mediatizada dos interesses e vivências locais nesses períodos, identificando as marcas identitárias mobilizadas e problematizando os horizontes de sociabilidade, que a partir delas são convocados.

Do ponto de vista metodológico, articularemos uma abordagem quantitativa e qualitativa. Realizaremos, além da coleta de peças jornalísticas, entrevistas epistolares com o uso da tecnologia com jornalistas que atuaram nos jornais (*DC* e *OE*), durante o período de análise. Recorrendo à análise de conteúdo (AC), à análise crítica do discurso (ACD) e à análise temática (AT), para analisarmos os dados recolhidos.

No primeiro capítulo tratamos sobre o conceito de identidade e sua construção como prática social influenciada por variados elementos. Usamos como base, nesse capítulo, propostas de Hall (2004, 2006), Woodward (2004) e Silva (2004), entre outros. A organização segue com a proposição de Canclini (1997, 2001) sobre o hibridismo, finalizando com a reflexão sobre a identidade nacional, a partir da reflexão das “comunidades imaginadas” de Anderson (2003), e seus desdobramentos com a construção da identidade regional e local, relacionando, por fim, com o que Hobsbawn e Ranger (1997) com suas reflexões sobre as tradições e seus mitos.

No capítulo 2, o foco se fez nos estudos da cultura e sua relação com a construção identitária dos sujeitos, especialmente do florianopolitano. Nessa fase, recorreremos a autoridades fundadoras da escola inglesa de estudos culturais como Williams (1958), Thompson (2011) e Hall (1980, 2006). Em alinhamento a esses estudos, agora voltados às referências latino-americanas e aos *media*, faremos uso de Martín-Barbero (2015, 2018) e Canclini (1997, 2001), todos amparados pela teoria gramsciana da influência dos poderes hegemônicos na dinâmica social.

No capítulo 3, último com abordagem teórica, apresentamos conceitos e discussões determinantes das representações no jornalismo. Como suporte teórico usaremos referências basilares como Berger e Luckman (2001), Richardson (2007) e Tuchmann (1993, 2002), essenciais na compreensão da construção social da realidade nos *media*, especialmente nos jornais regionais com atuação local, denominados por Camponez (2012) como jornalismo de proximidade.

A metodologia desenvolvida na investigação é descrita no capítulo 4 desta tese. Nele são apresentadas e justificadas as escolhas por métodos de abordagem mista, onde iniciamos com a análise de conteúdo (AC), com uma perspectiva quantitativa, seguida da análise crítica do discurso (ACD) e a análise temática (AT), ambas de abordagem qualitativa. O complementariedade desses métodos permitiu aprofundamento progressivo do *corpus* desta investigação, os jornais regionais *Diário Catarinense (DC)* e *O Estado (OE)*. O *corpus* consistiu, predominantemente, em unidades textuais desses periódicos entre os anos de 1985 e 2020, em períodos de intervalo de quinquênios (cinco anos), durante a semana de aniversário de Florianópolis, de 20 a 26 de março. Para além dessas unidades de análise, realizamos entrevistas epistolares *on-line* com jornalistas que atuaram nos respectivos periódicos, complementando as informações necessárias para atingir ao propósito deste estudo.

Os capítulos seguintes (5, 6 e 7) correspondem à discussão e análise das informações. Iniciamos pela mensuração dos resultados da AC (Krippendorff, 1990), em que é possível identificar, entre outras questões, a predominância do gênero informativo na cobertura do aniversário da cidade. Após a coleta e interpretação dos dados, extraímos do *corpus* principal (381 peças) de análise, um *subcorpus* com 10 unidades textuais, no qual é desenvolvida a análise qualitativa das informações, por meio da ACD. Como categorias analíticas da metodologia, utilizamos a interdiscursividade e a representação dos atores sociais nos discursos. Entre os autores de referência para essa análise estão Fairclough, (2001, 2012), van Dijk (2005, 2007, 2015) e van Leuween (1997). Finalizando as análises, realizamos AT (Braun & Clarke, 2016) nas 6 entrevistas com jornalistas que atuaram nos periódicos durante o período de investigação.

Como resultados iniciais, observamos o alinhamento entre os objetos de investigação, evidenciando a predominância dos discursos político e econômico em estreita relação com o discurso jornalístico. No entanto, outro discurso se mostrou, provando que o poder hegemônico se materializa de muitas formas, sempre objetivando sua manutenção com o importante apoio dos *media* local.

CAP.1 IDENTIDADE COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL

O tema identidade tem sido debate em diferentes áreas de conhecimento acadêmico, entre elas a psicologia, a sociologia, a comunicação, além de outras; cada uma delas considerando suas particularidades teóricas, abordagens e suas referências. Para as ciências da comunicação, a compreensão acerca da importância e influência dos *media* na construção da identidade dos sujeitos de uma sociedade também é tema recorrente de estudo, seja pela complexidade dos processos comunicacionais, seja pela própria evolução dos *media* ao longo dos tempos.

O campo de estudos da comunicação tem ampliado significativamente seus objetos de investigação, distanciando-se da perspectiva unicamente instrumental. Isso se dá especialmente a partir da relação dessa ciência com as diferentes práticas sociais. Segundo a pesquisadora Vera França (2001), a característica transdisciplinar dessa área amplia seus objetos de estudo do mundo, pois o processo comunicativo permite variados olhares sobre os diferentes objetos em que áreas de conhecimento distintas se atravessam e se influenciam.

A relação das muitas frentes de estudos da comunicação – que além de estudarem o uso das ferramentas consideram também o processo comunicativo - possibilita uma compreensão interessante acerca de interferências e influências de um tema frente ao outro. Ao considerar as variadas práticas sociais como fonte de objetos de análise é estimulante a reflexão sobre a atuação e influência dos *media* na construção da identidade de uma sociedade. Essa investigação tem como abordagem necessária a identificação e a análise de como essa identidade é representada pelos *media*, bem como compreender sua dinâmica de narrativa e a seleção dos elementos representativos dessa construção.

Vale destacar que esse tema tem sido de amplo debate devido à complexidade de sua definição teórica e prática, até porque, como será possível perceber nesta investigação, a constante movimentação global provoca alterações sociais e culturais que impactam diretamente na percepção e na construção identitária dos sujeitos nas diferentes sociedades. Certezas acerca do que somos, que para alguns permite certa ‘estabilidade’, para muitos outros é percebido como efeito estático e excludente, pois não acompanha e nem reconhece as mudanças e o desenvolvimento desses indivíduos.

Para tanto, faz-se necessário atentar para a base de compreensão do que é e como tem sido a evolução do conceito de Identidade. Segundo o teórico cultural e sociólogo Stuart Hall

(2004), a identidade é um conceito que atua ‘sob rasura’, já que é “uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas” (2004, p. 53). O que demonstra o caráter de impermanência e de inconclusão acerca desse tema diante de novos olhares e das constantes movimentações sociais.

1.1 Construção do conceito de Identidade

É necessário estabelecer que este estudo irá considerar o conceito de identidade como resultado de relações sociais, reiterando a afirmação de Hall (2004, 2006), Woodward e Silva (2004), Martín-Barbero (2015) e Canclini (2001), que defendem a incompletude e a impermanência dessa identidade, que é aberta e sujeita a atravessamentos e ‘atualizações’.

Desafiando a essencialização das identidades, a noção de identidade cultural de Hall (2006) permite compreendê-la como relacional, mas também como construções que resultam de processos sociais que criam e desafiam formas de subordinação. O autor considera que a identidade de um sujeito é construída a partir de sua relação com o ‘outro’, ou seja, do reconhecimento da existência do ‘outro’, o que lhe estimula a usar o termo ‘identificação’, que atende a esse caráter transitório e relacional.

O emprego dessa conceituação – identificação - permite a compreensão da incompletude identitária, em que além de considerar as variações históricas e geográficas, também inclui questões geracionais e sociais. O local do nascimento é uma informação que comporá a identidade de um sujeito, no entanto, outros aspectos de gênero, raça e etnia, assim como classe social também serão relevantes para essa constituição. Sem contar as transformações vindouras, decorrentes de mudanças globais que tendem a afetar sociedades e grupos.

Acreditamos ser relevante uma breve revisão da evolução dessa interpretação, pois trata-se de uma construção conceitual, que nem sempre foi ‘naturalmente’ aceita. Para desenvolver esse conceito, Hall (2004, 2006) reflete sobre a construção da identidade na sociedade, a partir de três fases marcantes para o entendimento da constituição do sujeito moderno. Sob essa perspectiva, inicia-se pelo sujeito do Iluminismo, seguido pelo sujeito sociológico, atingindo, finalmente, o sujeito pós-moderno. A evolução dessa construção do sujeito e sua identidade permite reconhecer as diferentes dimensões e perspectivas presentes nos períodos em que as conceitualizações foram desenvolvidas.

Seguindo essa construção, Hall (2006) descreve o sujeito do Iluminismo como “aquele indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de

ação” (p. 10). A identidade nasceria com o sujeito e com ele se iria desenvolvendo, tendo, dessa forma, um caráter essencialista em sua construção. Uma visão individualista - e masculina – em um período de forte influência religiosa em sua constituição.

A identificação de um sujeito já seria definida e estabelecida por parâmetros instituídos, que além de excludente aos que não correspondiam a essas determinações, também os desqualificava ou ignorava. Aspectos de classe econômica e gênero se mostrariam determinantes, contudo, tolhiam escolhas que se distanciassem de caminhos delimitados para tal enquadramento identitário. Nascer no Sul do Brasil, por exemplo, já trazia características identitárias pré-determinadas, as quais acompanhariam esse sujeito ao longo de sua vida, e que para alguns determinava certa superioridade econômica, cultural e intelectual, muitas vezes seguida de preconceito e discriminação aos que fossem de outra origem.

Decorrente de um aprimoramento dessa interpretação, Hall aponta para o reconhecimento do sujeito sociológico, que tem em sua concepção o caráter mais interativo na construção de sua identidade. A relação do ‘eu’ (interno) com o meio/sociedade (externo) é determinante, nesse caso. Nessa perspectiva, percebe-se uma mudança da estabilidade desse sujeito – anteriormente considerado centrado e fixo, definido pela concepção do sujeito iluminista -, em que a relação do sujeito com os mundos culturais que habita influencia sua constituição. No entanto, o sujeito ainda tem uma perspectiva nuclear nessa compreensão, ainda com abordagem um tanto essencialista, mas que sofre modificações a partir de movimentos do mundo público que o circunda.

É a partir dessa perspectiva que se observa mais atentamente a interferência do meio externo nesse sujeito. Esse meio está em constante movimentação, impossibilitando a noção de uma estabilidade do sujeito e de sua identidade. Tanto que, em seguimento a essa constatação percebe-se um caráter provisório e variável na conceituação de identidade, favorecendo ao reconhecimento de um processo de identificação que se opõem a um determinismo fixo. Nessa fase, segundo Hall (2006), produz-se o sujeito pós-moderno.

Na prática, pensar a identidade era, de forma geral, algo pré-determinado e já estabelecido. Ser mulher e ser brasileira já dizia o necessário acerca de uma identidade. No entanto, mesmo sendo mulher, por determinação biológica, não necessariamente significa uma escolha sexual padrão, ou seja, heterossexual. Da mesma forma, outro aspecto, como a raça³ ou etnia desta mulher, também diz muito sobre sua identidade. A partir dessas reflexões acerca desse (auto)reconhecimento, há o estranhamento dos modelos anteriores, levando a

³ Neste documento consideramos o uso do termo ‘raça’ como uma construção social e não um dado biológico.

movimentos (ou novos movimentos sociais, como perceberemos mais adiante) que materializam esse estranhamento, ocasionando mudanças teóricas e especialmente comportamentais.

Nessa mesma perspectiva variável e complexa, construir ou produzir uma identidade coletiva, como uma identidade nacional, não poderá se furtar de considerar diferentes aspectos culturais que se entrecruzam no território, restringindo-se apenas a informações demográficas e/ou geográficas. Esses e muitos outros atravessamentos precisavam ser observados na construção dessa identidade maior.

O Brasil é um país que se caracteriza por uma nação com forte mistura de raças e etnias em sua população. A região Sul do país, embora tenha forte presença de diferentes etnias e uma diversidade de influências decorrentes de diferentes migrações⁴, tradicionalmente se projeta nessa região e em sua população, o predomínio de colônias europeias, com destaque para a alemã e italiana⁵. Aqueles que não se enquadram nessa delimitação encontram dificuldade para se identificar como sulinos, sejam no Rio Grande do Sul/RS ou em Santa Catarina/SC.

A partir do reconhecimento da concepção de sujeito pós-moderno, Hall (2006) destaca importantes desencadeamentos no desenvolvimento do pensamento sobre a identidade e os seus muitos atravessamentos. Para o autor, o reconhecimento do descentramento do sujeito na constituição de sua identidade é algo decorrente do rompimento com discursos há muito estabelecidos pelo conhecimento moderno.

Hall (2006) apresenta um percurso conceitual de importantes avanços na teoria social e nas ciências humanas, a partir desse descentramento do sujeito, que evidencia a complexidade do desenvolvimento nessa perspectiva. Segundo o autor, o primeiro avanço teórico se dá com a revisão acerca do estruturalismo marxista desenvolvido por Althusser, que resiste a aceitar “qualquer noção de agência individual” (Hall, 2006, p. 35). O pensamento pós-estruturalista permitiu pensar as relações sociais como determinantes na constituição do sujeito e a subjetividade como uma dimensão indissociável da identidade (Hall, 2003).

Esse aspecto rompe de imediato com o caráter essencialista de identidade, quando se determina que todos são sujeitos de seu próprio destino. O olhar sobre as relações sociais como determinantes em suas escolhas demonstra que, por exemplo, parâmetros econômicos

⁴ O país é constituído de variados grupos migrantes em sua constituição populacional, como portuguesa, japonesa, italiana, espanhola, alemã, polonesa, angolana, entre outras.

⁵ Ambas as etnias migraram para o sul do país também no século XIX, sendo os primeiros grupos de alemães, por volta de 1826, e, posteriormente, os italianos, por volta de 1875.

influenciam nas diferentes escolhas individuais e no percurso que será adotado por esses indivíduos.

Hall (2006) indica ainda como outro avanço teórico na construção do sujeito, a descoberta do inconsciente por Freud e a partir dele a consequente elaboração de Lacan na formação do “Eu pelo olhar do Outro” (2006, p. 37), apontando para a construção da identidade como processos inconscientes em formação. Após essa elaboração lacaniana da incompletude, deu-se a defesa de que “em vez de falar de identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento” (Hall, 2006, p. 39).

Isso significa que o reconhecimento do ‘Outro’ é necessário para a minha identificação, um processo que já permite a diversidade do olhar e de seu reconhecimento, ou não. Essa flexibilidade proporciona a reflexão acerca de pautas ‘menores’ ou mesmo apagadas, que se transformam e passam a fazer sentido, como as manifestações contra o racismo estrutural no país e a luta por direitos de gênero.

Retomando o exemplo dos “sulinos”, essa permissão aos nascidos no Sul do Brasil que não sejam descendentes do padrão identitário estabelecido (alemão ou italiano), possibilita reconhecer suas memórias e heranças variadas e lutar por essa identificação e reconhecimento coletivo. Prática essa observada em locais que buscam demarcar elementos identitários como forma de pertencimento e aceitação. Movimento que tem se ampliado diante do crescente desejo de diferentes grupos pelo reconhecimento de culturas, ancestralidades e elementos que sofreram (e ainda sofrem) significativo apagamento – inclusive histórico - na formação da identidade cultural de muitas sociedades.

Em seu desenvolvimento do conceito de identidade, Stuart Hall evoca Saussure ao observar que para o linguista, a determinação dos nomes dados às coisas e às emoções (o significante) é arbitrária, assim como o significado determinado a esse nome. No entanto, reconhece que há consensualidade (mesmo que arbitrária) desses sentidos e que eles (sentidos) variam de acordo com o contexto, o ambiente em que são utilizados. Um consenso hegemônico que estabelece as autoridades para essa determinação de sentidos, assim como sua manutenção. Hall (2006), por outro lado, relaciona a língua e a instabilidade de seus significados de acordo com o seu uso, reforçando o reflexo da instabilidade decorrente dos deslizamentos de sentido, que o estudo da representação aprofunda teórica e empiricamente.

A língua e a linguagem como representações de sentido expõem elementos significativos de identificação. O uso de termos, modos de fala, ampliação ou redução no vocabulário, tudo significa algo. O regionalismo evidencia marcas significativas nos falares de suas populações. Sotaques são exemplos clássicos dessa identificação e no Sul, mais

especificamente em Florianópolis, o sotaque tem destaque no reconhecimento da identidade de um ‘nativo’ da cidade, diferenciando-o dos ‘de fora’⁶, que residem na capital de Santa Catarina, assim como os turistas em visita as suas praias. Aspecto que será abordado mais a frente nesta investigação.

Quando destaca a contribuição de Foucault (2013), Hall considera seu sujeito condicionado pelo poder disciplinador do Estado. Um Estado presente e atuante de diferentes formas, seja nas escolas, hospitais, igrejas, *medias* entre outras instituições e práticas sociais institucionalizadas. Esse poder disciplinador produz efeitos, nomeadamente nos sujeitos. Em sua compreensão desses sujeitos, Foucault afirmava que “quanto mais coletiva e organizada a natureza das instituições..., maior o isolamento, a vigilância, e a individualização do sujeito individual” (Hall, 2006, p. 43).

Esse poder disciplinador adere significativamente nos discursos e suas narrativas, no sentido de determinar, reforçar e reiterar práticas consensuais homogeneizadoras. A determinação das características que definirão identidades e culturas segue parâmetros que atendem a interesses hegemônicos de poder⁷ (local, regional...), a fim de manter e reforçar padrões e *status* já estabelecidos. A validação e manutenção dessas narrativas acontece nesses diferentes espaços institucionalizados (na escola, na igreja, nos *media*, ...), como disseminadores e propagadores, evidenciando-se de muitas formas, seja pela separação por gênero na determinação da vestimenta (com a definição da cor), seja pela formação profissional e educacional, de acordo com padrões étnicos e econômicos.

Cabe destaque para a quinta fase de descentramento, descrita por Hall, quando da definição dessa identidade pós-moderna, correspondente ao impacto do feminismo e de outros novos movimentos sociais que atuam de forma significativa na perspectiva de políticas de identidade. Todos esses movimentos têm importante responsabilidade, desde os anos de 1960, em questionar políticas fortemente estabelecidas - de direita e esquerda -, que não consideravam as lutas identitárias marginalizadas, como as de raça e etnia, gênero, ambientais, entre outras, como alternativa aos sistemas de opressão estabelecidos (Woodward, 2004).

⁶ Os ‘de fora’ ou ‘forasteiros’ foi uma designação dada por alguns formadores de opinião (políticos e comunicadores) e os ‘nativos’ da cidade, aos novos moradores de Florianópolis, quando do *boom* de novos residentes, a partir dos anos de 1970, especialmente com a instalação da Universidade Federal de Santa Catarina e da Eletrosul (Fantin, 2000).

⁷ Hegemonia é um conceito cunhado pelo italiano Antônio Gramsci ao analisar a dinâmica do poder dominante na determinação de regras de conduta e práticas sociais que favoreçam a manutenção de sua condição, seu *status*. Ocorre de forma ‘negociada’, construída onde não há imposição clara de seus interesses e sim articulada por meio de diferentes mecanismos e práticas sociais e culturais que favoreçam e naturalizem o sistema vigente (Coutinho, 1997).

Nesta última fase, descrita por Hall e Woodward (2004), é possível identificar o quanto as identidades são contingenciais, pois emergem de movimentos históricos. Esse reconhecimento é importante para compreender a dinâmica conceitual e pragmática acerca do tema e como o entrecruzamento de fatos e outras teorias refletem muitos dos movimentos sociais e culturais.

Reconhecer-se, reconhecer o outro, reconhecer-se no outro e mesmo reconhecer-se pelo outro denota a complexidade do tema, por isso a interdependência do ‘outro’ e da ‘diferença’ na compreensão da identificação do sujeito. A diferença como forma de classificar ‘o outro’ e ‘a mim’ é questionada por alguns teóricos, por seu caráter binário de classificação, que denota mais a construção negativa e excludente de uma identificação (do outro), a partir de padrões já estabelecidos. No entanto, a nova interpretação em que a diferença se dá como fonte de diversidade, de heterogeneidade, é o que tem sido inspiração para os novos movimentos sociais (Woodward, 2004).

Essa perspectiva amplia ainda mais a discussão acerca da determinação de elementos identitários que, além de excludentes e determinantes de um enquadramento hegemônico de sujeito, invisibiliza a própria multiplicidade presente nas representações. Até o reconhecimento de sujeito pós-moderno⁸ a identidade era determinada com pouca discussão ou reflexão, predominando uma dualidade excludente em que ‘você é’ ou ‘você não é’ e nada mais além dessa determinação. Essa tensão decorrente do estranhamento e as imposições preestabelecidas ocasionam lutas de sentido, que tendem a se estabilizarem por um determinado período, para novamente se tencionar.

Os enquadramentos preestabelecidos, que até recentemente eram aceitos e adotados para a definição de uma identidade social e cultural - como a determinação de gênero e sexualidade, exclusivamente pelo elemento físico -, já não atendiam muitas sociedades. Isso porque desconsideravam referências culturais constitutivas, além de novos elementos e atravessamentos decorrentes de variadas mudanças sociais em diferentes níveis - de locais a globais.

Em decorrência dessa (pré)determinação, o reconhecimento e a identificação dos sujeitos estavam vinculados a uma aceitação – ou não – das sociedades a que pertenciam e, no caso de uma negativa, o alijamento e a exclusão eram os resultados esperados. No entanto,

⁸ Na perspectiva de Giddens (1991), a pós-modernidade tinha um quê de ambígua, pois se referia à ideia de “descontinuidade” com o senso do fim de uma época e um novo começo. O sujeito pós-moderno seria, pois, aberto, mesmo com características íntimas mais tradicionais, sofria atualizações, alterações, diante das constantes transformações sociais.

diante da diversidade e do aumento no reconhecimento dessa multiplicidade, a regra e o enquadramento se mostraram (e se mostram) frágeis, provocando inúmeras reflexões e revisões de paradigmas.

As reflexões sobre identidade cultural produzidas na América Latina têm importantes nomes como Jesús Martín-Barbero e Nestor Garcia Canclini. Ambos possuem um alinhamento significativo para essa abordagem territorial: as particularidades presentes nos países latino-americanos, considerando seus atributos de formação e de influências, particulares às suas características geopolíticas. Isso, segundo Escosteguy proporciona, é “o engajamento político com as intensas ações dos movimentos sociais e as críticas sobre a vida cultural e social, além de investigar o consumo cultural, a constituição e a hibridação das identidades” (Escosteguy, 2001, p. 52).

Nessa perspectiva, Martín-Barbero (2015) considera a mestiçagem⁹ como um mosaico das múltiplas representações da população latino-americana, sendo aspecto relevante na construção de sua identidade. Como influência em sua constituição, estaria a ‘multiplicidade de temporalidades’ dessa heterogeneidade populacional (indígena, negra etc.). Na perspectiva do pesquisador, o sujeito não é passivo nessa constituição e para isso os meios de comunicação seriam os mediadores desse processo cotidiano e permanente de formação. Constitutivamente, a mestiçagem seria como um mosaico de representações formado pela diversidade e pela hibridez dos povos que compõem o rural, o urbano, o popular e o massivo.

Já Canclini (2001) enfatiza o conceito de hibridismo¹⁰ na compreensão acerca da constituição identitária. Segundo o autor, a multiplicidade cultural presente no espaço sociocultural latino-americano é de permanente intercâmbio, não podendo ser considerada uma identidade “una”, até porque o conceito de identidade está diretamente relacionado à cultura, que também é heterogênea e em permanente constituição. Para Escosteguy (2001), é devido a essa impossibilidade de definir ou explicar a identidade por meio da raça ou pelo território de origem que leva ao surgimento da discussão pós-moderna da hibridização, ocasionando nessa constituição o sentimento de pertença, mas também de diferença.

⁹ Jesús Martín-Barbero “traz a mestiçagem – um fato social particular na América Latina motivado pelo mosaico de representações e traços culturais de diferentes classes e épocas no continente – como forte mediadora das distintas identidades que a conjuntura cultural latina vem se apropriando” (Moresco & Ribeiro, 2015, p. 178). Para Martín-Barbero “.. o indígena no rural, o rural no urbano, o folclore no popular e o popular no massivo” (2015, p. 263).

¹⁰ Conceito que será aprofundado item 1.2.

1.1.1 Identidade e Representação

A estreita relação entre ‘identidade’ e ‘diferença’ e suas relações com os sistemas de identificação, alinham-nas, também, aos sistemas de representação (Silva, 2004). Dito isso, é importante delimitar o conceito de representação adotado nesta investigação, extraído de Silva (2004, p.47), que o define como “um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder.” O que reitera a prática hegemônica nesse processo, pois significa que quem define ‘o que é’ e ‘o que não é’ também determina a identidade, da mesma forma que este definidor também é escolhido e validado a partir de interesses de grupos restritos.

Embora a reflexão acerca do tema (representação) seja sucinta e pareça objetiva, sua importância no processo de construção identitária, cultural e social é determinante e complexa. Delimitar, enquadrar e nomear pessoas, sentimentos, objetos etc. determinam lógicas, normatizam regras e normalizam estigmas. Embora ainda iniciando as discussões, até este momento já foi possível perceber a complexidade na construção identitária dos sujeitos de uma sociedade e o quanto se trata de um processo em constante tensão diante de parâmetros preestabelecidos nessas sociedades, que, na maioria das vezes, não contempla sua própria diversidade.

Hall e du Gay (2003) são diretos em sua afirmação quando dizem que “a representação conecta sentido e linguagem à cultura... [e que] a linguagem é usada para representar o mundo” (2003, p. 01). Isso demonstra que a representação dá sentido a tudo que interagimos com o uso da linguagem e daí a relevância de aprender e compreender esses sentidos, por vezes além do que eles evidenciam.

O uso de representações que estabeleçam sentido a significantes (nomes, rótulos) e seus significados (a objetos, sentimentos e pessoas propriamente) não é algo involuntário e aleatório. Não é qualquer indivíduo que tem a autoridade de determinar o repertório de sentidos - significantes e seus significados - e suas representações numa sociedade, pois essa autoridade está vinculada a poderes já estabelecidos e a concessões oportunizadas pelos detentores desse poder.

O cotidiano remete a muitos exemplos acerca do tema, pois sendo a linguagem uma prática social, reconhecermos objetos pelo nome dado a eles (mesa, cadeira, ...), pessoas (pela descrição de suas características ou mesmo pelo próprio nome), sentimentos e sensações (a partir de referências do que sejam e pelos sintomas associados), enfim, todo um repertório de significantes e significados. Contudo, mesmo sendo prática quase que intuitiva a partir do

aprendizado da linguagem, os sentidos dados e suas representações têm propósitos e intenções que podem mobilizar e manter condições negativas e desfavoráveis a um grupo ou a uma sociedade.

A escolha de elementos representativos de uma identidade segue essa diretriz, em que a definição das características que validarão um perfil - excluindo automaticamente os demais que não atendam aos critérios preestabelecidos - determinam 'o que é' e 'o que pode', produzindo uma ideia, um sentido de homogeneidade dentro da 'multiplicidade heterogênea' existente nas sociedades.

Assim como Hall, Silva (2004) problematiza a naturalização de práticas e conceitos, que não atendam à diversidade identitária - e cultural - do mundo pós-moderno, que está em permanente movimento, com constantes transformações sociais, entre elas a adoção do conceito de multiculturalismo. De forma geral, sua compreensão se apoia em um conceito vago de apelo à tolerância e respeito com a diversidade. Isso significa, contudo, que a diferença (elemento essencial no desenvolvimento e reconhecimento da identidade do sujeito) não é reconhecida como igualmente importante. Se a identidade e a diferença são ligadas - e são -, ambas são produzidas a partir de relações sociais; no entanto, na perspectiva usual do termo multiculturalismo, a minha identidade será sempre a referência, a mestra, e todas as demais secundárias, portanto, toleráveis. Essa perspectiva abre margem para a construção estereotípica do outro que difere de mim. A incapacidade de lidar com essa diferença provoca uma interpretação errônea e mesmo discriminatória (Silva, 2010).

Uma referência dessa multiculturalidade estaria na construção identitária de uma sociedade a partir de uma herança migratória eleita em detrimento a outras presentes na mesma sociedade. A afirmação da açorianidade de Florianópolis, que minimiza e invisibiliza as outras heranças que construíram a identidade florianopolitana (como a indígena e africana), acaba por distorcer memórias e registros com a busca por uma construção identitária homogênea e europeia (Cardoso, 2007).

Isso demonstra e valida a manutenção de características de uma "sociedade homogeneizadora, que determina uma 'identidade normal' em detrimento à invisibilidade de todas as outras" (Silva, 2004, p. 43). Essas são práticas naturalizadas, que vêm perpetuando desigualdades, desqualificando culturas, desprestigiando 'o outro', tornando-o exótico, pitoresco e até interessante. Essas determinações de sentido, arbitrariamente construídas e normalizadas, mantêm as estruturas institucionais atuais, impossibilitando que 'o diferente' seja devidamente reconhecido como um igual. Nesses casos, os grupos dos diferentes, denominados

por “minorias”, precisam se evidenciar para obter e ocupar espaços de fala oficial, nas diferentes instituições de poder.

A construção identitária e cultural que se faz dessas misturas - como dos povos originários e as várias colônias de migrantes – levam ao desenvolvimento do conceito de hibridismo, cunhado por Néstor Garcia Canclini, que abordaremos no decorrer dessa exposição. Em decorrência dessas discussões, é possível observar o que tem se denominado de ‘crise de identidade’, evidentemente pela inquietação dos diferentes grupos dos novos movimentos sociais, que contestam as normalizações excludentes. As classificações de identidade que excluem a diversidade têm mobilizado grupos representativos, os quais, permanentemente, tendem a ser invisibilizados pelo poder hegemônico.

Interessante destacar que a disputa de poder é uma constante no processo de construção identitária e cultural, mesmo sendo possível reconhecer a dominação de uma cultura sobre outras, como é o caso da açorianidade florianopolitana em detrimento a outras culturas (como a dos povos originários e negros). Contudo, percebe-se, também, uma disputa cultural ainda maior no contexto ampliado de cidade, estado e região. Ao longo da descrição e futura análise do espaço em estudo (a cidade de Florianópolis), será possível identificar que a seleção e a determinação por uma identidade (neste caso açoriana) pode ser entendida, também, como forma de resistência; uma resistência diante de fatores discutíveis que serão expostos ao longo deste estudo.

Giddens (1990) nos apoia na compreensão desse fenômeno ao afirmar que essas crises de identidade são características da modernidade tardia - como ele denomina a pós-modernidade - ao tentar manter sua centralidade e controle, enfrentando conflitos decorrentes de transformações globais características da contemporaneidade.

Estudos realizados sobre a influência das etnias alemã e italiana na cultura e desenvolvimento do Sul do país são muitos, e, também, são recorrentes as narrativas que valorizam suas conquistas e seu progresso social e econômico, identificado nos três estados que compõem a região. Isso posto, pode-se identificar que a mobilização feita para reconhecer e valorizar a cultura açoriana na capital de Santa Catarina se dá como uma forma de resistência e enfrentamento à superioridade das migrações instaladas, sobretudo, no interior-sul do país (em especial a alemã e italiana) (Alves, 2016).

É interessante observar que o movimento de resistência ocorrido, traduzido na valorização da presença da cultura açoriana na Ilha de Santa Catarina, acabou por, também, invisibilizar outras etnias presentes na cidade. Ou seja, quando um grupo identitário se torna dominante, entram em cena práticas hegemônicas excludentes de outras formações culturais,

tais como as que motivaram o movimento de resistência original, nesse caso, protagonizado pelos representantes açorianos no Sul do Brasil. Isso porque o resultado excludente de culturas tradicionais de povos originários e de negros, que há muito contribuem para a formação cultural de Florianópolis, demonstra, segundo Fantin (2000), uma clara intenção no posicionamento adotado pela cidade: um diferencial identitário em uma região (do Sul do Brasil) predominantemente com descendência teuto-italiana.

A pesquisadora acredita que o importante movimento gerado a partir de pesquisadores e alguns atores da sociedade catarinense e florianopolitana tenha sido real e bem-intencionado, diante de movimentos de apagamento da memória e até de baixa autoestima local. No entanto, o apagamento e a estigmatização de identidades representativas nas sociedades têm gerado importantes reflexões. A escolha e seleção por uma determinação identitária sempre se mostrou excludente, no entanto, não mais de forma silenciosa. A formação e organização de grupos identitários tensiona e agrega na construção de um desenvolvimento social e cultural. Tem-se observado diferentes organizações diaspóricas e mesmo coletivos representativos, como é o caso da presença da população negra na cidade de Florianópolis¹¹, que tem se posicionado como voz participante dessa sociedade que aportou em paralelo à vinda dos açorianos à região.

Uma das problemáticas que se pretende responder nesta investigação é sobre quais características representacionais identificam (e se reconhecem) os florianopolitanos, considerando o uso desses elementos como recursos dos *media* nessa construção identitária. Para isso, faz-se necessário compreender o que efetivamente é reconhecido como ‘local’ em Florianópolis. A fim de atingir esse propósito é necessário identificar essas representações ditas e reconhecidas por açorianas, além de perceber o uso desses elementos representativos pelos *media*, como validação dessa identidade.

As disputas são uma constante nessa construção, o que fortalece a aderência ao conceito de processo de identificação, aqui trazido por Hall e Silva, e não de uma identidade fechada e acabada. Naturalmente, as pesquisas sobre o tema evoluem e buscam elucidar interrogações que surgem à medida que a sociedade vai se modificando, isso também foi possível perceber na breve descrição da evolução dessa identidade pós-moderna. Seja sob a perspectiva teórica ou pragmática da abordagem identitária, vê-se como necessária a constância de revisão de antigas certezas e conclusões.

¹¹ Um exemplo de Coletivo que tem atuado sobre diferentes demandas contra o racismo na cidade e na comunidade universitária é o ‘Coletivo 4P: Poder Para o Povo Preto’. Movimento que nasce na UFSC, em 2013, com o objetivo de organizar jovens estudantes negros no acesso ao ensino superior (especialmente após a Lei de Cotas para o Ensino Superior) e aos espaços de poder.

Cabe expor uma informação importante para esta investigação, que se refere à designação do sujeito florianopolitano. Segundo registro em dicionário¹², o verbete se trata de um substantivo masculino e um adjetivo que designa o termo como “relativo ou pertencente a Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina”. Afora essa descrição, não há recorte identitário significativo para a representação de um florianopolitano.

No entanto, o sujeito ilhéu, também conhecido por ‘manezinho da ilha’, apresenta significativo repertório de elementos representativos em sua identidade. Ao longo dessa mesma investigação, pode-se observar que não há consenso absoluto acerca desse ‘legítimo’ manezinho, levando a crer numa certa flexibilidade de interpretação dessa definição identitária, definida por elementos territoriais, culturais e até emocionais.

Marcia Fantin desenvolve em sua tese - posteriormente publicada com o nome de *Cidade Dividida* - uma digressão interessante acerca da alcunha “Manezinho”. A autora discorre sobre o emprego inicial do termo, que tinha conotação negativa e pejorativa, mas que posteriormente foi transformado - por questões, especialmente, políticas e econômicas - em motivo de orgulho e reconhecimento.

Fantin (2000) descreve, em suas análises, que Florianópolis apresenta importantes fissuras em sua constituição e desenvolvimento, que refletiu - e reflete - em sua identidade como município. O que mais uma vez evidencia a complexidade do processo de construção cultural identitária de uma sociedade, especialmente quando essa sofre significativa influência hegemônica - o que é possível observar em diferentes instâncias de sua construção identitária.

1.2 Hibridismo e Homogeneização

Uma das abordagens necessárias na contemporaneidade se refere ao efeito da globalização na cultura e na formação da identidade de uma população. São variadas as transformações ocorridas globalmente, o que diante do período da rede mundial de computadores amplia o volume de informações, reduz distâncias e elimina fronteiras geográficas.

Somado a esse tráfego de dados e informações decorrente da globalização, a mobilidade também ocorre na forma de aspectos políticos, econômicos, tecnológicos e culturais. Conceitualmente, Woodward (2004, p. 09) classifica a globalização como fenômeno que “envolve uma interação entre fatores econômicos e culturais, causando mudanças nos padrões

¹² Informação extraída do Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa Michaelis, disponível no link [/https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=florianopolitano](https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=florianopolitano), extraído em 07/01/2022.

de produção e consumo, as quais, por sua vez, produzem identidades novas e globalizadas.” O que em alguma forma explica a apreensão desses estudiosos acerca da homogeneização cultural decorrente da globalização, já que o advento da globalização impactou – e impacta – as diferentes sociedades de variadas formas.

Acreditamos, porém, que seja interessante compreender a perspectiva de Boaventura de Souza Santos (2007), quando afirma que há duas formas¹³ de globalização: a globalização hegemônica neoliberal e a globalização contra hegemônica.

Segundo Santos, a maior distinção entre elas está em que

a globalização hegemônica neoliberal, [é] a nova fase do capitalismo global, e a globalização contra-hegemônica, dos movimentos e organizações que, mediante articulações locais, nacionais e globais, lutam contra as desigualdades, a opressão, a destruição dos modos de vida e do meio ambiente, causados ou agravados pela globalização hegemônica. (Santos, 2007, p. 25)

Esses dois direcionamentos bifurcam para caminhos opostos, em que a primeira classificação de globalização, a hegemônica, representa grandes potências mundiais (governamentais e empresariais) e a segunda, a globalização contra-hegemônica, corresponde aos importantes movimentos sociais globais. Esses últimos, que emergem de diferentes partes do mundo, buscam representatividade e participação nas discussões e decisões de impacto nas sociedades, sejam elas globais e/ou locais.

Essa classificação organizada por Santos permite olhar para a globalização de forma positiva e construtiva para o ‘local’. Isso porque, o movimento contra-hegemônico

acolhe e celebra a diversidade cultural e política ... o projecto de sociedade futura que defende é aberto, cabendo dentro da designação [como o adotado pelo Fórum Social Mundial] de que ‘um outro mundo é possível’ [com] muitas formas de emancipação social, assenta em modelos organizativos muito fluidos, horizontais, sem comandos centrais nem líderes... (Santos, 2007, p. 26)

Isso evidencia um resultado já perceptível de que as movimentações globais, embora possam levar a padrões de uma homogeneidade cultural, também têm estimulado contestações

¹³ Com abordagem mais recente, Candau (2016) apresenta o posicionamento teórico do autor (Boaventura de Souza Santos) acerca de quatro formas de globalização: localismo globalizado (processo pelo qual determinada realidade local é globalizada com sucesso), globalismo globalizado (impacto nas condições locais das práticas transnacionais), cosmopolitismo insurgente e subalterno (consiste na resistência organizada transnacionalmente contra os localismos globalizados e os globalismos localizados) e o patrimônio comum da humanidade (emergência das lutas transnacionais por valores ou recursos que são tão globais como o próprio planeta). As duas primeiras são concebidas como globalização hegemônica, de cima para baixo, e as duas últimas como globalização contra-hegemônica ou a partir de baixo (Candau, 2016).

identitárias, nacionais ou de grupos e movimentos sociais. Essas contestações resgatam e criam identidades, como é possível observar na retomada de identidades nacionais.

Acompanhando essa perspectiva, é possível reconhecer que a globalização movida pelo neoliberalismo capitaliza, monetiza, encanta e exclui. Essa globalização hegemônica tende a observar potenciais produtos e negócios pela apropriação de práticas já existentes - descaracterizando-as para se tornarem mais atrativas comercialmente - estimulando necessidades homogêneas em diferentes ambientes globais. Em contrapartida, o movimento contra-hegemônico segue aspirando e inspirando novos movimentos, oportunizando a diversidade e a heterogeneidade global.

A existência de coletivos, associações ou grupos mobiliza práticas tradicionais de uma comunidade ou grupo étnico, assim como ressignifica essas práticas a partir de releituras alinhadas a novas linguagens e aos novos tempos. São muitos os exemplos dessa contribuição pelo compartilhamento e acolhimento das variadas formas de existência participantes desses grupos, desde um artefato simbólico transformado em arte e artesanato, que ressignificam usos, mas que mantém sua referência.

A reflexão de Woodward vai ao encontro desse cenário considerando que:

A homogeneidade cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade relativamente a comunidade e à cultura local. De forma alternativa, pode levar a uma resistência que pode fortalecer e reafirmar algumas identidades nacionais e locais ou levar ao surgimento de novas posições de identidade. (Woodward, 2004, p. 09)

Uma outra abordagem sobre a globalização que merece nossa atenção é a proposta por Canclini (1997), que a considera como contributiva, reconhecendo esse fenômeno por meio das 'identidades modernas' e 'identidades pós-modernas', em que faz uma distinção territorial e linguística sobre sua ocorrência nas sociedades. Segundo o autor (1997, p. 35), "as identidades modernas eram territoriais e quase sempre monolinguísticas", em que faziam uso do conceito de nação, sendo a pluralidade cultural dessas sociedades omitida por políticas homogeneizadoras.

Em contrapartida, "as identidades pós-modernas são transterritoriais e multilinguísticas", em que, segundo Canclini, não se organizam mais por Estados, e sim por mercados; sendo que produção industrial de cultura é realizada por meio de adventos tecnológicos que ampliam o alcance de produtos culturais de variadas origens. Essa dinâmica

permitiria uma multiplicidade de (re)conhecimento, da influência das diferenças do tradicional com o novo, do global com o local, do industrial com o artesanal.

A esse respeito Felippi (2006, p. 52) concorda dizendo que:

... as identidades locais se fortalecem seja através da formação de comunidades de minorias (marcadas pela etnia ou pela região de origem) em grandes centros urbanos (latinos nos Estados Unidos, por exemplo) ou em regiões de conflito (curdos no Iraque) ou ainda dentro dos Estados-nação (gaúchos no Brasil), resistindo, posicionando-se, reelaborando suas identidades cada vez mais híbridas.

Considerando que o processo de identificação é aberto e constante, assim como a globalização é também um processo em permanente movimento, ambos - identificação e globalização - são atravessados pela existência de estranhamentos, reflexões e adequações que renovam suas impermanências.

Canclini (2001) nos auxilia a compreender a dinâmica da multiplicidade de referências tradicionais na constituição de uma identidade acrescida de novas influências decorrentes de fontes externas ou globais. Sob essa perspectiva, o autor desenvolve o conceito de hibridismo como elemento chave da construção identitária. A partir dessa interpretação, uma identidade híbrida não representa ruptura de hábitos já existentes e sim um diálogo entre o antigo e o novo, indo ao encontro dessa permanente (re)construção.

Uma identidade cultural, mesmo que restritamente localizada, quando midiaticizada, consegue romper as fronteiras territoriais e perpassar outros contextos sociais e históricos. Às vezes buscando manter suas características originais (local/regional), outras vezes negociando novas possibilidades e novas maneiras de constituir-se e organizar-se, uma prática cultural - midiaticizada - compõe-se com e de outros elementos, hibridizando-se. (Canabarro & Machado, 2012, pp. 322-323)

Reconhecer essa dinâmica proposta por Canclini nos faz perceber que essa identidade híbrida não é mais integralmente nenhuma das identidades originais, devido a esses atravessamentos, contudo, mantém traços dessas matrizes. Para o autor, a fusão de áreas de conhecimento como história, arte, comunicação, entre outras, potencializa a mistura entre o tradicional e o novo, o erudito e o popular, proporcionando uma heterogeneidade cultural muito rica e crítica.

A classificação de uma identidade como pura e homogênea é cada vez mais inapropriada em nossos tempos, pois, como já mencionado, o mix de fatores e elementos que perpassam uma cultura, e, por consequência, os indivíduos que fazem parte dela, não permite ignorar seus

muitos atravessamentos. Há registros (históricos e atuais) que não nos deixam esquecer de como a ideia de pureza é prejudicial a qualquer grupo social. Quanto a esse aspecto, podemos recordar a pureza da raça ariana na Alemanha, contra os judeus, ou o apagamento da origem africana e seus descendentes por muitos países europeus que colonizaram e exploraram diferentes nações do continente africano.

A construção de uma identidade, ou melhor, a identificação já parece ter sido aceita com mais consistência a partir do momento que se observa as constantes e significativas mudanças globais. O caráter essencialista em sua constituição e mesmo a perspectiva social - apenas - são extremamente restritivos nessa perspectiva pós-moderna e contemporânea. A escolha por algumas características identitárias em detrimento a outras, com o propósito de definir a construção de uma identidade não é individual, mas sim afetada diretamente por fatores sociais que influenciam e/ou determinam essas escolhas. O reconhecimento por causas e pautas, pela identificação com pessoas - familiares e/ou personalidades - são mecanismos necessários na ideia de pertencimento a um grupo, seja pela semelhança e/ou diferença.

Woodward (2004, p. 14) destaca que “... somos posicionados - e também posicionamos a nós mesmos - de acordo com os ‘campos sociais’ nos quais atuamos.” E, ampliando essa afirmação, Stuart Hall expõe a complexidade desse processo, reforçando que “a identidade muda de acordo com a forma com que o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida” (Hall, 2006, p. 21).

É interessante abordar aqui a perspectiva de Renato Ortiz acerca da ‘moderna tradição brasileira’, que, entre outros aspectos, influencia a indústria de massa no desenvolvimento da cultural nacional. Ortiz é um importante pesquisador da identidade nacional que, desde o início de suas investigações defende a multiplicidade e a heterogeneidade cultural presente no Brasil, destacando o quanto a negação dessa evidência prejudica o país como um todo, seja pelo não reconhecimento da riqueza de sua diversidade, seja pela sua população que tem sua diversidade cultural desprestigiada, quando não rasurada, o que não permite um desenvolvimento social e cultural nacional.

Na análise de Barreto para o livro de Ortiz, *Moderna Tradição Brasileira*, publicado em 1985, um aspecto merece destaque.

Tendemos a viver a ficção de uma modernização cultural homogênea, equivalente, cuja tradição foi amalgamada neste processo superando conflitos, operando rupturas definitivas, inaugurando modernismos perenes, o que nos faz desconsiderar que os fenômenos de circulação, trocas e transferências, base das formações nacionais, são

irregulares, assimétricos, porque animados pela atuação dinâmica das culturas e empreendidos por atores em movimento e disputa. (Barreto, 2019, p. 29)

Essas afirmações corroboram com o posicionamento de abertura e flexibilidade na construção de uma identidade, ou melhor, do processo de identificação dos sujeitos, demonstrando que a ideia de completude e finitude é ilusória diante de tantas transformações e atravessamentos. Há muitos fatores de potencial interferência no processo de identificação e de construção identitária, a perceber os diferentes órgãos e recursos utilizados nesse processo. Variados agentes sociais e seus distintos discursos convergem narrativas a fim de atender propósitos (hegemônicos) que se materializam de muitas formas.

Desde a estrutura metodológica do processo de ensino formativo, até a retórica religiosa que objetiva sua interpretação doutrinária, passando por ações cotidianas permanentemente atravessadas por elementos e informações distribuídas em grande quantidade pelos meios de comunicação, noticiários, entretenimento e publicidade são importantes meios de propagação de narrativas e discursos hegemônicos com variados propósitos, inclusive de escolha e definição de culturas e identidades dos sujeitos sociais.

1.3 Identidades nacional e local

Perceber como a construção identitária sofre influências – e interferências – em sua formação, faz-nos retomar os estudos acerca da construção da identidade nacional, que é abordagem relativamente recente no Brasil, datada especialmente a partir do período após a independência de Portugal (Ortiz, 1985; Barbato, 2014). Construção que demonstra, desde sua concepção, sua característica hegemônica, determinista e racista.

A busca por uma brasilidade inicia logo após o período de independência, quando do retorno da família real a Portugal e da instabilidade política do Estado brasileiro, no qual o Príncipe Regente precisava administrar. Com o propósito de construir um projeto de uma identidade nacional brasileira, cria-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro¹⁴ (IHGB). Sua constituição possibilita a identificação e organização de elementos e significados que tornariam reconhecida a história de um ideário nacional direcionado às virtudes do seu povo,

¹⁴ “O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, mais conhecido como IHGB, foi criado em 1838, com o intuito de prestar auxílios à administração imperial, formado por homens ligados ao Governo. O IHGB acabou por se tornar o primeiro centro produtor de uma história produzida sobre o Brasil, por brasileiros, e assim, pela sua própria relação com o Governo Imperial, seus membros tornaram-se os primeiros e principais agentes da construção de uma identidade nacional para o Brasil, dentro desse projeto imperial do qual falamos.” (Barbato, 2014, p. 04).

possibilitando, assim, o sentimento de orgulho e confiança dessa população, que agora pertencia a um país jovem e recentemente independente (Barbato, 2014).

Esse sentimento, o qual almejava a definição de uma identidade, segue, em parte, a compreensão dos estudos culturais do reconhecer-se no outro e pelo outro (o coletivo). Ter uma identidade - e cabe destacar que se trata de **uma** identidade nacional - é, sobretudo, algo emocional, pois aciona mecanismos de pertencimento desse indivíduo e não propriamente um caráter divisionista e excludente - embora o seja.

Contudo, o que se percebe na ocasião - e ao longo de muito tempo - é a dificuldade da escolha e da definição de quais elementos seriam eleitos na construção dessa identidade nacional; o que seria definido como característica essencial dessa brasilidade. Barbato (2014), quando trata sobre a construção da identidade nacional brasileira, organiza algumas referências que expõem o cenário deste projeto e seu real contexto histórico. Em suas reflexões identificou - e antes dele importantes estudiosos como Gilberto Freire e Renato Ortiz - como ponto nefrágico dessa construção a abordagem de um ideário identitário brasileiro, a partir da perspectiva europeia, que possuía um contexto social e econômico completamente outro. A Europa - base de formação dos intelectuais da época - servia como referência e marco civilizatório para esses teóricos, contudo, já possuía um contexto histórico significativo que lhe proporcionava parâmetros e referenciais necessários para suas definições sociais, científicas, entre outras. Exemplo disso foi sua trajetória cultural e política na Idade Média, com suas simbologias e representações, o que não teria ocorrido no Brasil recentemente "descoberto". Esse cenário evidenciava a "ausência de subsídios simbólicos" - sob a perspectiva colonial - que permitissem essa construção idealizada.

Queiroz (1989) aborda essa dificuldade enfatizando dois aspectos: o racismo dos pesquisadores da época e a frustração desses mesmos teóricos diante da impossibilidade do alcance de uma "harmonia cultural" no país. Isso, segundo eles, impedia uma definição identitária homogênea e qualificada, diante da grande heterogeneidade étnica e cultural presente no Brasil. Os "cientistas sociais acusavam a persistência de costumes bárbaros, aborígenes e africanos, de serem obstáculos impedindo o Brasil de chegar ao esplendor de civilização europeia" (Queiroz, 1989, p. 30).

Importante reiterar esse discurso colonial, exclusivo e dominante, que rechaçava tudo o que destoava dos padrões estabelecidos pela coroa europeia, o que confirma a perspectiva de Bhabha sobre esse discurso (colonial), afirmando que se trata de "uma forma de discurso crucial para a ligação de uma série de diferenças e discriminações que embasam as práticas discursivas e políticas da hierarquização racial e cultural" (Bhabha, 1998, p. 107).

Destaca-se que, mesmo com referências europeias para essa construção, foi reconhecida a necessidade de elementos ditos originais para atingir o projeto identitário desejado. Sob esse direcionamento – e consensualmente - considerou-se a natureza tropical brasileira como o principal aspecto, até porque que essa se apresentava como elemento originalmente nacional. No entanto, foi compreendido à época que a natureza não poderia ser o único elemento original a caracterizar essa identidade nacional. Ainda faltava a identificação desse homem brasileiro, que não poderia ignorar a presença do indígena e do mestiço – mesmo que esse não fosse o desejo dos intelectuais, nem das autoridades.

A situação - da dificuldade de elementos para escolha “originalmente nacional” - foi resolvida diante de uma decisão um tanto inusitada. Em 1840 foi realizado um concurso pelo IHGB para a escolha da melhor proposta de plano de escrita para a história do Brasil e, como resultado foi escolhida a proposta do alemão Karl Friedrich von Martius - teórico já conhecido pelos estudos sobre o país. Seu conceito da história do Brasil se desenvolve a partir de uma ‘nação mestiça’, com o reconhecimento da mestiçagem de três raças presentes no país: indígena, negra e branca. Essa proposição atendia aos desejos hegemônicos da época, já que a partir desse argumento, seu desenvolvimento como nação considerava que “cabia ao Brasil o papel de aperfeiçoar essas raças – por meio do branqueamento de sua população e civilização do indígena” (Barbato, 2014, p. 08), o que se tornaria, posteriormente, em um elemento fundante para o mito da “democracia racial”.

A partir dessa decisão, o discurso precisava ser evidenciado e reverberado de variadas formas, a fim de validar sua apropriação. A literatura foi um importante recurso para esse propósito. Sob essa perspectiva, cabe apresentar a abordagem de Pesavento (2000) acerca da estreita relação da história com a literatura e suas similaridades de interesse. Para a autora, tanto o historiador quanto o escritor de literatura têm o critério de verossimilhança em suas narrativas. Enquanto a história tem a “tarefa de reimaginar o imaginado, oferecendo uma leitura ‘plausível’ e ‘convicente’ do passado”, no discurso literário a “veracidade se encontra na busca da contextualização” (Pesavento, 2000, p. 10), em que as construções dessas narrativas reconstituem e descrevem seus cenários.

Pesavento (2000) discorre um paralelo de obras literárias que acompanham a construção e (re)construção da identidade nacional brasileira desde suas primeiras interpretações, como a busca da homogeneidade nacional de uma identidade única até período mais recente (a partir dos anos 1980), com a abertura política e o viés diverso e multicultural evidente. Enquanto não é possível, de acordo autoridades da época, construir uma identidade nacional como imagem e semelhança às nações europeias, apontava-se, segundo a autora, “para o Brasil que se quer, e

não para o Brasil que se tem” (2000, p. 15). Para isso, obras literárias do romantismo e do realismo, como *O Guarani*, de José Alencar e *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo, apresentavam personagens e ambientes que revelavam esse identitário pelos estereótipos¹⁵ sociais e (sub)culturais que envolviam sua população, reiterando a superioridade romantizada dos colonizadores e a submissão dos nativos (indígenas e negros).

Ortiz (1985, p. 15) também trata em seus estudos sobre o “hiato entre a teoria e a sociedade”, especialmente quando aborda sobre a ‘teoria evolucionista’ que permitiu – até certo ponto - a construção desse identitário nacional. Essa teoria evidenciava o desinteresse das autoridades em reconhecer (e valorizar) a heterogeneidade presente no país. Como solução para esse impasse, justificou-se o atraso brasileiro como circunstancial, sendo que o melhoramento populacional (por meio do cruzamento entre as raças) permitiria a constituição de um povo evoluído social e culturalmente. Segundo ele, “o quadro de interpretação social atribuía à raça branca uma posição de superioridade na constituição identitária” (Ortiz, 1985, p. 19). Afirmava, ainda, que “a construção de um Estado nacional [estaria] como meta e não como realidade presente” no Brasil (1985, p. 35).

Essas escolhas demonstram o quanto recortes seletivos de características naturais ao Brasil e a seu povo buscavam atender a interesses específicos – e hegemônicos – que, mesmo com dificuldade em apagar obviedades - como a heterogeneidade populacional – associava o progresso desenvolvimentista a diferentes aspectos, seja político, econômico, racial, entre outros em que a evolução cultural e social ocorreria progressivamente, afastando-se de características primitivas e heterodoxas que impediam o desenvolvimento da nação. Uma determinação que levaria à exclusão (do diferente) pela seleção (do igual), proporcionando a homogeneização desejada e a busca pelo ideal nacional.

A escolha dos elementos identitários – natureza e o povo – para a definição de uma identidade nacional foi basilar para futuros estudos e práticas acerca do tema, seja do porquê a definição de uma única identidade, assim como outras inquietações acerca dessa problemática, como o conceito de nacionalismo.

Em paralelo a esse construto, desenvolveu-se uma literatura contrária à prática determinista e evolucionista. Importantes escritores como Machado de Assis e Lima Barreto desnudam evidências de uma diversidade mestiça, encoberta pela elite racista da época, que não

¹⁵ Segundo Baccega (1998), na construção de estereótipos há a predominância dos aspectos valorativos, de juízo de valor e bases emocionais na sua determinação. Estereótipo trata-se de uma percepção generalizadora e homogeneizadora que simplifica o outro, ou um grupo. Apresenta, em sua maioria, conotação e viés negativo e com o propósito de desqualificar o outro.

reconhece a hibridez como elemento valioso para esse novo país - sinal claro de uma herança colonialista. No entanto, um evento significativo, que ocorreu no início do século XX, a Semana de Arte Moderna¹⁶, com os expoentes Mario de Andrade e Oswald de Andrade, o primeiro com *Macunaíma* e o último com o *Manifesto da Antropofagia*, rompe com a interpretação de nação cultural una, provocando (re)leituras acerca da multiculturalidade presente no País.

Embora a ruptura ocorrida, a formação do Estado Novo (sob tutela militar) faz uso dessa independência cultural para explorar o conceito nacional desenvolvimentista, que valorizava a autonomia nacionalista a partir de uma identidade politizada que primava pela brasilidade original e novamente única (Oliven, 1992; Pesavento, 2000). Uma “comunidade política imaginada”, como denomina Benedict Anderson, ao desenvolver sobre o conceito de nacionalismo.

De acordo com o quadro de pensamento de Anderson (2008) acerca da origem do nacionalismo, a identidade nacional não é uma qualidade inata dos Estados ou dos sujeitos. Trata-se de uma “comunidade imaginada” construída simbolicamente pelos sujeitos que se reconhecem como parte dela.

Segundo o autor, a construção de uma comunidade imaginada estaria ligada a valores emocionais desenvolvidos e estimulados numa sociedade, não sendo inatas ao sujeito. Benedict Anderson desenvolve seu estudo relacionando-o com o nacionalismo, observando nessa prática uma significativa semelhança a outras práticas desenvolvidas em apelos religiosos e, também, própria da realeza, pois ambos usam de recursos e apelos de distanciamento temporal e físico de seus cidadãos comuns, além de destacarem um sistema de governança ideal e divino para uma sociedade, mais especialmente o seu próprio modelo.

O desenvolvimento dessa comunidade muitas vezes faz uso da prática de (re)construção, de resgate a um passado saudoso (por vezes nem tão positivo), mascarando ou inventando cenários, de forma a torná-lo ideal para a condição social vigente. Seu desenvolvimento, com a propagação de uma história previamente selecionada, proporciona o (re)conhecimento de uma nação ideal, com modelos e mitos que validam o discurso construído, assim como sua apropriação (Anderson, 2008).

Entre as instâncias que participam nessa construção da comunidade ideal, Anderson (2008) destaca a literatura como suporte imaginativo de acontecimentos e os meios de

¹⁶ A Semana de Arte Moderna ocorreu em São Paulo entre os dias 13 e 17 de fevereiro de 1922 (centenário da independência do Brasil). A ‘*Semana de 22*’ é considerada, mesmo com questionamentos acerca de sua representatividade da cultura nacional, uma ousadia pela exposição da multiculturalidade existente em um país urbano e popular. O evento é reconhecido pela fundação do Modernismo no Brasil.

comunicação, mais especificamente os jornais, considerando-os como instrumentos para resgatar e reiterar essas representações e informações, seja pelo alcance, seja pela temporalidade quase instantânea de seu alcance. Contudo, mesmo tendo a literatura com foco à singularidade brasileira, foi possível observar o viés regionalista em seu desenvolvimento ao longo do período do Estado Novo. Exemplos disso seriam obras como *Grande Sertão: veredas* e *O Tempo e o Vento*, de Guimarães Rosa e Erico Veríssimo, respectivamente. A condução do poder centralizado por meio da unificação identitária nacional, num país com tamanha diversidade é, evidentemente, contrária às regionalidades presentes. Oliven (1992) alerta, contudo, para similaridades entre o nacionalismo e o regionalismo, já que ambos buscam por uma homogeneidade característica (ou uniformidade).

O regionalismo, entretanto, reivindica suas especificidades regionais (social, cultural e econômica), tornando-se, em certa medida, mais viável a um país continental de tamanha hibridez, como o Brasil. O autor alerta também para o campo de disputas presente no regionalismo, que semelhante ao sistema anterior (nacionalismo), tende a manter posições e interesses de alguns grupos, muitas vezes de classes dominantes, onde a ‘construção de memórias e simbologias’ validam suas narrativas.

O historiador catarinense Élio Serpa (1996), em seus estudos sobre a identidade catarinense, descreve e analisa a complexidade do processo, bem como seu insucesso mesmo diante do apoio acadêmico e interesse político. Sua análise parte da construção discursiva desenvolvida pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), em que essa construção identitária é estruturada em três fases, junto ao desenvolvimento da Revista do IHGSC. As duas primeiras (de 1902 a 1920 e 1943 a 1944, respectivamente) tiveram a preocupação com a criação de um “imaginário em torno da identidade catarinense”, a partir de “Catarinenses Ilustres”.

Em ambas as fases, o discurso “estava construindo a identidade catarinense pelo passado de luso-brasileiros ilustres estabelecidos no litoral” (Serpa, 1996, p. 66), tendo a segunda fase com destaque para os açorianos. O pesquisador identifica essa escolha e a exclusão da referência aos imigrantes de países hoje identificados por Itália e Alemanha, com grande presença do meio ao extremo oeste de Santa Catarina, devido ao período de construção dessa identidade regional ocorrer em paralelo com a I e II Guerras Mundiais. Apenas a partir de 1979 (até 1996), correspondente à terceira fase da Revista, esses migrantes e seus descendentes tiveram seu reconhecimento e visibilidade.

Foi a partir dos anos 1980 – mais especificamente da gestão governamental de 1982-1986 – que houve a construção do “discurso da Identidade Catarinense, empreendido pelo

Governo Espiridião Amin, através de sua proposta de Governo intitulada ‘Carta aos Catarinenses’” (Serpa, 1996, p. 68). O apoio da academia se dá com o resgate histórico e de memórias de batalhas - e heróis - remetendo a feitos e personalidades diretamente relacionadas aos descendentes luso-brasileiros (embora cite outras etnias de cor branca, como de imigrantes italianos e alemã). No entanto, não remetia à “presença de descendentes de africanos e de índios. Certamente percebe a composição da população do Estado como sendo branca, e o restante seria incorporado à cultura do homem branco pela ação pedagógica” (Serpa, 1996, p. 72).

A partir desse direcionamento estratégico, o governo traça plano de ação para atuar nas diferentes regiões do Estado, e localmente, seja com práticas culturais, seja no grande trabalho comunicacional para forjar essa construção identitária com uma visão de unidade. Contudo, mesmo com todo o esforço político (reconhecidamente conservador) o plano não se assenta na população catarinense. E na conclusão do pesquisador é possível reconhecer claramente as razões.

A sociedade de Santa Catarina vivenciou a existência de governos marcados pelo conservadorismo, certamente induziram práticas que tentaram eliminar as diferenças, que realimentaram de certa forma preconceitos - haja vista que os descendentes de africanos não se constituíram em objetos de estudo. (Serpa, 1996, p. 77)

Essa construção de imaginário (e de comunidades imaginadas) pode ser percebida em diferentes escalas - tanto regional quanto localmente - e em um conjunto de ações estrategicamente organizadas e executadas que produzem, criam, editam, potencializam e evidenciam informações, transformando-as em fatos, eventos, mitos e verdades. Hobsbawn e Ranger (1997) seguem essa perspectiva ao tratarem acerca das “tradições inventadas”, pois essas são recurso frequente nas práticas nacionalistas, inclusive se fazendo muito evidentes em ações do Estado e da Igreja.

Ao estruturarem uma definição acerca do tema, os autores o fazem dizendo que “as tradições ‘inventadas’ caracterizam-se por estabelecer com ele [o passado histórico] uma continuidade bastante artificial” (Hobsbawn & Ranger, 1997, p. 10). É evidente o cuidado desses autores em esclarecer a diferença entre essas tradições e os costumes locais presentes em comunidades/sociedades ditas tradicionais, pois as tradições (inventadas ou não) se tratam de práticas fixas e recorrentes. Práticas que partem desde a sistemática na produção de algum alimento até as rígidas cerimônias protocolares militares e/ou políticas, tendo sempre a vertente ideológica em sua construção.

O que tende a gerar certa dificuldade nesse processo é perceber se essa tradição é algo decorrente de práticas com significado simbólico para a manutenção de uma cultura, ou essa prática (fixa e recorrente) atende a outros objetivos com um viés diferenciado ao que originalmente se propunha. Essas tradições podem ser criadas a partir de recortes de elementos simbólicos, com o propósito de ampliar e diversificar rituais que componham um discurso específico, ou uma atualização e/ou renovação de práticas desprestigiadas pela comunidade/sociedade em questão, com a intenção de resgatar simbologias e atingir públicos mais jovens, por exemplo.

Oliven (1992, p. 26) reforça que “nação e tradição são recortes da realidade, categorias para classificar pessoas e espaços, e, por conseguinte, formas de demarcar fronteiras e estabelecer limites.” O que pode facilmente ser percebido na dinâmica de regionalismo, e de localismo, no Brasil. Na explicação de Hobsbawn e Ranger (1997) percebe-se reiterado destaque para a afirmação de que a invenção das tradições são práticas repetidas até sua fixação, tratando-se inteiramente de uma formalização, uma ritualização de ações vinculadas a um passado em comum. Em seus estudos classificaram essas tradições em três categorias, sobrepostas, segundo os autores:

a) aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais, b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, *status* ou relações de autoridade, e c) aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento. (Hobsbawn & Ranger, 1997, p. 17)

Ao observar as dinâmicas que ilustram a obra que apresenta a investigação dos autores, assim como algumas das práticas identificadas atualmente, é possível reconhecer essa sobreposição, já que ao estabelecer “barreiras de entrada” de sujeitos a uma formação identitária, como vestir certo tipo de traje ou alimentar-se (ou não) com itens específicos, os itens b) e c) se evidenciam naturalmente.

São variadas as questões que ilustram essas práticas e há algumas possíveis de serem observadas nesta investigação, como, por exemplo, a data comemorativa do aniversário da cidade e sua idade. Recentemente essa data¹⁷ sofreu importante alteração devido a revisões de

¹⁷ A comemoração de aniversário da cidade realizada em 23 de março, foi determinada por decreto do prefeito, apenas em 27/06/1967. Cabe destacar, no entanto, que a data de fundação da Cidade é registrada em 17/02/1673, o que significa que havia duas datas importantes para o município. Apenas em 2015 foi efetivamente definido, pela Câmara de Vereadores da Cidade, a determinação do ‘Dia do Município’ em 23 de março. Diante disso, mantém-se o reconhecimento da data de 17/02/1673 como data de fundação de Florianópolis e o dia 23/03/1726 como sua emancipação, esse último o aniversário do Município.

eventos fundantes, que aumentavam seu período de fundação, valorizando historicamente o município, aumentando sua existência em 50 anos. Uma informação que tem relevância para o turismo, especialmente quando se busca reunir elementos que favoreçam e fortaleçam uma identidade cultural que apresente características que atendam a esse propósito, como sua história, arquitetura, alimentação, hábitos, religiosidade, folclore, ..., enfim, suas tradições.

Quando nos atentamos para o local, no que se refere à literatura que expõe a identidade dos florianopolitanos - mais especificamente do “Manezinho da Ilha” -, identificamos sua herança açoriana em Franklin Cascaes. Estudioso folclorista que, por meio de sua investigação junto às comunidades interioranas da antiga Desterro, mapeou, identificou, catalogou e produziu um dos maiores e mais importantes acervos da cultura açoriana na capital catarinense. Entre as diferentes produções (como instalações, memórias, pinturas etc.) estão suas obras literárias do realismo fantástico – como *O Fantástico na Ilha de Santa Catarina* - em que explora as lendas, ritos e mitos dos descendentes dos imigrantes que tiveram papel significativo na construção do imaginário da “Ilha da Magia”.

O resgate de memórias, a exposição de grandes feitos dos primeiros migrantes, a identificação de heróis diante das dificuldades, assim como a (re)construção de hábitos e costumes herdados são recursos utilizados para atingir determinado propósito, que é atingido com a cristalização de uma herança cultural única. O apagamento de diversas características e informações importantes sobre a diversidade presente em nosso país estabeleceu-se por muito tempo. As etnias indígena e negra não aparecem na construção de uma identidade nacional, pois, de acordo com os registros para essa construção, a colonização sempre foi sinônimo de progresso, portanto, falar dessas representações étnicas seria como uma fala contra colonizadora.

Cabe destacar, porém, que a definição dessa identidade cultural é o meio necessário para o propósito maior, muitas vezes associado à manutenção de poderes políticos e econômicos vigentes. Hegemonia que se estabelece por intermédio do forte setor do turismo e da exploração ambiental por empreendimentos imobiliários, entre outros interesses. O que segue práticas vigentes no capitalismo global que monetiza todas as possibilidades comerciais de coisas, serviços e lugares.

Nessa construção identitária local, na qual se reconhece elementos sociais e culturais como constituintes, os recursos comunicacionais são determinantes para o intento dessa narrativa. Os jornais, objetos de estudo desta investigação, têm destaque no desenvolvimento teórico de Anderson (2008), pois se tratava de importantes meios de comunicação e formação

de opinião que, somado a outros diferentes recursos institucionais e/ou comunicacionais, proporcionavam o sucesso da narrativa desejada.

A definição das pautas que são contempladas nos *media*, a diversidade na abordagem de temas centrais que reforcem narrativas hegemônicas, a recorrência de temas na programação dos diferentes meios de comunicação de massa, bem como o emprego dessas variadas práticas ao longo de períodos evidenciam essa dinâmica proposta por Anderson na construção de discursos (e comunidades) imaginárias.

Essas ações podem ser reconhecidas de muitas formas, seja por uma notícia que dê destaque a uma perspectiva, um editorial institucional tendencioso de um veículo de reconhecimento público, a abordagem implicitamente publicitária de uma notícia, até a escolha no uso de recursos linguísticos com carga significativa de sentidos específicos exemplificam a prática dos *media* nesse processo.

Neste primeiro capítulo tratamos acerca da identidade e sua construção como prática social influenciada por variados elementos. Usamos como base nesse capítulo, organizado em três subseções, propostas de Hall (2004, 2006), Woodward (2004) e Silva (2004) especialmente quando defendem o conceito de identificação, sendo como algo inacabado e em permanente revisão. A construção teórica realizada demonstra um pouco do percurso desenvolvido pelos autores sobre o processo de reconhecimento das diferentes fases do estudo da identidade do sujeito - desde sua definição original iluminista até esse sujeito pós-moderno aberto às variadas mudanças sociais globais. Para além dos autores já citados - com destaque para Hall, referência nos estudos culturais britânicos -, percebemos como necessário observar essa compreensão também na América Latina e no Brasil, considerando suas particularidades como países colônia que ainda sofrem com os efeitos dessa herança. Martín-Barbero (2015) e Canclini (2001) elucidam essa diferença especialmente decorrente da herança ainda muito presente nas diferentes sociedades latino-americanas, incluindo Brasil.

A organização do capítulo segue com a proposição de Canclini (1997, 2001) sobre o hibridismo, que compreende esse sujeito múltiplo em sua constituição, considerando um certo protagonismo desse sujeito na construção de sua identidade. Isso devido aos variados movimentos sociais e culturais decorrentes das grandes transformações dessa pós-modernidade, como a globalização. Ao final do capítulo, buscamos refletir sobre a identidade nacional, a partir da reflexão de Anderson (2003) sobre a prática nacionalista e suas construções, assim como de Hobsbawn e Ranger (1997), que abordam sobre aspectos ditos tradicionais e seus

mitos. Com essas reflexões, há uma tentativa de olhar para práticas ao longo da breve trajetória histórica brasileira – no que tange a sua atenção para a construção identitária - desenvolvida nacional, regional e localmente. Florianópolis, foco de análise e objeto de estudo, demonstra muitas similaridades nessa construção identitária, inclusive com as falhas na tentativa de homogeneidade desse perfil.

CAP.2 CULTURA, *MEDIA* E O LOCAL

O conceito de cultura é importante, pois remete a uma ideia de vivências e experiências compartilhadas que nascem a partir da construção social em que os *media* têm um papel muito relevante. Pensar a cultura é pensar as sociedades, sua história e sua evolução. É um processo em permanente transformação, devido às constantes movimentações sociais, econômicas, tecnológicas, entre muitas outras que a afetam. Identificamos e reconhecemos a cultura ao compreender as vivências passadas e as vivências em curso, isso significa que a cultura está em constante transformação (Hall, 2006).

Dessa forma, a proposição deste capítulo é a revisão conceitual e interpretativa do que é cultura e a importância dos *media* - e de fatores hegemônicos (como os poderes político e econômico) - na sua constituição. Reconhecer a cultura de uma sociedade como Florianópolis nos exige um olhar para sua formação inicial e para um passado recente, pois esses fatores afetam diretamente sua construção cultural identitária, seja no presente ou no futuro. Dinâmica que também faremos adiante, tendo os *media* como instâncias importantes na construção dessa identidade cultural, até porque “o meio não se limita a veicular ou a traduzir as representações existentes” (Martín-Barbero, 2018, p. 15).

2.1 Cultura e *media* à luz dos estudos sociais

A conceituação de cultura utilizada neste estudo é oriunda dos estudos culturais britânicos do *Centre for Contemporary Cultural Studies* (também conhecido por ‘Escola de *Birmingham*’), fundada nos anos 1960, por Richard Hoggart e Raymond Williams, seguidos posteriormente por Thompson e Stuart Hall; esse último que se destacou nos estudos direcionados à cultura e à comunicação, sob a perspectiva identitária e diaspórica.

A Escola de *Birmingham* teve importante papel de ruptura do paradigma fundacional de que cultura seria algo que fora produzido por indivíduos autorizados e reconhecidos, isso a tornaria qualificada e, portanto, válida. O rompimento está a partir da perspectiva dos fundadores da Escola de que todos poderiam ser geradores de cultura, pois essa se refere ao modo de vida da sociedade, das práticas e relações cotidianas, indo muito além da definição teórica de alguns poucos selecionados por uma classe ou categoria dominante.

Cabe iniciar essa abordagem referenciando – e reverenciando – Raymond Williams, que rompe com o consenso da cultura reconhecida, questionando esse distanciamento do processo cotidiano que ignorava as práticas ocorridas na e pela sociedade. Para ele, a cultura tem a ver com a forma com que as pessoas vivem, todos são sujeitos culturais e produzem cultura. Uma de suas produções mais reconhecidas ‘*Culture is Ordinary*’ (A cultura é de todos, em tradução brasileira), de 1958, aborda um cotidiano que demonstra as diferentes formas de materialização da cultura. Segundo Williams (1958, p. 4), cultura implica “significados comuns, o produto de todo um povo, e os significados individuais disponibilizados, o produto de uma experiência pessoal e social empenhada de um indivíduo”.

A constituição da Escola de *Birmingham* acompanham uma necessidade de rever paradigmas dos estudos da cultura, que não estavam contemplando o potencial dessa área de conhecimento e de sua capacidade e possibilidade de apreensão e compreensão prática. Os movimentos que se seguiram apontaram para uma nova perspectiva que ampliava o entendimento da cultura para todos nas suas diferentes formas de representação. Segundo Hall (1980 apud Escosteguy, 2000, p. 3), “os Estudos Culturais não configuram uma disciplina, mas uma área em que diferentes disciplinas interagem, visando ao estudo de diferentes aspectos da sociedade”. O que resultou na ampliação da área de estudos culturais nas diferentes frentes de investigação.

Stuart Hall (2006) segue essa perspectiva em suas discussões, destacando que a cultura, assim como a identidade de um sujeito, é aberta e em constante transformação. Essa abertura possibilita clareza de compreensão, ao observarmos as diferentes mudanças ocorridas nas sociedades e em suas diferentes comunidades. O que permite identificar a cultura não apenas na literatura, na música erudita, nas artes, mas também em folguedos, festas populares, na comida, entre outras tantas práticas, oportunizando maior compreensão de uma sociedade. Para ele a cultura é a significação do mundo.

A relevância da investigação e compreensão da cultura como significação do mundo tem como propósito reconhecer e valorizar uma sociedade ou comunidade, exige grande atenção às diferentes formas com que ela se manifesta, transforma-se e se modifica. Cultura não é apenas o que já foi vivido, tampouco apenas manifestações eruditas de arte ou literatura. Cultura é sim isso tudo e muito mais. Martín-Barbero, em suas muitas reflexões sobre cultura na América Latina, esclarece que essa não deve ser compartimentalizada por uma área de conhecimento para ser estudada e compreendida, já que “irriga a vida social por inteiro” (2018, p. 14).

Afirmamos que cultura não é apenas o que a sociologia chama de cultura, que são aquelas atividades, aquelas práticas, aqueles produtos que pertencem às belas artes e às belas letras, a literatura. Há uma concepção antropológica de cultura que está ligada às suas crenças, aos valores que orientam sua vida, à maneira como é expressa sua memória, os relatos de sua vida, suas narrações e também a música, atividades como bordar, pintar, ou seja, alargamos o conceito de cultura. (...) Com uma noção de cultura diferente, começamos a entender que, se era cultura, estava dentro da vida cotidiana. (Martin-Barbero; Barcelos, 2000, p. 157)

Isso evidencia as diversas manifestações e atravessamentos possíveis que estamos sujeitos e assujeitamos em uma comunidade ou sociedade, a qual participamos ou desejamos fazer parte. Bhabha (1998) trata dos “entre-lugares”, ao se referir à cultura e à identidade cultural. Isso ocorre quando aponta para os embates culturais necessários nesse processo de desenvolvimento de narrativas representativas do diferente, onde se identifica o passado e/ou o presente, em que há um antagonismo ou a filiação aos discursos em disputa.

No entanto, mesmo compreendendo a cultura como em permanente transformação, a definição e a escolha de elementos que irão predominar ou se destacar em uma sociedade não é totalmente aleatória nem intuitiva, mantendo, muitas vezes, condições e estruturas previamente estabelecidas. Nessa reflexão, um conceito necessário para compreender parte desse processo de reconhecimento e seleção da adoção de uma cultura é desenvolvido pelo ativista político, filósofo marxista e jornalista, Antônio Gramsci (1891-1937).

Gramsci desenvolve o conceito de hegemonia cultural e sua aplicação no mundo ocidental, que tem sido adotado e compreendido por diferentes linhas teóricas, pois aborda a cultura como relevante aspecto na construção das sociedades, assim como sua participação (da própria sociedade) nessa construção. Este estudo é base para a abordagem dos estudos culturais, que reconhece a relevância das práticas culturais no desenvolvimento de uma sociedade e de sua(s) identidade(s), onde não há apenas submissão, mas também resistência. Seguindo essa construção teórica gramsciana, Araújo (2018, p. 730) afirma que “a cultura é situada no campo de batalha onde operam a dominação e a resistência, sempre na perspectiva de uma alteridade e nunca de total submissão/dominação”. É com essa reflexão que Gramsci cunha o conceito de hegemonia.

Moraes elabora essa interpretação conceitual evidenciando que

Segundo Gramsci, a hegemonia é obtida e consolidada em embates que comportam não apenas questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, mas envolvem também, no plano ético-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se. Portanto, a hegemonia não deve ser entendida nos limites de uma coerção pura e simples, pois inclui a direção cultural e o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo. (Gramsci, 2002b, p. 65 *apud* Moraes, 2010, p. 55)

Essa exposição permite compreender que hegemonia se trata de um processo em construção, de negociação, não sendo estanque e nem totalmente pacífico. A consensualidade faz parte de sua dinâmica, no entanto, ela é negociada, ou seja, mesmo havendo o consenso pelo coletivo – onde há um evidente favorecimento de um grupo (ideologicamente dominante) em detrimento da maioria – é necessária a atenção para mudanças sociais e culturais, a fim de evitar “explosões ou insurreições” que provoquem grandes rupturas ao sistema estabelecido historicamente (Araújo, 2018).

Esse processo pode ser percebido em vários momentos e movimentos da sociedade e compreender essa dinâmica permite reconhecer e analisar o desenvolvimento humano em diferentes sociedades ocidentais. O sufrágio universal, discussões acerca de políticas ambientais, o aumento na representatividade (de gênero e raça/etnia) na política, o reconhecimento de práticas populares como cultura e patrimônio, entre tantos outros fatores evidenciam movimentos gerados a partir de práticas de contestação e resistência da própria sociedade com relação a leis e regras já estabelecidas.

Entre as múltiplas dimensões controladas por representações do poder hegemônico, a dimensão cultural apresenta intenso apelo ao consumo mediático de produtos. A manutenção do *status* de poder (social, político e econômico) se dá por narrativas produzidas com grande apoio dos *media*, para impactar comportamentos no consumo de produtos e ideias, mobilizando sociedades e reverberando amplamente diante do atual cenário global econômico.

O discurso mediático sempre se mostrou como protagonista na reprodução do sistema hegemônico vigente, demonstrando modelos e padrões de perfil e consumo, objetivando a manutenção desse discurso. E, como afirma Raymond Williams (1958), “quem controla o sentido de cultura arbitra sobre valores”, confirmando a manutenção da prática hegemônica ao longo dos tempos, por meio das diferentes esferas de poder. A responsabilidade dos *media* no processo de construção identitário e cultural é determinante, já que dispõem de diferentes mecanismos e ferramentas para a produção e reprodução, troca ou manutenção de sentidos.

Sob essa perspectiva hegemônica, a construção identitária é estabelecida a partir das relações sociais. Um processo que se dá pelo reconhecimento da identidade no contexto social e cultural. Reconhecer a identidade como um processo em construção evidencia seu caráter de incompletude e transitoriedade.

Mudanças sociais importantes, como o aumento da representatividade de gênero e raça/etnia na política é resultado de movimentações de grupos ou coletivos que atuam como forças de resistência social e cultural, que afetam – e são afetadas – por discursos hegemônicos anteriormente estabelecidos, mas que não são mais aceitos da mesma forma de quando instituídos. A relação dos *media* na manutenção do discurso hegemônico, sob a perspectiva dos estudos culturais latino-americanos, tendo Jesús Martín-Barbero como um dos grandes representantes latino-americanos, amplia sua análise além dos meios de comunicação, priorizando as mediações desse processo comunicativo; suas implicações de como esse contexto social e cultural afeta e é afetado pela sociedade (os receptores). Em seu *Mapa Metodológico de Mediações*, de 1998, Martín-Barbero (2015) tem, entre seus elementos de análise a Institucionalidade, como

uma mediação de interesses e poderes contrapostos ... afetando, especialmente a regulação dos discursos que, da parte do Estado, buscam dar estabilidade à ordem constituída e, da parte dos cidadãos – maiorias e minorias – buscam defender seus direitos e fazer-se, isto é, reconstruir permanentemente o social. (2015, pp. 17-18)

Outro aspecto de Martín-Barbero (2015), que nos auxilia na compreensão da relação entre cultura e comunicação são as transformações do tempo e do espaço em nossa sociedade e o efeito desses elementos na mediação denominada de tecnicidade. Sua definição para essa mediação vai além de acessórios, técnicas e tecnologias do processo comunicacional. O autor considera todos esses fatores (tempo – espaço – acessórios – técnica – tecnologia) como mediação que dão sentido a um discurso. Um exercício para pensarmos os diferentes meios de comunicação social (rádio, jornal, tv, internet,...) no nosso tempo, a atualização de seus usos, sua obsolescência e seu desuso.

Além de Martín-Barbero, Néstor Canclini é relevante fonte nos estudos da cultura na América Latina, evidenciando particularidades dos estudos latino-americanos, tão necessários para compreender as múltiplas culturas neste continente. Assim como Martín-Barbero, Canclini (1997) se refere às movimentações rurais e urbanas no continente como determinantes no processo de hibridização cultural, em que descreve o processo da seguinte forma:

Advimos de sociedades dispersas em inúmeras comunidades rurais, com culturas locais, tradicionais e homogêneas, com pouca ou nenhuma comunicação com o restante de sua nação, em que migramos para uma estrutura predominantemente urbana, em que se dispõe de uma oferta simbólica diversa e heterogênea, renovada por uma constante interação do local com redes nacionais e transnacionais de comunicação. (Canclini, 1997, p. 295)

Martín-Barbero corrobora com essa hibridez latino-americana ao afirmar que a “heterogeneidade cultural, na multiplicidade de temporalidades do índio, do negro, do branco e do tempo decorrente de sua mestiçagem” (Martín-Barbero, 2015, p. 218). Sob essa perspectiva heterogênea, identificar a dinâmica hegemônica presente em uma sociedade requer observar as muitas camadas de sua história. No caso deste estudo, o município de Florianópolis (objeto desta investigação) tem em seu histórico colonizador a predominância “institucional” da origem açoriana, onde não há - ou quase inexistente - a referência de outras influências culturais relevantes em sua formação/constituição.

A migração de famílias provindas do arquipélago dos Açores e da Madeira, em meados do século XVIII, com o propósito de povoar a região sul do Brasil, teve importante impacto e significado para o país e para a região, mas se faz necessário um retorno mais atento para esse período - assim como para períodos anteriores a ele - que demonstram a presença de outras referências que permitem compreender mais claramente a cultura local.

2.2 Registros históricos e memórias de Florianópolis

Este estudo se propõe a identificar e analisar elementos de representação utilizados pelos *media* na construção identitária da população de Florianópolis. Nossa perspectiva de análise parte da enunciação, ou seja, dos *media*, especificamente de dois jornais regionais, o *DC* e o *OE*. Compreendendo a cultura e a identidade como um processo em construção foi determinante um resgate histórico e contextual, pois é a partir dele que será possível reconhecer fatos e práticas atuais. Os dados históricos tendem a ser predominantes nessa narrativa, pois eles se estabelecem a partir de registros de fatos e eventos da humanidade ao longo do tempo. Contudo, contextualizações históricas também partem de memórias de vivências e lembranças individuais e de recordações coletivas¹⁸. Para Assmann, memórias (2008, p.116) se constituem na “faculdade que nos capacita a formar uma consciência da identidade, tanto no nível pessoal como no coletivo.” Contudo, em razão do intercruzamento dos conceitos - história e memória – as informações obtidas tendem a ter registros que partem de narrativas, de recordações e lembranças; ou seja, das memórias.

Há diferentes registros históricos informando que o povoamento do sul do Brasil se deu muito tardiamente, em comparação as demais regiões do país. Enquanto a ocupação europeia inicia pelas regiões nordeste e sudeste, a região sul só começa a ter atenção da coroa portuguesa no início do século XVII. Nesse período, o Sul do país era reconhecido como ponto de apoio estratégico – em especial, a região da baía da Ilha de Santa Catarina¹⁹ – pela proximidade com o Atlântico Sul e como uma das poucas paradas seguras de abastecimento para seguir até a baía do Prata.

O fim da União Ibérica²⁰, em 1640, e o já descontentamento com a antiga demarcação do Tratado de Tordesilhas²¹ levam Portugal a buscar demarcar mais fortemente sua presença na região. A fim de atingir esse intento, algumas decisões estratégicas foram tomadas, iniciando

¹⁸ Para Hallbwachs, os indivíduos não recordam suas memórias só e sim de forma partilhada. Segundo o autor, “outras pessoas tiveram essas lembranças em comum comigo. Mais do que isso, elas me ajudam a recordá-las e, para melhor recordar, eu me volto para elas, por um instante adotando seu ponto de vista” (Hallbwachs, 2013, p. 31).

¹⁹ Ilha de Santa Catarina foi o nome dado pelo navegador italiano Sebastião Caboto, a serviço da Espanha, quando navegou pela região, por volta de 1526, indo em direção à baía do Prata.

²⁰ A União Ibérica foi uma unidade política entre as coroas espanhola e portuguesa, ocorrida entre os anos de 1580 e 1640, em que houve uma união monárquica entre os países (Espanha e Portugal).

²¹ O Tratado de Tordesilhas foi um acordo de fronteiras entre as colônias portuguesas e espanholas na América do Sul, que teve vigência de 1494 a 1580, quando da constituição da União Ibérica.

com as movimentações internas (no Brasil), a partir de políticas de expansão territorial (com a atuação dos bandeirantes paulistas), até a promoção da migração de famílias açorianas e madeirenses para a região, o que efetivamente permite a ampliação dessa expansão portuguesa (Veiga, 2010).

A Capital de Santa Catarina, uma das cidades mais antigas do Estado, foi fundada oficialmente em 1673, com a incursão dos bandeirantes à região Sul do Brasil. No entanto, a região já contava com outros habitantes, denominados por **povos originários**, identificados como indígenas da tribo Carijós, da nação Tupi-Guarani. Esses povos denominavam o local (que hoje é Florianópolis) de *Meiembipe*, que em Tupi significa ‘elevação do monte ao longo do rio’.

Os registros são imprecisos quanto ao período inicial da presença desses povos – ou de outras nações – na cidade e região, mas há indícios de sua existência cerca de 400 anos antes da chegada de europeus ao sul do país. Cabe destacar que não há muitas pesquisas acerca da presença da população indígena na região. O registro que trata acerca dessa presença demonstra a prevalência de “grupos nativos Macro Jê e Tupi, isto é, por Kaingang, Xokleng, Xetá e Guarani” (Garcia, 2015, p. 92). A nação Guarani, presente predominantemente no litoral e sul de Santa Catarina, consegue se manter até os anos de 1970, especialmente por refugiar-se em reservas da Mata Atlântica. A partir desse período essas reservas começam a ser invadidas e devastadas, e sua população praticamente dizimada, a fim de atender ao propósito desenvolvimentista previsto para essa região do país.

As investigações realizadas demonstram que os hábitos culturais desses povos foram variados e muito ricos. Possuíam grande diversidade em sua alimentação e no desenvolvimento e uso de utensílios e adereços. Sobre sua alimentação, estudiosos identificaram elementos que comprovariam o consumo de diversificados tipos de frutas, peixes e pequenas caças, tendo como cultivo majoritário a mandioca e o milho, assim como legumes e afins. Com a mandioca faziam a farinha e dessa a tapioca e o beiju, entre outros usos. Cabe destacar que esse alimento - a mandioca - foi apropriado pelas civilizações seguintes a esses povos que ampliaram suas formas de uso, sendo consumido até os dias de hoje.

Entre os utensílios e adereços produzidos e utilizados, identificamos a importante presença do uso de objetos cerâmicos, de folhas e palhas. Jarros, combucas, gamelas, balaios etc., bem como ornamentos variados, entre eles colares, brincos, pulseiras e cocares. No que se refere ao culto e à crença, na população indígena prevalece o culto à natureza e seus diferentes

elementos. Contudo, a partir da chegada dos europeus ao Brasil - especificamente na região Sul - registra-se importante conversão de povos indígenas ao catolicismo, para fins de sua “humanização e cristianização”, decorrente da presença de missões jesuíticas, também conhecidas por Reduções²².

Garcia (2015) retoma um aspecto relevante ao provocar a reflexão de como uma cidade do porte de Florianópolis, com uma importante presença indígena no período colonial, acabou por se tornar uma cidade sem índios, pois o registro da presença desses povos é praticamente inexistente. Complementando essa reflexão, ela recorre a Sachet (1997), que alerta sobre

a impossibilidade de omitir os Carijós na história do trabalho de Santa Catarina, [ressaltando] que é importante superar a visão tradicional em que se estuda a história a partir da chegada dos europeus e seus impactos dentro do novo território. Mas que também é necessário começar a ver como essas pessoas que estavam ‘dentro’ construíram e projetaram essa história junto aos de ‘fora’. (Garcia, 2015, p. 99)

Nesse breve percurso histórico foi possível observar que a permanência dos povos originários na região é progressivamente impactada pela ocupação da coroa no sul do país, antes mesmo da chegada dos migrantes europeus – o que será ainda mais evidenciado a partir dos registros de expansão e demarcação das terras brasileiras pelos portugueses. Essas incursões realizadas à região ocorreram no século XVII, a partir de 1640, quando Portugal retoma sua independência. Seu objetivo era de mapear uma região ainda desconhecida pela coroa portuguesa e assim demarcar e ocupar essas áreas, a fim de mantê-las sob o domínio português.

Cabe destacar que nesse período a América do Sul estava sob domínio das coroas portuguesa e espanhola, que exploravam a grande área territorial em busca de variadas riquezas, desde agrícolas a minerais. Para atingir esse intento – de mapeamento, demarcação e povoamento -, a presença dos **bandeirantes** foi determinante. Como representante da coroa, o bandeirante paulista Francisco Dias Velho segue para o Sul, fundando o primeiro povoado oficialmente reconhecido na região, em 1673 (Cardoso, 2007). Chamado de Nossa Senhora do Desterro, o pequeno povoado, de propriedade de Dias Velho, teve suas primeiras instalações habitacionais na região central da baía, hoje identificada como centro da Cidade, onde construiu

²² Essas missões tinham o papel ‘evangelizador e civilizatório’ dos povos originários dos países recém-descobertos na América do Sul. A Companhia de Jesus, de ordem jesuítica, teve essa responsabilidade no Brasil, a partir dos anos 1534, sob o comando de Inácio de Loyola.

a casa principal e as demais moradias de apoio, assim como a capela - atual igreja Matriz do Município.

Sua permanência em Nossa Senhora do Desterro se dá até 1687, quando a invasão de um navio corsário inglês dizima boa parte da população local e mata Dias Velho. Desse período em diante houve pouca modificação na região. Algumas décadas mais tarde, no entanto, um significativo aumento populacional ocorre a partir da chegada de famílias portuguesas provenientes dos arquipélagos dos Açores e Madeira, entre os anos de 1748 a 1756.

Antes, porém, é necessário o registro da presença da população **negra** na Ilha. Embora o apagamento da presença de negros na região, houve, sim, a presença de mão de obra negra escravizada na Ilha de Santa Catarina. Vale destacar esse aspecto, pois, via senso comum, o Sul do Brasil é predominantemente europeu devido à significativa imigração europeia provinda de países hoje identificados por Alemanha e Itália, além dos próprios portugueses e açorianos. Essa presença se deu em paralelo ao período de migração açoriana, sendo essa identificada especialmente junto às armações baleeiras da região. Há registros da fundação de cinco armações baleeiras no litoral catarinense, incluindo na Capital, que apresentavam forte presença de trabalho escravo. Tão grande era a prática de escravização nessas unidades, que o número chegou a ser comparado aos engenhos de cana-de-açúcar e fazendas de café presentes nas regiões sudeste e nordeste do país (Cardoso, 2007).

A partir da abolição da escravatura, e com o fim da pesca da baleia, as atividades desenvolvidas pelos “libertos” levaram-nos à região mais urbana da cidade, onde passaram a desempenhar múltiplas funções em diferentes setores econômicos, seja de serviços domésticos para as mulheres ou de transporte e venda de diferentes produtos no comércio, entre outras subfunções, para os homens.

A investigação de Cardoso (2007) sobre a ausência de negros na região demonstra o apagamento dessa presença em decorrência do interesse burguês da época, com pretensões em ascender social e economicamente diante da capital do país, o Rio de Janeiro. Segundo o autor, era necessário demonstrar que, além de sua branquitude, propriedade de bens e sua relação com a igreja católica, seu caráter ainda era de uma sociedade “civilizada e higienizada”, que se opunha à prática de escravidão – que mesmo já tendo sido abolida, ainda era mantida na região.

Cardoso (2007), inclusive, considera o apagamento da presença negra, assim como dos povos originários ou qualquer outra presença cultural e identitária na região, assim como “a

‘escolha’ pela memória de identidade açoriana, como um investimento político” (Cardoso, 2007, p. 12) e econômico, uma abordagem que será discutida nesta investigação.

A presença dos trabalhadores negros na constituição de Nossa Senhora do Desterro, após o período de escravidão, dá-se no desenvolvimento das regiões periféricas do município, pois esses tinham que permanecer próximo das elites que se serviam de sua mão de obra. No entanto, não deveriam coabitar as regiões ditas nobres da cidade, a fim de não “desqualificá-las ou desprestigiá-las” (Nogueira, 2018).

Com o desenvolvimento de importantes estudos acerca do tema (F. H. Cardoso, 1960, 2000; P. Cardoso, 2007; A. Nogueira, 2018), foi possível identificar e reunir um número significativo de registros sobre a população negra na cidade, seja com documentos, seja com informações da antiga presença de quilombos. Da mesma forma, como registros históricos, estão os espaços exclusivos ao convívio social (como clubes) para a população negra, que não podia frequentar os mesmos espaços que a população branca (especialmente a elite).

No entanto, em decorrência de movimentos políticos e econômicos locais, ambientes originalmente frequentados pelos trabalhadores negros na região central da Cidade – como o Mercado Público Municipal – acabaram sofrendo mudanças significativas. O Mercado Público, por exemplo, acabou por sofrer alterações estruturais relevantes para atender a propósito mais comercial e turístico, deixando de ser acessível à grande parte dos antigos frequentadores, predominantemente, negros.

Por um longo período foram impedidas manifestações culturais e sociais da população negra - como o samba, o pagode e a capoeira -, assim como a retirada de botecos populares na região central da cidade, sendo esses substituídos por espaços voltados a um público de maior poder aquisitivo e ao turismo.

Nogueira (2018, p. 54), em seu estudo acerca da presença do negro em Florianópolis, considera que

A invisibilização da população negra, tanto na história do estado como no momento atual, serve para alimentar o discurso racista de que a prosperidade de Santa Catarina deve ser creditada apenas aos imigrantes europeus e seus descendentes, ignorando o papel fundamental dos povos originários e africanos e seus descendentes no desenvolvimento do estado.

Mesmo que não seja realizada uma análise profunda acerca da teoria hegemônica nessas determinações e práticas, é possível identificá-la significativamente, perpassando por todo o processo de urbanização “civilizatória e eugênica” do município.

Na retomada à construção e formação da cidade, chegamos a uma significativa migração ocorrida em meados do século XVIII. O período se dá entre os anos de 1748 e 1756, em que o estado de Santa Catarina, mais especificamente sua capital, a Ilha de Nossa Senhora do Desterro, recebe cerca de 6 mil **açorianos** e madeirenses. O propósito dessa migração era o de povoar a região Sul do país, garantindo à colônia portuguesa a manutenção do território ao sul do Brasil, diante da forte disputa de área com a Espanha. Essas famílias²³, mesmo vindas de espaços com características geográficas semelhantes (arquipélagos), tiveram que enfrentar importantes diferenças ambientais e culturais, somadas às dificuldades estruturais e econômicas já existentes (Alves, 2016).

A vinda dessas famílias de diferentes ilhas do arquipélago açoriano - a citar com destaque as centrais: Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial - dá-se por importantes razões, a destacar as dificuldades econômicas na geração de renda nessa região, somado a importantes fatores ambientais e geográficos que afetavam o arquipélago. Sob o aspecto econômico, a ocorrência de mudanças geopolíticas alterou o tráfego marítimo América–Europa, decorrente do transporte de riquezas das colônias para os impérios, reduzindo significativamente o fluxo econômico e de geração de renda, para a manutenção dessas comunidades.

Entre as famílias que foram distribuídas ao longo do litoral catarinense, com especial destaque para sua capital, a nova população apresentava variadas ocupações/profissões, já desempenhadas em suas cidades de origem, o que auxiliaria no atendimento de muitas necessidades na chegada ao destino. A economia se baseava predominantemente pela agricultura e pela pesca, especialmente de baleias. Interessante destacar que, inicialmente, a pesca de peixes na região não se deu como o esperado. Isso porque a geografia do arquipélago açoriano era oceânica, rodeada de rochedos e com poucas praias, não sendo a pesca, portanto, uma prática regular de subsistência entre os povos açorianos. Geografia muito diferente da Ilha de Santa Catarina, que favorecia esse exercício de subsistência.

²³ Há registros que defendem que esta foi a única migração inteiramente planejada (característica e propósito) pela coroa portuguesa para sua colônia. Essa imigração ocorre com a vinda apenas de casais jovens e suas famílias para o sul do Brasil. O que auxiliaria, segundo eles, numa melhor ‘adaptação’ e ‘empenho’ dos migrantes ao desafio de mudarem para uma região pouco explorada e distinta de seu território de partida.

Na agricultura plantavam milho, mandioca, batata, café, banana, entre outros itens. A partir desses cultivos, muito se reconhece de sua gastronomia em alimentos presentes até hoje na rotina do ilhéu, como os cozidos, arroz doce, massa sovada etc. Necessário destacar que a tecnologia utilizada por esses colonos açorianos para moer o trigo (que não tinha sido uma cultura possível no novo continente) foi adaptada para o uso da mandioca (originalmente produzida pelos povos originários), com a produção da farinha e outros derivados, tornando-se a base de sua alimentação, proporcionando o tradicional pirão d'água e peixe.

Sua religiosidade foi mantida – e ainda hoje é significativa marca identitária – por meio de procissões e festas locais, como a do Divino Espírito Santo²⁴. A arte e o artesanato pelas olarias e cerâmica, assim como as rendas de bilro e crivo. As músicas, brincadeiras, folguedos, rezas e lendas além da própria fala também são elementos que caracterizam muito essa herança açoriana (Alves, 2016). Elementos e práticas oportunamente detalhados na definição da identidade ilhéu.

Neste breve percurso histórico, a Ilha de Santa Catarina mudou seu nome algumas vezes, passando de *Meiembipe* (que em Tupi significa elevação do monte ao longo do rio), passando por “Ilha de Santa Catarina” (por ter sido descoberta pelos bandeirantes no Dia de Santa Catarina), seguida de “Nossa Senhora do Desterro” (quando então se torna uma vila) e, após a independência do Brasil, quando é elevada à cidade, passa a ser chamada apenas por “Desterro”. Ao cabo que, finalmente, como resultado da Revolução Federalista²⁵ (no final do sec. XIX), é adotado o atual e controverso nome de “Florianópolis”, uma homenagem ao presidente brasileiro à época, o Marechal Floriano Peixoto.

²⁴ “O Ciclo do Divino Espírito Santo é uma das tradições mais antigas de Florianópolis, cultivada e passada de geração a geração por mais de dois séculos. Comemorada a partir das celebrações de Pentecostes (50 dias após a Páscoa), a Festa mescla elementos religiosos, profanos e folclóricos.” Ciclo que ocorre entre os meses de junho a setembro em diferentes Comunidades da Capital e cidades da Região Metropolitana. Extraído do site <https://www.ipatrimonio.org/florianopolis-festa-do-divino-espírito-santo/#!/map=38329&loc=-27.593409447966657,-48.54646822418843,17>, em 20/10/2022.

²⁵ “Revolução Federalista, que se estendeu de fevereiro de 1893 a agosto de 1895, conflagrando três Estados do Sul da Federação e, combinada com a Revolta da Armada, que eclodiu em setembro de 1893 no Rio de Janeiro, cercou e bombardeou a Capital do País, chegando ainda a constituir um governo paralelo na cidade de Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis)” (Axt, 2018, p. 1). Houve muitos registros de feridos e mortos nessa luta, também conhecida como ‘revolução da degola’, contudo, cabe destaque para o massacre ocorrido em Florianópolis, em abril de 1894. Sob a ordem do Gal. Moreira Cezar, com a chancela do atual presidente, Floriano Peixoto, foram mortos, na Fortaleza de Anhatomirim, cerca de 200 rebeldes, membros da sociedade local. Um abalo importante para a revolução. Na sequência do ocorrido, a cidade teve seu nome trocado de Desterro por Florianópolis, como homenagem ao presidente da República, ação considerada como uma afronta pela população diante de tal situação (Axt, 2018).

Esse breve relato demonstra a diversidade na constituição de uma sociedade e sua cultura, especialmente se considerarmos que essas foram referências significativas de sua formação. Restringir ou eleger uma vertente histórica como determinante para a constituição de uma cultura tende a enfraquecê-la, além de não reconhecer a contribuição e a riqueza dessa multiplicidade. A prática de esquecimento e apagamento de memórias e registros não relevantes, aliada à escolha por uma matriz única - que também sofre modificações para atender propósitos políticos e econômicos hegemônicos - é uma prática recorrente na dinâmica nacionalista. A definição de padrões e parâmetros homogêneos de identidade cultural perfaz a história da construção brasileira, sua identidade nacional e os elementos culturais que merecem reconhecimento e destaque.

A partir dessa narrativa história e breves considerações a esse respeito, cabe identificar os movimentos da continuidade desse processo de formação cultural da Ilha de Santa Catarina, ocorridos mais intensamente em fins do século XX. O que nos dirige novamente à reflexão de Martín-Barbero, sobre a amplitude do que é cultura, já que essa engloba tudo o que ocorre na vida social. Dando, a partir disso, destaque ao local em que o social ocorre, já que, segundo o autor, é na “cidade o lugar estratégico onde ainda sobrevivem alguns laços de pertencimento, coexistindo com o deslocamento produzido pelos fluxos do global” (2018, p. 28).

2.3 Modernidade tardia do local

Florianópolis foi tratada por um longo tempo como uma cidade muito pacata e com características interioranas para uma capital. Essa condição se deu, especialmente, por sua questão geográfica, seja devido a sua localização no território nacional (a rodovia BR 101 só foi aberta entre os anos 1950 e 1960), seja por estar situada em uma ilha (teve sua primeira ponte de acesso construída apenas em 1926), mantendo sua população mais concentrada e com pouca variação demográfica até então (Budde, 2013).

Contudo, a partir da década de 1960 (quando do período militar instaurado no Brasil), houve a implementação de planos de modernização no país, quando então se deu importante investimento de recursos em infraestrutura na região (com destaque para a capital de Santa Catarina), a fim de demarcar a força do Estado vigente e sua presença nacional, especialmente em locais (Estados) de governos apoiadores ao sistema. Sob esse aspecto, Silva (2016) analisa essa fase como um período importante no início da constituição de Florianópolis como ‘cidade mercadoria’, termo cunhado por Sánchez, ao afirmar que são

... cidades que passam a ser ‘vendidas’ dentro das políticas do Estado, que, no atual estágio do regime de acumulação capitalista, procura cumprir com uma agenda estratégica de transformações exigidas para a inserção econômica das cidades nos fluxos globais. (Sánchez, 2010, p. 50)

Ao desenvolver sua análise sobre a capital de Santa Catarina nessa perspectiva, Silva (2016) critica o poder hegemônico que predomina nas decisões políticas as quais possibilitam o estímulo ao consumo do lugar, desconsiderando os interesses reais da comunidade e dos moradores locais.

Como capital de Santa Catarina, Florianópolis recebeu significativos recursos federais para a realização de seus projetos desenvolvimentistas, tendo como sua política de desenvolvimento a valorização de investimentos imobiliários com foco no turismo. Tanto políticos quanto empresários locais, mobilizados nessa direção, realizaram o primeiro Plano Diretor da cidade com esse propósito (Budde, 2013). A partir dessa decisão – e de muitas alterações do plano municipal, a fim de atender novas necessidades para esse setor - a cidade começa a sofrer mudanças. A instalação da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC²⁶ e da Eletrosul²⁷, na cidade, provocou uma significativa vinda de novos moradores (os forasteiros), tornando a década de 1970 o período de virada em sua condição de cidade pacata.

Budde (2013) relata que a Universidade proporcionou a vinda de estudantes de outras cidades e estados para a capital, o que ampliou a circulação de novos residentes – professores, técnicos e estudantes – em todo o município, especialmente para bairros vizinhos à Instituição, impulsionando uma verticalização nas construções, a fim de atender a essa demanda. A chegada da estatal Eletrosul, transferida do Rio de Janeiro para Florianópolis, mobilizou muitos funcionários para a nova cidade, provindos especialmente dos estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, proporcionando uma importante transformação no município.

Segundo a autora, o *boom* imobiliário, e, por consequência, do segmento da construção civil ocorrido na década de 1970, resultou na construção de grandes estruturas residenciais, na ampliação da oferta de produtos e serviços locais, assim como na infraestrutura de mobilidade.

²⁶ Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, fundada em 18/12/1960, no bairro Trindade, em Florianópolis/SC. Em 1965, foi inaugurada a UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina), também na Capital. Ambas as instituições são multicampi.

²⁷ Eletrosul Centrais Elétricas é uma empresa estatal que compõem o sistema Eletrobrás (abrange os três estados do Sul - RS, SC e PR - e o estado do MS), transferiu suas instalações do Rio de Janeiro para Florianópolis, no bairro Pantanal, em 1975, consolidando sua nova sede em 1976.

Obras como a construção da segunda ponte de acesso à Ilha - Ponte Colombo Salles²⁸ -, a realização do aterro da Baía Sul²⁹, assim como a ampliação dos acessos e pavimentação das rodovias que cruzam a cidade vão mudando a paisagem e a população.

Comparativamente, o registro do censo de 1950 informava que Florianópolis tinha pouco mais de 67 mil habitantes, na década de 1970 (IBGE), a cidade contava com 138.337 habitantes, em 2010, foi contabilizado o número de 421.203 pessoas, já em 2022 há 537.213 habitantes³⁰, caracterizando um aumento de cerca de seis vezes a população da cidade. De acordo com os dados do último censo (IBGE, 2022) a densidade demográfica de Florianópolis é de 796 habitantes por km², distribuído numa área aproximada de 675 km², tendo como receita econômica predominante o setor de serviços, seguido de administração e afins (derivados da área pública).

O desenvolvimento do turismo segue esse ritmo e a partir dos anos de 1980, com a criação de loteamentos (condomínios residenciais) e de estruturas hoteleiras, assim como campanhas de atração turística e de roteiros de diversão visibilizaram esse desenvolvimento. Somado a isso, ainda está a reiterada divulgação de índice positivo na avaliação da qualidade de vida local³¹, atraindo turistas nacionais e internacionais³² para conhecer Florianópolis. A partir do turismo, alguns desses visitantes acabavam por fixar residência. Essa nova onda de imigração englobava, contudo, aqueles com melhor poder aquisitivo e formação profissional,

²⁸ A *ponte Colombo Salles* é uma das três pontes que liga a Ilha de Santa Catarina ao continente, é a segunda a ser construída, com a inauguração datada em março/1975.

²⁹ O aterro da Baía Sul é um estreitamento do canal entre a Ilha de Florianópolis (região central) e a parte continental da cidade (bairro de Coqueiros). “Possui 630 mil metros quadrados, projetado pelo arquiteto Roberto Burle Marx, previa a instalação de prédios do poder público, edifícios residenciais para funcionários, heliponto, bolsões de estacionamento, áreas de lazer com quadras esportivas, lago com ilhas e minissistema viário para crianças. Nos anos 2000, o que se vê é a completa descaracterização da proposta, com terminal de ônibus da cidade, camelódromo, estacionamentos, estação de tratamento de esgoto e outras construções, sendo que apenas o Terminal Rodoviário Rita Maria fazia parte do projeto original” (Budde, 2013, p. 172). Hoje está em fase de licitação para venda para a iniciativa privada.

³⁰ O censo demográfico de 2022 dispôs, até este momento, apenas dados gerais da coleta nacional do censo, pois ainda há dados sendo atualizados. Por essa razão, alguns dados mais detalhados ainda contam com informações decorrentes do Censo 2010. Este é um censo atípico em sua realização (devido ao atraso de dois anos em sua realização, ao tempo de coleta, ao significativo índice de não respondentes em classes A e B etc.), tendo, inclusive, municípios brasileiros contestando seus resultados.

³¹ “Apesar dos problemas do intenso fluxo migratório iniciado na década anterior, ao final dos anos 1990, paradoxalmente, Florianópolis foi considerada pela ONU como a capital brasileira com os melhores indicadores de qualidade de vida. O índice apontado demonstra a elitização crescente da cidade, já que é um fator de atração para chegada de novos moradores de maior poder aquisitivo” (Budde, 2013, p. 186).

³² A década foi identificada como o marco da chegada de turistas argentinos.

mas também aqueles que buscavam oportunidades de emprego e renda (na construção civil, comércio ou serviços) (Budde, 2013).

Florianópolis é a primeira cidade de SC com melhor índice de IDH³³ no Brasil (IBGE, 2010), mantendo-se entre as melhores em nível nacional, sendo também a primeira Capital entre todas as demais. Além disso, é também uma das cidades com melhor média nacional de renda, estando em 14ª posição no País e a 1ª no Estado. Fatos esses que ainda são atrativos para a imigração, que, predominantemente, tem sua origem em cidades e estados da região Sul, seguida da região Sudeste.

Também, segundo o Censo de 2010, mais da metade dos moradores da Florianópolis não é nascido na cidade (Budde, 2013). Isso evidencia que o município de Florianópolis, assim como a própria nação brasileira, é constituído de um híbrido de influências internas e externas. A “pureza cultural” e identitária em sua constituição como território já se mostrou improvável e atualmente é ainda mais diversificada e diversa.

Percebemos com isso que, além da diversidade de etnias presentes na constituição da cidade, o desenvolvimento demográfico urbano ocorrido a partir da segunda metade do século XX intensificou a heterogeneidade cultural de Florianópolis. Fatores políticos e econômicos, que serão reiteradamente lembrados ao longo desta investigação, reconheciam a importância da definição cultural da cidade, mesmo esse sendo um grande desafio, pois cultura e identidade cultural são processos abertos e em permanente “fazer e ser”, como bem lembra Hall (2004). Cabe, portanto, observar a construção dessa escolha e sua reiterada e crescente aceitação e adoção por aqueles cidadãos que vivem o seu cotidiano.

³³ IDH significa Índice de Desenvolvimento Humano básico medido no país.

2.4 Ascensão e mercantilização de uma cultura local

Para compreendermos a construção cultural e identitária local, assim como a influência dos *media* nesse processo, é necessário analisar esses aspectos sob perspectivas teóricas que nos façam elucidar essa dinâmica. Entre esses aspectos estão os estudos pós-coloniais ou decoloniais e sua herança na manutenção de forças hegemônicas, que transitaram do feudalismo (na fase monárquica) para o capitalismo (fase atual) e que acabam por determinar o que pode e deve ser considerado na seleção determinação de uma cultura. Como se refere Ballestrin, trata-se de reconhecer a influência e a “...permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva” (2013, p. 89).

A escolha de uma cultura dominante a partir de critérios eleitos por um determinado grupo hegemônico, objetivando a manutenção de *status* e poder econômicos, constroem discursos e narrativas que exaltam características, valorizam memórias e criam mitos, desqualificando todas as demais formações culturais que não se enquadram nos parâmetros preestabelecidos.

Em um resgate histórico para esta análise, observamos que a narrativa homogeneizadora do açoriano em Florianópolis ganha espaço a partir dos anos de 1948, quando ocorre o 1º Congresso de História Catarinense, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, que teve, entre seus objetivos, a comemoração dos duzentos anos da colonização açoriana no Estado (Santa Catarina). Entre os pesquisadores que realizaram o evento demonstrava-se grande interesse em explorar arquivos e registros da ascendência açoriana, por muito desprestigiada no Sul do Brasil, devido à importância da imigração alemã e italiana na região. Os registros das discussões demonstravam as dificuldades presentes na terra natal dos povos trazidos para o Brasil, assim como as dificuldades em sua chegada ao novo continente, contrastando com as promessas feitas pela Coroa.

Acredita-se, a partir da perspectiva apontada por Sergio Luiz Ferreira (Ferreira, 2016), que as informações demonstravam um povo carente de recursos e ambições, que acabaram gerando certa resistência às adversidades, proporcionando a seus descendentes a identificação e afeição com sua raiz açoriana e madeirense. No entanto, de acordo com alguns pesquisadores da cultura açoriana em Florianópolis, houve um movimento interessante entre descendentes de imigrantes desses açorianos (reconhecida elite da cidade e alguns intelectuais locais).

Havia entre eles aqueles que classificavam seus ascendentes entre “ilustres e vitoriosos”, sendo esses diferentes do “açoriano fracassado” e a diferença dessa classificação se norteava por suas escolhas. Para esses, os que se afastaram de suas características mais essenciais, como o mar e a terra, eram considerados valorosos, diferente daqueles que tiveram coragem de abandonar suas origens mais humildes (os fracassados). Essa classificação ocasionou certo distanciamento dessa população de seus registros e memórias, sendo esse último (o fracassado) tomado como estereótipo (negativo, claro) da população local, em sua maioria mais humilde.

É possível perceber um resgate da açorianidade em Santa Catarina, mais fortemente, entre os anos 1980 e 1990, quando surge o Núcleo de Estudos Açorianos (NEA), na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A partir de um trabalho de mapeamento desenvolvido pelo NEA/UFSC foi possível um ‘resgate’ de práticas provenientes dessa colonização europeia, que ocorria naturalmente em variados locais/cidades de Santa Catarina, especialmente da região litorânea do Estado. Populações que já não se reconheciam como descendentes – pois suas memórias não eram mais valorizadas - e os registros dos estudos realizados dessas práticas se mantinham ainda restritos ao ambiente acadêmico.

A partir desse mapeamento e da mobilização decorrente dessa atividade, surge um movimento importante nos municípios que tinham essas comunidades de descendentes – o que vem a estruturar essa diáspora –. Esses passaram a realizar um encontro anual festivo e itinerante denominado AÇOR³⁴, que conta com a integração entre a universidade e o poder público local, assim como sua comunidade, que mobiliza o turismo, a cultura, a educação e sua economia (Alves, 2016).

Um personagem de grande relevância que requer ser destacado por seu importante trabalho de investigação das memórias açorianas é Franklin Cascaes, um dos maiores estudiosos da cultura açoriana em Florianópolis. Antropólogo, folclorista, ceramista, gravurista e escritor, Cascaes, mesmo não tendo sido reconhecido pela academia como pesquisador, desenvolveu um importante trabalho de investigação etnográfica da população descendente de migrantes açorianos na Capital.

Cascaes identificou, organizou e registrou em diferentes formas – blocos de anotações, versos, esculturas, desenhos etc. – aspectos culturais açorianos importantes, como seus costumes, crenças, rotinas, dizeres etc., que possibilitaram um registro relevante para a história,

³⁴ Identificada como a maior Festa da Cultura Açoriana do Brasil, em que se faz presente diferentes movimentos culturais e artísticos da cultura açoriana, envolvendo o folclore, artesanato, gastronomia e religiosidade. Informações disponíveis no link <https://nea.ufsc.br/>.

arte e cultura açoriana na Capital e ao Sul do Brasil. Após sua morte, em 1983, mais de três mil objetos/peças de sua produção foram reunidos num acervo do Museu de Arqueologia da UFSC (Caruso, 1996).

No entanto, mesmo com a importância do acervo para a memória da cultura local, todo o material teve seu acesso negado em 2018, devido a problemas com a segurança estrutural do Museu. Situação que remete à perspectiva apontada por Silva (2016), acerca da real atenção e intenção de preservação da identidade cultural da cidade. Segundo a autora,

muitas vezes não há o intuito de se preservar a identidade e a memória coletiva que não seja para gerar lucro. A ideia de preservação da singularidade num mundo globalizado que tende a homogeneização dos gostos e interesses, parte da premissa da cultura como mercadoria e não como um patrimônio relevante. (Silva, 2016, p. 8)

A cidade de Florianópolis se evidencia (de várias formas) por sua origem de base açoriana, no entanto, foi possível observar a multiculturalidade presente em sua constituição. Seu desenvolvimento cultural contou com a significativa participação açoriana em suas raízes, mas, também, com a participação e influência dos povos originários indígenas, assim como africanos; além de outras contribuições que até a contemporaneidade atravessam e atualizam a cultura local.

A história escolhida, que atende aos interesses hegemônicos dos grupos que regem uma sociedade, evidencia práticas que mantêm o que, em 1989, Aníbal Quijano chamou de “Colonialidade do poder”. Segundo o pesquisador, “as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo” (Ballestrin, 2013, p. 99) e isso se evidencia na seleção de uma cultura (branca e europeia) e no apagamento das outras culturas presentes na constituição do município. Nessa direção, caberá retomar uma fala de Chimamanda Adichie em seu livro *O perigo de uma história única*, que elucida a dinâmica da escolha por “uma identidade”, “uma história”. Para Adichie (2019, p. 22) “é assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna”.

Entre as muitas fontes de consulta sobre o tema, foi possível observar que a cultura açoriana foi adotada mais significativamente na cidade de Florianópolis, entre as décadas de 1980 e 1990. Nessa direção, alguns movimentos foram realizados – alguns deles já apontados – que demonstraram a construção dessa narrativa cultural identitária. Necessário, também, é compreender a dinâmica contextual desse período, a qual é relevante para reconhecer as

articulações – governamental, empresarial e científica – desenvolvidas que favoreceram esse resultado.

A presença acadêmica nesse processo proporciona o aporte histórico que qualifica o discurso científico nessa construção. Isso ocorre já a partir da mobilização de pesquisadores na realização do I Congresso Catarinense de História, ocorrido em 1948, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O encontro teve como propósito apresentar à comunidade acadêmica e à sociedade os estudos que vinham sendo realizados acerca do patrimônio identitário açoriano no Sul do Brasil. Após certo hiato de produção científica sobre o tema, tem-se uma retomada com um grupo de estudiosos vinculados à UFSC, que se organizou em torno desse propósito histórico e cultural, buscando reconhecer e valorizar a epopeia³⁵ da colonização açoriana na região Sul. Em resultado a esse movimento foi criado, em 1984, o Núcleo de Estudos Açorianos da Universidade Federal de Santa Catarina (NEA/UFSC), já mencionado anteriormente pelo importante mapeamento dos descendentes da cultura açoriana em Santa Catarina.

Segundo Joi Cletison, pesquisador e diretor do NEA/UFSC, à época do *Colóquio NEA de 30 anos de história – preservando a herança cultural açoriana em Santa Catarina*, realizado em março de 2015

A expansão horizontal dessa população ao longo da costa catarinense e fundo dos vales litorâneos influenciou na construção de uma identidade regional com forte matriz cultural de origem açoriana. Claro que, ao longo período, essa cultura sofreu influências de outras culturas, como a indígena, a afrodescendente e também a dos alemães, italianos e poloneses, que chegaram um século depois; mas, podemos afirmar, com muita certeza, que a identidade cultural do litoral catarinense tem a herança açoriana. (Alves, 2016, p. 22)

O pesquisador toma para o NEA/UFSC a responsabilidade de, ao longo de toda sua trajetória, salvaguardar a tradição açoriana na região, pois “ao longo desse período, trabalhou com a investigação dessas heranças culturais, principalmente atuando na valorização, divulgação e preservação desse legado cultural” (Alves, 2016, p. 22).

³⁵ O artigo ‘Vinda dos açorianos para Santa Catarina: migração, povoamento, ocupação, colonização ou epopeia?’, de Sérgio Luiz Ferreira, desenvolve uma revisão de importantes obras que abordam acerca da vinda de açorianos para Santa Catarina, expondo a denominação empregada por seus autores acerca desse processo imigratório, que varia de acordo com o direcionamento histórico desenvolvido por eles em suas obras. Artigo disponível no link <http://www.nea.ufsc.br/files/2011/04/SERGIO.pdf>.

O referido evento (Colóquio NEA 30 anos de história) contou com a presença de um relevante representante oficial do Governo dos Açores, o Sr. Rodrigo Oliveira, Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas. Em sua fala, registrada nos Anais do Evento, é evidente a aproximação entre os governos Açoriano e de Santa Catarina, que contava com variados representantes oficiais dos diferentes órgãos e instituições locais e regionais do Estado (das áreas pública, privada, além da própria universidade).

Rodrigo Oliveira fala da “epopeia açoriana”, com a travessia de um oceano e hemisfério com o propósito de aliviar as ilhas açorianas de um superpovoamento e suprir a necessidade de povoamento da região Sul do Brasil, em disputa com a coroa espanhola (após fim da União Ibérica e em decorrência do Tratado de Tordesilhas). Seu discurso, com tom muito aproximativo, traz informações importantes que alinham a narrativa predominante entre os pesquisadores e os demais representantes institucionais (governamentais e do empresariado).

Segundo Oliveira,

... o patrimônio herdado dos casais açorianos é muito maior e mais abrangente, em várias vertentes: no artesanato, através das rendas, bordados, tecelagem e cerâmica; na culinária, recorrendo-se e adaptando-se aos produtos locais; nos nomes de família; na religiosidade, nas Festas do Divino; no folclore, que enforma a música e a dança, e também brincadeiras e jogos; na literatura (contos, adivinhas, rimas); e, até, no misticismo de determinadas crenças, nas lendas e superstições. (2016, p. 31)

O subsecretário reforça sua fala ao fazer referência a sua percepção de quando está em Florianópolis, dizendo que

Facilmente, nos revemos em nossa terra, na arquitetura das casas, no empedramento das calçadas, na delimitação das igrejas e impérios, na fisionomia dos nossos conterrâneos, na maresia e, até mesmo, num certo linguajar onde os provérbios assumem grandes semelhanças. (Oliveira, 2016, p. 31)

Entre os pesquisadores presentes no evento estava o professor Sérgio Luiz Ferreira, que apresentou seu estudo sobre o processo de ‘construção da açorianidade em Santa Catarina’. O pesquisador realiza um resgate histórico do período correspondente ao Congresso Catarinense de História e o período corrente (de 1948 a 2015) em que destaca dois aspectos oportunos para a continuidade desta investigação.

Ferreira, ao se referir sobre o Congresso de História, afirma que “a descendência açoriana não estava mais na memória, estava na história” (Ferreira, 2016, p.132), demonstrando o distanciamento da população com a ‘sua’ história e o quanto ela era importante para o desenvolvimento daquelas comunidades, ainda mais porque o evento ocorria no ano do bicentenário da colonização açoriana no Sul do Brasil.

Em razão da relevância histórica, o evento (Congresso de História Catarinense, de 1948) contou com a presença do pesquisador e professor Manuel de Paiva Boléo – importante linguista português e professor da Universidade de Coimbra -, que apresentou um posicionamento relevante para a história dessa colonização e para o momento do acontecimento. Segundo Boléo, o Congresso “constitui uma necessidade no Estado de Santa Catarina, onde a cultura luso-brasileira perigosamente enfrentou a cultura alemã” (Ferreira, 2016, p. 134), despertando para a necessidade do reconhecimento e valorização da cultura, a partir da colonização açoriana, desprestigiada no sul do Brasil, diante da predominância das imigrações de outras nações europeias (alemã e italiana) nessa região.

O outro aspecto relevante para esta pesquisadora é o posicionamento de Ferreira, quando aborda a “preocupação com o resgate cultural”, que, segundo ele, é uma narrativa recorrente entre alguns pesquisadores de folclore e cultura popular. Para Ferreira, essa simplificação efetivamente não condiz com o que é cultura, incorrendo, com isso, na manutenção de estereótipos a partir de uma ideia de ‘modelo original’ e imutável.

A partir dessa afirmação, Ferreira resgata Eugenio Lacerda e sua tese de doutoramento, denominada *O Atlântico Açoriano*, em que Lacerda trata sobre o discurso de açorianidade

processo contínuo de apropriação, difusão e circulação de símbolos, ideias e emblemas capazes de fazer operar centenas de organizações em torno de uma ‘comunidade de sentimentos’ que tem os Açores como raiz e centro simbólico e suas terminações localizadas nas expressões populares locais, quer das ilhas, quer das comunidades da diáspora. (Lacerda, 2003, p. 60)

Essa afirmação permite a reflexão de que ações para a manutenção de uma cultura estão fortemente vinculadas à comunidade, à sociedade que a compõem. Fatores externos estimulam práticas que visibilizam sua permanência, mas também permitem a inclusão de novos elementos e/ou ajustes às práticas existentes, pois tanto a cultura quanto os indivíduos que dela fazem parte estão em constante atualização e adaptação.

Contudo, há alguns aspectos de destaque acerca do resgate cultural açoriano, que irão ser evidenciados em diferentes momentos desta investigação, seja no que se refere ao (1) real valor da cultura na cidade de Florianópolis ou como (2) os interesses políticos e econômicos atravessam a seleção pela cultura europeia nesse posicionamento identitário e cultural. Sob essas reflexões, além de temas centrais como a construção identitária e cultural, há as teorias de representação na comunicação e a relevância dos *media* regional/local nessa construção, que perpassam o desenvolvimento de narrativas institucionais potencialmente reconhecidas no discurso de desenvolvimento pelo turismo.

Seguindo na abordagem de construção identitária sob os vértices da gestão pública e da iniciativa privada, realizamos a reflexão acerca da prática hegemônica de estímulo à aquisição de bens e serviços, muito presente na lógica capitalista de produção e consumo. Um consumo, que neste caso é voltado para o lugar por meio da “cidade mercadoria”.

... a transformação da cidade em mercadoria diz respeito não só as suas amenidades (paisagens naturais), mas também à cultura açoriana, que entra nos circuitos de consumo, com a apropriação de muitos elementos culturais pelo mercado turístico e por vezes a invenção para o consumo. A apropriação da cultura açoriana acontece a partir da culinária (restaurantes típicos), festas (Festa do Divino, Terno-de-Reis, Boi-de-Mamão), arquitetura (preservada em alguns locais e reinventada em outros), além da figura típica do ‘manezinho da Ilha’. (Silva, 2016, p. 2)

Sobre o estímulo político e econômico concedido à cidade, já relatado no breve resgate da história recente de Florianópolis, identificamos a escolha dos gestores públicos e o empresariado local pela estratégia de investimento no setor imobiliário, com destaque especial para o turismo, decorrente das inumeráveis belezas naturais do local. A partir dessa decisão a concessão de verbas, o desenvolvimento e as muitas alterações no plano diretor da cidade vêm favorecendo a expansão de projetos imobiliários que ampliam significativamente a capacidade de recepção e atendimento ao crescente turismo na Capital. Sob essa perspectiva (do desenvolvimento turístico), um “posicionamento cultural e comercial” precisaria ser desenvolvido, a fim de identificar e destacar esse projeto, mas algo que efetivamente evidenciasse todo o potencial turístico do Estado.

Contudo, um aspecto precisa ser evidenciado: Santa Catarina apresenta em sua constituição significativa presença da imigração de povos de origem alemã e italiana, que não tiveram o litoral como destino (caso de Florianópolis). Esses povos se estabeleceram, predominantemente, ao Sul do Brasil (nos três Estados da região), mais significativamente nas

regiões de meio e interior dos Estados (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Essa migração, ocorrida mais intensamente no período entre os séculos XIX e XX, tinha como importante propósito o povoamento e desenvolvimento da região, a partir da ideia de evolução da população brasileira com seu branqueamento.

Os grupos foram se estabelecendo, transformaram-se em colônias, essas formaram cidades, algumas delas de significativa importância e representatividade dos grupos migrantes. Entretanto, mesmo a região Sul tendo recebido variada presença de povos e de culturas em sua constituição – além de migrantes alemães e italianos, somam-se africanos, japoneses, poloneses, árabes etc. – a região tem tradicionalmente o reconhecimento nacional de suas culturas ítalo-germânicas de formação.

Florianópolis, por se encontrar no litoral, não recebeu esses grupos e tinha necessidade de se posicionar no cenário nacional como uma cidade próspera e de qualidade de vida, embora não seguindo o padrão identitário regional. A escolha pelo posicionamento de cidade açoriana se dá a partir dessas considerações, atendendo significativas características apontadas por Sanchez (2010) e Silva (2016), quando abordam o conceito de “cidade mercadoria”. Silva, ao analisar Florianópolis e o uso da cultura açoriana sob essa perspectiva, observa que

Quando discutimos sobre as mudanças nas práticas culturais e na construção da identidade, levamos em consideração a própria mudança no modo de vida no espaço urbano, pois consideramos o urbano além das suas formas, mas como uma prática social. O debate então diz respeito não só à cultura como construção para o ser, mas também de como ela vem sendo apropriada e vendida pelo turismo e pelo capital imobiliário, sendo muitas vezes forjados elementos culturais, no intuito de projetar as cidades para o mercado turístico, havendo uma apropriação e, por vezes, invenção das tradições locais. (Silva, 2016, p. 6)

Essa perspectiva mercadológica proposta pela elite hegemônica local, detentora de negócios e grandes empreendimentos turísticos e imobiliários, conta (e parecem ainda contar) com o apoio público para atingir e manter esse posicionamento e *status* de “10ª Ilha dos Açores³⁶”, reforçando a afirmação de Silva (2016, p. 6), que diz que “o turismo acentua a produção de lugares de consumo e o consumo de lugares”.

³⁶ Uma referência ao livro *Florianópolis – A décima Ilha dos Açores – O encontro das origens*, de Joel Pacheco (2007), que alude a esse título por razões como a importância dessa imigração e a diáspora presente no município e as semelhanças geográficas entre a Ilha de Santa Catarina e as do arquipélago. Segundo Campos (2009, p. 189), informação esta que “não procede, a não ser como propaganda, um verdadeiro *marketing* direcionado ao interesse do setor turístico e imobiliário (especulativo muitas vezes), que vem avançando nestas últimas décadas.”

Em que pese as investigações desenvolvidas por Fantin (2000), Budde (2013) e Silva (2016), cabe reiterar a relevante participação da elite local de Florianópolis, detentora de negócios relacionados ao setor imobiliário e de construção, entre outros, no direcionamento da “vocação natural turística” da cidade, chegando a se autointitular como a “Capital Turística do Mercosul³⁷” (Fantin, 2000).

A atuação do empresariado local, com o argumento voltado para o desenvolvimento do município, participa desde o início das discussões políticas de investimento público (a partir da década de 1960). Nessas discussões decidiu-se pelo investimento na capital do Estado, sob essa perspectiva de desenvolvimento da infraestrutura voltada para o aumento da urbanização e consequente construção civil, que posteriormente volta-se para o turismo.

Esse desenvolvimento urbano tem um salto significativo quando da instalação de estruturas públicas na cidade (UFSC e Eletrosul), proporcionando um aumento importante de novos residentes que necessitavam de melhor infraestrutura e negócios. O aumento da densidade demográfica de Florianópolis amplia, a partir dos anos de 1980, com o advento de sua visibilidade gerada pelo turismo, seja de novos cidadãos que iriam trabalhar na operação e execução dessas estruturas (na construção de rodovia, ponte, aterro, assim como comércio e serviços), seja de turistas economicamente mais favorecidos, provindos do interior do Estado, de outros Estados e até de outros países.

A visibilidade turística desenvolvida pelo aumento de fluxo de novos residentes, acrescida do aumento de investimentos voltados para o turismo de férias, turismo jovem, turismo de luxo e outros posicionamentos temáticos desenvolvidos ao longo do tempo, impulsionaram a criação e instalação de novas estruturas que atendessem a esses públicos.

A viabilização dessas estruturas e construções foi (e são) possível diante do importante apoio público local, especialmente na autorização para a construção e implementação de negócios voltados para esse propósito. A característica geográfica da cidade, embora seja seu grande atrativo, limita a instalação de estruturas que venham impactar ambiental e socialmente o local, região de sua implementação. A cidade possui cerca de 30% de seu território protegido por meio de Unidades de Conservação - UC³⁸ que buscam preservar a diversidade ambiental

³⁷ Mercosul significa Mercado Comum do Sul, criado em 1991, e se refere a um tratado intergovernamental entre países da América do Sul. Atualmente, é composto por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, tendo ainda o Chile e a Bolívia.

³⁸ Informações sobre as UCs e os diferentes biomas, assim como a legislação que ampara esses ambientes, foram extraídas do site <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/floram/index.php?cms=unidades+de+conservacao+em+florianopolis&menu=7&submenuid=800>, em 22/02/2022.

presente no município, entre as quais dunas, manguezais, florestas, lagoas, além de outros meios amparados por lei nacional. Nesse aspecto, inúmeras revisões do plano diretor do município viabilizaram negócios e empreendimentos nem tão positivos para a população da cidade.

Fantin (2000) desenvolve um resgate histórico interessante acerca da estreita aproximação dos políticos da cidade com a elite empresarial local. Em sua investigação e análise discorre acerca do importante alinhamento de ambos (gestores públicos e empresariado local) na ‘construção da cultura e identidade açoriana’, em prol de um posicionamento identitário de Florianópolis que permitiria, como se utiliza na linguagem mercadológica, um melhor trabalho de *place branding*³⁹, nas diferentes ações e comunicações da cidade.

Prática que vai ao encontro do que Silva aponta ao se referir à cidade mercadoria, referindo-se a toda construção da marca

a imagem da cidade enfatiza a importância da diversidade cultural e das diferenças étnicas, no entanto, a ideia de recuperação e preservação dessa diversidade é compreendida como recurso mercadológico, pois o patrimônio cultural e as tradições são transformadas em mercadorias. Promove-se o consumo da cidade a partir de representações manipuladas que obedecem a determinadas visões, tendo a mídia como meio de comunicação/informação na difusão e afirmação desse consumo exacerbado e a cultura como parte decisiva no mundo dos negócios. (Silva, 2016, p. 4)

Contudo, a autora destaca para a superficialidade dessa construção, a ponto de descaracterizar práticas culturais locais e mesmo o próprio lugar, já que a preservação se daria apenas no discurso e os elementos culturais que seriam atributos relevantes nessa construção acabam sendo transformados, também, em mercadoria.

O capítulo 2 teve como foco principal os estudos da cultura, o que permitiu a continuidade de compreensão sobre a construção identitária. Nesta fase, nossas principais referências foram Williams (1958), Thompson (2011) e Hall (1980, 2006) da Escola de Estudos Culturais Inglesa e a fundamental contribuição de Gramsci (2002), com a discussão acerca da influência de poderes hegemônicos na dinâmica social. Essas referências nos forneceram a base

³⁹ Em tradução livre significa ‘marca local’, em que desenvolvem estratégias de projeção de imagem (características, atributos etc.) e da conseqüente percepção de lugares, neste caso, a cidade de Florianópolis.

necessária para reconhecer e identificar alguns aspectos do percurso cultural brasileiro, especialmente na cidade de Florianópolis, localizada em Santa Catarina, na região Sul do Brasil.

A organização do capítulo dialogou com aspectos de registros históricos e suas memórias, considerando as interferências desses registros no rumo que a cidade de Florianópolis tomou para sua modernização. Em se tratando de memórias e histórias da Capital catarinense, foi determinante observar seus registros de formação, com destaque para a ascensão de uma cultura açoriana e sua representação na e da cidade.

CAP.3 JORNALISMO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

A dinâmica social envolve diferentes fatores e peculiaridades materializadas por práticas sociais e culturais. Como exemplo que valida essa afirmação poderia ser o conjunto de convenções sociais que marcam diferentes etapas do desenvolvimento de um indivíduo. São ritos e marcas de tradições culturais que evidenciam fases de vida iniciadas desde o nascimento até a morte. Batismo, primeiro aniversário, idade de 15 anos (especialmente para as meninas), a maioridade dos jovens (aos 18 anos), bodas de casamento, enfim, eventos representativos que buscam evidenciar etapas e fases de vida que são reconhecidas e adotadas coletivamente. Representações consensualmente apropriadas, algumas até “perpetuadas”, nas e pelas sociedades.

Serge Moscovici (2007), em seus estudos sobre o tema, afirmou que a representação não poderia ser considerada como apenas um conceito, mas sim um fenômeno social presente em toda e qualquer interação humana. Stuart Hall (2016, p. 01) complementa essa afirmação, ao dizer que a “representação significa usar a linguagem para dizer algo significativo sobre, ou para representar o mundo, significativamente, para outras pessoas”.

Diante disso, este capítulo apresentará uma discussão sobre a relevância do processo de representação em sociedade, o recurso da linguagem para esse desenvolvimento e o uso de recursos representativos pelos *media*, com especial atenção para o jornalismo.

3.1 Linguagem e Representação social

Para compreender a dinâmica no uso das representações, a investigação nos impele a observar as diferentes práticas sociais e culturais. Práticas que usam desse recurso para dar significado às variadas necessidades e elementos presentes no universo simbólico que envolve as sociedades.

O conceito de representação social utilizado nesta investigação terá entre suas referências o psicólogo romeno, Serge Moscovici, que desenvolve seus estudos a partir da reflexão da prática de interação humana. O autor reconhece a complementariedade da psicologia social e da sociologia, ao perceber as individualidades sem desqualificar o consenso coletivo – o que denomina por ancoragens -, o símbolo e seu significado.

Moscovici (2007) apresenta uma definição da práxis de representação como “fundamentalmente, um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes” (Moscovici, 2007, p. 62), com o propósito de “tornar familiar algo que não nos é familiar” (p. 54). Essa condição pode ser percebida de diferentes maneiras, como, por exemplo, reconhecer características identitárias de indivíduos (a partir da região de origem, do modo de fala, sua comida etc.), classificando-os como brasileiros, ou gaúchos, ou manezinhos, ou outro “rótulo” qualquer.

Por se tratar de uma dinâmica desenvolvida pelo uso da linguagem, a representação não trata de uma determinação de classificação estática e imutável. Isso porque a usabilidade da língua em sociedade está vinculada ao contexto de circulação e de seu uso. Macedo e Cabecinhas (2012) reconhecem, a partir da perspectiva de Moscovici, a afirmação de que “as representações sociais são produto da nossa interação e comunicação e vão se reformulando de acordo com esses processos de influência” (Macedo & Cabecinhas, 2012, p. 182).

A reflexão de Moscovici acerca do tema atua na anuência do coletivo, na construção e circulação consensual das classificações sociais - desenvolvida e defendida por Émile Durkheim -, já que essa evidencia uma consensualidade na adoção de significados das representações. O autor considera que fatores decorrentes da modernidade, como os meios de comunicação, teriam amplificado o desenvolvimento e a atualização das representações sociais, diluindo a percepção de uma dominação, uma centralização na definição desses consensos.

O recurso da representação nos permite descrever algo, alguém ou alguma coisa que temos em nosso repertório de sentidos, por esse já nos ser conhecido. Isso permite o consenso dos códigos de linguagem e seus sentidos em sociedade, já que a representação tem por função mediar os indivíduos e o seu uso da linguagem, pois é por meio dela (da linguagem) que é produzido o sentido de uma representação (Hall, 2016). Como menciona, também, Charaudeau (2009, p. 47), as representações “apontam para um desejo social, produzem normas e revelam sistemas de valores”.

Sobre isso, Hall (2016, p. 31) segue em sua compreensão afirmando que a “representação é parte essencial do processo pelo qual o sentido é produzido e trocado entre membros de uma cultura. Ela *envolve* o uso da linguagem, de signos e imagens que respondem por ou representam coisas”. As muitas formas de classificações de uma representação se mostram no cotidiano das mensagens, permitindo uma construção de sentidos que, embora familiarize significados no coletivo, por vezes rotula e limita suas interpretações. Como o

próprio autor indica, nossos sistemas de codificação e de representação são o que dão sentido às nossas ações e, em seu conjunto, constituem a cultura.

Entre seus muitos estudos, Hall (2016) organiza e classifica três diferentes abordagens teóricas⁴⁰ acerca do tema representação, das quais a abordagem construcionista foi a que teve impacto significativo nos estudos culturais, pois considerava em sua elaboração as perspectivas discursivas e da semiótica. A partir dessa perspectiva, que considera a linguagem um sistema social completo⁴¹, as coisas – objetos, pessoas, ideias etc. – não significam por si. Nós é que construímos sentido por meio das representações. Ao seguir essa percepção, é possível observar que não se trata de uma escolha ou prática individual, mas sim uma dinâmica de linguagem coletiva e compartilhada. No entanto, esse processo pode ter sentidos distintos para o mesmo objeto, pessoa ou ideia - o significante - e que só terá significado quando compreendido coletivamente.

Importante destacar que esse sentido é arbitrário na relação entre o signo e seu significado, não possuindo uma relação natural nessa determinação, que, “consensualmente”, é adotada. Esse sentido não depende exclusivamente do signo, mas especialmente da função simbólica de sua representação.

Convém aqui retomar rapidamente o linguista Ferdinand de Saussure. Para Saussure (2006), em sua perspectiva semiótica, a linguagem é como um sistema de sinais, em que, a partir da linguística estruturalista sistematiza e analisa o papel do signo, seu significante e o significado. O linguista afirma que não há um sentido único para o signo, e que esse é variável de acordo com o sistema, o contexto em que esse signo é utilizado, reiterando a natureza social da linguagem e como essa é essencial na produção de sentido.

Dito isso, a compreensão da abordagem construcionista, desenvolvida por Hall (2016), alerta para a distinção entre o material e o simbólico. Segundo o autor, é necessário perceber que o objeto concreto existente no mundo (material) não é a mesma coisa que os processos simbólicos apontados pelos quais a representação, o sentido e o uso da linguagem operam. Isso demonstra a importância desses processos dentro das sociedades, do coletivo em que esses sentidos são efetivamente compartilhados. O autor já sinalizava o fato que “não deve nos

⁴⁰ Hall (2016) organiza a classificação de representação a partir de três abordagens: a teoria refletiva (em que a linguagem reflete um sentido já existente), a intencional (em que a linguagem expressa o sentido pessoalmente pretendido) e a construcionista (em que o sentido é construída na e pela linguagem).

⁴¹ Segundo a abordagem de Hall (2016), a linguagem não pode ser considerada como um recurso inteiramente privado, isso porque, mesmo nossos pensamentos mais particulares precisam negociar com sentidos ou signos previamente já estabelecidos que circulam no social e são apropriados e utilizados coletivamente.

surpreender, então, que as lutas pelo poder sejam, crescentemente, simbólicas e discursivas, ao invés de tomar simplesmente uma forma física e compulsiva [...]” (Hall, 1997, p. 4). Portanto, restringir esse significado a um significante arbitrariamente para elucidar seu uso simplificaria enormemente sua compreensão.

Isabel Macedo e Rosa Cabecinhas (2012) destacam dois mecanismos cognitivos de comunicação na compreensão do processo de representação propostos por Moscovici (2007), os quais viabilizam a geração das representações sociais: a ancoragem e a objetivação.

O primeiro mecanismo [ancoragem], torna o desconhecido familiar, trazendo-o para uma esfera de representações sociais anteriores, para que as possamos comparar e interpretar. O segundo mecanismo, objetivação, torna o desconhecido familiar por transformar as representações em algo concreto e perceptível. (Macedo & Cabecinhas, 2012, p. 183)

Ou seja, a ancoragem buscaria gerar sentido ao objeto (algo ou alguém) e sua objetivação materializaria essa representação, permitindo sua percepção mais clara. De forma mais elucidativa, é possível fazer uma analogia à representação que um estrangeiro oriental – como forma de evidenciar distância cultural e geográfica - tem do que seria um brasileiro / uma brasileira. Salvo estereótipos (que são muitos), o povo brasileiro tem características ou objetivações que denotam uma personalidade expansiva, decorrente de sua “alegria tropical”, onde o clima e a natureza, além de sua variedade cultural e fenotípica, tendem a provocar diferentes associações, ou ancoragens, que permitam, a um eventual turista (que venha ao Brasil ou que receba um brasileiro), criar expectativas associadas a registros – positivos ou não – desse(a) cidadão.

Essa tentativa de exemplificação vai ao encontro do que Santaella (1998) sistematiza na representação do mundo nas imagens. Segundo a autora, há dois domínios que compreendem essa construção cognitiva: o domínio das imagens como representações visuais; e o domínio imaterial das imagens na nossa mente. Quando uma revista de turismo, ou noticiário televisivo, apresenta imagens (fotografias, por exemplo) que demonstram mulheres brasileiras, a forma com que esse imaginário será estimulado poderá evocar aspectos relacionados à sexualização ou violência, ou até equidade acadêmica e econômica no país.

Reconhecemos imagens de paisagens e de pessoas que nos remetem a lugares e a memórias são fatos corriqueiros que mobilizam registros e associações, positivas ou não e que denotam significados. Essas relações ou representações visuais são comuns na comunicação

mediática, sempre com a intensão de produzir sentidos que atendam a propósitos prévios. Quando passamos em frente a uma agência de viagens em que variadas fotografias remetem a diferentes lugares que representam temas de viagens, com imagens de rios e reservas no Pantanal, da 5ª Avenida de Nova York, ou da Torre Eiffel em Paris, facilmente associamos a sentidos de turismo de aventura, de modernidade e consumo e de roteiros românticos, respectivamente. Da mesma forma, na construção da representação de um país ou da origem e identidade de um povo são utilizados muitos e diferentes recursos visuais por meio de variados mecanismos e formas de linguagem e comunicação.

3.2 Representação mediática e Jornalismo

A partir da exposição acerca do que compreendem as representações sociais, foi possível perceber que essas são construídas - e constroem - a realidade que as cercam. O que demonstra que se trata de recursos simbólicos não fixos.

A criação, compartilhamento e uso das representações se faz possível por meio da comunicação e seu uso da linguagem, num constante processo de socialização. Segundo Moscovici (2007),

Indivíduos e grupos criam representações no decorrer da comunicação e cooperação. As representações, obviamente, não são criadas pelos indivíduos isolados. Uma vez criadas, contudo, elas levam uma vida própria, circulam, fundem-se, atraem-se e repelem-se, dando lugar a novas representações. (Moscovici, 2007, p. 41)

O reconhecimento de um grupo ou comunidade, até mesmo de toda uma população, torna-se possível a partir de recortes de determinados hábitos culturais que venham representá-la, diferenciá-la de outros que não pertençam ou que não possuam eventuais características ou hábitos comuns. Prática social que inclui excluindo, já que busca se destacar – ou ser destacada – pela diferença. Regiões de concentração de imigrantes e seus descendentes ao formarem suas diásporas buscam se fortalecer a partir de memórias ancestrais que proporcionem sua manutenção identitária. Contudo, dependerá da forma com que a macrossociedade - na qual está inserida essa diáspora - reconhecer suas características que será sua associação de valores e/ou estereótipos em suas representações. E esse reconhecimento pode ser construído, estimulado e propagado pelos diferentes meios, inclusive de comunicação.

“As representações que os sujeitos fazem da realidade em que vivem podem ocorrer de acordo com o contexto social e com os grupos com os quais se relacionam” (Guerin, 2017, p. 101). Esse aspecto é perceptível em sua diversidade na sociedade brasileira, considerando sua amplitude geográfica e variedade cultural, que permite o reconhecimento da prática social da representação em sua plenitude. O uso de termos corriqueiros (significantes) como pedra ou religião denota significados variados, empregados e reconhecidos em seus contextos sociais - embora também possam ter um sentido mais amplo. Uma pedra pode ser reconhecida e representada como algo valioso, um item decorativo ou uma droga ilícita; quanto à religião, reconhecer a minha doutrina religiosa se torna evidente, no entanto, posso não reconhecer ou mesmo desqualificar outra crença que julgue como o uso da fé para extorsão de recursos financeiros ou práticas do mau.

“O campo das representações sociais e mediações está intimamente ligado a aspectos culturais e é o responsável pela construção do universo simbólico dos sujeitos” (Guerin, 2017, p. 67) e mudanças culturais e sociais de uma sociedade são naturalmente viabilizadas pelos meios de comunicação. E, sobre essa questão, Pedrinho Guareschi defende uma perspectiva muito interessante. Segundo o autor, “os meios de comunicação constroem a realidade, constroem a realidade com valores, montam a agenda de discussão e influem poderosamente na construção de nossa subjetividade” (Guareschi, 2007, p. 1).

Essa afirmação de Guareschi (2007) está presente em seu artigo *Mídia e Democracia*, onde trata sobre o uso da representação social pelos *media*. Nele, o autor aponta para quatro aspectos que afirma serem a melhor maneira de compreendermos a importância da comunicação na sociedade, que cabem muito nessa discussão. O primeiro seria a capacidade dos *media* em instituir o que é ou não real, ou seja, o fato de algo ou alguma coisa existir socialmente. A presença nos *media* – de impressa à eletrônica - como a TV aberta, por exemplo, proporciona ‘vida’ a um acontecimento, seja ele um produto da indústria cultural (filme, *show*, ...), algum fato político ou econômico, ou mesmo situações do cotidiano, como práticas de consumo de bens.

Seguindo essa perspectiva, o autor aponta que os *media* (nas diferentes formas de manifestação) têm a “autoridade”, uma “permissão” de dar conotação valorativa ao que for efetivamente noticiado, tornando esse algo ou alguma coisa em “bom” ou “ruim” a partir de seu próprio critério. Ou seja, além de escolher a pauta que terá visibilidade, a abordagem que irá nortear essa informação terá uma versão, uma escolha de direção que norteará a audiência sobre o que é relevante saber sobre o fato. O que já atende ao terceiro aspecto apontado por

Guareschi (2007), ou seja, os *media* direcionam a perspectiva de debate sobre a pauta e como ela deverá ser discutida.

Cabe destacar a atualidade dessa elaboração de Guareschi, pois embora ela tenha transcorrido há alguns anos e esse período tenha sido de significativo desenvolvimento tecnológico dos *media*, sua dinâmica é permanentemente atualizada pelos novos meios e plataformas de comunicação - com destaque para os digitais -. Corroborando, para isso, a própria conclusão dessa abordagem reforça seu impacto pela significativa exposição diária que temos aos diferentes meios de comunicação. Lembrando que, mesmo havendo maior diversidade na oferta de canais de informação/comunicação – o que potencialmente ampliaria temas e pautas, assim como suas abordagens - os canais dispostos nas multiplataformas mantêm a presença dos grandes conglomerados de comunicação.

Um aspecto interessante de Charaudeau (2009), que Guareschi (2007) reitera, refere-se a sua análise acerca dos efeitos de verdade produzidos pelos *media*. O autor esclarece de partida que há grande diferença entre o “valor de verdade” e o “efeito de verdade”. Segundo ele, enquanto o valor de verdade se baseia na evidência por meio de construção explicativa, muitas vezes usando recursos científicos que validem o “ser verdadeiro”, “o efeito verdade baseia-se na convicção, e participa de um movimento que se prende a um ‘saber de opinião’” (Charaudeau, 2009, p. 49). O que demonstra, seguindo sua própria construção, que a busca pela credibilidade parece ser a determinante, pois é ela “que determina o ‘direito à palavra’ dos seres que comunicam, e as condições de validade da palavra emitida” (2009, p. 49).

Nessa perspectiva, quando Charaudeau (2009) trata sobre o discurso informativo que muito se faz presente no meio impresso – objeto desta investigação - há uma aproximação importante a Michel Foucault - quando este aborda, em *A Ordem do Discurso*, a vontade da verdade para a manutenção dos discursos – ao tratar sobre a autoridade do saber e do poder dizer. Para Charaudeau (2009, p. 63), “Informar é possuir um saber que o outro ignora (saber), ter a aptidão que permite transmiti-lo a esse outro (poder dizer), ser legitimado nessa atividade de transmissão (poder de dizer).”

Essa compreensão também está presente em Hall *et al.* (2016), ao reconhecer o importante papel da mídia na difusão das representações, diante de seu grande poder de influência e de formação de opinião. Macedo e Cabecinhas (2012, p. 186) confirmam essa prática em suas análises ao afirmarem que:

Os *media* podem ser entendidos como práticas de construção de sentido em espaços públicos, que permitem a configuração de universos partilhados, orientam os temas de conversação dos grupos sociais em função de debates e polémicas determinados pelos interesses específicos destes grupos.

Simões (2011) acresce e esmiuça essa compreensão acerca do discurso dos *media*, ao afirmar que

Se a linguagem e a comunicação estão inscritas na sociedade, também a prática discursiva dos *media* não pode dissociar-se dela. Por conseguinte, o discurso mediático, embora apresente especificidades próprias, é também um produto de sistemas cognitivos, representações e conhecimentos dominantes, traduzidos em ideologias, saberes especializados, crenças e mitos relativamente estáveis em determinados contextos socioculturais. (Simões, 2011, p. 394)

É relevante chamar a atenção para a autoridade daquele que diz/fala nos *media*, como ele diz e o que é dito. Isso porque o uso da linguagem tem poder e o discurso de uns tem mais poder do que de outros. Uma outra abordagem relevante acerca do discurso dos *media* é a de Charaudeau (2009), que se refere à multiplicidade e diferenciação dos discursos. Cabe destacar aqui sua diferenciação entre os discursos informativo e propagandista. Ele inicia apontando a similaridade de foco voltado para um público-alvo, mas na sequência distingui-os, em que “O propagandista, [se relaciona com seu público] para seduzir ou persuadir o alvo, [enquanto] o informativo, para transmitir-lhe saber” (2009, p. 60).

No entanto, é a continuidade de sua construção desta distinção que merece atenção para esta investigação. Segundo o autor, “em ambos, a organização do discurso depende das hipóteses feitas a respeito do alvo, especificamente a respeito dos imaginários nos quais esse se move. Assim, tais hipóteses constituem filtros que relativizam a verdade do mundo comentado” (Charaudeau, 2009, p. 60). Enquanto no “discurso propagandista o *status* da verdade é da ordem do *que há de ser*, da promessa” ... o “discurso informativo, é da ordem do *que já foi* ... que aconteceu... o modelo proposto é o da credibilidade” (2009, p. 61).

A crença do crível presente – e necessária - no discurso mediático informativo (proposto por Charaudeau) segue reforçando a relevância e força dos *media* que fazem parte e uso desse formato discursivo. E sobre isso, a sequência da investigação na busca pela compreensão dessa forma narrativa, o recurso da credibilidade e da autoridade de poder dizer demonstra-se basilar no discurso jornalístico.

Para Hall *et al.* (2016, p. 310), os meios “não relatam simplesmente e de uma forma transparente acontecimentos”. Na realidade, “as notícias são o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos, de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas” (Hall *et al.*, 2016, p. 310).

Isso vai ao encontro da discussão sobre o discurso jornalístico, sua imparcialidade e autonomia, além de seu impacto no que se refere a essa comunicação regionalizada, mais próxima de seu público. Van Dijk (2003, p. 231) tratou do tema em suas obras, onde destacamos que, segundo o autor, “nenhuma elite de poder (nem o seu discurso), particularmente a política, poderia ser tão influente sem as funções da mediação e, em algumas ocasiões, de reforço, como a imprensa, o rádio e a televisão”.

Charaudeau (2009) alerta para um aspecto que corrobora com a afirmação anterior. Segundo o autor, “nenhuma informação pode pretender, por definição, à transparência, à neutralidade ou à factualidade”. E justifica essa afirmação na sequência, em que diz que “sendo um ato de transação, depende do tipo de alvo que o informador escolhe e da coincidência ou não coincidência desse com o tipo de receptor que interpretará a informação dada” (2009, p. 42).

Na perspectiva da prática jornalística, Richardson vai ao encontro dessa “intenção” ao dizer que “o uso da linguagem é sempre ativo, é sempre direcionado a *fazer* alguma coisa; e o modo como a linguagem realiza essa atividade é sempre relacionado ao contexto em que é usada” (Richardson, 2007, p. 12).

Sobre esse aspecto, é necessário chamar atenção para o estudo das mediações, desenvolvido por Jesús Martín-Barbero, que analisa a comunicação além de unicamente suas ferramentas, mas sim por todo o conjunto que compõe esse complexo processo social. Tanto que sua abordagem teórica da comunicação tem estreita aproximação com os estudos culturais. Segundo Martín-Barbero (2004, p. 224), “a inscrição da comunicação na cultura deixou de ser mero assunto cultural, pois é tanto a economia como a política as que estão comprometidas com o que aí se produz”. Esse posicionamento reafirmaria sua perspectiva quanto as relações entre comunicação, cultura e política, destacando, então, a centralidade dos meios nesse processo (Martín-Barbero, 2004).

Sobre esse processo comunicativo, Felippi e Escosteguy (2013) correlacionam a abordagem teórico-metodológica desenvolvida por Martín-Barbero em seu Mapa Noturno⁴², sob a perspectiva da institucionalidade, voltando-se para o estudo do jornalístico e suas especificidades. Interessa destacar aqui um aspecto abordado pelas autoras, considerando que:

A mediação da *institucionalidade* é entendida como a mediação que afeta a regulação dos discursos, que dá conta das relações de poder dos grupos sociais, políticos e econômicos e suas tentativas, sucessos e fracassos na instância da produção dos meios. Ao atentar para tal mediação, os estudos de jornalismo vão compreender as pressões sociais e políticas sobre a produção, as “institucionalidades”, o que está instituído, em termos de regulação social por meio de leis e normas e como isso incide na produção e depois no gênero”. (Felippi & Escosteguy, 2013, p. 19)

Interpretação que reafirma o posicionamento de Richardson (2007), assim como Tuchman (1993, 2002), que iremos desenvolver na sequência desta exposição.

Outro aspecto relevante do discurso jornalístico para além do (auto)legitimado poder dizer, da narrativa da “imparcialidade” e da vocação para a informação é uma abordagem reconhecida por “discurso sobre”. Essa análise, desenvolvida por Mariani (1998), remete a esse discurso mediático informativo seu caráter de “institucionalização dos sentidos” (1998, p. 60). Ela explica que esse tipo de discurso dá “um efeito de *falar sobre* [que] é tornar objeto aquilo sobre o que se fala.” Isso proporciona “um efeito de distanciamento” em que “o jornalista projeta a imagem de um observador imparcial ... podendo, dessa forma, formular juízo de valor, emitir opiniões etc., justamente porque não se ‘envolveu’ com a questão” (Mariani, 1998, p. 60).

Esse aspecto reforça uma ideia de distanciamento, uma autoridade institucional concedida aos *media* - neste caso, o impresso – por seu reconhecido poder de fala e de informação. Mariani aponta essa “institucionalização social de sentidos ... [em] que o discurso jornalístico contribui na constituição do imaginário social e na cristalização da memória do passado, bem como na construção da memória do futuro” (1998, p. 61). O que se caracterizaria algo como uma didatização da sociedade para temas variados, sendo esses de corriqueiros aos

⁴² O mapa das mediações é proposto por Jesús Martín-Barbero, no livro *Dos meios às mediações*, de 1987, e revisitado pelo autor no prefácio da quinta edição da obra, em 1997. O autor aborda o processo de comunicação a partir da sua integralidade, sem etapas estanques, mas sim “momentos” relacionados e interligados, atravessados por mediações (Felippi & Escosteguy, 2013, p. 16). O Mapa Noturno de Martín-Barbero foi utilizado como método de análise da tese de Felippi, disponível no link: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/2227?mode=full>.

centrais, como a manutenção e o desenvolvimento de demandas públicas sociais ou mesmo sua própria construção identitária.

Importante identificar como, onde e de que formas as pessoas adquirem informação. Isso tem interferência no uso, apropriação das representações sociais, pois tem estreita relação com a circulação de informação naquela sociedade e como ela é reproduzida.

3.3 Rotinas e dinâmicas jornalísticas

O reconhecimento da importância dos *media* na construção e desenvolvimento de imaginários reforça sua relevância e influência no processo de representação e construção identitária dos sujeitos. Nesse sentido, Berger e Luckmann (2001) apontam para os *media* como construtores sociais. Na obra *A Construção Social da Realidade*, os autores entendem por realidade os diferentes fenômenos que existem, independente de nossa vontade, e são decorrentes de variados fatores sociais, ou seja, a realidade é construída socialmente ao mesmo tempo e de maneira complementar, objetiva e subjetivamente.

Segundo Berger e Luckmann (2001), a realidade é constituída objetivamente por mecanismos de institucionalização e legitimação e por processos de interiorização desses mecanismos, reconhecidos e transmitidos pelo uso da linguagem e sua representação. Para que esse processo ocorra, o uso da linguagem é essencial. O desenvolvimento da vida cotidiana e da externalização de hábitos – por meio da linguagem – que fazem parte dessa realidade são fundamentais para a constituição social.

Partindo dos mesmos pressupostos para afirmar a importância dos *media* na construção da realidade social, Gaye Tuchman (2002, p. 91) considera que “a estrutura social produz normas, incluindo atitudes que definem os aspectos da vida social que são do interesse ou têm importância para os cidadãos”. Para a autora, “os jornalistas, que simultaneamente invocam e aplicam normas, também definem essas mesmas normas (Tuchman, 2002, p. 92)”, atendendo a propósitos já definidos.

A autora aponta para uma perspectiva interessante de Berger e Luckmann sobre essa construção coletiva da realidade e a forma com que a comunicação (em que exemplifica o jornalismo) resgata, amarra e costura fatos sociais para construir um presente.

Criamos, por exemplo, a relevância do nosso passado coletivo para as nossas ações presentes e futuras ao invocar elementos do passado para justificar ações presentes. Por

exemplo, o jornalista invoca grandes notícias do passado para construir novas notícias no presente. (Tuchman, 2002, p. 101)

O estudo realizado pela autora levou ao reconhecimento do desenvolvimento de rotinas de produção de notícias que atenderiam à dinâmica temporal do processo de produção (sempre urgente), além de interesses maiores na condução das abordagens temáticas. Para isso, o desenvolvimento de processos e ritos nessa produção noticiosa evidenciaria uma imparcialidade, uma realidade, uma objetividade dos fatos abordados. Como suporte para essa dinâmica profissional, que teria como responsabilidade ser o espelho da realidade, Tuchman reconheceu e sistematizou “três fatores que ajudam um jornalista a definir um fato objetivo⁴³: a forma, o conteúdo e as relações interorganizacionais” (Tuchman, 1993, p. 74), permitindo assim o efeito de real dessa construção da realidade.

Outro aspecto interessante abordado pela autora é a ideia de senso comum sobre um fato ou acontecimento, que é considerado como “o verdadeiro” no jornalismo. Segundo ela, “o senso comum desempenha um papel importante na avaliação do conteúdo noticioso, uma vez que o conteúdo de uma notícia é composto de numerosos factos, e o senso comum determina se uma informação pode ser aceita como ‘facto’” (Tuchman, 1993, p. 87). O que reiteira o efeito de verdade desse discurso e de que uma notícia, assim como a linguagem, não é neutra.

Richardson (2007) reafirma esse aspecto de construção da realidade ao descrever que

Através do seu poder de moldar a agenda e o discurso público, ele pode reforçar crenças, formar a opinião das pessoas não somente sobre o mundo, mas também sobre o seu *lugar e papel* no mundo. Ou, se não molda as opiniões sobre uma questão particular, pode no mínimo influenciar sobre o que temos opinião. Em suma, ele ajuda a moldar a realidade social ao formar nossas visões sobre a realidade social. Por estas razões e tantas outras, a linguagem da mídia necessita ser levada muito a sério. (Richardson, 2007, p. 13)

Tuchman (2002), ao analisar esse processo construtivo da notícia e por consequência “do real”, partia do princípio de que a linguagem neutra seria impossível, a ponto de desenvolver a hipótese de *Newsmaking*⁴⁴. Para a autora, “as notícias são ‘estórias’, ou seja,

⁴³ O argumento da objetividade é usado de forma recorrente por profissionais do jornalismo, com o propósito de minimizarem as pressões e repressões existentes no meio profissional (Tuchman, 1993).

⁴⁴ A partir da perspectiva de construção social da realidade’ Tuchman desenvolve a hipótese do *newsmaking*, que “enxerga a notícia como construção, em oposição à teoria do espelho, segundo a qual a notícia é um reflexo fiel da realidade. Para a hipótese, a linguagem neutra é impossível” (Pimentel & Temer, 2012, p. 120).

registram as formas literárias e as narrativas escolhidas pelos jornalistas para organizar o acontecimento” (Pimentel & Temer, 2012, p. 122).

Sobre esse aspecto, Benetti (2008) fala de um contrato de comunicação – argumento desenvolvido por Charaudeau - em que há um ordenamento construtivo que permite uma estruturação informativa que valida esse discurso e seu efeito de verdade. Esse ordenamento estaria, de acordo com a interpretação de Benetti (2008), modulado entre dados externos e internos. A autora descreve sua interpretação do contrato de comunicação em que os dados externos seriam aqueles que “definem a situação de troca entre os sujeitos (que, em sua concepção, são o sujeito falante e o destinatário), e dizem respeito a quatro condições... que levando em conta quem diz e para quem, para que se diz, o que se diz e em que condições se diz” (Benetti, 2008, p. 20). A autora soma a isso os dados internos que se referem ao como se diz nessa narrativa, onde se considera os espaços de locução, relação e tematização⁴⁵. Benetti reitera, no entanto, que essa sistematização⁴⁶ foi desenvolvida para ser compreendida no conjunto de todos esses elementos, devido ao misto de sua composição e à construção do gênero discursivo.

Aspectos como os apontados podem ser remetidos a um viés claro de planejamento, pois é reconhecível a perspectiva de um *lead* em sua construção de elementos e informações. Pensar os públicos (emissor e receptor) pode ser considerado elemento fundante em qualquer plano ou planejamento e quando seu propósito comunicacional estiver claro há de ser melhor o detalhamento e os direcionamentos, a fim de atingir o(s) objetivo(s) previstos.

Benetti (2008) atenta para um aspecto relevante desse discurso, claramente presente no contrato de comunicação, que é o lugar do enunciador: o jornalista. Seu posicionamento não deve ser visto como uma ação individual, mas sim institucional. O institucional já é considerado por Gaye Tuchman em sua análise sobre o ritual estratégico do jornalismo, que dá a esse discurso o valor de credibilidade, de efeito de verdade. De maneira provocativa, Tuchman (2002) alerta para o fato de que os jornalistas que são submetidos pelas normas e regras⁴⁷ do

⁴⁵ Os três espaços presentes na construção do ‘como se diz’ na narrativa dos dados internos se organizariam da seguinte forma: “a) um espaço de locução, em que o sujeito que enuncia se impõe como falante a partir de legitimidade e autoridade; b) um espaço de relação, em que o sujeito falante, ao estabelecer sua própria identidade e a identidade do destinatário, constrói relações (de inclusão e exclusão, de agressão e convivência etc.); c) um espaço de tematização, no qual são tratados os domínios do saber, por meio de um modo de organização discursivo particular, e aqui caberiam os modos descritivo, narrativo e argumentativo, por exemplo” (Benetti, 2008, p. 20).

⁴⁶ Sistematização na qual Tuchman (1993) trata como a fórmula familiar para a construção da notícia, denominada de seis servidores de uma notícia: que, o quê, quando, onde, por quê e como.

⁴⁷ Aqui é possível fazer um paralelo à obra de Foucault, *A Ordem do Discurso*, que trata do rigor do método (regras e normas) que valida e mantém discursos institucionalmente reconhecidos.

discurso jornalístico são os mesmos que as criam. Exemplo disso seria o próprio critério de noticiabilidade que determina nos veículos de comunicação o que vem a ser notícia, assim como a forma com que essa informação será veiculada e posteriormente discutida na sociedade. Uma maneira muito estratégica dos *media* apoiarem na manutenção do poder hegemônico.

Márcia Benetti (2008, p. 22), parafraseando Hall, reforça que “o jornalismo é muitas vezes utilizado para forjar um consenso social a respeito de temas e modos de ver o mundo, construindo uma visão hegemônica que pouco pode ter a ver com os interesses do cidadão ou com a complexidade social”. Correia (1998) reconhece uma espetacularização no jornalismo, quando relaciona a aproximação deste com a publicidade. Segundo ele, “[a] categoria do espetáculo que se torna hegemônica na informação de massa dá lugar ao puro consumo de mensagens” (Correia, 1998, p. 3). Nessa perspectiva, o espetáculo do jornalismo estaria se esquivando de atuar racional, informativa e imparcialmente para centrar-se de maneira agradável ao leitor/ouvinte/telespectador.

Os critérios de noticiabilidades e suas significações, abordados por Tuchman (2002), estão permanentes no processo de (re)definição e (re)construção de acontecimentos e fenômenos sociais. Essa construção - denominada por ela como ritual estratégico de produção jornalística - permite uma objetividade que acaba por proteger os profissionais de jornalismo de eventuais riscos da categoria (Tuchman, 1993).

Nelson Traquina trata com atenção o discurso jornalístico e do mito do jornalismo como um espelho da realidade, de apenas “observador neutro, desligado dos acontecimentos e cauteloso, em não emitir opiniões pessoais” (1998, p. 167). Essa narrativa vai ao encontro da construção do discurso jornalístico, como já apontado, e que o valida como instituição credível para transmitir as verdades que circulam no mundo. Ele reconhece o jornalista como um participante ativo no processo de construção da realidade e não um simples observador passivo da dinâmica social. Segundo ele, “as notícias são o resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias)” (Traquina, 1998, p. 169).

Foucault (2013, p. 17) já apontava, em sua abordagem acerca da ordem discursiva, sobre a vontade de verdade, que, segundo ele, estava “apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional... [com] um poder de coerção” na sociedade. Sobre isso, Traquina também é provocativo ao dizer que “as notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real; as notícias acontecem na conjunção de acontecimentos e de

textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento” (Traquina, 1998, p. 168).

Interessante resgatar a relação entre os recursos de representação utilizados pelos *media*, especialmente na prática do jornalismo, e o conceito de comunidades imaginadas, desenvolvido por Benedict Anderson. O autor aborda o uso do jornalismo na (re)construção de ideologias – sendo o nacionalismo seu foco de análise – em que a criação e construção de uma comunidade ideal, por meio de variados recursos de representação envoltos por informação, memória, relatos e registros emotivos etc., auxiliariam na formação e validação das narrativas nacionalistas. E o jornalismo, assim como a literatura, eram recursos importantíssimos na propagação desse discurso, em especial, o jornal, pela grande abrangência, pela credibilidade (discursiva) e pela quase instantaneidade de sua veiculação.

3.4 Jornalismo de proximidade

Os *media* regional e local têm, entre seus valores centrais, a proximidade com sua audiência (leitores, ouvintes e telespectadores) e a comunicação de conteúdos pertinentes a eles, sendo essa sua melhor característica. Essa investigação, contudo, observa eventuais efeitos nem tão positivos nessa relação de proximidade (*media versus* audiência), como eventuais interferências econômicas e políticas locais que tendem a comprometer a qualidade dessa comunicação.

Acreditamos ser interessante apresentar a perspectiva de Aguiar (2016) para o que vem a ser a regionalização midiática (com atenção para o Brasil), analisando sua compreensão do que vem a ser ‘regionalizar’. Segundo a autora

não significa apenas dividir, recortar espaços, mas principalmente ocupar, requalificar ou ressignificar parcelas de territórios, por meio de intervenções midiáticas que busquem diferenciar-se daquelas já desenvolvidas nas áreas centrais, em termos de construção de identidades, ao mesmo tempo em que reproduzem certos modelos de negócios, referenciais estéticos e aplicações tecnológicas. (Aguiar, 2016, p. 105)

Sobre isso é pertinente elucidar que os objetos de estudo (jornais) desta investigação são periódicos com foco de sua cobertura estadual em Santa Catarina, tendo sua referência de sede na Capital do Estado, município de Florianópolis, local de interesse desta tese.

Outro aspecto pertinente é que nossa investigação irá considerar a definição de jornalismo regional (de proximidade), sob a perspectiva de Camponez (2012), que reconhece esse conceito a partir do contexto de comunidades de lugar. Segundo o autor, essas

comunidades se reconhecem com base em valores e interesses construídos e recriados localmente, a partir de uma vivência territorialmente situada – e onde intervêm critérios como o espaço geográfico de implantação do projecto editorial; o lugar de apreensão, recolha e produção dos acontecimentos noticiados; o espaço privilegiado de difusão da informação; o tipo de conteúdos partilhados e de informação disponibilizada; enfim, a definição dos públicos. (Camponez, 2012, pp. 36-37)

Camponez cunha a denominação de jornalismo de proximidade, mas uma proximidade que não se mede em metros, pois, segundo ele, essa “assume um significado próprio, marcante de sua especificidade e da sua identidade (...) e fala diretamente com as pessoas” (2012, p. 36). O autor sabe, também, que há um importante conflito entre essa proximidade e o envolvimento desses canais com as pautas e, especialmente, com agentes e poderes hegemônicos locais e regionais.

Peruzzo também trata sobre isso em suas análises ao apontar que “é comum a existência de tratamento tendencioso da informação e até a omissão de fatos, em decorrência de ligações políticas com os detentores do poder local e dos interesses econômicos de donos da mídia” (Peruzzo, 2005, p. 78). O que reforça uma prática já discutida por Berger e Luckmann (2002), Tuchman (1998, 2002), entre outros pesquisadores do tema acerca da construção de realidade pautada, que também se evidencia no jornalismo regional com atuação local.

Esse aspecto da proximidade tende a intensificar a institucionalidade discursiva jornalística, aliada à familiaridade do público com os canais de comunicação. Público esse que se identifica, reconhece-se com maior facilidade, pois as pautas (temas, lugares e pessoas) são familiares ao seu cotidiano. Somado à definição dessas pautas, o que e como deve ser dito também altera a percepção do fato, já que “no processo de descrição de um acontecimento, as notícias definem e moldam esse acontecimento” (Tuchman, 2002, p. 92).

Traquina (1998) confirma essa questão, pois, embora a aparente objetividade de uma notícia, sempre haverá alguém que determinará qual fato irá virar notícia. Segundo o autor, “[a]s notícias são resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias)” (Traquina, 1998, p. 169).

O que vai ao encontro da figura do *Gatekeeper* – muito presente no jornalismo como um todo – ou seja, quem define o que é importante e será notícia na redação de um jornal. Esse tem sido um enquadramento estimulante para pensar o papel dos *media* de informação na construção de um imaginário social reconduzível a fatores identitários.

Essa dinâmica é perceptível nas diferentes sociedades, sendo que sua intensidade e efeitos (nas variadas instancias) estão, como mencionado anteriormente, de acordo com as características de cada local e região. O que parece ser uníssono é a manutenção de poderes hegemônicos por meio do relevante apoio dos *media* locais, que pautam as discussões para além dos acontecimentos de real interesse social.

Van Dijk reitera a influência do poder - público e privado – nos *media* e seu impacto nas diretrizes editoriais dos veículos de comunicação. Muito embora se refira à imprensa de maneira geral – não exclusivamente a local – o aspecto comercial, como da veiculação publicitária, necessária para a manutenção desses meios, acaba por compartilhar o controle editorial do que pode ou não ser noticiado a “clientes importantes ou mesmo por meio de novos e proeminentes participantes do cenário (geralmente institucionais) que fornecem com regularidade informações das quais dependem os meios de comunicação” (van Dijk, 2015, p. 45).

Essa prática descrita por van Dijk não é diferente em nível local, já que diante da dinâmica social mais restrita a um público local e/ou regional é acrescida da efetiva aproximação desses anunciantes e gestores (públicos e/ou privados). O próprio Camponez alerta para esse aspecto quando reflete sobre “até que ponto a proximidade ligada às causas regionais e locais pode redundar num jornalismo propagandístico, por vezes em conflito com o ideal da informação pública” (Camponez, 2012, p. 41), considerando o papel desse jornalista de proximidade ter, ou não, uma postura mais cidadã.

Quando nos referimos a essa postura que se distancia de um propósito estritamente mercadológico na feitura do jornalismo de proximidade, consideramos a explicação de Correia (1998) como a mais plena no sentido dessa relação, numa abrangência local ou regional.

É o caso da recusa da manipulação; da tentativa de obter informações completas e confirmadas sobre a matéria noticiável; da obrigação de proporcionar ao leitor informação adequada ao exercício esclarecido da cidadania; da rejeição do sensacionalismo que explora a emoção alheia; de suscitar a participação cívica em detrimento dos consumismos passivos suscitadas pela pura informação-espectáculo. (Correia, 1998, p. 04)

Um aspecto relevante no discurso jornalístico, que se mostra, também, em evidência nos *media* se dá na atuação de atores sociais⁴⁸ eleitos e autorizados para terem voz e reconhecimento de seus posicionamentos. São comentaristas, analistas, jornalistas-colunistas (das variadas frentes de abordagem, como economia, política, esporte, ...) e especialistas que comentam e opinam nas diferentes plataformas dos meios de comunicação. Oportuno questionar algumas especialidades e especialistas, que representam unicamente o poder hegemônico (e discursivo) local e/ou regional, a fim de validar interesses específicos do local ou região em que se manifestam. Manifestações muitas vezes contrárias às pautas dissonantes das previamente estabelecidas pelo discurso hegemônico, que nem sempre são de abordagem significativamente representativa e inclusiva.

Disponibilizar ou retirar espaço de voz, além de não contemplar pautas de interesse real da população local e/ou regional validam e mantêm discursos dominantes, que, em grande parte, não representam a coletividade. Van Dijk trata sobre essa questão ao afirmar que “por meio do uso seletivo de fontes de informação, rotinas jornalísticas consagradas e seleção de assuntos para as histórias, a mídia jornalística decide quais atores serão representados na arena pública, o que será dito a respeito deles e, em especial, como será dito” (2015, pp. 73-74).

Sobre isso, Mariani lembra que “a imprensa tanto pode lançar direções de sentidos a partir do relato de determinado fato como pode perceber tendências de opinião ainda tênues e dar-lhes visibilidade, tornando-as eventos-notícia” (1998, p. 59). Reconhecer indícios representativos de perfis dos atores sociais de um grupo considerando sua classe social, etnia e identidade direcionam interpretações. Informações, mensagens subliminares, destaque para pautas que evidenciem estereótipos, o uso do recurso de imagens - fotografia ou recursos gráficos – vão permitindo, conduzindo e mesmo induzindo para uma leitura interpretativa da informação. Seja ela positiva, como o destaque para características identitárias específicas de uma descendência eleita, ou negativa, como o estereótipo étnico e social da violência de populações de favelas (Baccega, 1998).

O fato de definir a pauta e direcionar sua discussão impele à audiência – leitor, ouvinte ou telespectador – a abordagem que deverá ser preponderante sobre o fato, que poderá gerar, ou não, apoio da coletividade. Carrazzoni (2021) bem lembra que as elites controlam o discurso

⁴⁸ Compreende-se atores sociais como os participantes das práticas discursivas, considerando suas ações, engajamento e reações.

hegemônico por meio de uma hierarquia discursiva, em que, por meio do discurso jornalístico, faz uso de outros domínios discursivos, como o político, o científico, o judiciário etc.

Foucault nos orienta para a compreensão do discurso como algo essencialmente provindo de uma prática estruturada e hierárquica, em que narrativas são selecionadas, controladas, organizadas e redistribuídas por procedimentos – e instituições – que o validam pela naturalização de sua reprodução. “Os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte, também políticos, não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos” (Foucault, 2013, p. 37).

Retomando sobre os *media* regional, Carrazzoni é enfática em sua afirmação acerca das forças hegemônicas atuantes em sua prática discursiva

junto a outros grupos poderosos e instituições de elite, tais como os políticos, os dirigentes empresariais, os profissionais e os professores, os meios de comunicação exercem - às vezes indiretamente - uma grande influência sobre a vida de grande parte das pessoas na sociedade. (2021, p. 112)

Ainda sobre a importância dos *media* de proximidade no Brasil, vale lembrar que estamos nos referindo a um país de proporções continentais, com uma importante diversidade cultural. Além disso, é necessário destacar que mesmo o País sendo dividido em cinco regiões⁴⁹ (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) com características distintas, ainda é possível reconhecer diferenças importantes entre os Estados presentes em cada uma dessas regiões. Pensar - e agir - a comunicação de massa exclusivamente centralizada e nacionalizada se mostrou – e cada vez mais tem se mostrado – um grande desafio. Foi essa a reflexão que Sonia Aguiar, por meio da obra *Territórios do Jornalismo*, discute sobre a comunicação e a geografia e de como o processo de globalização não estaria atendendo às particularidades midiáticas brasileiras.

Sobre essa territorialidade do jornalismo a autora faz um importante retrospecto que evidencia pontos relevantes nos *media* regional e local

Há uma correspondência muito próxima entre a formação do território brasileiro ao longo do século XX e a forma de ocupação desse espaço nacional pelos grupos de mídia,

⁴⁹ Informações acerca da organização das 27 Unidades da Federação em cinco regiões, a partir dos anos 1970, estão disponíveis no site https://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%B5es_do_Brasil.

nos dois casos com grande concentração (demográfica, econômica, midiática), de fragmentação (distribuição desigual de populações, das redes urbanas, de jornais e sinais de rádio e TV) ... acredita-se que, nesse processo, o jornalismo local regional exerce papel fundamental na disseminação de projetos ideológicos e políticos em disputa, bem como de eventuais propostas alternativas e contra-hegemônicas. (Aguiar, 2016, pp. 111-112)

A relevância e o papel da imprensa (sob diferentes aspectos) na capital de Santa Catarina já foi tema de muitas investigações. Entre elas, duas produções contribuem de maneira relevante a esta pesquisa. Joana Maria Pedro (1995) organiza um aporte interessante sobre o histórico da imprensa na Capital de Santa Catarina, além de realizar uma importante reflexão entre os poderes locais e a imprensa de Desterro⁵⁰ no século XIX. Sobre isso, a autora aborda a presença da imprensa já na primeira metade do século XIX (1831), destacando para a semelhança do histórico dessa imprensa local a outras de cidades pequenas do País. “O aparecimento de jornais durante o período de acirradas disputas políticas ... [e com] o uso dos periódicos como trampolim político” (Pedro, 1995, p. 09).

Pedro evidencia que na segunda metade do século XIX “o crescimento de atividades ligadas ao comércio e ao transporte marítimo proporcionou as possibilidades de constituição de uma esfera pública burguesa, a qual se expressava, principalmente, através da imprensa” (1995, p. 15). O que vai sendo evidenciado a partir da criação de diferentes jornais (mais de uma centena ao longo do período de investigação – 1831 a 1889) com periodicidade e tiragem variada. O resgate realizado por Pedro demonstra a estreita relação - ou trama, como denomina – entre a esfera pública e privada na constituição e manutenção do poder hegemônico por meio da imprensa local.

Com contribuição relevante, também, está a investigação de Leani Budde (2013), que realiza um interessante paralelo do jornal *O Estado* (objeto de estudo desta investigação) e a cidade de Florianópolis, durante os anos de 1985 e 2009, período de grande destaque para o periódico⁵¹. Budde desenvolve um percurso histórico da imprensa, em especial de *O Estado*, observando que

a história da imprensa em Santa Catarina é feita também de muitos jornais locais e regionais (alguns publicados em alemão) e poucos de abrangência estadual. Um dos

⁵⁰Desterro era o nome da cidade de Florianópolis até o ano de 1894.

⁵¹ O período de 1985 a 2009, para o jornal *O Estado*, compreendeu da fase de grande desenvolvimento desse periódico até o ano de seu fechamento. Sua tese está disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106850> .

motivos é a divisão do estado em polos econômicos regionais que não interagiam entre si até meados dos anos 1900. (Budde, 2013, p. 38)

O que demonstrava o alcance dos jornais mais restrito a cidades - e seu entorno - com maior capacidade de desenvolvimento político e econômico. Apenas a partir da década de 1970 houve a ampliação e abrangência para a cobertura estadual do jornal *O Estado*. A partir desse período iniciava o que Budde chamou de “fase áurea do jornal, com a implantação de sucursais em todas as regiões e maior profissionalização em suas páginas” (2013, p. 38), tornando o periódico uma referência para a imprensa e o jornalismo em Santa Catarina. Foram contratados profissionais experientes e com formação especializada, assim como oportunidade para a formação do curso de jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina.

Como será observado na apresentação de nosso objeto de pesquisa, *O Estado* teve sua criação datada em 1915, por empresários locais, contudo, apenas dez anos após sua fundação esse foi adquirido por importantes políticos locais. Seu caráter político e mesmo panfletário se evidencia nos diferentes depoimentos presentes na investigação de Budde, mas chama a atenção um aspecto muito presente nos anos de intenso propósito coronelista⁵².

Mesmo que o objetivo do proprietário fosse apenas dar o direcionamento em seu próprio partido, e os adversários (supostamente) não sofressem críticas, ao serem ignorados e não terem, ou terem pouco espaço no jornal, eram igualmente penalizados, pela falta de visibilidade sobre sua existência. (Budde, 2013, p. 50)

Os anos posteriores a 1980 exigiram dos *media* regionais, em especial da imprensa, o apoio para o desenvolvimento de um projeto político importante: a construção da Identidade Catarinense. Esse projeto foi desenvolvido a partir de um propósito eleitoreiro do candidato ao governo do Estado⁵³ - com o apoio do governo nacional – e com a relevante participação de intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC).

É no interior do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina que se forjam os discursos sobre a identidade catarinense, publicizando-os através da imprensa, de

⁵² O coronelismo é uma prática sociopolítica brasileira do início do século XX – período chamado de República Velha (1889-1930) -, quando os coronéis exerciam o poder local sobre as camadas inferiores da sociedade, com o objetivo de garantir **votos** em troca de **favores** das esferas políticas locais, estaduais e federais. Informação extraída do link: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/coronelismo-no-brasil.htm#:~:text=O%20coronelismo%20%C3%A9%20uma%20pr%C3%A1tica,esferas%20pol%C3%ADticas%20locais%2C%20estaduais%20e,> em 31/08/2022.

⁵³ O candidato era Espiridião Amin, que concorria ao governo pelo Partido Democrático Social (PDS). O candidato em questão foi eleito, tendo seu mandato de governador do Estado pelo período de 1982 a 1986.

realização de eventos nas instituições de ensino superior do Estado de Santa Catarina, publicação de livros e elaboração de dissertação, cujo objeto é perceber nas obras a preocupação dos autores com a identidade catarinense. (Serpa, 1996, p. 68)

A força política e econômica local e regional se evidenciam nesse controle de pautas e mesmo editorial, pois, como já apontado, nos *media* regional o poder – público e privado – local e regional possui fontes importantes de recursos e em Florianópolis isso também é perceptível. A breve exposição da prática planejada para a construção de uma identidade estadual homogênea permite a identificação dessa influência pública e privada, que apoia esse discurso, seja por interesses diretos (comerciais e econômicos) e indiretos (apoio político).

Vale aqui uma afirmação de Moraes acerca desse político e econômico, resultando em um modelo de mercado que conta com o importante apoio dos *media*, defendendo que “os projetos mercadológicos e as ênfases editoriais podem variar, menos num ponto-chave: operam, consensualmente, para reproduzir a ordem do consumo e conservar hegemonias constituídas” (Moraes, 2013, p. 19).

Diante dessa perspectiva teórica, que levará em consideração essa imprensa regional e seu uso de elementos representativos para a definição e construção de uma identidade, faz-se relevante identificar e relatar os métodos que foram utilizados para a análise dos objetos de investigação, buscando compreender a dinâmica de produção discursiva e seus efeitos.

No terceiro capítulo, apresentamos conceitos e discussões determinantes das representações no jornalismo. Há nesse desenvolvimento o resgate acerca da relevância social das representações como materialização da linguagem e como os *media* fazem uso desses recursos para atingir seus diferentes propósitos. Berger e Luckman (2001), Richardson (2007) e Tuchmann (1993, 2002) são referenciados como basilares para a compreensão dessa construção social da realidade nos *media*, em especial nos jornais, a fim de atingir objetivos predominantemente hegemônicos.

Na última seção deste capítulo, buscamos, com o significativo aporte de Traquina (1998) e Camponez (2012), direcionar nossos esforços na reflexão dessa dinâmica na perspectiva do jornalismo de proximidade, já que nossa investigação gira em torno de dois jornais regionais de grande relevância na representação identitária – bem como sua construção

– local no município de Florianópolis. Para que isso possa ocorrer com os melhores resultados, o percurso metodológico apropriado é determinante.

CAP.4 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

O propósito deste estudo, como anteriormente enunciado, é compreender como os *media* têm participado na formação de dinâmicas culturais, influenciando na transformação social, econômica e política do município de Florianópolis, tornando visíveis e construindo imaginários e formações identitárias. Pretendeu-se analisar a evolução da discursivização mediatizada dos interesses e vivências locais, a fim de identificar as marcas identitárias mobilizadas nessa construção, relacionando-as com a historicidade da região.

Para alcançar esse propósito, recorreremos a uma abordagem interdisciplinar que articula os estudos da comunicação e do jornalismo, os estudos culturais e da identidade, o pensamento pós-colonial e a teoria social contemporânea, como procuramos dar conta nos capítulos anteriores. A partir deste enquadramento teórico, dirigimos o nosso olhar para a produção informativa de dois jornais de referência no município de Florianópolis, capital de Santa Catarina – *DC* e *OE*.

Investimos em métodos mistos para conhecer e interpretar o objeto de estudo. A articulação de métodos diferentes envolve a combinação ou integração de métodos qualitativos e quantitativos de pesquisa e recolha de dados (Creswell & Creswell, 2018). Recorreremos à análise de conteúdo (AC) e à análise crítica do discurso (ACD). Por meio da AC, daremos conta dos grandes padrões da produção informativa (Carlomagno & Rocha, 2016; Krippendorff, 1990); já a ACD permitirá relacionar e compreender as marcas discursivas da construção identitária florianopolitana (van Dijk, 2005, 2015; Fairclough 2012, van Leeuwen, 1997).

Para além dos métodos acima, recorreremos também a entrevistas epistolares mediadas pela tecnologia (Debenham, 2001) com jornalistas responsáveis por editorias ou direção nos jornais investigados, a fim de compreender com maior profundidade alguns fenômenos identificados a partir das análises de imprensa.

Neste capítulo, daremos conta da estratégia metodológica construída e utilizada com o *corpus* de pesquisa referente aos jornais *Diário Catarinense (DC)* e *O Estado (OE)*, assim como a entrevista com profissionais que já atuaram nessas empresas de comunicação. Começaremos por nos referir ao objeto de estudo.

4.1 Objeto de pesquisa

A cidade de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, localizada na região sul do Brasil, possui variadas influências em sua formação cultural, com heranças distintas e complementares: indígena, africana, alemã, portuguesa-açoriana, além de outras, a partir de migrações territoriais nacionais, tais como a migração nordestina, paulista e gaúcha. Essa diversidade cultural, alinhada à busca por seu desenvolvimento econômico e social, fez de Florianópolis uma das cidades mais desenvolvidas do Brasil, segundo o *ranking do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (definido pela ONU), que analisa aspectos de infraestrutura, segurança, serviços de educação e saúde de uma região*.⁵⁴ Publicado pela *Delta Economics & Finance*, este ranking tem estimulado um grande interesse pela cidade, não apenas para o turismo de férias, mas também na fixação de residência⁵⁵.

Segundo registros oficiais⁵⁶, a cidade de Florianópolis tem, de partida, predominância da herança açoriana em sua formação, historicamente reconduzível ao colonialismo português. As marcas da presença portuguesa são visíveis em diferentes espaços, sendo explorados em vários tipos de instrumentos de divulgação e promoção da cidade. São ainda visíveis nas práticas cotidianas do ilhéu ou manezinho⁵⁷ (tal como é usualmente chamado o florianopolitano de nascimento), a pesca, a alimentação, o artesanato, a religiosidade e as lendas, que são algumas dessas materializações herdadas (Leal, 2007).

Tomamos como ponto de partida as transformações na economia e na política da cidade, sujeitado aos interesses locais em afirmar uma cultura florianopolitana atrativa e lucrativa e o papel desempenhado pelos *media* nessas transformações.

A investigação incide concretamente sobre a produção informativa de dois importantes jornais da região da Grande Florianópolis⁵⁸, que apresentam significativa relevância em

⁵⁴ Informação disponível no portal *NSC Total*, 2019, no link <https://www.nsctotal.com.br/florianopolis>.

⁵⁵ Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2019, a cidade de Florianópolis apresentou crescimento populacional de 1,6%, o que corresponde a meio milhão de habitantes, em uma área de pouco mais de 675 mil km². Informação disponível em <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2019/08/28/populacao-de-florianopolis-atinge-mais-de-meio-milhao-de-habitantes-aponta-ibge.ghtml>.

⁵⁶ Informações disponíveis no link da Santur (Secretaria de Turismo de Santa Catarina) <http://turismo.sc.gov.br/destinos/grande-florianopolis/>.

⁵⁷ Há informações de que Manezinho é derivação linguística do nome (tradicionalmente português) Manoel, que se tornou Manoelzinho, passando para Manezinho.

⁵⁸ Segundo o Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas (FNEM), a Região Metropolitana da Grande Florianópolis compreende os municípios de Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara. Informação disponível em <http://fnembrasil.org/regiao-metropolitana-de-florianopolis-sc/>.

períodos distintos - mas complementares - entre os anos de 1985 e 2020, que são: *Diário Catarinense (DC)* e *O Estado (OE)*. A definição deste período se dá a partir da identificação do ano de 1985, com o início da Nova República no Brasil. Ano marco após um longo período de ditadura militar⁵⁹, que resultou numa comunicação de massa visivelmente direcionada e cerceada por governos autoritários. O ano de 2020 foi escolhido para o fechamento do período de análise, por atender o recorte temporal necessário e manter a atualidade do cenário estudado.

A escolha dos objetos se dá por serem importantes jornais regionais da cidade de Florianópolis e seu entorno - assim como para Santa Catarina - e também por serem identificados como os *media* informativos de referência com maior audiência na região⁶⁰, entre outros aspectos que o enquadram como um jornal de referência (Zamin, 2014). Classificação que, embora o avanço dos canais digitais de comunicação e a decorrente diversidade no uso das plataformas - o que ocasiona na redução no uso dessa classificação -, ainda possui relevância para os estudos do jornalismo.

Utilizamos como apoio para essa escolha - dos jornais de referência - o estudo organizado por Angela Zamin (2014), que discutiu os muitos conceitos acerca do tema, jornalismo de referência que decorre das diferentes classificações geradas, possivelmente pelas mudanças de configuração dos próprios *media*. Segundo a autora, este tipo de jornalismo tem características muito significativas, que o distingue das demais produções. A partir da sistematização desenvolvida por Eric Landowski (1992), a autora percebe certo consenso nas diferentes perspectivas da conceituação com a necessidade de

ter tradição, prestígio e credibilidade; servir de referência a outros jornais no próprio país; voltar-se para a política, a economia e os assuntos internacionais; ter como público um leitor competente do mundo público (as elites econômica e cultural), e possuir índices elevados de tiragem e circulação. (Zamin, 2014, p. 931)

Por essa razão, ter entre seus critérios a relevância, a boa audiência, uma tiragem significativa, história e popularidade determinariam essa escolha. Critérios que podem estar isolados ou somados na hora de identificar um jornal de referência. Diante disso, nos dois

⁵⁹ A Ditadura Militar foi um regime autoritário de governo, instaurado no Brasil após um golpe militar, estando em vigor entre os anos de 1964 e 1984. Ao longo desse período foram cerceados direitos, perseguição política e censura no País.

⁶⁰ O jornal *DC* (único ainda em circulação), até a data de obtenção das informações pelo IVC (Instituto Verificador de Comunicação), é considerando o periódico de maior audiência no Estado, inclusive entre importantes jornais de circulação nacional (como *Folha de São Paulo*, *Estado de SP* e *O Globo*). Informações disponíveis pelo IVC, de janeiro 2020. Site <https://ivcbrasil.org.br/#/home>.

jornais selecionados para esta investigação foi possível identificar essas variáveis de forma muito significativa, mesmo que em tempos distintos de protagonismo.

Quando falamos em tempos distintos de protagonismo é porque por determinado tempo esse *status* - de jornal de referência - foi assumindo pelo jornal *OE*, que teve seu ápice no período de duas décadas, a partir de 1970, em decorrência de sua profissionalização técnica e tecnológico. Após esse período e com o lançamento do *DC* em Santa Catarina (ocorrido na segunda metade dos anos 1980), que chegava com uma tecnologia ainda mais avançada e com forte agressividade de mercado, a transferência de *status* de relevância de um jornal para o outro foi uma questão de tempo (Budde, 2013).

A escolha dos *media* regionais, em detrimento aqueles reconhecidos como de abrangência nacional, procurou valorizar a comunicação local e regional brasileira. Como soma a essa escolha e em decorrência do objetivo de compreender o papel dos *media* na construção identitária florianopolitana, os *media* regionais seriam os veículos que mais próximos estavam das pessoas e que comunicavam temas de interesse dessas pessoas, ocasionando seu maior consumo como fontes de informação, comparativamente com os jornais nacionais. O que, segundo Camponez (2012, p. 36), atende pela comunicação “no contexto de *comunidades de lugar* (...) [em que] comunidades se reconhecem com base em valores e interesses construídos e recriados localmente.”

Embora o alcance dos meios impressos tenha sofrido redução de tiragem⁶¹ no momento em que as empresas de comunicação migram para o digital, esses jornais também passam a contrariar as limitações de abrangência territorial do formato papel, ampliando ainda mais o alcance de grandes *media*. No entanto, mesmo com a dominância dos conglomerados de comunicação e da grande capilarização e abrangência populacional, é nos *media* regionais que se percebe a maior aproximação com a população (sua audiência). Essa aproximação permanece relevante para os *media*, mesmo com o advento da tecnologia, que possibilita maior alcance de público, só que agora com o importante apoio tecnológico na personalização (ou segmentação) das plataformas comunicação - especialmente a partir do início do século XXI.

Sobre os conglomerados de comunicação é necessário associá-los ao que no Brasil denominamos de a “grande mídia”. Essa é uma expressão utilizada para se referir aos *media* de massas. *Media* que influenciam grandes audiências com direcionamentos e propósitos predominantemente hegemônicos. Ações dessa grande mídia homogeneizam, concentram e

⁶¹ Pesquisa recente realizada pelo IVC (Instituto Verificador de Comunicação), disponível no link <https://www.poder360.com.br/midia/jornais-em-2021-impresso-cai-13-digital-sobe-6/>, extraída em 01/11/2022.

reforçam dominâncias, indo de encontro a multiplicidade e diversidade de fontes e perspectivas de informação (Bolaño & Brittos, 2010). Definição essa que será oportuna quando conhecermos mais atentamente os jornais que compõem o *corpus* de pesquisa.

Relativamente ao período de análise, ocorrido entre os anos de 1985 e 2020, deve realçar-se que, durante parte significativa desses 35 anos, o jornalismo impresso contava com relevante prestígio e reconhecimento entre os canais de comunicação de massa no Brasil. Contudo, especialmente a partir dos anos 2000, com o surgimento e avanço de plataformas de jornalismo, o movimento de migração para o digital tem sido crescente, sendo possível identificar o formato híbrido⁶² (*on-line* e físico) ou apenas digital dos jornais.

A imprensa em Santa Catarina acompanhou esse desenvolvimento tecnológico, embora com algum atraso, já que o *DC* - maior jornal de referência do Estado - somente em 2019 alterou de fato seu formato. A periodicidade diária ficou exclusivamente na plataforma digital e semanalmente é publicada uma edição semanal impressa (em formato revista).

A escolha por jornais impressos como *corpus* de pesquisa se deu por algumas características locais que remetem a comportamentos típicos de um Estado mais ‘conservador’ em certos costumes. Um conservadorismo⁶³ percebido em seu direcionamento político tradicional, na manutenção do poder econômico local, no recurso representativo de um perfil demográfico específico (por suas origens migrantes) e na força dos *media* de massa (primeiramente jornal, seguido da TV) como instrumentos de manutenção dos poderes já estabelecidos⁶⁴.

Sobre esse perfil um tanto conservador, Budde (2013), ao pesquisar a trajetória da imprensa em Santa Catarina, destacou um aspecto importante para o estudo que aqui apresentamos, no que tange a uma história recente de jornalismo regional, com alcance em todo o Estado. Embora a identificação da circulação dos primeiros jornais produzidos tenha iniciado

⁶² Há registros que datam 1995 o ano do primeiro grande jornal impresso brasileiro a ser vinculado na plataforma web, o Jornal do Brasil. A partir desse ano outros grandes veículos ingressaram na nova plataforma, com a criação de *sites* do O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, O Globo, O Estado de Minas, Zero Hora, Diário de Pernambuco e Diário do Nordeste, além de portais de notícia, como Último Segundo e UOL (Pereira, 2002, pp. 7-8).

⁶³ Durante todo o século XX, a política local foi dominada por duas famílias (os Ramos e os Konder ou Bornhausen). Santa Catarina era considerado um estado industrializado e com pequenas e médias propriedades rurais, não apresentando grandes cidades em sua constituição - Joinville, a maior cidade do Estado, tem uma população estimada em pouco mais de 600 mil habitantes (Censo/IBGE). Além disso, há o ‘mito do imigrante europeu’ que chega em condições precárias, prospera e constrói o Estado. Informações extraídas do site: <https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/09/22/economia-e-raizes-culturais-explicam-bolsonarismo-em-sc.ghtml>, em 10 de outubro de 2022.

⁶⁴ Tanto que os jornais impressos existentes até meados do século XX eram de propriedade de políticos locais e regionais (Budde, 2013).

nos anos 1830, o processo de profissionalização e democratização desses *media* tardou a sofrer mudanças significativas (Budde, 2013).

Foi apenas no início de século XX, já com o estabelecimento da República e com a distribuição e reorganização das populações, que os jornais ampliam sua atuação como instrumentos de poder e política. Período esse em que é fundado *OE* (1915), como o terceiro jornal à época presente na Capital, com vida longa, marcando época e gerações.

A exposição dos jornais que compõem o *corpus* desta investigação – *DC* e *OE* – trará referências que evidenciam o desenvolvimento dos *media* na região e as importantes mudanças sociais ocorridas ao longo do tempo.

Jornal *O Estado* (*OE*)

Lançado em 13 de maio de 1915, em Florianópolis, *OE* foi considerado o grande jornal de referência de Santa Catarina (Budde, 2013), pois, além de ter sido o primeiro a alcançar todas as regiões do Estado, é pioneiro na profissionalização das equipes de trabalho. Embora ele tenha sido fundado por dois empresários (Henrique Raup Junior e Ulisses Costa), poucos anos depois foi vendido e começa a ser comandado por políticos importantes de Santa Catarina, como Victor Konder e Aderbal Ramos da Silva. Após o afastamento de Aderbal, seu genro – José Matusalem Comelli – manteve-se como diretor presidente até seu fechamento, por isso, *OE* foi um importante instrumento de disputa política entre partidos políticos e duas tradicionais famílias catarinenses. O jornal não fazia parte de conglomerados de comunicação, sua vinculação jurídica pertencia à Empresa Editora *OE*, que dispunha apenas desse veículo em sua constituição (Budde, 2013).

Seus tempos áureos se deram entre as décadas de 1970 e 1990. Esse foi o período em que se caracterizou como a maior referência do jornalismo no Estado, pois contou com a implantação de sucursais⁶⁵ em todas as regiões de Santa Catarina, o único até então, e uma maior profissionalização em sua estrutura – de pessoas e equipamentos. (Budde, 2013). Um jornal pioneiro em diferentes aspectos - tecnológico, profissional e social – sem desvincular-se de seu foco de informação com qualidade, mas direcionada especialmente ao Estado e ao povo catarinense. Vale atentar para alguns trechos de um editorial emblemático do *OE*, disponível na edição alusiva aos 71 anos de jornal (13/05/1986)

⁶⁵ Sucursal é reconhecida como uma estrutura comercial e de redação que permite o desenvolvimento de atividades e conteúdos mais direcionados e mais próximos da população.

sobressai-se o cumprimento, pelo jornal, do dever de proporcionar a seus leitores a informação correta ao lado da opinião equilibrada e sincera acerca das questões que de um (*sic*) forma ou de outra tocam os superiores interesses da comunidade a que pertence. Para isso, é preciso conhecer a comunidade e saber interpretar-lhes os sentimentos e as expectativas, correspondendo aos seus anseios e dando uma interpretação pronta, diária, ao direito de cada cidadão de ser informado sobre o mundo que o cerca. (*OE*, 13/05/86, p. 4)

O que vem a reforçar elementos viscerais no reconhecimento de um jornalismo de proximidade (Camponez, 2017), que perpassa no posicionamento do jornal ao longo dos anos. O *OE* teve como apelo reiterado as narrativas de uma cultura, de uma tradição e de um povo e sua região, o que se evidenciava nas muitas manifestações oficiais e institucionais. O que vai reforçar a própria característica do *OE*, de “representante dos interesses da comunidade catarinense e florianopolitana” (Budde, 2013, p. 33).

A análise de Budde (2013), decorrente de sua intensa investigação sobre o período hegemônico do jornal e as potenciais razões do início de sua derrocada - a partir dos anos 1990 -, identifica como fator determinante a agressiva concorrência do grupo RBS, por meio do jornal *DC*, que chega a Santa Catarina com inovação e forte investimento tecnológico.

A perda no número de assinantes e anunciantes, associada a negativas de concessões de rádio e TV agravaram a gestão e, conseqüentemente, a continuidade do *OE*. De acordo com registros, a circulação diária do *OE* foi encerrada em 31 de maio de 2007, sendo que se mantém, com periodicidade irregular e indefinida até 2009, quando encerra definitivamente suas atividades, após 94 anos de existência. Nesse meio tempo, mudando sua configuração de gestão e estrutura do jornal, combinando edições de mais de um dia, entre outras decisões, a fim de resistir ao inevitável, o seu fechamento. Por isso, o jornal não chega a circular no meio digital, fator esse que levou o mercado de jornalismo impresso à significativas mudanças e perdas (como o fechamento de jornais centenários) (Budde, 2013).

Jornal Diário Catarinense (DC)

O jornal foi fundado em 05 de maio de 1986, em Florianópolis, “como o jornal mais moderno da América Latina, com a primeira redação totalmente informatizada do continente e a publicação de fotos coloridas – um diferencial para a época” (NSC Total, 2022). Sua fundação segue um projeto de ampliação na atuação do grupo Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS), originário do estado vizinho, Rio Grande do Sul, que já atuava em Santa Catarina nos meios

televisivo e de radiodifusão, que já vinha com uma perspectiva mais profissionalizada de sua área comercial (via publicidade) para a entrada no mercado impresso (Budde, 2013).

Uma informação relevante é que a RBS é um grande conglomerado de comunicação brasileiro, tendo sua sede no Rio Grande do Sul, localizado ao Sul do Brasil. Sua entrada, via imprensa, buscou uma relação de cumplicidade com a comunidade, uma aproximação com o local e sua identidade, mesmo com reservas por serem “forasteiros”. Papel que acabou assumindo no lugar do *OE*, especialmente após seu fechamento (Budde, 2013). O Grupo RBS, embora não esteja mais à frente do *DC* (que foi vendido em 2017), ainda dispõe de grande estrutura, contando com mais de uma dezena de emissoras de TV e outra dezena de estações de rádio, além de jornais (nos formatos impresso e digital), portal de internet, entre outras frentes de atuação como *e-commerce*, eventos, editora etc., além de ser uma das mais importantes afiliadas da Rede Globo⁶⁶ (Grupo RBS, 2022).

A vinculação do jornal *DC* – e de outros veículos de comunicação do grupo RBS em Santa Catarina – foi alterada a partir de 2017, passando então a ser de propriedade do Grupo NC⁶⁷, sob a tutela da *NSC Comunicação*. *NSC*, que significa *Nossa Santa Catarina*, foi o nome escolhido pela população catarinense, que foi convidada a participar e interagir com essa ‘nova’ forma de comunicação, por seus diferentes meios e canais. Segundo informações disponíveis no portal, a empresa atua por meio de multiplataformas de comunicação na forma de

Emissora de televisão NSC TV, afiliada da Rede Globo; pelo portal de notícias NSC Total, referência em informação nas plataformas digitais; pelos jornais Diário Catarinense, A Notícia, Jornal de Santa Catarina e Hora de Santa Catarina; e pelas emissoras de rádio CBN Floripa, Atlântida, Itapema e CBN Joinville. (NSC Comunicação, 2022)

O jornal passou por importantes mudanças ao longo de seus mais de trinta anos, em que se observa atualizações em seu projeto gráfico, e, especialmente, sua entrada e desenvolvimento no meio digital. Diante disso, a partir de outubro de 2019 passa a operar apenas com o formato digital diário, dentro do portal de notícias *NSC Total*, mantendo a versão impressa apenas em

⁶⁶ A TV Globo pertence ao Grupo Globo, maior conglomerado de mídia e comunicação do Brasil. É a segunda maior rede de comunicação comercial do mundo, alcançando quase a totalidade do território nacional brasileiro, por meio de 120 emissoras próprias e afiliadas. Informações disponíveis em <https://grupoglobo.globo.com/>.

⁶⁷ O grupo NC é um conglomerado de empresas brasileiras, com sede em São Paulo, e sob o comando de um empresário (Carlos Sanches) de destaque na indústria farmacêutica. Informações disponíveis em: https://pt.wikipedia.org/wiki/NSC_Comunica%C3%A7%C3%A3o.

edições de semanais (nos finais de semana) em formato revista⁶⁸. Segundo informação disponível no portal do *DC:*, (marca atual do *DC*), presente em sua missão, “o *DC* é o jornal de maior circulação e audiência no Estado ... conectando Santa Catarina de ponto a ponto” (NSC Comunicação, 2022).

Hoje o *DC:* se posiciona como um jornal com tradição, mas que acompanha as tendências do mercado, o que justificaria sua mudança, a partir de fins de 2019, para o que denominam de “produto *premium*”, com edições diárias apenas digitais e o formato semanal de revista. Seu portal de negócios⁶⁹ evidencia números importantes de perfil diferenciado de público, assim como de alcance nas mídias digitais, nos acessos às páginas de notícia e ainda tiragem significativa na revista semanal (NSC Comunicação, 2022).

Observamos, com isso que, em decorrência de mudanças de impacto econômico no comportamento de consumo e na gestão de importantes grupos de comunicação do Sul do Brasil, os jornais selecionados sofreram significativas alterações ao longo do tempo. Contudo, nada que reduza sua importância, já que ambos foram e são muito relevantes para a cidade de Florianópolis e para o estado de Santa Catarina, mesmo tendo encerrado suas operações (como é o caso do *OE*) ou mudado seu ‘perfil de plataforma’ de comunicação (caso do *DC*).

4.2 *Corpus* de pesquisa

O *corpus* principal das análises de imprensa corresponde à produção informativa publicada nos dois jornais regionais, *DC* e *OE*, no período de uma semana do mês de março, entre os anos 1985 e 2020. Entre as peças selecionadas para análise estão: editoriais, notas, notícias, reportagens e texto de opinião, ou seja, gêneros do discurso jornalístico de caráter informativo e opinativo. É a partir desse *corpus* que procuramos analisar a evolução da discursivização mediatizada dos interesses e vivências locais nesses períodos, identificando as marcas identitárias mobilizadas e problematizando os horizontes de sociabilidade que a partir delas são convocados.

O marco determinante para o início da coleta desse *corpus* coincide com dois aspectos importantes. O primeiro refere-se ao final do período de ditadura no Brasil, datado pelo início

⁶⁸ “O *DC* transformou-se em produto *premium*, com a publicação do jornal em formato de revista e edições semanais (...). O novo formato trouxe a mesma qualidade de informação com um acabamento mais sofisticado, leituras mais duradouras e novas seções de conteúdo...” Informações extraídas no site <https://negociossc.com.br/marcas/sobre-o-diario-catarinense/>, em 16/09/2022.

⁶⁹ <https://negociossc.com.br/marcas/sobre-o-diario-catarinense/>

da Nova República – reconhecido em 15 de março de 1985, com a posse do primeiro presidente civil brasileiro – e o outro, que decorre do anterior e alinha com o tema desta investigação, é a consequente abertura do estado democrático brasileiro. Em paralelo ao movimento global econômico e de consumo, houve o desenvolvimento da indústria cultural nacional, proporcionando a ampliação no desenvolvimento de produtos decorrentes desse mercado globalizado. Em consequência a esses movimentos (econômico e cultural), são realizadas mundialmente importantes discussões acerca de temáticas identitárias territoriais e culturais.

A finalização desse recorte se dá em março de 2020, com a intenção de contemplar as muitas modificações ocorridas em ambos os jornais, correspondendo a um período amostral de 35 anos de coleta.

4.2.1 Procedimento de coleta de dados

Para que a investigação fosse a cabo, as peças de jornais (*DC* e *OE*) selecionadas tiveram como seu recorte temporal para a recolha do *corpus* o período de 7 dias do mês de março, considerando o dia 23 (data de aniversário da Cidade) para a seleção das datas. Diante disso, a escolha foi: os 3 dias que antecedem a data comemorativa do aniversário do município de Florianópolis e os 3 dias posteriores, além do próprio dia 23.

Necessário destacar que para além das datas regulares de publicação teremos algumas edições do que denominamos de edição conjunta, em que uma única edição corresponde a dois ou três dias sequenciados. Exemplificando, encontramos a publicação correspondente aos dias 22 e 23 de março, disponível no dia 22, pois a edição do jornal estará encerrada devido ao feriado municipal. Publicações que antecedem a esta (como o dia 21 de março, por exemplo) informam ao leitor e/ou assinante dessa situação. Essas publicações (Edição Conjunta) eventualmente ocorrem para atender demandas de custo operacionais ou de legislação e acordo trabalhista.

Ainda sobre o período de recolha, os dados foram identificados e recolhidos a cada 5 anos (entre 1985 e 2020), ou seja, entre os dias 20 e 26 de março dos anos de 1985, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010, 2015 e 2020, permitindo que realizássemos um estudo sincrônico⁷⁰ e diacrônico. A análise sincrônica foi realizada nos anos em que os jornais apresentam ambas as edições (de 1990 a 2005). De notar que o jornal *OE*, em razão de seu encerramento em 2009,

⁷⁰ A partir da leitura e entendimento de Saussure (1992), compreende-se por estudo *sincrônico* o estudo de ocorrências *ao mesmo tempo*, enquanto *diacrônico* é o estudo de ocorrências que acontecem *por meio do tempo*.

contribuiu para o *corpus* com conteúdo publicado nos anos de 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005. Já o jornal *DC*, cuja inauguração ocorreu em 1986, contribuiu com materiais publicados nos anos de 1990, 1995, 2000, 2005, 2010, 2015 e 2020.

O período de análise corresponde, portanto, a 35 anos, com coletas de dados efetuadas a cada quinquênio, o que gerou um total de 73 edições de jornais ao longo desse período, tal como a Tabela 1 dá conta.

Tabela 1: *Número de edições dos jornais analisados*

<i>ANO</i>	<i>OE</i>	<i>DC</i>
1985	7	0
1990	5	7
1995	6	7
2000	6	7
2005	5	7
2010	0	7
2015	0	7
2020	0	2
Total de edições	29	44
	73 edições	

A definição do período de coleta na semana de aniversário se dá, também, pois é costumeiro entre os jornais brasileiros a produção de ‘Edições especiais’ (também chamadas de ‘Suplementos’), que são alusivos ao Dia da Cidade. Esse tipo de material explora aspectos identitários e culturais do município e permite um aumento importante na comercialização de espaços publicitários, o que viabiliza a monetização do negócio (Peruzzo, 2005).

Todas as edições foram inspecionadas, a fim de identificar peças jornalísticas que tivessem ou fizessem referência – direta ou indiretamente - à identidade e à cultura da e na cidade. Exemplos de conteúdos que permitiram sinalizar essas peças se materializam em textos de opinião de jornalistas-colunistas, que descrevem situações cotidianas destacando características comportamentais locais, ou notícias que abordam a diversidade cultural do período comemorativo, a qualidade de vida local, além de suas belezas naturais e do povo local,

de hábitos simples e acolhedor, ou mesmo reportagens que trazem registros e memórias do cotidiano com a relação do popular com o mar, festividades religiosas, entre outros.

Entre os textos informativos, “a instituição jornalística assume o papel de observadora atenta da realidade, cabendo ao jornalista proceder como “vigia”, registrando os fatos, os acontecimentos e informando-os à sociedade” (Marques de Melo, 2003, p. 28). Marques de Melo (2016) identifica o texto informativo como gênero predominante nos *media* brasileiros, onde encontraremos notícias, reportagens e afins, que referendam a expressão jornalística, de relatar fatos e acontecimentos com clareza e isenção. O autor distingue os gêneros informativo e opinativo: “Ao lado do jornalismo informativo (que “assegura a informação ao povo”) e do jornalismo opinativo (que “tem procurado influenciar o homem”)” (2003, p.28).

A investigação considerou toda a peça jornalística – informativa e opinativa – que tratasse sobre a cidade de Florianópolis e que fizesse alguma referência ou alusão à data de aniversário da Cidade. Informações de programação artística e cultural, *benesses* da gestão pública, atividades comemorativas públicas e privadas, além de informações relacionadas à sua população e à cultura local e afins. Sobre essas informações, nossa seleção e registro se dará a partir das variações semânticas (o que é dito) e sintáticas (como é dito) acerca dos pontos abordados anteriormente.

No total, foram codificadas 381 peças, distribuídas da seguinte forma entre os jornais (Tabela 2).

Tabela 2 - Peças codificadas (ano versus jornal)

Ano	DC	OE	Total
2020	6	0	6
2015	51	0	51
2010	64	0	64
2005	50	14	64
2000	29	47	76
1995	25	34	59
1990	36	13	49

1985	0	12	12
Total	261	120	381

4.3 Análise de Conteúdo (AC)

O *corpus* principal constituído para esta investigação foi submetido a uma AC. Krippendorff (1990, p. 28) define o método de AC como “uma técnica de investigação destinada a formular, a partir de certos dados, inferências reproduzíveis e válidas que podem aplicar-se ao seu contexto”. Em complemento a essa definição, Carlomagno e Rocha (2016, p. 175) ilustram amplitude desse método de análise, reforçando que ele possibilita “classificar e categorizar qualquer tipo de conteúdo, reduzindo suas características a elementos-chave, de modo com que sejam comparáveis a uma série de outros elementos”. Esses autores lembram que a AC é de grande importância para pesquisadores da comunicação social e áreas afins, já que pode ser realizada em qualquer tipo de enunciado, seja ele escrito, visual, sonoro, pictográfico, entre outros.

Cabe destacar a lembrança de Franco (2008, p. 12), de que o “ponto de partida da análise de conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada”. Indo ao encontro dessa pluralidade de materialidades do objeto, a AC possibilita seu emprego para diferentes propósitos, como

descrever e classificar produtos, gêneros e formatos jornalísticos, para avaliar características da produção de indivíduos, grupos e organizações, para identificar elementos típicos, elementos representativos e discrepâncias e para comparar o conteúdo jornalístico de diferentes mídias em diferentes culturas. (Herscovitz, 2007, p. 123)

É possível observar, portanto, uma maleabilidade do método de AC para com o objeto, até por se tratar de uma metodologia híbrida, ou seja, pode integrar uma análise tanto qualitativa como quantitativa. Destaca-se, porém, a necessidade do estabelecimento de critérios rígidos de classificação (de organização de variáveis e suas categorias) em sua estruturação, a fim de utilizá-lo adequadamente e não o fragilizar cientificamente. O método conta com o desenvolvimento de procedimentos técnicos para sua realização e entre eles está a formulação de variáveis e respectivas categorias de análise, que permitam dar conta do objeto estudado e

identificar padrões e regularidades (Simões, 2011). Para Simões (2011, pp.408-409), o método “é bastante útil em revelar padrões observáveis num *corpus* extenso e colocar em evidência tendências gerais na sua construção... [e pode-se a partir daí] ser acentuados importantes indicadores no que diz respeito às práticas discursivas dos [*media*]”.

Para isso é necessário recorrer às bases teóricas para desenvolver as variáveis e as categorias, de acordo com o objeto da investigação. Da mesma forma, a fim de que a codificação seja eficiente e replicável, é necessário explicar detalhadamente esses elementos, assim como testá-los com o propósito de validar os códigos criados.

O método desenvolvido por Krippendorff (1990) requer basicamente seis aspectos importantes que devem ser observados para a sua elaboração, a partir da definição do problema da investigação. De forma objetiva, podemos apontar os seguintes questionamentos: (1) quais os objetos de pesquisa?; (2) como esses objetos são definidos?; (3) qual será o universo de amostra desses objetos?; (4) em que contexto estão esses objetos de estudo?; (5) quais são as delimitações desse estudo?; e, finalmente (6) qual o alvo das inferências?. O que demonstra o condicionamento de um bom uso do método vinculado ao (re)conhecimento do objeto e sua potencialidade.

Para a investigação realizada foi importante desenvolver variáveis e as respectivas categorias que dessem conta de aspectos de forma, mas, naturalmente também, de conteúdo. Assim, criamos um protocolo de análise, cuja descrição detalhada consta do Anexo I, que nos permitisse fazer o mapeamento dos padrões de representação de uma efeméride crucial para o perfil identitário local.

Para o desenvolvimento do protocolo de análise foram considerados os questionamentos que buscaram atender igualmente aos objetivos desta investigação. São estes:

- Identificar os anos de maior produção textual sobre o tema desta investigação e a natureza dessa produção, interna (jornalistas) ou externa (leitores), desenvolvidas pelos jornais *OE* e *DC* durante a semana de aniversário de Florianópolis.
- Identificar qual relevância atribuída pelos jornais (*OE* e *DC*) ao Dia de Florianópolis, incluindo o tema em seus cadernos principais ou em chamadas de suas primeiras páginas. Relacionar os padrões de representação mediática alusivas ao Dia de Florianópolis, entre eles os temas e pautas dominantes, que foram realizadas ao longo do período de 1985 a 2020, e que se articulavam a uma construção identitária local.

- Descrever como se dá participação das fontes (atores sociais) – pessoas e instituições – na produção dos jornais *OE* e *DC*, considerando suas ocupações e sua função nos textos que compõem o *corpus* de investigação.

Para isso, foram criados dois grupos de variáveis: variáveis de Forma e variáveis de Conteúdo. As variáveis de Forma descrevem particularidades de natureza formal de cada unidade de análise e as variáveis de Conteúdo, que permitem identificar temas e atores sociais que estão presentes nas notícias (Cunha, 2007).

Diante do volume de dados coletados (381 peças), a codificação e o tratamento desse conteúdo foi realizada por meio do programa informático Excel, conforme grelha de análise disponível no Anexo II.

4.4 Análise Crítica do Discurso (ACD)

Articulámos a AC com a ACD, pois se reconhece, a partir de Simões (2011), que:

A análise crítica do discurso afigura-se como uma metodologia mais apropriada do que a análise de conteúdo que, como procedimento sistemático utilizado sobretudo para detectar regularidades presentes nos textos, assume que produtores e receptores de um mesmo texto lê-lo-ão e interpretá-lo-ão de modos semelhantes. (Simões, 2011, p. 407)

Assim, enquanto a AC tende a concentrar-se no conteúdo manifesto do texto, possível a partir de sua codificação e análise de regularidades e frequências, a ACD permite e instrumentaliza o analista a interpretar os diferentes sentidos presentes - e ausentes - no(s) texto(s), indo além do que está evidente. Dessa forma, complementa a construção analítica quanti e qualitativamente.

Acresce que a ACD é mais do que um método: é uma abordagem. Tal como elucida van Dijk (2005), trata-se de:

um tipo de investigação de análise do discurso que estuda, em primeiro lugar, o modo como o abuso do poder social, a dominância e a desigualdade são postos em prática, e igualmente o modo como são reproduzidos e o modo como se lhes resiste, pelo texto e pela fala, no contexto social e político. (2005, p. 19)

Para atingir a esse propósito, o desenvolvimento da ACD exige a ligação teórica - e analítica - dos níveis macro e micro da ordem social, ou seja, prestando atenção à experiência e à interação cotidiana. Seguindo este aspecto, van Dijk afirma que “[o] uso da linguagem, do discurso, da interação verbal e da comunicação pertence ao nível micro... [o] poder, dominância e desigualdade entre grupos sociais... pertencem ao nível macro...” (van Dijk, 2005, p.20). Essa prática é percebida a partir do momento em que o analista estuda o conteúdo além do próprio texto, considerando o contexto discursivo (micro e macro).

É considerando esses aspectos que Anabela Carvalho (2015) defende a importância de análises críticas que recorram a diferentes ferramentas disponíveis para seu desenvolvimento. Segundo a autora, a análise crítica convida a que sejam considerados mais profundamente aspectos como a temporalidade, estratégias discursivas e, efetivamente, os efeitos do discurso mediático.

Ao se referir sobre o plano temporal de análise em textos jornalísticos, a autora nos remete a Fairclough (2012, p. 308), que reconhece a vida social como “uma rede interconectada de práticas sociais de diversos tipos (econômicas, políticas, culturais, entre outras), todas com um elemento semiótico”, complementando que “[t]odas são práticas de produção, arenas dentro das quais a vida social é produzida, seja ela econômica, política, cultural ou cotidiana. Carvalho destaca a importância da análise da ‘prática sociocultural’, afirmando que estar “em torno do discurso mediático envolve a análise do ‘contexto situacional’, o ‘contexto institucional’ e o ‘contexto sócio-cultural’” (2015, p.180).

Relevante trazer a perspectiva de van Dijk (1999) sobre esses diferentes contextos e suas influências. Segundo o autor:

as formas estruturais e os sentidos globais de um texto de notícias não são arbitrários, mas o resultado de hábitos sociais e profissionais de jornalistas em ambientes institucionais, de um lado, a condição importante para o processamento cognitivo eficaz de um texto noticioso, tanto por jornalistas como por leitores, de outro”. (van Dijk, 1999, p. 123)

Segundo Carvalho, há questões com uma vida contextual mais longa, que exigem um distanciamento temporal maior para compreender os atravessamentos discursivos e seus efeitos para a análise. Aspecto que será considerado neste estudo, pois diferentes formações discursivas

– sejam históricas, culturais e mediáticas – atravessaram e atravessarão a interpretação desta análise acerca da atuação dos *media* na formação identitária do que seria um florianopolitano.

Quando Carvalho (2015) se refere às estratégias discursivas e sua relação com os atores sociais, reforça a importância desses atores - sejam eles indivíduos ou instituições -, como fonte e posicionamento das informações e das notícias produzidas. Para Carvalho, “é importante estudar as formas como eles [atores sociais] e suas posições são representadas nos *media*.” (p. 181), pois isso permitirá compreender suas influências e origens na formação discursiva.

Ao se referir aos efeitos dos *media*, a autora destaca que para além da construção temporal mais ampla e a atenção para o ator social presente na informação/notícia, está o reconhecer os efeitos provocados pelos *media* na sociedade, seja “extra ou supra-textualmente” (Carvalho, 2015, p.182). Essa compreensão permite ao analista relacionar, reconhecer e problematizar as consequências desses discursos nas diferentes práticas sociais, o que possibilitou a este estudo a compreensão de como os *media* têm participado no processo de transformação econômica e política do município de Florianópolis, tornando visíveis novas dinâmicas culturais e identitárias.

E este propósito tem fundamental importância por buscar compreender mecanismos e recursos usados nos meios de comunicação - em especial, os jornais - para a manutenção de discursos hegemônicos estabelecidos nas sociedades (Carrazzoni, 2021).

Como importante suporte para o desenvolvimento dessa análise, fizemos uso da teoria de representação dos atores sociais. Linha de estudo desenvolvida por T. Van Leeuwen, que reconhecia “o discurso como instrumento de poder e controle, assim como instrumento de construção social” (Novodvorski, 2013, p. 14). Em razão dessa percepção, buscou compreender a maneira como eram representados os atores sociais presentes (e ausentes) nesses discursos.

Segundo van Leeuwen (1997, p. 180), “as representações incluem ou excluem actores sociais para servir os seus interesses e propósitos em relação aos leitores a que se dirigem”. No desenvolvimento de suas análises, o autor reconhece que algumas dessas ações – inclusão e exclusão dos atores sociais no discurso – podem ser até ‘inocentes’, no entanto, demonstram indícios de práticas estrategicamente desenvolvidas nos processos discursivos. Seu olhar para os *media* considera a forma dessas representações (dos atores sociais) com propósitos previamente estabelecidos, predominantemente hegemônicos.

Ao tratar sobre os *media*, teremos grande destaque para os jornais, devido à sua relevância como meio de comunicação à época. Segundo sua interpretação, os textos

jornalísticos são desenvolvidos após a avaliação e a narrativa de contextos e acontecimentos, a partir de escolhas linguísticas (e sociais) que orientam bases para ‘o que dizer’ e ‘como dizer’. Dinâmica que tem como propósito, em grande parte das vezes, atender objetivos e interesses hegemônicos. Segundo Silveirinha e Cristo (2004), “tal permite verificar o tipo de papéis atribuídos a determinados grupos sociais: quem age, como age, em benefício de quem; serão essas ações transitivas ou intransitivas” (2004, p. 123).

Escolhas de linguagem que normalizam expressões e práticas de qualquer ordem são disponibilizadas numa aparente neutralidade, imparcialidade e transparência em seus textos (escritos, visuais etc.). Práticas que buscam atender interesses de ordem política e de poder daqueles que controlam esses meios (van Leeuwen, 1997). Tema abordado por Hall (2006), quando trata da construção, por meio dos *media*, da identidade de um povo, da construção de uma percepção coletiva de cultura de um grupo. Uma dinâmica que inclui alguns e exclui muitos outros.

A definição de perfis identitários, que determinam quem pertence a um grupo social e não outro, dá-se nas muitas narrativas desenvolvidas pelos *media* ao noticiarem acontecimentos, descrever sujeitos, incluir ou apagar vozes, reiterar estereótipos e gerar consensos. Atentar, no discurso jornalístico, para como os atores sociais são representados permite compreender os propósitos e as relações de poder ocultas.

T. van Leeuwen parte de duas categorias de representação básicas dos atores sociais: a Inclusão e a Exclusão. Na representação por Exclusão o autor identifica quando há a supressão ou encobrimento do ator social, em que há o apagamento total ou a colocação desse ator/sujeito em segundo plano. Diferente dela, na Inclusão, os atores sociais estão materializados (linguisticamente) no texto, podendo assumir diferentes papéis, desde sua nominalização até com sua organização como grupo. Sua classificação é mais detalhada, pelas inúmeras particularidades, seguindo as formas de: ativação; passivação; participação; circunstancialização; possessivação; personalização; impersonalização (van Leeuwen, 1997, p. 219).

A categorização desenvolvida por van Leeuwen não é, segundo o próprio autor, rígida em suas ordenações, mas “são úteis para tornar explícito como é que os actores sociais são representados” (1997, p. 216). Trata-se de um importante contributo na busca por evidenciar, no discurso jornalístico, os recursos linguísticos utilizados por meio de narrativas de representação da prática social.

Dessa feita, nossa análise (ACD) utilizou-se de duas categorias de análise: representação dos atores sociais e interdiscursividade.

4.4.1 *Subcorpus* de análise

Efetuamos a etapa de nossa análise qualitativa por meio da metodologia de ACD. A seleção do sub-*corpus* se deu a partir do *corpus* que compôs a etapa quantitativa (AC) da investigação (com 381 unidades de análise), teve como amostra um conjunto de 10 peças jornalísticas. A definição do recorte amostral levou em consideração alguns aspectos importantes e representativos para a investigação.

Entre as escolhas, consideramos a representatividade dos períodos de análise, bem como de algumas categorias que compunham as variáveis de conteúdo (AC). Foram considerados os temas com maior evidência ao longo de todo o período de coleta, bem como as pautas que demonstraram maior destaque nos períodos em questão. Para além disso, buscamos atender a representatividade de recolha das peças ao longo de todo o período de investigação, ou seja, considerar ao menos uma unidade de análise de cada período de coleta (1985, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010, 2015 e 2020).

Outro aspecto relevante na seleção desse *subcorpus* foi a presença - e ausência - dos atores sociais nas produções jornalísticas. Nossa análise considerou esses atores e suas narrativas (van Leeuwen, 1997), além de suas posições profissionais e institucionais, assim como sua função nos textos informativos. Essa é uma questão que merece destaque nesta fase: nossa escolha se deu apenas pela seleção de textos informativos – notícias e reportagens. Isso porque esses gêneros jornalísticos, em especial as notícias, são produções de importante reconhecimento no discurso jornalístico, pois abordam o “real dos fatos”, a “verdade dos acontecimentos”. O que, segundo Tuchman (1993), resulta na construção de uma realidade social e, neste caso, a construção identitária de uma população.

Após esses enquadramentos, esta análise teve como norteadores os questionamentos abaixo descritos, que viabilizaram o desenvolvimento e o atingimento do propósito desta investigação. Para isso perguntamos:

- Qual(is) o(s) discurso(s) predominante(s) nos textos jornalísticos publicados nos jornais *DC* e *OE*?
- Que AS foram representados nos textos jornalísticos nos jornais *DC* e *OE*?
- Quais marcas identitárias e culturais estão presentes nos discursos predominantes nos jornais *DC* e *OE*?

Dito isso, após o reconhecimento das categorias predominantes entre as variáveis de conteúdo, procuramos peças representativas de cada jornal – *DC* e *OE* – e dos períodos

temporais estudados. A distribuição de peças por jornal e anos que compõem este *subcorpus* consta da Tabela 3.

Tabela 3 - *Peças analisadas ACD.*

Nº	Jornal	Ano	Formato	Título do texto
1	<i>OE</i>	1985	Notícia	Mau tempo prejudicou e atraso a Procissão do Senhor dos Passos
2	<i>OE</i>	1990	Notícia	Prefeitura inaugura Centro Cultural na Lagoa
3	<i>DC</i>	1995	Notícia	Legado Cultural açoriano terá uma política própria
4	<i>OE</i>	1995	Notícia	Este pedaço de chão é mané de verdade
5	<i>DC</i>	2000	Notícia	Cidade encanta turistas
6	<i>OE</i>	2000	Notícia	Jamais a natureza reuniu tanta beleza
7	<i>DC</i>	2005	Reportagem	Com 279 anos e ainda sedutora
8	<i>DC</i>	2010	Reportagem	Mãos hábeis e concentração
9	<i>DC</i>	2015	Reportagem	Conheça o que Florianópolis tem de melhor
10	<i>DC</i>	2020	Reportagem	Como e quando mudou a relação dos catarinenses com a praia

4.5 Entrevistas

Como mencionado anteriormente, para além da análise de peças jornalísticas, esta investigação desenvolveu-se a partir da análise temática de entrevistas epistolares *on-line* ou entrevistas epistolares mediadas pela tecnologia. Termo cunhado por Margaret Debenham, em 2001, com base em suas experiências de trabalho com estudantes de graduação a distância. Essas entrevistas foram realizadas com jornalistas que atuaram nos jornais *O Estado* e *Diário Catarinense*, entre os anos 1985 e 2020.

O método se caracteriza pela realização de entrevistas de forma remota assíncrona, que não possibilita a interação simultânea do entrevistador-entrevistado. No entanto, mesmo com a impossibilidade dessa interação, o método permite ao entrevistado a escolha de dia e horário para a realização dessa entrevista, potencializando sua realização. Para Bebenham (2007), “este método permitiria aos participantes ler, digerir e refletir sobre as questões colocadas e preparar as suas respostas à vontade” (2007, p. 1).

Essa técnica possibilita a realização, a distância, de entrevistas pessoais em profundidade, considerando eventuais restrições dos entrevistados, como limitação física e/ou profissional. O estudo de Debenham foi realizado por meio da coleta de dados (entrevistas) de forma assíncrona, por *e-mail*, em que o entrevistado - aluno(a) de graduação com problemas de saúde - poderia responder aos questionamentos a seu tempo, ou seja, no momento que melhor lhe aprouvesse as condições para refletir e responder na forma escrita ou por áudio (Debenham, 2007).

Mesmo com limitações, o método manteve uma alta qualidade nos dados coletados, ampliando a representatividade populacional na investigação. Tanto pela disponibilidade de sua participação, quanto pela adequação técnica, de acordo com o perfil do público participante. O que, segundo a autora reforça que “o uso do CMC [comunicação mediada por computador] oferece novas possibilidades interessantes para a comunidade de pesquisa” (Debenham, 2007, p. 6).

Um aspecto interessante é que essa técnica se inspira na metodologia por cartas, pois, “analisando cartas em geral, reconhece-se que seu corpo permite variados tipos de comunicação (pedido, agradecimento, informação (...), pois circulam em campos de atividades diversos, com funções comunicativas diversas...” (Oliveira, 2021, p. 18). A proposta de Debenham, diferencia-se, essencialmente, pelo suporte tecnológico que amplia sua abrangência, além de possibilitar variedade de formatos de captação e recepção dos dados.

Os *media* desenvolvidos a partir do uso de recursos tecnológicos nos remete a Jesús Martín-Barbero, quando esse desenvolve o conceito de mediação, reconhecendo os *media* muito além de apenas um recurso técnico. Para o autor “confundir a comunicação com as técnicas, os meios, resulta tão deformador como supor que eles sejam exteriores e acessórios à (verdade da) comunicação” (2015, p. 18). Quando Martín-Barbero trata sobre o tema em seu “Mapa das Mediações”, refere-se à “tecnicidade” que se delinea, segundo ele, “em um novo cenário, o da globalização, e em sua *conversão universal global*” (2015, p. 19 – destaque do autor).

Essa percepção amplia a dimensão do *medium* como determinante no processo discursivo desenvolvido, ao qual o entrevistado remoto dispõe de um tempo e disponibilidade, que, possivelmente, o participante físico não disponha, levando a uma maior reflexão sobre o tema tratado e na forma com que irá se posicionar a respeito.

Esses conceitos permitem atualizações, especialmente no que se refere aos *media* que sofrem atualizações constantes. O *e-mail* foi uma das ferramentas utilizadas na coleta de dados

de investigação. Atualmente, a rede *WhatsApp* potencializa essa comunicação, viabilizando, inclusive, maior agilidade, em razão da natureza dessa ferramenta.

A tecnologia disponibiliza recursos de troca e compartilhamento de informação e comunicação em formatos síncronos (como *lives* e *chats*) e assíncronos (como diferentes redes sociais), que são efetivamente aceitos e reconhecidos no meio científico. Uma atualização que demonstra adaptação ao momento vivido pelas sociedades, zelando pela qualidade metodológica exigida, na produção de ciência e conhecimento.

Para além disso, o que inicialmente havia motivado a realização do estudo de Debenham - que decorreu da limitação na saúde de um grupo de estudantes - é ampliado para outra limitação contemporânea: o tempo e a distância dos potenciais participantes de uma investigação.

Diante disso, optamos por essa metodologia, que teve sua realização entre os meses de setembro e outubro de 2022. O Anexo IV refere-se ao guião das entrevistas realizadas, que foi construído de forma que os/as participantes falassem de aspectos referentes a sua prática do jornalismo, como planejamento de pauta e fontes, assim como questões relacionadas à diretriz institucional do jornal, quando tratava acerca da temática alusiva ao dia de Florianópolis. Para além disso, outra variável de análise se configurava na percepção desses repórteres quanto ao cidadão florianopolitano e a importância e influência do referido jornal para a Cidade.

4.5.1 Participantes

Com o objetivo de conhecer as práticas de produção dos jornais *DC* e *OE*, sob a perspectiva dos jornalistas, assim como suas relações com os diferentes públicos que interagem com esses *media*, optamos por este método de coleta de dados. Esta investigação foi realizada após a construção de um roteiro de 10 questionamentos enviados a 10 jornalistas, sendo que obtivemos retorno de 6 entrevistados. Sua representatividade se dá pela seleção de três profissionais de cada jornal, 3 do *OE* e 3 jornalistas do *DC*.

Após o levantamento e recomendação de profissionais que se enquadrassem com o objetivo deste estudo – optamos pela participação de jornalistas que tivessem atuado em cargos de liderança nos respectivos jornais durante o período desta investigação (1985 a 2020) – iniciamos o contato telefônico e por *WhatsApp*, informando sobre esta pesquisa e realizando o convite para suas participações.

Realizada a consulta, parte significativa do grupo daqueles que se disponibilizaram condicionaram sua participação ao envio das questões por *e-mail* ou *WhatsApp* e a posterior devolutiva por esses mesmos canais. As razões para essa condição foram duas: o período eleitoral brasileiro (eleições gerais realizadas em outubro de 2022) e questões pessoais de saúde. Sobre a primeira condição cabe esclarecer que muitos jornalistas atuam em campanhas eleitorais, sendo suas atividades mais intensas a partir do segundo semestre do ano eleitoral. No que tange à segunda condição, os jornalistas do *OE* (que encerrou suas atividades em 2009) já possuem idade avançada e limitações físicas por problemas de saúde⁷¹, além de restrições devido à Covid-19, reduzindo, em alguma medida, sua sociabilidade.

O roteiro das entrevistas realizadas foi encaminhado aos entrevistados, que realizaram suas devolutivas em texto ou por áudio, via *e-mail* ou *WhatsApp* (as respostas das entrevistas estão disponíveis no Anexo V). Dinâmica acordada entre as partes, que possibilitava eventual contato posterior, no caso de melhor detalhamento. O perfil de entrevistados/as, assim como informações acerca das entrevistas constam na Tabela 4.

Tabela 4 - *Participantes e tipologia das entrevistas*

Nome	Cargo	Jornal	Período atuação	Forma Envio	Data resp.	Forma
J1JA	Jornalista e Editor-Chefe	<i>DC</i>	1998 a 2009	<i>WhatsApp</i>	28 / 09 / 22	Escrita
J2JA	Repórter Especial, Editora de Turismo e Colunista Comportamento, Família	<i>DC</i>	1997 a 2019	<i>WhatsApp</i>	04 / 10 / 22	Áudio
J3JA	Repórter, Subeditora Caderno de Variedades e Geral, Editora Caderno de Gastronomia	<i>DC</i>	1994 a 2013	<i>WhatsApp</i>	03 / 10 / 22	Escrita
J6JB	Chefe de redação	<i>OE</i>	1974 a 1986	<i>E-mail</i>	03 / 10 / 22	Escrita
J4JB	Repórter, Editor de Política, Chefe de redação, Editor de Opinião e Colunista Político	<i>OE</i>	1984 a 2000	<i>E-mail</i>	03 / 10 / 22	Escrita

⁷¹ Infelizmente, um dos entrevistados deste jornal veio a falecer um mês após a realização da entrevista.

J5JB	Redator, Repórter e Editor–Chefe	<i>OE</i>	1972 a 1989	<i>WhatsApp</i>	03 / 10 / 22	Escrita
-------------	----------------------------------	-----------	-------------	-----------------	--------------	---------

Por julgarmos importante a preservação das identidades nas respostas dos jornalistas, a fim de que se sentissem mais livres em suas manifestações, seus nomes foram alterados por códigos, sempre que suas falas foram enunciadas e/ou reescritas na análise.

4.6 Análise Temática

Elegemos a Análise Temática para trabalhar os dados recolhidos por meio das entrevistas epistolares *on-line*, utilizando como proposta o método desenvolvido por Virginia Braun e Victoria Clarke. Para as autoras, a “AT é um método de análise qualitativa de dados para identificar, analisar, interpretar e relatar padrões (temas), a partir de dados qualitativos” (Souza, 2019, p. 52).

Souza (2019) demonstra, de forma clara e didática, o uso do método, explorando a descrição das 6 fases que compõem sua execução, deixando claro de que não se trata de um método linear, estático ou de rápida execução, mas que requer atenção e foco na leitura e revisão, a fim de potencializar seu uso. Entre as fases desenvolvidas por Braun e Clarke (2016), Souza (2019) lista: (fase 1) Familiarização com os dados; (fase 2) Gerando códigos iniciais; (fase 3) Buscando temas; (fase 4) Revisando os temas; (fase 5) Definindo e nomeando os temas; e (fase 6) Produzindo relatório.

Assim, ao recorrer à análise temática, foi possível um melhor e maior uso dos dados coletados, explorando sua riqueza e diversidade. Diante disso, a estruturação desenvolvida elencou 4 temas, realizada a partir das entrevistas com os jornalistas, profissionais que têm seu perfil descrito na Figura 1.

Dessa forma, a organização das temáticas contemplou os seguintes temas de análise:

- Papel do jornalismo na definição da identidade local: tema que permite discutir como os entrevistados veem o seu papel na definição da identidade local.
- Relação dos jornais com a comunidade: tema que aborda o que dizem os jornalistas sobre a importância da gente local e como nas suas falas aparecem (ou não) referências à tentativa de se aproximarem da comunidade mais ampla, dando voz a pessoas comuns.
- Fatores que determinam o tratamento noticioso: tema que permite discutir a existência de pautas premeditadas para tratar assuntos relativos à cultura local.

- Relação com outros poderes: tema que possibilita a discussão das formas manifestadas pelos jornalistas de como se relacionam com outros poderes, particularmente o poder político e económico.



Figura 1 - Análise Temática das Entrevistas. Elaboração própria.

A realização e organização das entrevistas nessa categorização atende a outros objetivos específicos também relevantes para o estudo, no que se refere a compreender a prática jornalística nesse processo de construção identitária, assim como ampliar para além da perspectiva institucional a percepção do profissional de jornalismo, no que se refere a esse perfil instituído ao cidadão de Florianópolis.

4.7 Percurso metodológico misto

Tal como vimos, esta investigação recorre a métodos mistos (quantitativo e qualitativo) para prosseguir os seus objetivos. A fim de auxiliar na compreensão do percurso metodológico desenvolvido, elaboramos um diagrama (Figura 2; Figura 3) que ilustra os elementos essenciais.

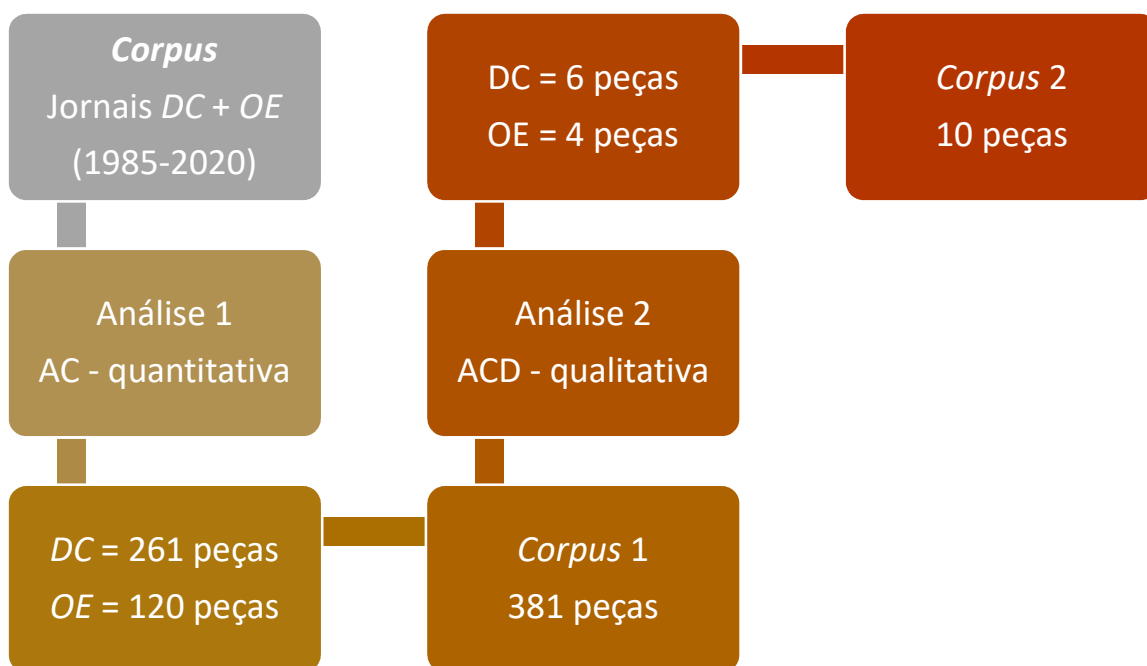


Figura 2 - Percurso 1 Corpus jornais DC e OE. Elaboração própria.

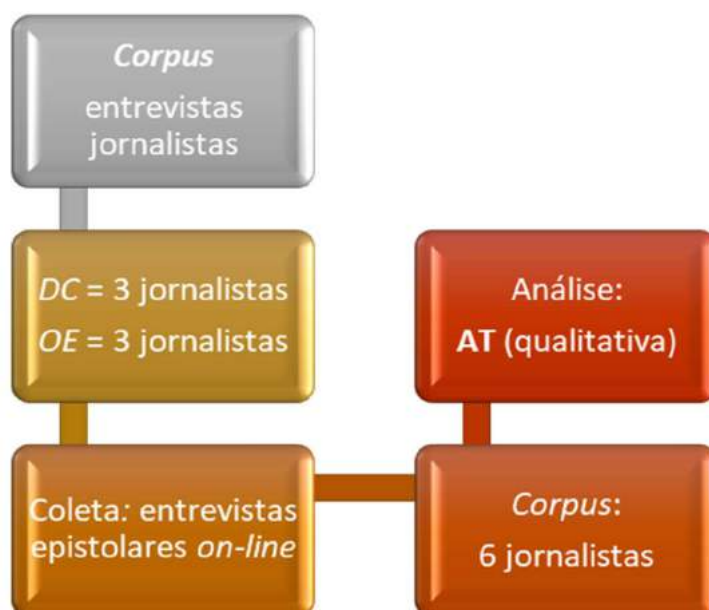


Figura 3 - Percurso 2 Entrevista com jornalistas (DC e OE). Elaboração própria.

CAP.5 PADRÃO DE REPRESENTAÇÃO NOS JORNAIS

A relevância dos *media* de informação como construtores fundamentais da realidade supõe que o conhecimento de importantes fenômenos sociais implique olhar para os meios de comunicação e para os modos como definem esses mesmos fenômenos. Esta investigação procura precisamente dar conta do papel dos *media* na construção da identidade local florianopolitana, tornando visíveis certas dinâmicas de produção de sentido, em detrimento de outras. Construimos nos capítulos anteriores as bases teóricas da investigação, que mergulham em territórios disciplinares contíguos e que permitem olhar para a construção identitária e para o papel dos *media* nessa construção. Sob a sua luz, analisamos a atuação dos *media* na construção identitária florianopolitana, considerando, em primeiro lugar, a identificação de marcas presentes nos conteúdos informativos veiculados em jornais de circulação no município.

Para isso, tal como explicamos no capítulo anterior, adotamos uma estratégia metodológica que contemplou a análise da produção informativa de dois jornais regionais ao longo de 35 anos, assim como o exame das percepções de jornalistas acerca do lugar dos *media* na representação da cultura florianopolitana. Neste capítulo, apresentamos e discutimos as análises de imprensa, centradas, como anteriormente referimos, nos conteúdos publicados pelo *OE* e pelo *DC*, por altura da comemoração do aniversário da cidade de Florianópolis.

No que se segue, começaremos por nos referir aos padrões de representação, aferidos por meio da análise de conteúdo. Seguidamente, utilizando uma amostra de conveniência, compatível com uma abordagem qualitativa, discutiremos os resultados da análise crítica do discurso veiculado pelos jornais estudados.

5.1 Padrões relativos à Forma

Como descrito no capítulo anterior, recolhemos 381 peças jornalísticas publicadas ao longo dos anos 1985 a 2020. Dessas peças, 261 corresponderam ao *Diário Catarinense*, e as demais 120 ao jornal *OE*. É necessário destacar que, muito embora o *OE* tenha tido um período de existência maior que seu concorrente, o *DC*, pois teve seu início em 1915, a recolha de materiais se dá somente a partir de 1985. Isso leva a coleta de dados de ‘apenas’ 20 anos do *OE*, pois seu encerramento se dá no ano de 2009. Em contrapartida, o *DC*, que inicia suas atividades em 1986, segue em circulação até os dias atuais, possibilitando 30 anos de recorte temporal.

Tal como explicámos no capítulo anterior, utilizamos dois tipos de análise temporal, com o propósito de atender aos objetivos desta investigação: uma análise sincrônica, que incidiu sobre os anos de 1990, 1995, 2000 e de 2005; e uma análise diacrônica, que incidiu sobre a produção do *OE* e do *DC* nos períodos em que esses jornais circularam individualmente. No caso do *OE*, a análise recai sobre o ano de 1985 e no caso do *DC*, a análise recai sobre os anos de 2010, 2015 e 2020.

Iniciamos demonstrando as práticas jornalísticas identificadas nos jornais *DC* e *OE*. O que é evidenciado no Gráfico 1, que contém a distribuição de peças por jornal ao longo de todo o período de análise.

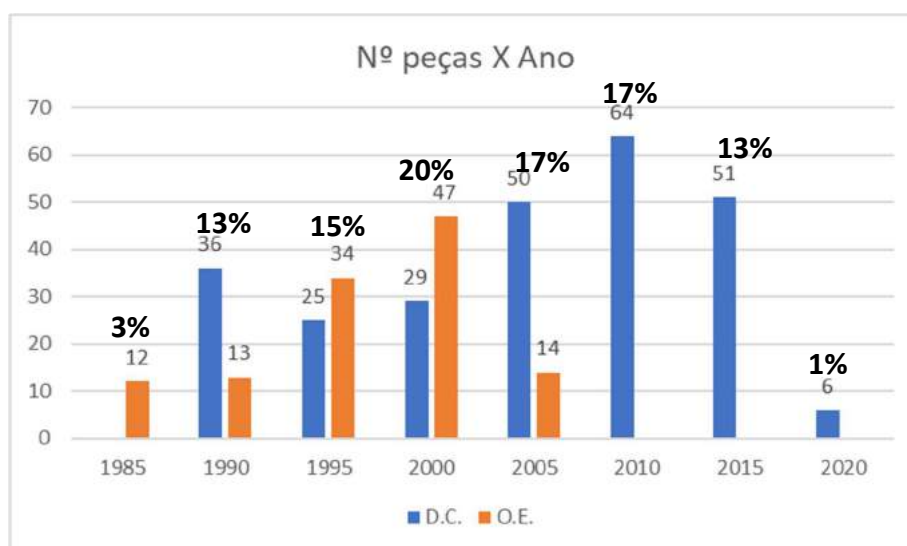


Gráfico 1 - Número de peças por jornal e por ano. Elaboração própria.

Ao analisarmos os dados referentes ao período em que ambos os jornais estavam em circulação, identificamos que foi o ano 2000 o de maior número de peças publicadas sobre as

comemorações do aniversário da cidade. Foram um total de 76 peças jornalísticas, o que representou 20% do total de materiais coletados.

Fomos compreender o que teria ocorrido nesse período e identificamos que, entre finais da década de 1990 e 2004, início do séc. XXI, a cidade de Florianópolis teve grande evidência mediática nacional e internacional. Foi nesse período que um jovem atleta de tênis (um esporte sem muita visibilidade no Brasil), chamado Gustavo Kuerten⁷², tornou-se campeão mundial em sua modalidade. Esse feito gerou tamanha repercussão que acabou atraindo atenção para sua trajetória profissional e pessoal, resultando na direção de sua cidade de origem, Florianópolis/SC. Tanto seus feitos esportivos quanto sua juventude entusiasta atraíram grande atenção dos *media*, que, segundo Fantin (2000, p. 171), estimulou o poder local (político e empresarial) a identificar como oportunidade a relação do mais novo ídolo e herói nacional a características comportamentais locais do manezinho da Ilha de Florianópolis. O reflexo de ações coordenadas – que contaram com importante apoio dos *media* locais – transformaram Guga no “embaixador da cidade” (Amante, 1998).

Em sua pesquisa acerca dessa apropriação e mercantilização da imagem do jovem tenista, Fantin (2000) afirma que “essa apropriação (econômica) da fama do tenista fica clara em alguns depoimentos de publicitários, políticos e empresários locais que revelam o impulso que Guga deu e pode vir a dar à cidade e ao Estado de Santa Catarina.” (Fantin, 2000, p. 178), reforçando isso como um fator significativo para o número de materiais identificados nesse período.

Outro aspecto interessante, que também merece atenção nesse período, refere-se a uma forte ação mediática - também promovida pelo poder público em parceria com importantes empresários locais - de visibilidade ao resultado positivo de Florianópolis como a cidade de maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do país. Informação com grande repercussão nacional que foi reforçada pelos *media* local e regional, com relevante atuação do poder executivo local (buscando manutenção no poder). No ano 2000, a cidade completava 274 anos e agia intensamente em direção à sua vocação turística, promovendo importantes eventos, *shows* e torneios esportivos, estimulando ainda mais o setor turístico e imobiliário. Estratégia esta que vai ao encontro do que os sociólogos Berger e Luckmann (2001) interpretam da sociedade, como resultado da construção social da realidade (objetiva e subjetivamente), onde os *media* são elementos determinantes para o sucesso dessa construção.

Sobre essa repercussão de Florianópolis nos *media*, aqui destacamos o *OE*, que neste

⁷² Gustavo Kuerten é ex-tenista brasileiro nascido em Florianópolis/SC. Conhecido mundialmente como “Guga”, o catarinense é o maior tenista brasileiro de todos os tempos.

mesmo ano apresentou o maior número de publicações que apresentavam pautas diretamente relacionadas à qualidade de vida na cidade, belezas naturais e à população local, assim como o turismo. Diferindo a sua própria cobertura aos mesmos temas no próximo período de coleta, no ano de 2005. No último ano de coleta do *OE* já foi possível identificar sinais de fragilidade de sua produção, rumando para sua extinção, com seu encerramento em 2009 (em vias de completar seu centenário) (Budde, 2013).

Diferente do *OE*, o *DC*, no ano de 2005, tem um aumento significativo de materiais relacionados ao tema de nossa investigação, aproximando-se a 80% do material coletado para o período, com 50 peças observadas. Ainda sobre o *DC*, observamos sua crescente atuação como jornal de referência (de controle de poderes locais) na Capital e Grande Florianópolis. Com o encerramento de seu principal concorrente (*OE*), o *DC* assume importante protagonismo como jornal local, especialmente na Capital, cobrindo mais pautas dessa região (Grande Florianópolis). Isso fica evidente nos próximos períodos de coleta de dados, salvo o ano de 2020, em que o mundo foi acometido pela pandemia de COVID-19 (como aponta o próprio jornal em sua cobertura do aniversário⁷³).

Ao partir para observamos as datas que mais identificamos publicações sobre as comemorações do aniversário da cidade, iniciamos pela análise sincrônica das unidades, em que ambos os jornais – *DC* e *OE* – circulavam paralelamente. Sobre isso, o Gráfico 2 apresenta resultados interessantes.

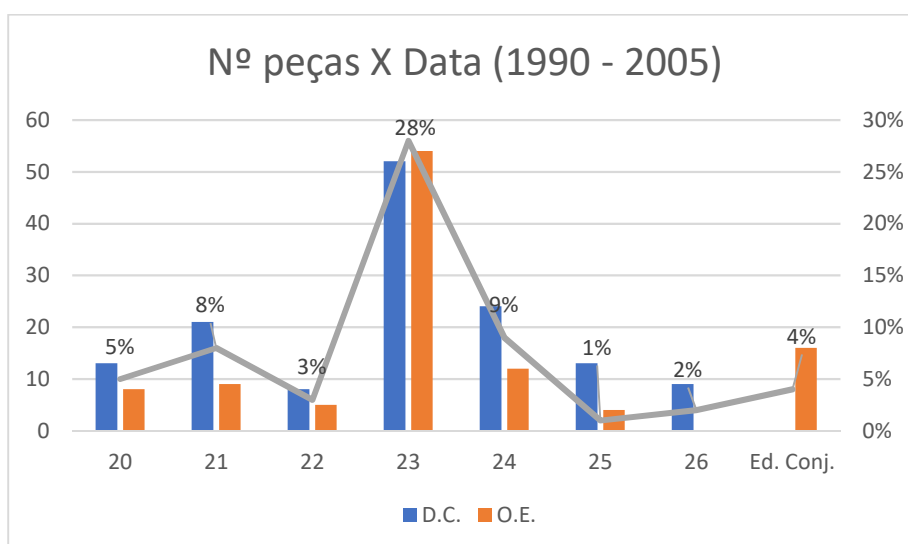


Gráfico 2 - Número de peças por data. Elaboração própria.

⁷³ Coluna de Estela Benetti, 'Aniversário sem público', na edição de 21 a 27 de março de 2020.

Como esperado, o dia de aniversário da cidade, 23 de março, foi o que mais apresentou número de peças. Foram 106 textos identificados, o que corresponde a 28% do total coletado. Como foi possível observar, a data seguinte à comemoração (24), aparece com destaque na cobertura das atividades comemorativas realizadas. Cobertura que compreende a descrição dos eventos principais, relato sobre a participação do público, destaque para a diversidade de programação ofertada, além de fatores climáticos ocorridos na data comemorativa, quando também é concedido feriado municipal aos estudantes e trabalhadores da cidade. Uma conduta que ilustra a rotina da qual Tuchman (2002) se refere ao tratar sobre as normas e procedimentos de profissionais do jornalismo no desenvolvimento de notícias (como uma realidade construída), que seguem de acordo com a sua percepção de relevância.

Outro aspecto relevante para nossa análise se refere aos gêneros jornalísticos identificados no *corpus* de pesquisa. O Gráfico 3 apresenta esse resultado, com atenção para o período em que os jornais *OE* e *DC* estavam em circulação sincronicamente. O reconhecimento dos gêneros se deu a partir da definição descrita por Marques de Melo (Marques de Melo, 2009; Marques de Melo e Assis, 2016), sendo reconhecida por “Classificação Marques de Melo”, considerando suas características textuais presentes nos respectivos jornais.

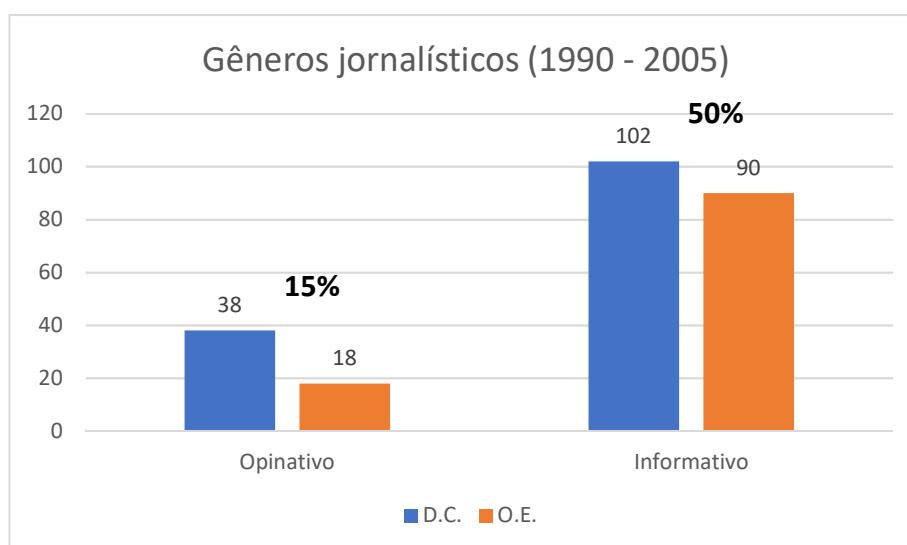


Gráfico 3 - Gêneros jornalísticos do *corpus*. Elaboração própria.

Verificamos o significativo predomínio do gênero informativo, com 50% do total de peças analisadas, considerando o período em que os jornais atuavam em paralelo. Sobre isso, Marques de Melo (2003, p. 218) afirma que “mantém-se na imprensa de referência a hegemonia do jornalismo *informativo* em relação ao jornalismo *opinativo*”. O gênero opinativo aparece em segundo lugar (e com diferença significativa) no *corpus*, correspondendo a 15%, com 56 peças.

Interessante resgatar a contribuição de Martín-Barbero (2012, p. 303) para essa compreensão, tratando a construção de gêneros jornalísticos como uma “estratégia de comunicabilidade”, pois seria como uma espécie de acordo entre quem produz e quem recebe a mensagem desenvolvida pelos *media*, possibilitando uma compreensão da audiência às produções de conteúdo mediático.

Marques de Melo (2009) desdobrou sua classificação - que se refere especificamente à imprensa brasileira e com recorte temporal definido para esse enquadramento – em Gênero Informativo, Gênero Opinativo, Gênero Interpretativo, Gênero Diversional e Gênero Utilitário. Contudo, nosso estudo se detém nas duas primeiras classificações, especificando sua atenção para o Gênero Informativo, gênero mais presente no discurso jornalístico, e também nesta investigação.

Por essa razão nos foi interessante identificar qual(is) formato(s) do Gênero Informativo foram evidenciados em nosso *corpus*, conforme Gráfico 4.

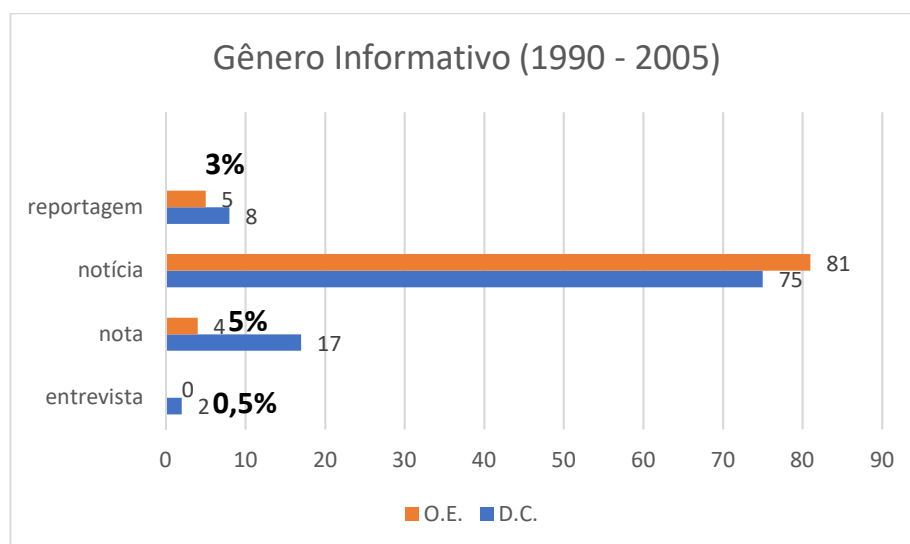


Gráfico 4 - Formatos do Gênero informativo. Elaboração própria.

No total, recolhemos e analisamos 156 notícias, o que corresponde a 41% do *corpus*, seguido – com distância significativa – das reportagens, que corresponderam a 13% das peças analisadas. O resultado encontrado reforça o entendimento do uso da notícia como base nas produções informativas, em que é reconhecido o objeto jornalístico crível onde a verdade é exposta pela figura neutra do jornalista, que reforça essa credibilidade (Traquina, 1998). Embora, também, seja importante considerar que mesmo com o propósito de retratar a realidade, ao produzir a notícia é essencial reconhecer que há uma perspectiva, um contexto, uma intenção que não pode ser desconsiderada (Tuchman, 1993).

A presença significativa desse gênero jornalístico – informativo - no *corpus* dispõe pautas consideradas de real interesse para os leitores, que efetivamente atendem à população local - como sua origem e identidade -, excluindo temas e abordagens que não correspondam a essa realidade, ao julgar pelo jornal e seu profissional.

A amostra do *corpus* que corresponde ao texto de opinião tem por característica de sua classificação a busca por atender textos de característica opinativa, como colunas de jornalistas contratados pelos jornais, artigos produzidos por especialistas em alguma área temática, ou a opinião de leitores dos respectivos periódicos. Textos esses que, segundo Sousa (2005, p. 103), têm por característica sua “intenção persuasiva, de angariar partidários e/ou de motivar outrem à ação”.

A presença desse gênero no *corpus* é observada, predominantemente, em produções desenvolvidas por colunistas de ambos os periódicos. Esses profissionais se caracterizavam, em grande parte, por jornalistas com maior reconhecimento e experiência nos temas que comentavam, convidavam e avaliavam, posicionando-se (e sendo reconhecidos) como conhecedores e especialistas (Marques de Melo, 2003b).

Ao considerar apenas os textos de opinião, durante o período em que os jornais atuavam sincronicamente (1990 a 2005), percebemos certa primazia desse gênero no *DC*, em relação ao *OE*. Despertou a atenção, entretanto, o fato do *DC* ter uma participação interessante de leitores na produção de textos de opinião. Isso ocorreu num período de enfraquecimento de seu maior concorrente (*OE*), seguido por seu encerramento, fechando suas portas no ano de 2009. O encadeamento desses acontecimentos possivelmente ocasionou uma maior aproximação do *DC* com a população local, reforçando seu protagonismo como jornal de referência, envolvido e interessado em assuntos da Capital de Santa Catarina.

Também analisamos a extensão das peças publicadas e a sua inclusão no caderno principal dos periódicos ou em cadernos especiais. No comparativo entre *OE* e o *DC*, identificamos, conforme poderá ser observado no Gráfico 5, o predomínio de peças de tamanhos menores.

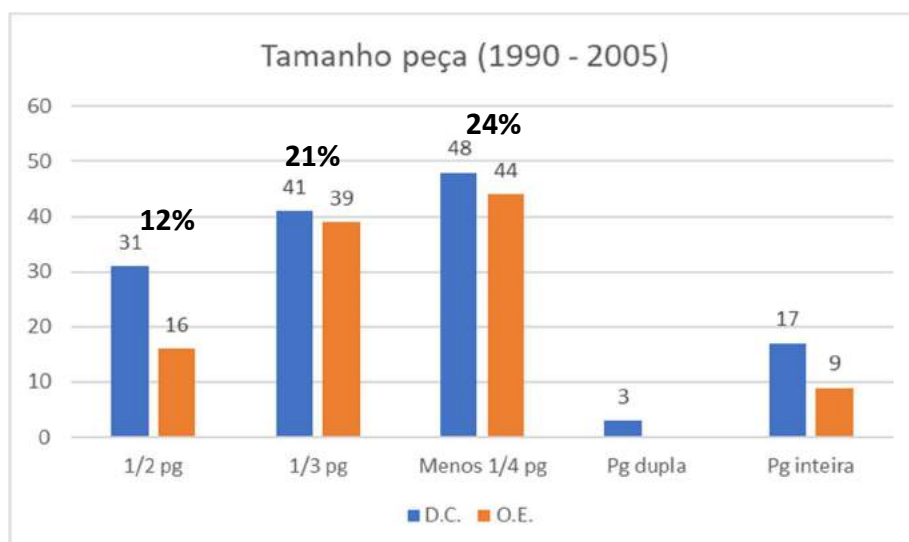


Gráfico 5 - Extensão: tamanho das peças. Elaboração própria.

No período de análise em que ambos os jornais circulavam em paralelo (1990 a 2005), observamos a predominância de espaços equivalentes a menos de $\frac{1}{4}$ de página e $\frac{1}{3}$ de página, correspondendo à soma de 45% das peças analisadas. Sabemos que a notícia tem seu tamanho de acordo com o volume de informações que o/a jornalista dispõe para sua construção, contudo, também o tipo e a qualidade da informação que será utilizada nessa produção jornalística é definida pelo profissional (jornalista) e/ou por outros agentes influenciadores (interno ou externo), como o responsável pela redação, pelo *media*, entre outros (Tuchman, 2002).

No que se refere ao uso do espaço, Traquina (1998) reforça que a produção de uma notícia é desenvolvida por uma série de escolhas, como ‘o que dizer’ e ‘como dizer’. E, embora haja uma estrutura e ordenação recomendada para sua realização, como a organização das pautas por seu valor notícia, há muito de subjetividade em sua construção. Essa questão é possível de ser observada quando do preenchimento das lacunas dos espaços destinados a uma produção. Traquina, quando põe em questão a afirmação da notícia como espelho do real, afirma que as notícias registram “as formas literárias e as narrativas utilizadas pelos jornalistas para organizar o acontecimento” (Traquina, 1998, p. 176). O que tem gerado importantes discussões a respeito, acerca desse ‘espelho da realidade’, tornando o debate ainda mais complexo ao tratar sobre os espaços destinados a temas de fato relevantes no jornalismo digital e nas redes digitais e sociais, que deram outros contornos às decisões de edição noticiosa.

No que diz respeito à identificação da localização da peça dentro do jornal, procuramos verificar se as peças foram inseridas no caderno principal do jornal ou se integraram as páginas de um caderno especial, comumente denominado de suplemento (Gráfico 6). De acordo com Traquina, “a política editorial influencia a disposição dos recursos da organização e a própria existência de espaços específicos dentro do produto jornalístico, através da sua política de suplementos” (2005, pp. 93-94).

Os suplementos são, muitas vezes, produtos jornalísticos com significativa atuação comercial, que permitem uma maior captação de recursos dos anunciantes (regulares e/ou eventuais), sendo, por isso, uma importante fonte de receita para as empresas de comunicação social, como jornais (Peruzzo, 2005). A análise desse elemento permite aferir em que medida os jornais analisados reconheceram a relevância pública das comemorações do aniversário do município, ou se as utilizaram essencialmente para rentabilizar os seus conteúdos.

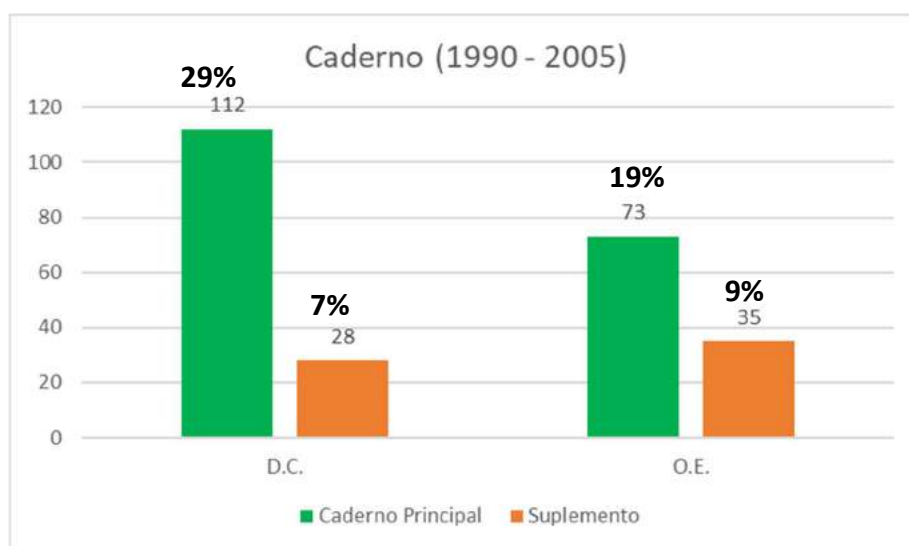


Gráfico 6 - Localização da peça no DC e OE. Elaboração própria.

Observamos que 16% das peças que compõem o *corpus* localizavam-se em cadernos especiais de aniversário, também denominados de suplementos. Um resultado que merece atenção, pois essas publicações, por apresentarem publicidade (anúncios e textos publicitários), resultam no ingresso interessante de recursos financeiros para essas empresas, um recurso usado com certa regularidade pelos jornais, em especial para periódicos de abrangência regional e local. Essa prática se destaca um pouco mais no jornal OE, com maior ênfase nas publicações do ano 2000, ano de grande mobilização *mediática* em pautas relacionadas a Florianópolis. Conjugado a isso, também o fato de ter sido um período de significativa fragilidade financeira do OE e da necessidade de aumento em sua receita.

O jornalismo regional faz uso desses recursos na busca de um equilíbrio financeiro, em que pese seu maior comprometimento editorial com os anunciantes. Nesses espaços, mensagens publicitárias e de interesses hegemônicos direcionados são travestidos de notícias, pois mantêm a forma e a estrutura do discurso jornalístico, mais informativo, apropriando-se da credibilidade jornalística para alcançar potenciais leitores (Peruzzo, 2005).

Observamos, porém, que houve predomínio das peças publicadas no caderno principal dos jornais, correspondendo a 49% de todos os materiais analisados, significando que à efeméride foi outorgada maior relevância nos diferentes editorias dos periódicos (geral, cultura, política etc.). Uma questão interessante sobre esse resultado é que mesmo as edições analisadas, que não optaram pela realização de suplementos no dia de aniversário da cidade, também tiveram um aumento significativo no número de propaganda e publicidade em seu caderno principal.

Procuramos igualmente identificar a presença, ou não, de chamadas sobre o aniversário da cidade na primeira página das edições dos jornais, assim como qual teria sido sua abordagem nessa exposição. Esse exame também permitiu averiguar o valor que o tema apresenta para que possa ser considerado apto a compor a primeira página do impresso. No jornalismo, o conceito de valor da notícia tem sido trabalhado por diversos autores de diferentes formas, uma dessas formulações é de Galtung e Ruge (1965), que desenvolveram um conjunto de critérios⁷⁴ de noticiabilidade, ajudando-nos a compreender porque determinada coisa é notícia e outra não. Para Tuchman (2002), essa regulação se trata de um produto de múltiplas negociações, já que esses critérios orientam jornalistas (e toda a equipe do processo produtivo no jornal) a decidirem o que pode ou não, ser noticiado ou ter uma chamada na primeira página dos jornais.

Dito isso, é necessário destacar que

A primeira página de um jornal pode informar sobre seus objetivos e sobre a maneira como cada diário se posiciona política, cultural e socialmente. Diz muito sobre o jornal como um todo, refletindo escolhas feitas pelos editores acerca das informações que consideram mais importantes no dia. (Medeiros *et al*, 2010, p. 440)

Sob essa perspectiva, causou-nos certa estranheza o fato de que se trataram de apenas 12 edições com primeiras páginas tendo chamadas sobre o aniversário de Florianópolis,

⁷⁴ Os critérios de noticiabilidade aqui considerados seguem a proposta dos autores J, Galtung e M. H. Ruge (1965), os quais apontam como elementos: Proximidade; Momento do acontecimento; Significância; Proeminência social dos sujeitos envolvidos; Proeminência das nações envolvidas nas notícias; Consonância; Imprevisibilidade; Continuidade; Composição; e Negatividade. Galtung, J., Ruge, M.H. (1965).

corresponde apenas a 16% do total de edições analisadas (73). Dessas edições com primeira página, identificamos 7 delas publicadas pelo *OE* e 5 publicadas pelo *DC*. Dessas edições, as datas de maior recorrência dessas chamadas de primeira página ocorreram nos dias 23 e 24 de março; isso considerando todo o período de coleta dessa investigação (1985 a 2020).

Compreendemos que estar na primeira página de um jornal de referência regional tem reconhecimento do valor notícia, no entanto, esse resultado nos leva a crer que ambos os jornais não pareceram atribuir muita atenção ao tema do aniversário da cidade, na medida em que não o elegeram como tópico tão relevante, a ponto de destacá-lo mais intensamente em suas primeiras páginas (Medeiros *et al*, 2010). Parece que temas relacionados à cultura local, histórias e memórias e multiplicidade cultural de uma cidade turística não apresentam valor de noticiabilidade que efetivamente possa ampliar e preencher maior espaço na distribuição das pautas nos dois jornais.

5.2 Padrões relativos ao Conteúdo

Considerando a informação das publicações com primeiras páginas sobre o tema de aniversário da cidade, atentamos, por meio da variável de abordagem, os assuntos desenvolvidos nessas chamadas identificadas. Segundo Medeiros (2010, p. 440), “a primeira página de um jornal pode informar sobre seus objetivos e sobre a maneira como cada diário se posiciona política, cultural e socialmente”. Percebemos que, mesmo a primeira página sendo considerada um espaço nobre nos jornais impressos - até por ser um fator relevante de consumo em bancas de venda - as chamadas não demonstravam criatividade e diferenciação quando tratavam do aniversário de Florianópolis.

Observamos pouca variação no repertório de chamadas ao longo do período, por isso categorizamos basicamente 4 abordagens: belezas locais, história da cidade, programação e cobertura pós-feriado. Destacando que as duas últimas categorias foram as que mais se repetiram entre os jornais. O que até responderia, em parte, o fato dessas chamadas de primeira página ocorrerem no aniversário da cidade e no dia posterior, 23 e 24 de março, respectivamente. As Figuras 4 e 5 apresentam as primeiras páginas identificadas.



Figura 4 - Primeiras páginas *OE*. Elaboração própria.



Figura 5 - Primeiras páginas *DC*. Elaboração própria.

Na continuidade do conteúdo tratado no *corpus*, a variável tema foi desenvolvida para identificar as categorias temáticas de maior recorrência nas peças analisadas. A Tabela 5 expõe a diversidade de temas encontrados, considerando o período em que ambos os jornais (*DC* e *OE*) circulavam sincronicamente (1990 a 2005).

Tabela 5 - *Temas abordados em peças OE e DC (1990 a 2005).*

TEMA	DC	OE	TOTAL
Atividades	24	24	48
Cultura	22	15	37
Educação	3	3	6
Esporte	5	8	13
História	20	16	36
Homenagem	14	10	24
Infraestrutura	16	12	28
Meio ambiente	13	3	16
Política	14	6	21
Religião	0	1	1
Saúde	0	1	1
Tecnologia	0	1	1
Turismo	9	8	17
Variedades	5	6	11
Total	140	108	248

Inicialmente, é possível observar uma certa regularidade temática em que três categorias se sobressaem em ambos os jornais, sendo essas: atividades, cultura e história, com 48, 37 e 36 peças, respectivamente. Esses resultados correspondem a 49% das peças ao longo de 1990 a 2005, quando os jornais atuavam em paralelo. Observa-se, inclusive, que tanto *DC* quanto *OE* tem similaridades na ordem dessas categorias, demonstrando uma certa regularidade na produção dos temas e das pautas escolhidas para produção, quando tratavam da data comemorativa (Tuchman, 2002).

A fim de compreender essa classificação, descreveremos os padrões estabelecidos, buscando compreendê-los no contexto de sua organização. Definimos que a unidade de análise

enquadrada com o tema ‘atividade’ se referia quando nela são abordados eventos e/ou atividades variadas, que compõem a programação do dia de aniversário da cidade. Neste dia (23 de março) é decretado feriado municipal em Florianópolis, por isso, a programação busca atender ao público convidado para a festa de aniversário do município.

No que se refere à categoria ‘cultura’, a análise considerou que as práticas sociais desenvolvidas na cidade de Florianópolis fossem reconhecidas como provenientes de sua cultura local, assim como outras produções culturais que estejam ocorrendo na cidade, como apresentações folclóricas, *shows* de diferentes artistas, festas gastronômicas, exposições, entre outros.

Neste momento, é necessário expor que essa categorização se dá muito alinhada ao que afirma Faro (2006, p. 144) sobre os eventos culturais reproduzidos nos jornais. Segundo o autor, essa cobertura se dá “por uma atividade marcadamente dominada por interesses empresariais que se impõem aos veículos por seu valor de mercado”. Faro complementa essa afirmação tratando da cobertura jornalística realizada pelos *media* dizendo que essa “poderia ser resumida a um desempenho hegemonicamente dominado pelas pressões das assessorias de imprensa, pelas relações de poder estabelecidas pela empresas jornalísticas e pelo oportunismo publicitário” (Faro, 2006, p. 144).

Muito embora a reflexão acerca de cultura desta investigação tenha se fundamentado a partir da concepção de que ‘a cultura é de todos’, como já defendia Raymond Williams, e que só é possível compreender uma sociedade por meio de sua cultura, pois a cultura é a representação do mundo (Hall, 2016), o aspecto mercadológico tem forte impacto na sua produção e reprodução no (e pelo) discurso jornalístico.

No que se refere à categoria ‘história’, terceira categoria com mais destaque, optamos por nela enquadrar as peças que fizessem referência à história da cidade em diferentes períodos, assim como suas influências migratórias. E sobre isso as abordagens são variadas, pois relatam desde o período das primeiras navegações (com o propósito de atingir a região sul do continente, o Rio da Prata), seguindo do período de ocupação do império na região, informações acerca do povoamento por migrações europeias, até lançamentos de livros de memórias e histórias sobre regiões/locais da Cidade. Não foi possível identificar um desenvolvimento consistente do tema, no entanto, observamos uma relação mais emocional à memória da população local, com predomínio da migração açoriana. A gastronomia, o artesanato, as atividades laborativas como a pesca e a renda de bilro, as brincadeiras infantis..., tudo alinhado aos imigrantes vindos do arquipélago dos Açores. Minimizando, ou até excluindo, os demais migrantes que formaram a cultura do local. Uma escolha que segue a classificação de “tradições inventadas”, de

Hobsbawn e Ranger (1997), criadas com o fim do estabelecimento de uma coesão social e de padrões e valores de comportamento, objetivando reforçar padrões culturais e identitários.

Observamos semelhanças nos padrões de representação realizadas tanto no período em que os jornais atuavam em paralelo, quanto nos anos que circulavam individualmente. O jornal *OE*, mesmo com número reduzido de peças (12), em 1985, obteve resultados proporcionalmente muito próximos ao período de atuação em paralelo ao *DC*.

Ainda no grupo de Variáveis de Conteúdo, agora direcionando à categorização das pautas produzidas pelos jornais, iniciamos nossa análise a partir da Tabela 6, que demonstra os resultados do período de 1990 a 2005.

Tabela 6 - Pautas produzidas DC e OE (1990 a 2005)

PAUTA	DC	OE	TOTAL
Belezas	10	18	28
Cultura	48	25	73
Educação	0	2	2
Fala	2	1	3
Gastronomia	0	1	1
História	12	11	23
Nativo	4	4	8
Qualidade de vida	43	23	66
Religiosidade	0	2	2
Não há	21	21	42
Total	140	108	248

A variável ‘pauta’ busca maior detalhamento das especificidades tratadas nos textos jornalísticos, diferente da variável tema, que tem categorização mais ampla dos assuntos identificados nas peças. A categorização das pautas permitiu maior aproximação ao que era efetivamente tratado pelos *media*, quando abordavam temas relacionados ao aniversário da cidade.

Dito isso, a categorização se deu em nove itens, dos quais destacamos (no período entre 1990 e 2005) as categorias ‘cultura’ e ‘qualidade de vida’. Aqui a categorização cultura considerou conteúdos referentes à realização de atividades artístico-culturais – como arte, música, dança e afins – produzidas localmente, ou vindas de outros locais e executadas na

cidade. Essa categoria (cultura) aparece como a mais presente em ambos os jornais, com 73 peças, seguida da qualidade de vida, com 66 identificações, ambas representando 19% e 17% do *corpus*, respectivamente. Esses itens mantêm a proporcionalidade quando analisamos os jornais em seus períodos isolados (*OE* em 1985 e *DC* de 2010 a 2020), demonstrando, novamente, um certo alinhamento dos temas e das pautas em ambos os jornais.

Ainda no período de 1990 a 2005, identificamos, na sequência da mensuração das peças, os itens belezas (das pessoas e do lugar) com 28 textos (7%) e história, apresentando 23 unidades de análise (6%). Quando identificamos referências às práticas de danças populares e brincadeiras infantis, atividades artesanais de rendas, brincadeiras infantis e jogos de tabuleiro etc., observamos certo enquadramento desses elementos a aspectos históricos da herança migratória.

Outra categoria que requer nossa atenção é a que trata da qualidade de vida. Destaque tanto no período de 1990 a 2005, que se mostrou como pauta em 17% de todo o *corpus* de pesquisa, quanto na análise dos resultados do *DC*, a partir de 2010. Essa categoria (qualidade de vida) demonstra um atributo de grande visibilidade à Florianópolis no cenário nacional (e mundial). Um atributo, que somado a toda uma construção simbólica promovida pelo poder público e empresariado local, torna a cidade cada vez mais atraente para investimentos imobiliários e para o turismo. Sobre isso, Silva (2016) desenvolveu um estudo muito interessante sobre *Florianópolis, cidade mercadoria*, tratando da lógica hegemônica de consumo do lugar. Segundo a autora, essa lógica de atributos estéticos e culturais - muitas vezes simulados – agrega valor a esses lugares-produto, também nomeados como cidade mercadoria.

De acordo com Silva (2016), os *media*, de forma articulada aos interesses dominantes, produzem e reverberam narrativas que atendem ao discurso constituído com esse fim mercadológico. Sobre esse aspecto podemos agregar à categoria as belezas, que se referem tanto à cidade quanto as pessoas que nela habitam, com aproximadamente 7% de representatividade do *corpus*. Essa recorrência na categoria é mantida posteriormente pelo *DC* ao longo de seu período de atuação individual (de 2010 a 2020). A cobertura mediática da cidade e de seus muitos atributos naturais, somada à qualidade de vida de sua população, é recurso visual recorrente em todas as imagens (fotos e vídeos) que divulgam a capital de Santa Catarina. Entre as peças analisadas, cerca de 36% delas apresentavam imagens, predominantemente, fotografias, usualmente mostrando símbolos da cidade (a Ponte Hercílio Luz, o Mercado Público), alguma praia do município ou pessoas (com destaque para jovens mulheres em roupas de praia).

Outra informação relevante em nossa análise se refere à variável que trata da presença de pessoas (fontes) nas peças jornalísticas. A primeira variável sobre essa presença, a qual denominamos de pessoas nas peças, está representada no Gráfico 7.

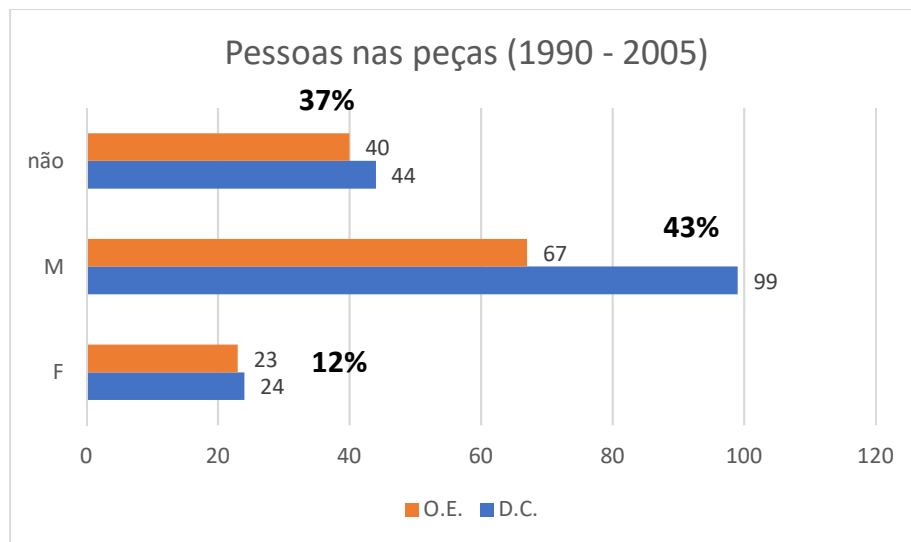


Gráfico 7 – Pessoas nas peças *DC* e *OE*. Elaboração própria.

Os resultados observados indicam que há atores sociais visíveis em 55% do *corpus* analisado. Tal como explicamos no capítulo anterior, consideramos pessoas referidas, inclusas nos textos, com destaque ou de forma secundária, como atores de enunciação direta ou indireta, isto é, como fontes⁷⁵ de informação.

Necessário destacar que a codificação realizada neste item (assim como a esta análise de forma geral) foi inspirada no protocolo do *Global Media Monitoring Project*. Essa referência contribuiu no desenvolvimento do protocolo da análise de conteúdo desta investigação, assim como a concepção de sua grelha de classificação. Diante disso, essa codificação considerou todas as pessoas mencionadas ou que falam nas peças.

⁷⁵ Sobre a definição de fonte, Sousa (2005) afirma de que “toda e qualquer entidade possui dados susceptíveis de serem usados pelo jornalista no seu exercício profissional” (p. 48).

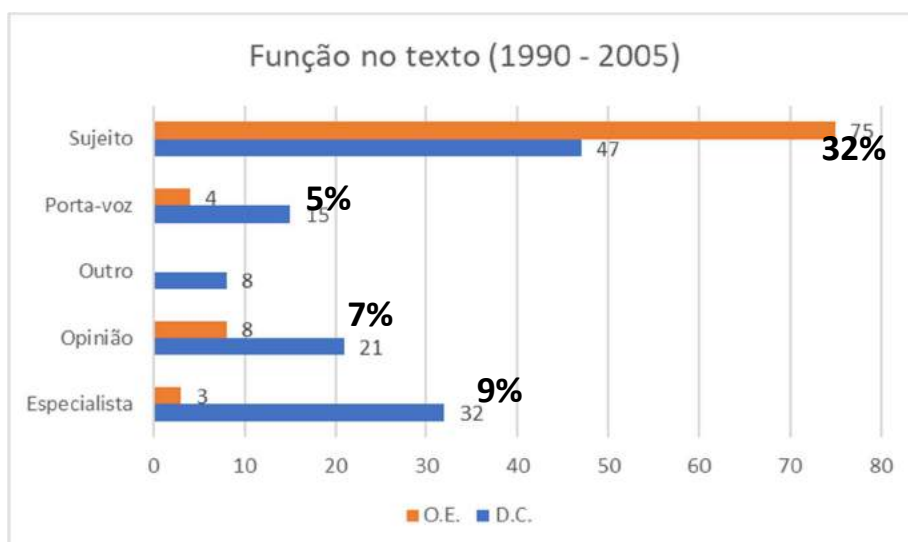


Gráfico 8 – Função das pessoas no texto. Elaboração própria.

Sobre a variável que trata da função dessas pessoas no texto, o Gráfico 8 demonstra o predomínio da categoria de sujeito, ou seja, aquela pessoa que é central no texto, representando cerca de 32% do total do *corpus*. Com número menor, identificamos as categorias que enquadram a função do especialista e do provedor de opinião, com 9% e 7% do total do *corpus*, respectivamente. Quando analisamos individualmente essa informação, o jornal *OE* (no período de 1985) identificamos apenas a categoria de função sujeito nas peças. O que demonstrou que as fontes presentes nos textos eram, efetivamente, as pessoas que os textos destacavam. Já no período em que *DC* atuava sozinho (de 2010 a 2020), identicou-se, conforme apresenta o Gráfico 9, a distribuição dessas pessoas e suas diferentes funções, aproximando-se dos resultados identificados no período em que ambos os jornais atuavam em paralelo.

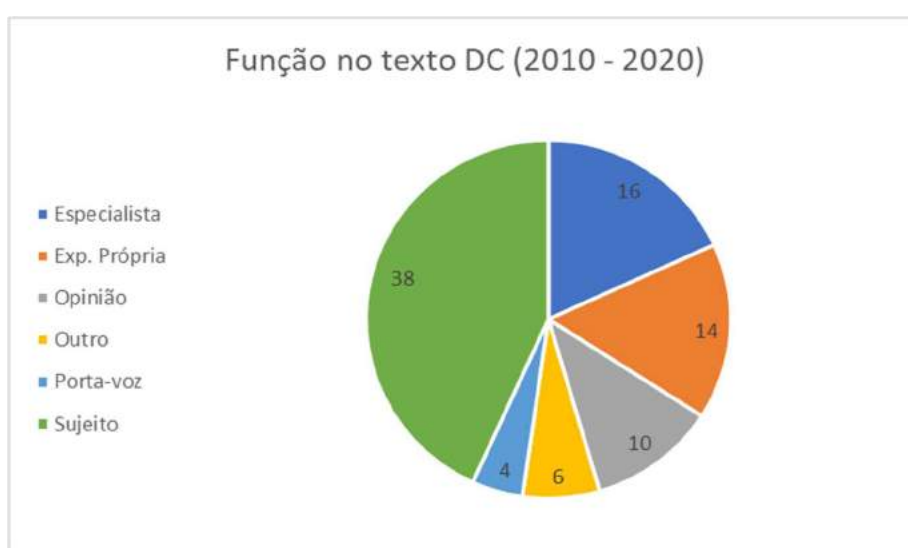


Gráfico 9 - Função da pessoa no texto no DC. Elaboração própria.

Na análise, quando identificamos a função dessas pessoas, o predomínio se dá no sujeito e no especialista, demonstrando um alinhamento interessante com a prática jornalística descrita por Berger e Luckmann (2002). O alinhamento se dá pela produção textual dos jornalistas, que fazem suas escolhas (profissionais e institucionais) optando por fontes reconhecidas e legitimadas para validar um (o seu) contexto de produção.

Essa percepção se dá no reconhecimento da predominância da categoria de sujeito nas peças, que, muitas vezes, aparece por meio de uma “voz institucionalizada”, pela inclusão de autoridades públicas e empresariais, como políticos, empresários reconhecidos ou representantes de entidades empresariais. Os especialistas se evidenciam como pesquisadores (de instituições de ensino superior) ou técnicos especializados, também vinculados aos poderes públicos e privados. Dessa forma, as produções e as narrativas descritas cancelavam a validade da informação e da realidade apresentada (Tuchman, 1993). Todas as fontes com autoridade e reconhecimento (validado pelos *media*) tratavam sobre assuntos relevantes sobre Florianópolis e de interesse de seus habitantes.

E essa questão – de autoridade e reconhecimento dessas pessoas – é reiterada no Gráfico 10, que apresenta o resultado da variável em que categorizamos a ocupação dessas fontes.

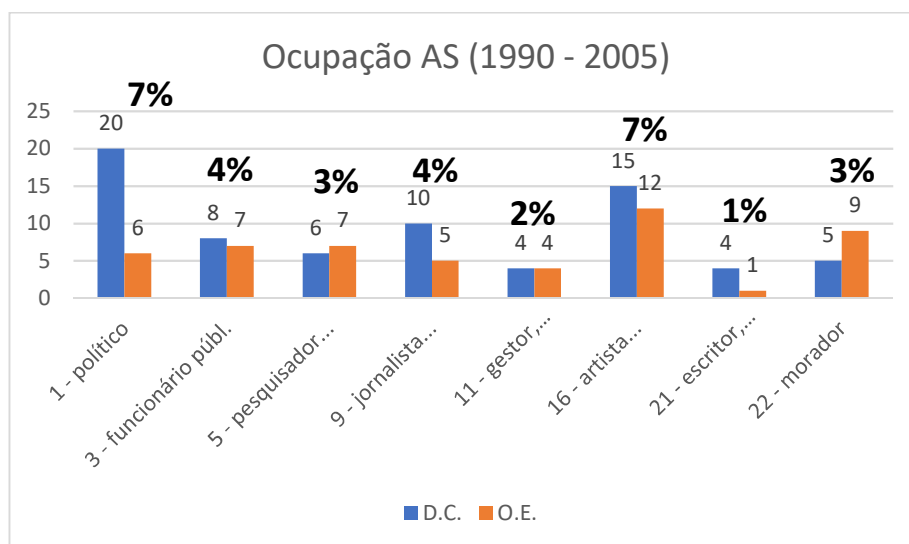


Gráfico 10 - Ocupação da pessoa da notícia (1990 - 2005). Elaboração própria.

Ao analisar as informações foi possível observar que 11% do total das pessoas presentes nas peças tinham por categoria de ocupação atividades relacionadas ao poder público, seja de político(a) ou funcionário(a) público(a), assim como cargos de responsabilidade, como

secretários(a) executivos, superintendentes e afins. Esse dado demonstra uma importante relação dos dois jornais com o poder público local, cujas narrativas institucionais parecem entrar de forma recorrente na agenda dos periódicos.

Serrano (2003) trata sobre isso quando afirma que

as fontes "institucionais" organizadas e profissionalizadas as que mais acesso têm aos *media*, constituindo um importante sustentáculo das relações de poder instituídas, aspecto acentuado por Gaye Tuchman que coloca a questão de saber até que ponto os *media* são um agente de legitimação da ordem existente. (Serrano, 2003, p. 13)

Vale um destaque para a categoria de ocupação descrita por morador. Essa aparece quando não há uma ocupação descrita dessa fonte no texto jornalístico, mas apenas sua condição de cidadão de Florianópolis. Sua participação vai ao encontro da variável função categorizada como opinião. Nessas produções, as pautas abordavam assuntos alusivos à cidade, em especial, a comemoração de seu aniversário.

Por fim, trazemos a categoria de ocupação definida por artista. O número significativo de artistas identificados na análise (de 1990 a 2005), de 7% do *corpus*, explica-se pela quantidade de textos que apresentavam apenas agenda de programação das atividades realizadas na comemoração do aniversário de Florianópolis. Por se tratarem, em grande parte, de artistas/músicos de reconhecimento nacional, o texto traçava seu perfil profissional artístico entre as pautas comemorativas. O que reforça a dinâmica desses jornais como reprodutores do discurso – e da agenda – institucional.

Nossa análise permitiria muitos desdobramentos a partir de novos cruzamentos de informações, o que potencialmente geraria novas reflexões, e, também, a reafirmação dos aspectos já assinalados. No entanto, para aprofundarmos nossas reflexões optamos por fazer uso do método de ACD, que nos possibilitou um olhar mais atento às variáveis de macro e microambiente de peças selecionadas entre o *corpus* de nossa investigação, formando um *subcorpus* para essa análise qualitativa.

É a partir do capítulo 5 que começam as apresentações dos resultados de análise, após a aplicação dos métodos selecionados no *corpus* de pesquisa. Neste capítulo, a abordagem realizada é da Análise de Conteúdo (AC), que é desenvolvida em 381 unidades de análise, devidamente organizadas, a partir da definição das variáveis e categorias identificadas.

Os resultados demonstraram aspectos e respostas interessantes, que partem das datas com maior número de publicações, do gênero jornalístico predominante e os temas de maior recorrência nesses jornais. Outras respostas importantes para investigação foram a identificação e recorrência das pautas produzidas a partir do recorte temático organizado pelos periódicos, assim como a presença de pessoas nesses textos, enquadrando-as como fontes dessas produções. A partir disso, o aprofundamento qualitativo, realizado em um *subcorpus* de análise, será descrito no próximo capítulo, com o uso da ACD.

CAP.6 DISCURSOS DOMINANTES NA INFORMAÇÃO

Para iniciarmos esta etapa qualitativa de análise é necessário destacar as categorias que serão consideradas em nosso *subcorpus* de investigação. A partir da proposição desenvolvida por Fairclough (2012), analisamos nosso objeto a partir de três dimensões (Batista Jr., 2018):

- a) a materialidade do texto (os eventos sociais) por meio da observação do gênero do texto por seu vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual;
- b) ordens de discurso (as práticas discursivas) perceptíveis pela representação e analisadas pelo ato de fala, sua coerência e a intertextualidade ou discursividade;
- c) a linguagem (as estruturas sociais) analisada nas práticas sociais, identificando aspectos ideológicos e hegemônicos.

Diante disso, optamos por fazer uso de duas categorias de análise: a interdiscursividade e a representação dos atores sociais. Sendo que as dimensões da ACD (texto, prática discursiva e prática social) serão a base na observação das categorias em cada peça que compõe o *subcorpus* investigado.

A **interdiscursividade** considera a análise para além do texto, em que busca reconhecer a combinação dos diferentes discursos atuantes no material em análise. A heterogeneidade percebida no texto é constituída de diferentes discursos, evidenciando, muitas vezes, a disputa de sentidos e de construção de consensos sociais (Batista Jr *et al.*, 2018).

A identificação dos discursos econômico, político e o cultural-identitário se entrecruzam com o discurso jornalístico, foco desta investigação. A análise, a partir desse discurso (da imprensa) considerou sua intenção e atuação na relação com grandes estruturas sociais e ideológicas, validando a perspectiva de van Dijk (2005, 2015), que considera sua prática como uma das que compõe o discurso de elite.

Como segunda categoria de análise está a **representação dos atores sociais** nas produções textuais. A inclusão ou exclusão desses atores permitem identificar seus papéis, sua valorização ou não no discurso e seu enquadramento discursivo em observação à forma com que são representados (van Leuween, 1997). Essa categoria de análise possibilita melhor reconhecimento dos discursos atuantes nas produções e qual(is) deles é/são percebido(s) como dominante(s) na disputa de sentidos e consensos.

A seleção do *subcorpus* para esta análise possui uma amostra de 10 peças jornalísticas, extraídas dos textos coletados e tratados como unidades de análise pelo método de AC, observando os seguintes critérios:

- Contemplar cada período de coleta realizado (1985, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010, 2015, 2020), com ao menos uma peça representativa.
- Atender ao menos a um dos objetivos específicos que se propõe - na realização de análise diacrônica e sincrônica dos materiais coletados em ambos os jornais – *OE* e *DC*.
- Realizar a análise discursiva pertinente à temática desta investigação, organizando-as a partir de questionamentos balizadores nesta investigação, que são:
 - a) Qual(is) o(s) discurso(s) predominante(s) nos textos jornalísticos publicados nos jornais *DC* e *OE*?
 - b) Que AS foram representados nos textos jornalísticos nos jornais *DC* e *OE*?
 - c) Quais marcas identitárias e culturais estão presentes nos discursos predominantes nos jornais *DC* e *OE*?

É necessário destacar que a seleção das peças que compõem esta abordagem de análise contempla, exclusivamente, textos jornalísticos do gênero informativo, classificados neste *corpus* por notícias e reportagens. Essa seleção é relevante, pois considera o mais significativo exemplo do discurso jornalístico - a notícia - como produto que representa a noção de “espelho da realidade”. Conceito que busca evidenciar o jornalista apenas como o mediador entre o/a leitor/a e o fato, reproduzindo-o imparcialmente (Traquina, 1998).

O reconhecimento da “informação verdadeira” e da “apresentação real do fato” em uma notícia é decorrente, também, de procedimentos e rotinas de uma produção noticiosa (Tuchman, 2002). Prática que envolve escolhas, seja pela seleção das pautas, pelo tipo de informação a ser trabalhada e das fontes de informação que serão consultadas e/ou terão voz na notícia. A realização desta análise leva em conta essas escolhas, a partir das categorias da interdiscursividade e da representação dos AS, observadas nos textos que integram o *subcorpus* desta abordagem metodológica.

A partir da explanação acerca da construção do *subcorpus* de pesquisa para o desenvolvimento do método ACD, abaixo (Tabela 7) apontamos as unidades textuais selecionadas e as análises posteriores.

Tabela 7 - Peças analisadas ACD

Nº	JORNAL	ANO	FORMATO	TÍTULO
1	OE	1985	Notícia	Mau tempo prejudicou e atrasou a Procissão do Senhor dos Passos
2	OE	1990	Notícia	Prefeitura inaugura Centro Cultural na Lagoa
3	DC	1995	Notícia	Legado cultural açoriano terá uma política própria
4	OE	1995	Notícia	Este pedaço de chão é mané de verdade
5	DC	2000	Notícia	Cidade encanta turistas
6	OE	2000	Notícia	Jamais a natureza reuniu tanta beleza
7	DC	2005	Reportagem	Com 279 anos e ainda sedutora
8	DC	2010	Reportagem	Mãos hábeis e concentração
9	DC	2015	Reportagem	Conheça o que Florianópolis tem de melhor
10	DC	2020	Reportagem	Como e quando mudou a relação dos catarinenses com a praia

Com o objetivo de ilustrar as análises subsequentes, realizamos uma compilação das peças que compõem este *corpus* na Figura 6, que está acessível, de forma legível, no Anexo VI, ao final deste trabalho.



Figura 6 - Corpus ACD (DC e OE). Elaboração própria.

6.1 Análise 1 – Jornal *OE* 1985

ANEXO	JORNAL	DATA	TÍTULO
Peça 1	<i>OE</i>	25/03/1985	Mau tempo prejudicou e atrasou a Procissão do Senhor dos Passos

A notícia ocupa página inteira e apresenta uma grande imagem da Procissão do Senhor dos Passos, ocorrida no dia anterior a sua publicação que, mesmo com a intensa chuva que irrompeu sobre a cidade, contou com cerca de 2 mil pessoas participantes. Essa é uma procissão cristã bastante tradicional em Florianópolis, tendo seu início no ano de 1766, com a vinda dos imigrantes açorianos, ocorrendo sempre quinze dias antes do domingo de Páscoa.

A escolha da notícia se deu, pois, a religião foi um dos temas que se destacou na AC, isso porque o catolicismo é a doutrina religiosa de maior representatividade na cidade, característica reiteradamente elencada como identitária do ilhéu, do residente de Florianópolis. A religião católica romana está presente desde o surgimento do município, com destaque para a vinda das famílias açorianas que migraram para o Sul do Brasil, que mantiveram suas tradições e ritos no país que se estabeleceram.

De acordo com o censo do IBGE (2010), cerca de 64% da população de Florianópolis se autodeclara católica apostólica romana. Alinhado a ela, há dois eventos religiosos significativos na cidade: a Procissão do Senhor dos Passos⁷⁶ (que ocorre duas semanas antes da Páscoa) e o Divino Espírito Santo⁷⁷ (que tem seu início de atividades dois meses após a Páscoa). O segundo evento se caracteriza como uma das práticas mais autênticas vindas com a migração açoriana ao Sul do Brasil, tem destaque na descrição da identidade do manezinho, como pode ser observado no capítulo 2.

No entanto, em razão desse evento acontecer em período variável (devido ao calendário religioso), sua realização acabou ocorrendo em paralelo com as festividades de aniversário da cidade, evidenciando essa pauta ao longo do período de coleta do *corpus*. A Procissão Senhor dos Passos de Florianópolis teve início datado no ano de 1766 e, desde o ano de 2018 tem, junto ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), seu registro como Patrimônio Cultural do Brasil⁷⁸. Motivo de grande orgulho e devoção de moradores (nativos e migrantes) de Florianópolis.

⁷⁶ Mais informações disponíveis no link <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1942> .

⁷⁷ Mais informações disponíveis no link <https://www.ipatrimonio.org/florianopolis-festa-do-divino-espírito-santo/#!/map=38329&loc=-27.593409447966657,-48.54646822418843,17> .

⁷⁸ Informação disponível no link: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/procissao-do-senhor-dos-passos-volta-a-acontecer-presencialmente-em-2022>, em 01/02/2023.

A notícia descreve todo o circuito da procissão, o encontro das imagens sacras de Senhor dos Passos e de Nossa Senhora das Dores, assim como o significado simbólico litúrgico das imagens sagradas (da mãe e seu filho)⁷⁹, dando ênfase ao atraso da celebração religiosa, em decorrência do mau tempo. *‘O mau tempo prejudicou e atrasou por três horas, ontem à tarde, a Procissão de Nosso Senhor do Passos, que reuniu mais de duas mil pessoas.’*

O destaque dado ao número de participantes da Procissão, mesmo com o agravante do tempo, busca validar a importância da celebração para a cidade. O evento religioso cristão está diretamente associado ao período imperial e à religiosidade herdada dos imigrantes que povoaram e desenvolveram a região. Sobre o discurso religioso é imperioso compreendê-lo como desenvolvido a partir de uma doutrina que age a partir de verdades oficiais.

Há uma institucionalização da legitimidade do discurso que é apropriada por especialistas [uma casta sacerdotal], alienando o povo leigo de legitimidade normativa em seu discurso. Este corpo de especialista ...[que] dirime confrontos ou dúvidas quanto à clareza das assertivas religiosas. (Portella, 2006, p. 568)

Analisando a interdiscursividade presente no texto é possível identificar os discursos religioso e o jornalismo atuando conjuntamente. Pelo discurso religioso, destaca-se a relevância da celebração católica para a comunidade de fiéis. De acordo com o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), a Procissão do Senhor dos Passos se trata da “maior e mais antiga festividade religiosa da cidade de Florianópolis (SC) [que] reúne, anualmente, cerca de 60 mil fiéis⁸⁰”.

É relevante destacar que o discurso religioso é historicamente reconhecido por sua autoridade e reconhecimento, sempre junto aos poderes dominantes de Estado. Segundo sua narrativa, o discurso religioso tem a responsabilidade de expressar, externalizar a voz divina por meio de seus representantes (padre, pastor, ...), considerados como seus porta-vozes no plano terreno. *‘Frei Carlos. Acentuou que a demonstração católica tem um “sentido cristão”’.*

Foucault (2013) se referia a esse discurso como de forte autoridade enunciativa e na construção de sentidos, com regras, normas e ordenamento disciplinar rígidos, o que o mantém junto às estruturas de poder nas diferentes sociedades. Portella (2006, p. 570) recorre à compreensão foucaultiana ao afirmar que “O discurso oficial precisa de interdições ... e limites

⁷⁹ O ápice do ritual da Paixão de Cristo, que recorda a perseguição, a condenação e a flagelação sofrida por Jesus e tem como momento máximo o encontro entre Maria e Jesus a caminho do Calvário. Informação disponível em 01/02/2023, no link <https://www.ipatrimonio.org/florianopolis-procissao-do-senhor-dos-passos/#!/map=38329&loc=-27.59251616651738,-48.55355936629338,17>.

⁸⁰ Informação extraída em 01/03/2023, no link: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4822>.

para dominar, levar à coesão e impedir a proliferação não autorizada do discurso.” Isso posto, a igreja (e o discurso religioso) sempre se fez presente na capital catarinense, desde seu processo inicial de ocupação.

A importância do discurso religioso para as comunidades que participam dessas celebrações remete à tradição de costumes que os precedem, remetendo a seus antecessores, época em que a prática religiosa tinha maior relevância e interferência nas comunidades. Eni Orlandi dispõe de uma definição objetiva sobre a prática do discurso religioso, inclusive o distinguindo do discurso teológico, que nos auxiliou a compreender mais claramente o efeito desses em seus seguidores. Segundo Orlandi (1996), o discurso religioso é

‘aquele em que há uma relação espontânea com o sagrado’ sendo, portanto, ‘mais informal’; enquanto o teológico é o tipo de ‘discurso em que a mediação entre a alma religiosa e o sagrado se faz por uma sistematização dogmática das verdades religiosas, e onde o teólogo (...) aparece como aquele que faz a relação entre os dois mundos: o mundo hebraico e o mundo cristão’, sendo, assim, ‘mais formal’. (Orlandi, 1996, pp. 246-247)

O atravessamento (do discurso religioso) no discurso jornalístico pode ser percebido por sua cobertura à celebração. Neste texto é identificado, e destacado, o empenho e devoção dos fiéis em participar de importante celebração religiosa. Para além de expressar as agruras climáticas impostas aos participantes, também é permitido o espaço de fala dado à autoridade religiosa da celebração, com destaque para a única voz expressa na notícia.

O discurso dos *media*, em especial, o jornalístico tem importante atuação na manutenção de discursos dominantes e hegemônicos e o destaque (de uma página inteira) dado regularmente à celebração reitera a afirmação de Charaudeau (2009, p. 63), ou seja, que os discursos – religioso e do jornalismo – se alinham na dinâmica de detentores da informação e do conhecimento, já que “informar é possuir um saber que o outro ignora (‘saber’), ter a aptidão que permite transmiti-lo a esse outro (‘poder dizer’), ser legitimado nessa atividade de transmissão (‘poder de dizer’)”. A cobertura dos *media* nesse momento é muito significativa, já que se trata de um evento tradicional local. Uma celebração composta de muita ritualidade e fé, para além de contar com a presença de importantes personalidades e políticos da região e do Estado.

No que se refere à representação dos AS da notícia, isso está presente, incluído no texto, apenas o representante da igreja católica, o Frei Carlos, que, além de nomeado de forma personalizada no texto, tem sua voz reproduzida ao enfatizar a relevância e a importância da

celebração para toda a comunidade cristã, destacando o “sentido cristão” presente na celebração. O que, novamente, reforça o discurso da religiosidade, em que autoridade religiosa é a única autorizada a manifestar-se sobre o evento.

De forma mitigada, mas também inclusa no discurso, está a presença coletiva dos fiéis cristãos que acreditam e devotam esforços para participar desse evento simbólico no calendário cristão, a Paixão de Cristo. A abnegação dos devotos é evidenciada pela espera do início da cerimônia, que mesmo após o atraso decorrente do grande volume de chuvas, contou com a participação de cerca de 2 mil fiéis.

A relevância da Procissão do Senhor dos Passos tem significativa representação da religiosidade local, que é destacada na notícia, em períodos regulares, mobilizando um grande e crescente número de pessoas, tendo já registrado entre 50 a 60 mil participantes por celebração. O que corrobora com a importância do elemento religioso na construção identitária da população.

6.2 Análise 2 – Jornal *OE* 1990

ANEXO	JORNAL	DATA	TÍTULO
Peça 2	<i>OE</i>	25/03/1990	Prefeitura inaugura Centro Cultural na Lagoa

A notícia, que ocupa cerca de 1/3 do espaço da página, apresenta foto do prédio inaugurado como o mais novo centro cultural em um dos bairros mais tradicionais de Florianópolis, a Lagoa da Conceição. A foto apresenta algumas crianças andando de bicicleta ao entorno do novo espaço, não deixando muito claro se essa imagem foi captada na data de inauguração, já que o texto descreve o acontecimento ocorrido no dia anterior. No entanto, a data de inauguração ocorreu dois dias antes do texto ser publicado.

A seleção dessa peça se deu por tratar da temática central desta investigação - a cultura e a comunicação. Para além disso, o tema foi tratado pelos dois jornais que fazem parte de nosso *corpus*, porém, a seleção da cobertura do *OE* virá acompanhada de referências sobre a produção realizada pelo *DC*, na época um periódico jovem na cidade e região.

O texto do *OE* apresenta referências sobre o espaço em que foi instalado o Centro cultural. O prédio, inaugurado em 1912, como sede da Estação Radiotelegráfica e posteriormente conhecido como Casa do Correio é local familiar da comunidade e que, segundo a própria matéria, era descrito como abandonado. ‘*A inauguração do Centro Cultural da Lagoa da Conceição movimentou ontem a manhã das comemorações do aniversário da cidade e*

marcou o fim do abandono em que se encontrava o casarão da antiga sede da Estação Radiotelegráfica. Uma abordagem diferente da cobertura feita pelo *DC*, que disponibilizou outra produção sobre o restauro do prédio e não propriamente seu abandono. O prédio de significativa importância local há muito tempo já era reivindicado para ser um espaço destinado à cultura na localidade, sendo tema reiterado nesta cobertura.

Outro aspecto que merece nossa referência é o hábito dos jornais na divulgação da programação de atividades em comemoração ao aniversário de Florianópolis (que naquele ano completava 264 anos), reiterando sua função de propagadores de ações públicas, como Serrano (2003) indica em *Jornalismo e elites do poder*.

Um aspecto que se fez notar de partida é a abordagem menos efusiva do jornal *OE* para com a pauta. Enquanto a notícia publicada pelo *DC* tratou a estrutura em que foi instalado o centro cultural como “casarão preservado” (devido a sua manutenção para a alocação do espaço cultural), no *OE* o sentido dado foi o de “fim do abandono”, remetendo à depreciação do espaço. Sentidos diferentes até mesmo na continuidade da escrita da notícia, pois no *DC* foi possível observar o entusiasmo nos adjetivos e na ênfase em aspectos positivos, como nos trechos ‘*mesmo abaixo de chuva, mas muita animação*’, ou o emprego do termo ‘*teimosia*’ como algo positivo para um povo que deseja preservar sua cultura.

Essas escolhas de sentido foram tratadas por Stuart Hall em suas pesquisas sobre a produção dos *media* na construção de sentidos e manutenção de discursos, onde em uma de suas afirmações diz que “as notícias são o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos” (Hall *et al.*, 2016, p. 310). Afirmação que pode ser identificada em escolhas como a seleção das fontes de um texto jornalístico, no que poderá, ou não, ser dito e como essa informação poderá e deverá ser tratada.

Quando observamos a interdiscursividade presente no texto se mostram evidentes os discursos cultural e político atuando junto ao discurso jornalístico. No que se refere ao discurso cultural, destacamos alguns pontos que nos pareceram interessantes, como a informação na linha de apoio da notícia, que se referia ao novo espaço como lugar que abrigaria a ‘*produção artística local*’. E essa foi uma informação que despertou atenção sobre o que seria essa produção artística, isso foi apontado já no início da produção. Segundo o que fora descrito na notícia e reconhecido pelos gestores públicos locais, foram consideradas produções artísticas locais as pinturas, fotografias, cerâmicas, rendas de bilro, produções independentes de sapatos, roupas etc., demonstrando uma ampla diversificação de práticas e produtos.

Quando a representante institucional do poder público diz ‘*Por muito tempo, tentamos ocupar o Casarão para desenvolver e incentivar manifestações culturais e folclóricas da região*’, permaneceu-nos a dúvida sobre: Quem tentou ocupar o casarão para desenvolver atividades culturais?; Qual a compreensão do poder público sobre o que seriam essas manifestações culturais e folclóricas?; e; Sobre qual abrangência a responsável pelo centro - e os gestores institucionais - estariam se referindo quando falavam na região? Uma comunidade, o bairro, a cidade, ...?

A comunidade da Lagoa da Conceição é uma das mais antigas do município. Uma região de beleza privilegiada, mas com pouco investimento público para a cultura (especialmente aquele período). A responsável pelo centro cultural relata sobre o longo tempo de espera por esse espaço, narrando projetos previstos para curto e médio prazos nesse local. Se levarmos em consideração a tradição do local, importante símbolo da herança açoriana da cidade, não parece haver uma relação direta das ações descritas com o anseio da comunidade, salvo a breve menção à renda de bilro.

No entanto, se levarmos em consideração que cultura são as diferentes manifestações do cotidiano, como já defendia Raymond Williams, a extensa lista de atividades descritas seriam um bom exemplo de múltiplas formas de expressão e linguagem local. Demonstrando, novamente, certa disputa de sentidos quanto ao que se pretende para o uso desse espaço. Na perspectiva da prática jornalística, Richardson (2007) vai ao encontro dessa ‘intenção’ ao dizer que “o uso da linguagem é sempre ativo, é sempre direcionado a *fazer* alguma coisa; e o modo como a linguagem realiza essa atividade é sempre relacionado ao contexto em que é usada” (Richardson, 2007, p. 12).

A presença do discurso político pode ser identificado na única voz presente na notícia, a responsável pelo centro cultural, que está ‘*ligada*’ à Fundação Cultural Franklin Cascaes⁸¹. Quando refletimos sobre o discurso político é necessário acionarmos, novamente, a reflexão foucaultiana acerca do discurso institucional, normatizador e regulador, em que sua autoridade tem poder e validade em sua região de abrangência (Foucault, 2013).

Muito embora a responsável pelo centro cultural não tenha uma função claramente definida na notícia – se organizadora, coordenadora, responsável ou ligada à Fundação de

⁸¹ A Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes (FCFFC) foi criada pela Lei nº 2647/87, de 29 de julho de 1987. Surgiu com o objetivo de fomentar uma ação cultural forte, autônoma e articulada com os setores turísticos, proporcionando maior autonomia às políticas públicas para a área da cultura em Florianópolis. Informação disponível no link <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/franklincascaes/index.php?cms=fundacao+franklin+cascaes&menu=1&submenuid=sobre>, em 01/11/2022.

Cultura – é a representante institucional do poder público que responde pelo novo espaço cultural. Na descrição de seu pronunciamento, Márcia declara que, para além do que já está disponível no centro cultural, estaria previsto um maior e melhor uso do espaço, ampliando-o (com outra estrutura física contígua ao prédio) para a instalação de uma biblioteca, oficinas de arte, cinema e teatro, além de um laboratório de meio ambiente (em parceria com a universidade UFSC).

Enquanto a cobertura do *DC* foi mais diversa na referência aos *AS*, essa produção do *OE* exclui a autoridade que demonstrou grande interesse nesse novo centro cultural. O prefeito de Florianópolis, na época Espiridião Amin, era, e ainda é, um político respeitado e experiente, pois já ocupou diferentes cargos públicos na cidade e no estado de Santa Catarina. Interessante chamar atenção para o fato de que em um de seus mandatos, como governador do Estado de SC, empenhou-se fortemente na construção de uma identidade cultural catarinense, estratégia que não obteve muito sucesso pela diversidade das diferentes regiões de SC. Nesse período (a partir da década de 1980), Amin defendia - para além da modernidade e desenvolvimento urbano - a pauta da cultura como um diferencial, um atrativo para investimentos e empreendimentos voltados para o setor turístico e imobiliário (Serpa, 1996). Então, essa pauta - cultural e econômica - era já associada a esse personagem político.

No que tange ao discurso do jornalismo, de partida resgatamos a reflexão de Tuchman (1993, p. 92) quando essa afirma que “as notícias definem e moldam [o] acontecimento”. Isso porque observamos relevante diferença entre as duas peças analisadas na forma como os jornais exploraram o evento de inauguração. A notícia produzida pelo *DC* demonstrou sua cobertura durante a inauguração do Centro Cultural, trazendo variadas fontes de consulta (*AS*) e proporcionando mais perspectivas e informações em sua produção textual. As informações apresentadas pelo *OE* foram coletadas posteriormente à inauguração, proporcionando ao leitor um caráter mais descritivo, assemelhando ao formato de *release* em sua notícia sobre o evento.

Um destaque para entender essa diferença é que no ano de 1990 o *DC* ainda era um periódico recente em Santa Catarina, justificando o certo entusiasmo na produção de pautas locais e de interesse ao seu público-alvo. Isso é perceptível, também, em suas coberturas aos eventos e no detalhamento de pautas. Exemplo disso é que enquanto o *OE* abordou apenas a agenda de eventos de aniversário da cidade, o *DC* produz três notícias com diferentes perspectivas sobre o mesmo tema cultural (além da inauguração do Centro Cultural, a agenda de eventos com programação na cidade e o processo de restauro do casarão que hospeda o novo Centro Cultural).

No que se refere à representação dos AS, há a inclusão ativa da responsável pelo Centro, a organizadora Márcia Matias, ligada à Fundação Franklin Cascaes. Chama a atenção para o fato da inexistência de um cargo, uma definição clara dessa responsável. É interessante observar que essa representante tem a fala institucional (da Fundação de Cultura municipal), mas também um posicionamento que se aproxima de uma integrante da comunidade local. No entanto, quando analisamos a categoria de representação de AS observamos maior número de atores presentes na notícia publicada pelo *DC*, diferente da cobertura do *OE*, não tendo nem diversidade de atores e sequer a voz de algum representante direto da comunidade local. Sobre essa fala da comunicação, observamos apenas a referência a esses em uma passagem que indica se tratar de uma ‘*antiga reivindicação da comunidade de moradores da Lagoa*’ nada além disso, o que, segundo Simões (2014), poderia ser considerado uma inclusão mitigada.

Condição semelhante enquadramos os pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que foram citados na notícia quando a responsável se refere ao ‘*estabelecimento de um convenio científico*’, que futuramente estaria em atividade no Centro Cultural, sinalizando a presença da academia e seus especialistas no resgate e qualificação desse espaço cultural. Simões (2014), ao descrever essa classificação de mitigação dos AS, elabora isso a partir de van Leeuwen, afirmando que se trata de “uma forma menos radical de supressão [que], consiste em omitir o ator social de quem se fala, mas incluir suas atividades, daí resultando uma forma de mitigação da sua presença” (Simões, 2014, p. 45). A seleção por dar espaço e voz a apenas um AS, este sendo um representante institucional do espaço cultural, demonstra a valorização desse ator diante dos demais.

6.3 Análise 3 – Jornal *DC* 1995

ANEXO	JORNAL	DATA	TÍTULO
Peça 3	<i>DC</i>	20/03/1995	Legado Cultural açoriano terá uma política própria

A notícia, que ocupa o espaço de ½ página do jornal, inclui fotografias que apresentam referências associadas à cultura açoriana, como a imagem de uma almofada utilizada para a realização da renda de bilro (reconhecido artesanato trazido pela imigração açoriana ao Sul do Brasil) e a imagem de uma arte primitivista que remete a um engenho de farinha com suposto ascendente açoriano. A estrutura textual está dividida por um fio de limitação, em que na parte superior há o texto da notícia acompanhado de uma fotografia e abaixo uma estrutura de box

apresentando os temas tratados no debate, que também está acompanhada por uma fotografia relacionada ao tema açorianidade.

A referida notícia trata sobre o encontro de diferentes entidades (universidade, poder público e iniciativa privada) na organização do grupo que irá estruturar políticas e ações na manutenção do *'legado cultural açoriano'* em Santa Catarina. Iniciamos nossa reflexão com destaque para a linha de apoio do título que diz: *'Representantes de cidades do Litoral catarinense e pesquisadores definem ações para a preservação dos costumes ancestrais'*. Observamos no texto palavras que denotam atenção na construção dessa narrativa, como *'memória, costumes, ancestral, preservação'* que reforçam o apelo do cuidado para algo tão caro, como a história e a identidade cultural de um povo.

O reconhecimento institucional da primazia da cultura açoriana na região litorânea de Santa Catarina é evidenciado nesta pauta - assim como em outros espaços de fala pública - e Florianópolis tem sido descrita e reconhecida por essa formação cultural. E essa foi a razão da escolha desta peça, pois evidencia uma articulação entre diferentes AS no desenvolvimento desse discurso identitário e cultural para a cidade. Essa prática nos faz acionar a reflexão de Foucault (2013) ao reconhecermos o ordenamento institucional permitido às narrativas arbitrárias na definição de elementos fundamentais da dinâmica social, como a preservação de costumes ancestrais. A determinação pelo reconhecimento da herança açoriana como fundacional de Florianópolis, parte de instituições credenciadas, reconhecidas e respeitadas, validando esse discurso e amplificando esse posicionamento cultural e identitário.

Nessa peça foi possível reconhecer a intensa interdiscursividade que perpassou o discurso jornalístico pelos discursos cultural, acadêmico, político e econômico. É interessante observar o quanto a junção de discursos torna ainda mais polissêmica a interdiscursividade desta unidade de análise, que valida e perpetua a manutenção de interesses hegemônicos estabelecidos na cidade de Florianópolis.

No que se refere ao discurso cultural, observamos a presença de elementos de um dizer prévio e reiterado, que aponta a cultura açoriana como determinante na formação identitária e cultural do município. *'Programas que buscam preservar a cultura açoriana, marcante nas comunidades instaladas ao longo de todo o litoral catarinense desde a segunda metade do século XVIII, data da chegada dos primeiros imigrantes dos Açores (Portugal)...'* O uso de termos linguísticos e narrativas que clamam pela preservação de um legado açoriano e de seus costumes resgata uma memória de tradições atribuídas exclusivamente aos imigrantes açorianos, apagando as demais representações culturais participantes do processo de surgimento e desenvolvimento da capital catarinense.

Necessário resgatar um aspecto significativo para compreender esse processo de assimilação do discurso cultural açoriano. Entre os anos de 1980 e 1990 ocorre a estruturação do Núcleo de Estudos Açorianos (NEA), na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que institucionaliza, com o amparo científico, o discurso acadêmico que valida a historicidade de memórias e registros o discurso identitário e cultural de açorianidade da Capital.

Destacam-se características catedráticas de formação educacional, que embora atualizadas diante dos novos tempos e novas tecnologias, ainda têm, por maioria, a reflexão foucaultiana na ordem do discurso, balizada em “um princípio de controle de produção do discurso” (Foucault, 2013, p. 34). Sua reflexão teórica evidencia uma autoridade em seu uso institucional para a manutenção de poderes constituídos, que se estabelecem mais fortemente no texto, com o apoio dos discursos político e econômico.

Sobre isso, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com sede em Florianópolis, tem relevante destaque e importância para a ciência e o conhecimento no Estado de Santa Catarina e no Brasil. No que tange ao NEA, núcleo de pesquisadores da Universidade, há uma significativa atuação no Estado, destacando-se pelo reconhecimento como autoridade especializada no tema açorianidade, sendo, por isso, protagonista em consultorias e suporte científico nas diferentes demandas referentes a essa abordagem, notoriedade, inclusive, pelos *media* local e estadual.

Para além das pesquisas relacionadas às memórias e história da imigração açoriana no Sul do Brasil, especialmente Santa Catarina, identificamos atividades extensionistas (a relação da universidade com a sociedade) que podem ser observadas em consultorias especializadas para eventos e festividades locais temáticas, premiações simbólicas da herança açoriana, e a realização de eventos regulares, como a Festa da Cultura Açoriana em Santa Catarina (AÇOR), que ocorre há quase três décadas.

O discurso acadêmico tem a autoridade e o ordenamento como elementos característicos, assumindo para si a responsabilidade de educar e orientar a sociedade. Sua ação nesse processo tem uma função didática, pois dispõe do conhecimento científico validado com a narrativa institucional, neste caso, a que prioriza a formação cultural eleita. Uma dinâmica que segue o ordenamento discursivo foucaultiano, o qual, nesta análise, une-se ao discurso jornalístico, reforçando uma autoridade institucional (da academia) a uma ideia de distanciamento (do jornalismo), ambos por seus poderes de fala e de informação (Mariani, 1998).

Essa narrativa, institucionalmente validada, reverberou nos demais discursos presentes nessa produção textual, que estão diretamente relacionados: o discurso político e o econômico.

O discurso político é recorrente nos diferentes textos jornalísticos e esta análise reitera sua atuação por meio do posicionamento institucional de diferencial cultural de Florianópolis, para além de suas belezas naturais e qualidade de vida. Foi esse enquadramento que possibilitou um significativo aumento do turismo na capital catarinense. Um turismo que buscava por uma profissionalização para além das belezas naturais locais, amplificado em sua abordagem histórica e cultural como mais um diferencial atrativo. Algo que Silva (2016) faz duras críticas, já que

muitas vezes não há o intuito de se preservar a identidade e a memória coletiva que não seja para gerar lucro. A ideia de preservação da singularidade num mundo globalizado que tende a homogeneização dos gostos e interesses, parte da premissa da cultura como mercadoria e não como um patrimônio relevante. (Silva, 2016, p. 8)

Esse alinhamento é reiterado, também, em uma das falas do professor-coordenador no NEA, Prof. Vilson Farias, ao tratar sobre a *‘preservação da identidade cultural destas comunidades e, conseqüentemente, à formação de um corredor turístico’*. Quando o texto aponta para a *definição do calendário de festas açorianas*, demonstra a construção de um projeto voltado para a manutenção de atividades que efetivamente representam a cultura local, preservando apenas uma identidade cultural.

A presença de um quadro de apoio à notícia, que descreve os *temas em debate* do encontro, reitera a interdiscursividade, também demonstrada pelos integrantes que participam dessa discussão da narrativa cultural e identitária açoriana. Observamos uma importante articulação do meio universitário, somado a representantes do setor público e privado, em adotar o discurso cultural identitário açoriano, que se torna um atributo turístico muito interessante para o município de Florianópolis.

Essa escolha – pelo açorianismo – permite o desenvolvimento de um diferencial na região Sul do Brasil, que tem como protagonismo as migrações provindas de regiões reconhecidas hoje por Alemanha e Itália⁸² (Ferreira, 2006). A atenção para um histórico heroico e vitorioso era de interesse tanto para o poder público municipal quanto para o governo açoriano, que buscava valorização de sua história e legado nas Américas (Ferreira, 2006)⁸³.

⁸² Esses imigrantes não tiveram presença representativa no litoral Sul do Brasil, pois se estabeleceram mais ao centro dos Estados da região (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina). Fato esse que não permitia a Florianópolis o uso do mesmo discurso colonialista hegemônico, protagonizado nessas regiões, como relatado anteriormente.

⁸³ Ferreira (2006) aponta para Manuel de Paiva Boléo, único português presente no 1º Congresso de História Catarinense, em 1948, considerado como “mito fundador da açorianidade em Santa Catarina” (p. 142), que

E, para compreendermos melhor sobre essas escolhas, recorremos a Bhabha (1998), que enquadraria esse discurso como colonial, pois se refere a “uma forma de discurso crucial para a ligação de uma série de diferenças que embasam as práticas discursivas e políticas de hierarquização racial e cultural” (Bhabha, 1998, p. 107). O interesse do poder político de Florianópolis no período estava, aparentemente, alinhado a essa decisão, já que viabilizaria à cidade o reconhecimento ampliado de seus atrativos naturais, somados a questões históricas e culturais. O que proporcionaria uma valoração da cidade e seu desenvolvimento econômico decorrente do turismo e de investimentos imobiliários.

No que se refere à representação dos atores sociais (AS), identificamos a presença ativa e mitigada. Caso em que percebemos maior visibilidade dos AS de interesse (especialistas do meio acadêmico) e a mera referência de outros, objetivando demonstrar a manutenção do apoio político e empresarial. De início destacamos o AS (mais) ativo na notícia, o coordenador do NEA, Vilson Farias. Sua voz é destacada relatando a importância do evento para a sociedade catarinense, especialmente a do Litoral do Estado. Além de sua fala personalizada como pesquisador e coordenador, é destacado no texto que se trata de importante articulador entre a comunidade acadêmica, diaspórica e governamental entre o arquipélago dos Açores e o estado de Santa Catarina. Suas falas perpassam a peça em que é visível sua referência como autoridade no evento.

Além desse, identificamos entre os participantes ativos, autoridades como o reitor da universidade UFSC, Diomário Queiroz, e o diretor do Gabinete da Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas, Duarte Mendes. Ambos devidamente nomeados pela presença de relevante autoridade, entretanto, sem pronunciamento descrito no texto. Compreendemos que essas indicações evidenciaram as maiores autoridades presentes no evento e discursivamente, já que representavam os discursos acadêmico e político. Quando Carvalho (2015) se refere às estratégias discursivas e sua relação com os atores sociais, reforça a importância desses atores - sejam eles indivíduos ou instituições -, como fonte e posicionamento das informações e das notícias produzidas. Para Carvalho, “é importante estudar as formas como eles [atores sociais] e suas posições são representadas nos *media*.” (2015, p. 181), pois isso permitirá compreender suas influências e origens na formação discursiva.

Os demais AS ativos na peça se mostraram de forma mais mitigada, tendo referência apenas de seus cargos, reforçando ainda mais a relevância do evento. Entre os citados

falava do “perigo alemão”, o qual despertava para a necessidade do enaltecimento do elemento açoriano” (Ferreira, 2006, p. 143).

identificamos o pró-reitor de Cultura e Extensão e o prefeito do município de Imaruí/SC, além de representantes do arquipélago dos Açores, de várias instituições e prefeituras, além de outros pesquisadores da universidade.

A indicação de todos esses AS reforça nosso entendimento da intenção do discurso jornalístico em destacar o grande e diverso número de autoridades que aprovam e apoiam essa cultura e reconhecimento identitário. O que nos remete à reflexão de Traquina, quando esse diz que “as notícias são o resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias)” (1998, p. 169).

6.4 Análise 4 – Jornal *OE* 1995

ANEXO	JORNAL	DATA	TÍTULO
Peça 4	<i>OE</i>	24/03/1995	Este pedaço de chão é mané de verdade

Trata-se de uma notícia de cerca de 1/3 de página do jornal, incluindo uma imagem fotográfica com uma das pessoas entrevistadas para sua realização. É possível observar nessa produção uma valoração jornalística por meio de alguns sinais, como a centralidade da notícia na página (que também tem outras notícias sobre o aniversário da cidade), a cercadura/moldura ao seu entorno (que busca evidenciar seu conteúdo) e ainda o próprio título ‘*Este pedaço de chão é mané de verdade*’, que coloca em dúvida as outras manifestações sobre o mesmo tema na página.

A formatação da página em que a peça está localizada a coloca em destaque, centralizada entre outras notícias que tratam da programação de aniversário da cidade (ocorrida no dia anterior, 23). O título desta matéria aparece como provocativo ao leitor, pois faz referência a alguns moradores da cidade que falam de sua relação com Florianópolis de diferentes formas.

Observamos o uso de expressões⁸⁴ características da fala do ilhéu, como ‘*olhô lhô, tás tolo?*’ *arrombaste ô, mofas com a pomba na balaia*’; comumente relacionadas à identidade dos ‘*manezinhos da Ilha*’, dos ‘*nativos da capital catarinense*’. O reconhecimento dessas expressões é tão significativo que elas são utilizadas como forma de identificar o ilhéu em

⁸⁴ Algumas expressões podem ser identificadas no texto disponível no link <https://www.nsctotal.com.br/noticias/expressoes-manezinhos-significado-gurias-florianopolis>, disponível em 30/05/20023.

diferentes produções artísticas e produtos⁸⁵. Mercantilização que personifica o estereótipo do manezinho da Ilha, frequentemente mediatizada dentro e fora da cidade.

Essas referências linguísticas, assim como hábitos alimentares, religiosidade, lendas e folclore, atividades laborais etc., estão diretamente relacionadas à influência lusitana (predominantemente açoriana), que teve grande importância no desenvolvimento da cidade, quando da vinda de imigrantes do arquipélago dos Açores. A relação do ilhéu e suas práticas culturais com a origem açoriana é repetida de maneira recorrente, seja na informalidade cotidiana até em comunicações oficiais e institucionais⁸⁶, como menciona a própria notícia. Essas ‘*coisas da terra*’ são ilustradas pelos AS escolhidos para representar toda uma população que reside no município.

No que se refere aos AS, é possível identificar a inclusão ativa de três atores. Todos têm, além de seus nomes e idade informados, a residência em localidades tradicionais da cidade e desempenham atividades definidas como relacionadas à cultura da Ilha e seu ‘*jeito simples de ser*’. O ponto central do texto era identificar as razões que levavam Florianópolis a ser tão importante para cada um desses cidadãos. A seleção desses atores foi realizada com o propósito de explorar um modelo imaginário de cidade e seus cidadãos. Uma construção propagada pelos *media*, seguindo a reflexão de van Dijk, ao afirmar que “o facto de as estruturas e conteúdos desses modelos⁸⁷ poderem ser manipulados pelas estruturas e pelos conteúdos dos relatos noticiosos” (van Dijk, 2017, p. 79).

A notícia inicia pela breve descrição de Nilte Conceição, a única que muito jovem saiu da cidade em busca de melhor oportunidade de vida. Contudo, ela retorna à Ilha para criar filhos e netos, além de cuidar de sua própria saúde e aliviar a *saudade [que] era imensa*. Sua residência é em uma região carente de Florianópolis, o Morro do Céu. A localidade, segundo Nogueira (2018), que teve sua origem a partir da segregação racial e social, mantinha os trabalhadores da mão de obra servil próximo (e disponíveis) à região central da cidade, onde residiam seus padrões, as autoridades políticas e econômicas.

Depois dela seguem dois homens, dois “Manoéis”, Manoel Tumé e Manoel Luiz Jackes (o Deca), ambos moradores de regiões tradicionais da cidade, Lagoa da Conceição e Costa da Lagoa. Cabe destaque aqui para a “coincidência” de nome dos dois AS que participam da notícia, pois que ele (nome) possui relevante significado na identidade de Florianópolis.

⁸⁵ Existem muitos ‘produtos’ culturais e comerciais desse manezinho, seja entre comediantes (<https://www.instagram.com/manedarci/>), seja de lojas de *souvenirs* (<https://www.dezarranjoilheu.com.br/>).

⁸⁶ Link da obra Terra Açoriana – O legado dos Açores em Santa Catarina, disponível em 01/03/2023 - https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/08_12_2017_13.48.20.a28cf39358a0046ccec377ea0485c5d1.pdf

⁸⁷ Segundo van Dijk (2017, p. 78), um *modelo* é uma representação mental de uma experiência.

Segundo relatos orais é do nome Manoel que deriva a alcunha “manezinho da Ilha⁸⁸”, nome dado ao personagem ilhéu, da mesma forma que os selecionados para representarem o *mané de verdade* tem em suas características o modo simples do saber viver junto à natureza, mantendo-se por meio da pesca e do pequeno cultivo de alimentos, além de outras atividades manuais.

‘Eles estão por toda a parte e assumem várias funções, mas sem dúvida seu habitat natural é a praia. O manezinho não vive longe do mar, do pirão, do peixinho frito...’ Essa caracterização representa uma parte muito reduzida da população, o que nos remete a Hobsbawn e Ranger (1997), quando esses tratam sobre a invenção dos mitos e tradições. Seus estudos demonstraram a dinâmica de práticas como essa de eleger personagens e selecionar características, a fim de validar e manter narrativas discursivas com intenções e propósitos variados.

Entre aqueles AS excluídos do discurso estão os que não são reconhecidos como manezinhos. Segundo o Censo (2010) e o Observatório das Migrações de Santa Catarina, da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), mais de 50%⁸⁹ de moradores da cidade de Florianópolis não são nascidos na cidade, o que suprime uma fatia importante da cidade nessa descrição. Uma perspectiva um tanto distorcida ao que diz Hall (2004, 2006) sobre a identidade de um sujeito. Pensar a identidade é considerar sua construção como um processo relacional que depende do outro, do seu reconhecimento pelo outro para o reconhecimento de sua própria existência.

Quanto à interdiscursividade nesta produção textual, foi possível identificar os discursos cultural-identitário atravessando o discurso jornalístico. Esse com atuação alinhada na reprodutibilidade de narrativas hegemônicas institucionais que deliberaram sobre a identidade de uma população. De partida, o discurso jornalístico demonstra no título da notícia um jogo de linguagem provocativo, entre o que “é ser” e o que “não é ser” de uma identidade, entre o ser manezinho e os outros. E, neste momento, o poder e a autoridade dos *media*, em especial do jornal, têm relevante importância na reafirmação de normas, padrões e definições do que é dito e como é dito (Charaudeau, 2009).

Como já apontado, o destaque na diagramação e disposição da notícia provocam a leitura; da mesma forma que a escolha dos AS que compõem o texto, os quais representam o perfil identitário que se deseja evidenciar. A narrativa institucional se evidencia na referência

⁸⁸ Diz-se que o gentílico manezinho deriva de Manoel, nome muito comum na cidade, que no diminutivo era chamado de Manoelzinho e acabou virando Manezinho.

⁸⁹ Informação disponível no link <https://ndmais.com.br/noticias/floripa-de-todos-os-povos/>, dia 01/03/2023. Link do Observatório das Migrações de Santa Catarina, da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), <https://www.udesc.br/faed/observatoriomigracoessc>.

sobre características do ‘manezinho da Ilha’⁹⁰ e da presença lusitana na região, pois essa seleção de origem (lusitana-açoriana) é a predominante nos discursos políticos e empresarial-econômico. Essa referência identitária pode ser observada, por exemplo, no trecho que diz que Florianópolis ‘recebeu influência lusitana desde o Século XVII, também presente nos hábitos alimentares e nas tradições culturais’.

Sobre isso, Hall *et al.* (2016) nos auxilia na compreensão ao afirmar que os *media* “não relatam simplesmente e de uma forma transparente acontecimentos”. Segundo sua perspectiva, “as notícias são o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas” (Hall *et al.*, 2016, p. 310).

Para compreender o contexto inicial dessa construção identitária é necessário retornar entre as décadas de 1980 e 1990, quando houve um aumento significativo do turismo na Ilha de Santa Catarina. Nesse período, em busca de um posicionamento estratégico para ampliar o interesse no turismo da cidade, foram utilizadas de narrativas variadas, beleza natural, hospitalidade etc. No entanto, a partir de 1995 acontecimentos significativos para a cidade acontecem evidenciando-a no cenário nacional e mundial, com destaque para um atleta de alto rendimento e bons resultados mundiais, o tenista Gustavo Kuerten. Além disso, houve o reconhecimento da cidade de Florianópolis, como a cidade de maior IDH do país, que reflete parâmetros de análise da qualidade de vida da população, ambos fatores que geraram muitos argumentos e materiais de comunicação sobre a cidade.

Sobre a designação de manezinho para nomear o típico nativo de Florianópolis, atraiu nossa atenção uma mudança de sentido ao termo, que de pejorativo passa a se tornar elogioso. Há registros que afirmam que a valoração dessa alcunha começa a partir de 1987, com o lançamento do Troféu ‘Manezinho da Ilha’⁹¹, criado pelo funcionário público e jornalista Aldirio Simões (1942-2004). Na exposição de Hobsbawn e Ranger (1997) acerca das tradições, percebe-se reiterado destaque para a afirmação de que a invenção das tradições são práticas repetidas até sua fixação, tratando-se inteiramente de uma formalização, uma ritualização de

⁹⁰ Quando se denomina ‘Ilha’ ou ‘Ilha de Santa Catarina’ está se referindo à cidade de Florianópolis. Mas ainda é necessário lembrar que a cidade é composta também por uma parte continental. Sua área territorial (de cerca de 675 km²) é predominantemente insular, com cerca de 90% de seu território, e sua área continental, que possui aproximadamente 10% de sua área total. Contudo, a parte insular da cidade é onde se encontra a maior densidade populacional, com cerca de 12% dos pouco mais de 537 mil habitantes (IBGE, 2022).

⁹¹ Chico Amante, em sua obra *Somos todos Manezinhos* (1998), obra que organiza perfis de ‘personalidades’ reconhecidas e premiadas pelo Troféu, define esse Manezinho como “tudo o que de mais autêntico e representativo de nossos costumes e das tradições que nos legaram os colonizadores açorianos e de outras Nações” (Amante, 1998, p. 19).

ações vinculadas a um passado em comum. O que se adequaria tranquilamente na mudança de sentido ocorrida na alcunha manezinho.

Com o propósito de atingir esse reposicionamento, os *media* foram determinantes. A recorrência do tema, a construção das pautas, a escolha das fontes, a representação dos AS, tudo compôs o que van Dijk critica na estratégia dos *media*, especialmente do jornalismo. Segundo o autor, “Se a compreensão das notícias ou a construção dos modelos é feita em função do conhecimento geral, socialmente partilhado, então, o controlo desse conhecimento pode controlar indirectamente essa compreensão” (van Dijk, 2017, p. 79).

O Discurso identitário-cultural é determinante nessa narrativa, pois toda a produção foi construída para reiterá-lo. A notícia ainda diz que ‘*O manezinho não vive longe do mar, do pirão, do peixinho frito, das redes e dos bilros. Passa suas tradições de pai para filho.*’ Uma tradição que ignora as diferentes manifestações culturais presentes na constituição e desenvolvimento de uma sociedade, como o que hoje é Florianópolis. Segundo Hobsbawn e Ranger (1997), “as tradições ‘inventadas’ caracterizam-se por estabelecer com ele [o passado histórico] uma continuidade bastante artificial” (1997, p.10), a ponto de incluir ou apagar símbolos e significados em nome de um propósito.

6.5 Análise 5– Jornal DC 2000

ANEXO	JORNAL	DATA	TÍTULO
Peça 5	DC	23/03/2000	Cidade encanta turistas

A notícia, que ocupa espaço de ½ página, dentro do Caderno Especial de Aniversário (suplemento), vem acompanhada de uma fotografia que mostra uma via de trânsito intenso, contudo, ‘organizada’ diante do fluxo de veículos.

As informações presentes na referida notícia apontam para uma cidade com muitos atributos de qualidade, em que são inúmeros os adjetivos concedidos a ela: ‘*verdadeiro paraíso*’, ‘*hospitaleira*’, ‘*cidade em desenvolvimento*’, ‘*qualidade de vida*’, além dos ‘*belos recantos ilhéus*’. A narrativa apresentada aponta muitas melhorias realizadas na Capital catarinense, para além de suas belezas naturais e a hospitalidade de seu povo. Sua qualidade de vida (abastecimento de água, coleta de lixo e transporte público) e ações integradas na segurança pública são argumentos positivos exaltados, além de políticas de redução na poluição visual no centro histórico da cidade, evidenciando o intenso trabalho público desenvolvido para receber e encantar os turistas. A seleção por essa produção jornalística se dá pela grande

exaltação da cidade, reiterando aspectos que enaltecem a gestão pública e a condição de Florianópolis como cidade ideal para sua população, para os turistas e para investidores, exemplificando a correlação com a classificação de cidade mercadoria (Silva, 2016).

Na categoria interdiscursividade foi possível reconhecer os discursos político, econômico e o jornalístico. Sobre o discurso jornalístico, dito imparcial e informativo, a notícia se mostra totalmente favorável a todas as iniciativas públicas realizadas no período de gestão atual, que tem demonstrado ótimos resultados – como na avaliação da última temporada de férias de verão 1999/2000. *‘O verão de 2000 foi um dos melhores dos últimos anos para Florianópolis.’* Ocorre, porém, que essas informações estão inseridas num caderno publicitário produzido para atender a esse propósito comercial. O que não fica muito claro ao leitor comum, que acredita se tratar exclusivamente de informação isenta de direcionamento. Diferente do que pode ser interpretado por um leitor mais atento, que potencialmente teria mais chance de reconhecer um texto publicitário travestido de notícia (Benetti, 2008).

Charaudeau (2009) contribuiu significativamente para nossa compreensão do discurso dos *media*, distinguindo os discursos informativo do propagandista. O autor, inicialmente, aponta a similaridade de foco voltado para um público-alvo, mas na sequência distingue os dois discursos, definindo “o propagandista, [que se relaciona com seu público] para seduzir ou persuadir o alvo, [enquanto] o informativo, para transmitir-lhe saber” (2009, p. 60). Então, a partir do momento em que o público (leitor, audiência, ouvinte, ...) espera o saber e não a sedução, o discurso jornalístico age de forma contraditória na (re)produção de narrativas hegemônicas preestabelecidas.

A construção dessa realidade, utiliza de recursos e escolhas em sua produção, levando ao que Benetti descreve como uma “verdade como construção, como crença e como convicção” (Benetti, 2008, p. 25). A abordagem da notícia evidencia importantes ações voltadas para o desenvolvimento da cidade, como sua infraestrutura de lazer, limpeza e segurança, além da mobilidade urbana. Informações que no discurso jornalístico aparecem de maneira constante, adaptada aos diferentes temas e conteúdos produzidos e relacionados à cidade, em que a prática de repetibilidade reforça essa verdade, a ponto de naturalizá-la. *‘O turista encontrou uma cidade em desenvolvimento.’*

Os discursos político e econômico são reconhecidos na interdiscursividade da notícia e, também, no conjunto de pautas que compõe o suplemento de aniversário. O caderno, editado no dia do aniversário da cidade, apresenta muitas notícias que abordam temas relacionados à beleza local, seu desenvolvimento econômico, uma entrevista com a prefeita de Florianópolis, a história e memória açoriana, entre outros. O enaltecimento na diversidade de belezas da Ilha

de Florianópolis é conhecido como primeiro atributo ao se referir à cidade, seja no Brasil, seja no exterior, reforçando ainda mais seu *status* turístico. O discurso econômico, que atua nos setores turístico, de construção civil e imobiliário, tem, para além dos atributos naturais, o atributo e diferencial do alto índice de qualidade de vida da cidade, reconhecido por importantes institutos de pesquisa⁹².

Embora o turismo tenha começado a se fortalecer a partir dos anos 1980, muito decorrente de obras de infraestrutura, foi após 1990 que se estabeleceu a euforia do turismo em Florianópolis, especialmente com o advento da globalização e de políticas institucionais e internacionais brasileiras, como a criação do Mercosul⁹³ (Fantin, 2000). Foi nesse período que a ‘vocação turística’ da Ilha de Santa Catarina é efetivamente apropriada pela gestão pública e pelo empresariado, ocasionando, em sua autodenominação, o nome de “Capital Turística do Mercosul”.

Em sua investiga o, Fantin (2000) provoca reflexões interessantes acerca desse título e “*ethos* de cidade turística”. Para a autora

O discurso publicitário traduz em signos a mais perfeita representa o do ideal do bem viver e do prazer. (...) Neste discurso de ‘mercado’ Florianópolis transforma-se no ‘Paraíso Internacional, na ‘Ilha da Magia’, na ‘Capital Turística do Mercosul’ e, ..., na capital de melhor qualidade de vida do Brasil. (Fantin, 2000, p. 72)

Dessa forma, o discurso político mobiliza recursos públicos, oferecendo incentivos a grandes empreendimentos e investidores, o que vem a reforçar seu capital político e sua manuten o em cargos eletivos, orbitando o ambiente político da cidade e fortalecendo a manuten o do poder hegemônico no município. E, em complemento a essa tríade está o discurso jornalístico, que, de acordo com van Dijk, atua “[n]a reprodu o desta dominância de elite que explica também virtualmente todas as estruturas e estratégias de produ o das notícias e dos relatos noticiosos dos *media*” (2017, p. 95).

No que tange à representa o dos AS que compõem a notícia, foi possível observar a inclusão de três atores, todos de forma mitigada no texto, sendo eles: os turistas, a gestão pública local e a própria cidade de Florianópolis. Não é tratado diretamente desses AS como vozes ou fontes, mas sua presença é clara ao longo de todo o texto. A notícia tem o turista como chamada principal e para o qual é evidenciado grande aten o dos poderes público e empresarial. O

⁹² Informa o publicada pela *Delta Economics & Finance*, que mede o *ranking do  ndice de Desenvolvimento Humano – IDH (definido pela ONU)*, analisando aspectos de infraestrutura, segurança, serviços de educa o e saúde de uma região.

⁹³ Mercosul significa Mercado Comum do Sul, é um bloco econômico intergovernamental de países sul-americanos, instituído em março de 1991. Atualmente, é composto por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

encantamento do turista, que proporciona recursos importantes para a economia local, é evidenciado em ações destacadamente direcionadas a produtos e serviços voltados a eles (turistas), especialmente os estrangeiros (argentinos), que aportam na Ilha de Florianópolis no período de férias de verão.

A caracterização da cidade de Florianópolis como um atrativo comercial - produto - nos remete ao que Silva (2016) denominou de “cidade mercadoria”, pois essa é elaborada, preparada e ofertada ao consumo. A produção da notícia é construída de forma entusiasta e muito efusiva, a ponto de atrair perfis qualificados de turistas, tanto para o consumo de lazer e/ou investimentos, que eventualmente queiram investir no local com a aquisição de imóveis, por exemplo.

Quanto à gestão pública, autoridades que designam profissionais de limpeza urbana, de abastecimento de água, segurança pública, entre outros, apontam para indivíduos pertencentes a grupos que, categorizados, por sua pluralidade, são denominados por assimilação (van Leuween, 1997). A descrição de suas atividades demonstra harmonia no planejamento e execução de políticas públicas que resultam na qualidade visível da cidade.

Um outro AS, que também está incluso de forma mitigada, e materializados como algo negativo nesse ideal de cidade são os ‘*mendigos e desocupados*’, representados pejorativamente como entraves que desqualificam (em parte) o município. Embora esse não seja um tema abordado, alguns desses ‘*desocupados*’ são migrantes que chegaram à cidade para atuar em atividades econômicas, em serviços de baixa especialização, como construção civil. É possível relacionar, inclusive, que esses migrantes ‘*encantados*’ pelo potencial de crescimento profissional e econômico da cidade, foram atraídos pelo mesmo atributo da qualidade de vida desejado por todos que chegam a Florianópolis.

6.6 Análise 6 – Jornal *OE* 2000

ANEXO	JORNAL	DATA	TÍTULO
Peça 6	<i>OE</i>	23/03/2000	Jamais a natureza reuniu tanta beleza

A peça analisada apresentou grande destaque no jornal *OE*, ocupando metade da página, com a inclusão de uma foto da avenida mais importante de Florianópolis (a Beira-Mar Norte), local recorrente nas imagens que mostram a beleza e a riqueza da cidade. A moldura ao entorno da notícia evidencia sua importância, atraindo mais atenção do leitor para seu conteúdo.

A produção textual descreve as diferentes características apontadas como atributos e atrativos da Ilha de Santa Catarina, o que também foi observado na análise anterior. As belezas naturais variadas, sua história e cultura, além de sua qualidade de vida, essa foi uma das motivações para a escolha dessa peça: a repetibilidade de sua produção, com características semelhantes a um *release* institucional, apresentando um *pot-pourri* das principais características turísticas e mercadológicas de Florianópolis, sem um destaque ou um acontecimento específico. Há atributos já conhecidos e recorrentes nos variados materiais de comunicação da Cidade, seja de comunicação institucional pública ou empresarial. Ao mesmo tempo que essas qualidades são de conhecimento geral e público, há o destaque de que ‘*Floripa*’ não tenha só praias a oferecer a seus moradores e visitantes. ‘*Mas Floripa é muito mais do que praia, sol e mar.*’, desafiando, posteriormente, suas características como ampla diversidade natural, a beleza arquitetônica, das pessoas, qualidade de vida, entre outros.

Um aspecto interessante sobre a cidade está em suas denominações. Floripa é a supressão linguística dada à Capital de Santa Catarina, reconhecido como um apelido ‘carinhoso’ concedido a ela. O que viria a minimizar a resistência (ou rejeição) de alguns moradores locais ao nome do município, alterado em 1894 - de Desterro para Florianópolis. Esse fato se deu após o massacre de dezenas de mortos na cidade (cerca de duas centenas); pessoas que se opuseram aos revoltos federalistas, em fins do período monárquico. O novo nome Florianópolis seria uma homenagem dos vitoriosos republicanos ao então presidente do Brasil, à época da revolução federalista, Floriano Peixoto, o que significaria ‘cidade de Floriano’.

Outra denominação característica do local, que é destacada inclusive em materiais de comunicação institucional, é o epíteto “Ilha da Magia”. Isso se daria em razão do misticismo que é o resultado de um mister de suas matrizes culturais, como os povos originários (que não costuma ser uma referência usual nos materiais que divulgam a cidade) e os imigrantes açorianos, por meio de sua ‘*herança mística sobrenatural*’, lendas locais e seu folclore. Os autores Hobsbawn e Ranger (1997) defendiam que tradições podiam ser criadas a partir de recortes de elementos simbólicos. Esses recortes teriam variados propósitos, como ampliar e diversificar rituais que compunham um discurso específico, atualizar ou ainda a renovar práticas desprestigiadas pelas comunidades, ou mesmo a intenção de resgatar simbologias para atingir públicos mais jovens. As práticas desenvolvidas em Florianópolis poderiam atender aos diferentes objetivos apontados, no entanto, sempre mantendo alinhado o mesmo discurso hegemônico.

Na categoria de interdiscursividade, identificamos os discursos colonial e da cidade mercadoria alinhados ao discurso do jornalismo. O enquadramento que damos ao discurso da cidade mercadoria está diretamente relacionado à narrativa de uma cidade ideal, com muitos atributos positivos, a constante valorização de suas - muitas - qualidades, demonstrando o quanto Florianópolis é boa para seus cidadãos, turistas e futuros investidores. Esse é o discurso capitaneado pelo poder hegemônico – compreendendo basicamente os discursos econômico, político e dos *media* – tem em sua narrativa o crescimento e desenvolvimento econômico da cidade, grande gerador de riqueza e renda. Narrativa adotada, a longa data, pelo poder público e empresariado local, que atende diretamente à “lógica hegemônica de consumo do lugar” (2016, p. 145), descrita por Silva.

Silva (2016) ainda reforça que: “os meios de comunicação e informação estão articulados aos interesses dominantes e são instrumentos-chave na produção da subjetividade coletiva, a partir da criação de símbolos e signos” (Silva, 2016, p. 147). O entrecruzamento desses discursos proporciona a manutenção do poder hegemônico presente na cidade há décadas, atendendo aos setores empresariais do turismo, construção civil e imobiliário. Poder esse que se mantém por intermédio da manutenção política-empresarial e sua dominância sobre os *media*.

O discurso colonial é identificado na constante aproximação com sua “herança cultural açoriana”, isso é um diferencial que valoriza a cidade, melhora a qualidade de vida, pois mostra hábitos simples, convivência intensa com o meio ambiente, especialmente o mar, entre outros aspectos. O que Bhabha (1998) denominou de políticas de hierarquização racial e cultural.

No que se refere à representação dos AS no texto, identificamos atores incluídos, mas de forma mitigada, porém, muito representativa. Primeiramente, estão os açorianos que, segundo a notícia, proporcionaram a cultura preponderante no desenvolvimento da cidade, com suas ‘*práticas de caráter sociocultural*’, transmitidas entre gerações. A afirmação reitera o posicionamento identitário institucional da cidade, que é retratado como um povo de hábitos simples, religioso e que valoriza sua terra. Um aspecto interessante sobre esse AS é que o jornal tenha o denominado de ‘*povo florianopolitano*’ e não manezinho, como de hábito, incluindo assim toda a população da cidade como detentora dessas características, situação atípica em grande parte dos textos analisados.

De maneira pouco expressiva, com uma breve referência no texto e na história de desenvolvimento da cidade, estão os povos originários. ‘*Ela [Florianópolis] sempre conseguiu, desde seu descobrimento, conquistar a todos que aqui chegaram: primeiro foram os tupis-guaranis, e depois os açorianos.*’ A nação dos tupis-guaranis (povos originários da região) foi

meramente citada como os primeiros a chegarem à Ilha e encantarem-se com ela. Embora a significativa simplificação histórica do texto, é evidente a retórica pela formação identitária única (açoriana) e excludente da cidade, que atende aos interesses dominantes, fortemente apoiados pelos *media* nessa “invenção de tradições” (Hobsbawn e Ranger, 1997). O discurso mediático se mostra, mais uma vez, como protagonista na reprodução do sistema hegemônico vigente, demonstrando modelos e padrões de perfil e consumo, objetivando a manutenção desse sistema. O que reitera a afirmação de Raimond Williams quando diz que “quem controla o sentido de cultura arbitra sobre os valores” (Cevasco, 2015).

6.7 Análise 7 – Jornal DC 2005

ANEXO	JORNAL	DATA	TÍTULO
Peça 7	DC	23/03/2005	Com 279 anos e ainda sedutora

A reportagem de página dupla, publicada no dia de aniversário de Florianópolis, apresenta quase uma dezena de fotos dos diferentes atores (AS) residentes na cidade que aceitaram o convite do DC para declararem ‘*seu amor pela cidade*’. Iniciamos destacando o título, que assim como sua linha de apoio nessa construção da ‘*cidade sedutora*’, ‘*que consegue ser o que cada morador espera*’, quer demonstrar a diversidade dos personagens que se declaram a ela (Florianópolis).

O texto é composto pela narrativa de participantes (AS) - todos acompanhados de fotos - de origens e perfis variados, em que o texto busca representar a diversidade proposta pela pauta. ‘*Florianópolis faz aniversário hoje como a Capital que consegue ser o que cada morador espera*’ e ‘*São relatos de gente que cresceu junto com a Capital, de pessoas de outros estados brasileiros e até do exterior, que vieram e se apaixonaram pelo lugar.*’ Além dessas, ainda há ‘*A Capital de Santa Catarina, que hoje completa 279 anos de emancipação política, está cada vez mais sedutora*’, um jogo de linguagem que busca elogiar a cidade atribuindo-lhe características humanas (femininas). E essa foi a razão de sua escolha como texto para análise, a diversidade de pessoas que participam, que fazem a cidade e que, mesmo estando há longo tempo residindo nela, ainda não são contemplados pela “construção identitária predominante”.

Para além da estruturação da reportagem, observamos boxes de textos complementares, relacionados à pauta principal, com informações sobre números na/da cidade, a programação comemorativa e um informe público de atividades comerciais e serviços, assim como um breve (nota) de informação complementar sobre ação de infraestrutura pública. O início do texto faz

um brevíssimo resgate histórico da cidade e de seu nome, seguido da descrição de perfis dos participantes que integram seu conteúdo de homenagens.

No que se refere à representação dos AS, a reportagem é diversa nessa categorização. Isso porque ela foi desenvolvida a partir do depoimento de 9 indivíduos, selecionados para mostrar diversidade e representatividade, organizados da seguinte forma: 2 políticos relevantes (governador e prefeito), 4 moradores naturais da cidade e 3 moradores imigrantes de outros países e estado. Todos eles incluídos e ativos no texto, onde foram devidamente identificados e nomeados (personalização desses atores). No entanto, podemos percebê-los como representativos dos demais atores (van Leeuwen, 1997) que conhecem ou adotam a cidade de Florianópolis como local de residência.

De acordo com van Leeuwen (1997, p. 180), “as representações incluem ou excluem actores sociais para servir os seus interesses e propósitos em relação aos leitores a que se dirigem.” No desenvolvimento de suas análises, o autor reconhece que algumas dessas ações – inclusão e exclusão dos atores sociais no discurso – podem ser até “inocentes”, no entanto, demonstram indícios de práticas estrategicamente desenvolvidas nos processos discursivos. Seu olhar para os *media* considera a forma dessas representações.

Necessário destacar que os AS que são reiteradamente apontados nas produções textuais jornalísticas (inclusive em nossas análises) são os turistas. Esses atores são identificados como passivos nesta produção, mas incluídos em diferentes momentos do texto, como o trecho: ‘*Que digam os turistas – que todos os anos aportam por aqui aos milhares, atraídos, sobretudo, pelas belezas naturais – e os moradores, que não se cansam de admirar a paisagem de lugares já conhecidos.*’ O que nos remete, novamente, à afirmação de Pesavento, ao afirmar que “a cidade é objeto de produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e do social que os representam” (Pesavento, 2007, p. 14).

Quando retomamos os AS ativos no texto, iniciamos pelos dois políticos selecionados para compor a reportagem: o prefeito de Florianópolis (Dário Berger) e o governador de Santa Catarina (Luiz Henrique da Silveira). Ambos não são oriundos da cidade, mas residiam nela, para além da responsabilidade política que possuem – e destacam decisões políticas nessa direção – demonstram relação afetiva com o município. Momento em que fazem *jus* ao discurso político, demonstrando suas autoridades como representantes maiores da população local e estadual.

Os demais atores presentes estão organizados (divididos) entre os que são nascidos na cidade (nativos) e os migrantes (estrangeiros). Entre os “nativos” estão o casal Devaldo e Francisca Vieira, ele pescador aposentado e ela rendeira, Agenor Peres, pescador no exercício

da profissão, e Osmar Nunes, do tradicional bairro da Lagoa da Conceição. Todos com idade superior a 65 anos, que reiteram o orgulho de serem de Florianópolis, apontando lembranças da cidade que viram crescer, uma atmosfera um tanto nostálgica e saudosa pela *‘velha cidade’*.

A representação desses AS vai ao encontro do perfil do nativo ilhéu, o manezinho, de mais idade, histórico de pescadores, hábitos simples etc., reforçando um discurso cultural institucional, que é reiteradamente trabalhado nos e pelos *media* e nas comunicações públicas e empresariais sobre Florianópolis. A definição de perfis identitários que determinam quem pertence a um grupo social e não outro se dá nas muitas narrativas desenvolvidas pelos *media*, ao noticiarem acontecimentos, descrever sujeitos, incluir ou apagar vozes, reiterar estereótipos e gerar consensos. O discurso jornalístico atenta para como os atores sociais são representados, o que nos permite refletir sobre os propósitos e as relações de poder ocultas.

Quanto aos “estrangeiros” que adotaram a cidade como morada, há perfis com interesses diversos, assim como suas origens, demonstrando uma Florianópolis mais plural e sem a relação exclusiva com a herança cultural açoriana - um atrativo ao turista potencial. Esses AS são o jovem Nader Nabur, estudante vindo do Líbano, o músico Ivan Wolkoff vindo de São Paulo (capital) e José Antônio Raposo, comerciante português, que há 40 anos vive em um bairro tradicional da região continental da Cidade. Como já sinalizado, os perfis são distintos, mas convergem nos elogios às oportunidades e às belezas naturais da capital catarinense.

A inclusão dos imigrantes na pauta comemorativa de aniversário evidencia uma mudança importante dos *media*, com a participação dos “não-ilhéus” nas homenagens à cidade que residem e ajudaram a construir. Uma alteração no discurso jornalístico, que pode significar um outro cenário para o jornal impresso em Florianópolis e região. Talvez porque o *DC* integrasse um grupo de comunicação “estrangeiro” na região que tomava proporção cada vez maior entre os *media* (especialmente a partir da progressiva queda de seu maior concorrente, o *OE*).

Em síntese, a narrativa uníssona dos AS que participaram da reportagem se deu em torno de suas belezas naturais, da hospitalidade local, das tradições, bem como a qualidade de vida da cidade. Na distribuição gráfica da produção da reportagem, ao lado de cada imagem do/a entrevistado/a estão, em suas linhas de destaque, mensagens centrais dos AS, como: *‘Ilha da felicidade’*, *‘Privilegiado por morar na Capital’*, *‘Preservação da beleza’*, entre outras.

No que se refere à interdiscursividade, foi possível identificar a presença dos discursos político, jornalístico e até o que denominamos de discurso da cidade mercadoria. O discurso político é percebido na narrativa institucional dos políticos que abordam sobre investimentos e o desenvolvimento sustentável do município, assim como parcerias institucionais entre os

poderes públicos para atingir esse propósito. O discurso político, que sabidamente age por sua autoridade reconhecida (Foucault, 2013), tem sua voz amplificada pelo discurso jornalístico, que sempre o tem como fonte presente em suas produções noticiosas impressas ou eletrônicas. Van Dijk (2017, p. 81) é enfático em sua afirmação quando diz: “o controle dos discursos da comunicação de massa, bem como dos seus tópicos, significados, estilo e retórica; o controle do, exercido pelos próprios jornalistas ou, indiretamente, por aqueles que estes aceitam como fontes credíveis”.

Como uma contiguidade ao discurso político foi possível observar um discurso que aponta para características que levam a um perspectiva mercadológica de uma cidade ideal. Pesavento (2007, p. 15) trata sobre isso ao se referir sobre “as representações que se constroem *na e sobre* a cidade, ou seja, com o imaginário criado sobre ela. (...) os estudos de uma história cultural urbana se aplicam no resgate dos discursos, imagens e práticas sociais de representação da cidade”.

Percebemos uma aproximação importante ao que Benedict Anderson define como ‘comunidades imaginadas’, uma construção a partir de recortes reestruturados e redefinidos, a fim de atender objetivos específicos, como é o caso do nacionalismo. Esse discurso de cidade ideal se apresenta como o misto de idealização do local, com uma narrativa positiva e propositiva para atender aos moradores/cidadãos da cidade e uma narrativa fantasiosa, atraente e atrativa para quem observa de fora, como o/a turista. Uma ‘mercadoria’ muito cativante, que estimula o desenvolvimento econômico e financeiro de poderes (político e empresarial) já estabelecidos localmente.

Essa produção traz elementos que materializariam essa narrativa discursiva mercadológica com importante apoio do discurso jornalístico. A reportagem inicia com um “encantamento” e a paixão dos turistas para com a capital de Santa Catarina. As manifestações dos AS que compõem a reportagem leva a locais tradicionalmente reconhecidos em Florianópolis, como o Mercado Público, a Praça XV, a Ponte Hercílio Luz, as belas praias e demais belezas naturais. Da mesma forma, referem-se a elementos e hábitos culturais como a pesca, a alimentação, a relação com o mar, as oportunidades de estudo e trabalho etc.

Os *media* têm importante responsabilidade na construção dessa narrativa. Florianópolis, embora tenha de fato belos atributos naturais, vem sofrendo significativas alterações ambientais em decorrência de projetos de interesses econômicos dominantes, que a transformam em uma cidade mercadoria. O que, segundo Sanhéz, são

idades que passam a ser ‘vendidas’ dentro das políticas do Estado, que, no atual estágio do regime de acumulação capitalista, procura cumprir com uma agenda estratégica de transformações exigidas para a inserção econômica das cidades nos fluxos globais. (Sánchez, 2010, p. 50)

Sobre isso, a visão defendida por Silva (2016) sobre a cidade mercadoria mantém a lógica do consenso de lugar por meio dos *media*, tendo o jornal um grande instrumento, que se reafirma em nossas análises.

6.8 Análise 8 – Jornal DC 2010

ANEXO	JORNAL	DATA	TÍTULO
Peça 8	DC	23/03/2010	Mãos hábeis e concentração

A peça analisada ocupa $\frac{1}{2}$ página, aproximadamente, e compõe um conjunto de textos que foram uma reportagem sobre a renda de bilro em Florianópolis. O texto apresenta fotografias das personagens (AS) que compõem o texto em lugares onde realizam suas atividades. A complementação dos textos é facilmente identificada, pois enquanto uma peça trata da descrição do processo de tramar a renda, outro texto faz um breve relato da origem da renda na Europa, outros textos informam da versatilidade do emprego da renda de bilro e seu reconhecimento artístico e econômico. Nessa grande trama sobre o tema (a renda de bilro), a produção textual desta análise apresenta narrativas de rendeiras sobre o zelo e habilidade com o ofício, assim como o cuidado com a tradição, descrevendo seu cotidiano como rendeiras da cidade e uma breve exposição de suas trajetórias como artesãs.

A representação dos AS corresponde as três mulheres com idades variadas (49, 61 e 75 anos), que, segundo classificação de van Leeuwen (1997), estão inclusas e ativas no texto, evidenciando os diferentes lugares que essas desenvolvem suas rendas de bilro. Essas mulheres estão devidamente descritas e nomeadas, tendo suas vozes se mostram representativas das demais rendeiras da cidade, pois repetem e repercutem o coletivo dessas artesãs.

Observando mais atentamente cada uma delas, identificamos que a rendeira, Norma Barcelos, com 75 anos, é AS que já participou de outras produções sobre a renda de bilro, quando esse se tornou pauta entre os *media*. Norma (ainda) demonstra preocupação com a continuidade de sua arte e a necessidade do apoio do poder público para isso. No entanto, sua participação atual, mesmo demonstrando ‘preocupação com o futuro da tradição’, é evidenciada pelo bom humor e disposição, mesmo com idade avançada. Sua participação um tanto “conformada” pode, aos olhos de um leitor mais desatento, demonstrar uma memória

saudosa dos melhores tempos e não a ausência de políticas públicas ao longo de décadas de ofício.

Aparentemente, a artesã mais desalentada pela pouca atenção que essa cultura tem do poder público é Dulce dos Santos, que trama suas rendas em um cômodo de sua (confortável) casa. Contudo, seu lamento é de que ainda não tenha conseguido transmitir essa tradicional arte à nenhuma integrante da família, devido ao desinteresse das jovens com a atividade de rendeira. Dulce, também moradora do tradicional bairro da Lagoa da Conceição, esclarece que não faz do bilro sua fonte de renda, mas sim como lazer em que, eventualmente, produz para atender alguma encomenda.

A última AS ativa na peça é Rosa Maria de Andrade, 49 anos, artesã mais jovem do grupo. O diálogo com ela acontece na Casa da Alfandega, novo espaço, disponibilizado pelo poder público, localizado na região central da cidade, voltado para o comércio de produtos artesanais destinado aos turistas que visitam Florianópolis. *‘... passa os dias a bordar suas peças na Casa da Alfândega, um espaço para atender os turistas no centro de Florianópolis.’* A rendeira selecionada para se fazer presente no espaço estaria realizando o seu ofício aos olhos dos visitantes; uma rendeira mais jovem, representando uma arte tradicional local, demonstrando o progresso das políticas públicas em favor da cultura local, supostamente atendendo à demanda das rendeiras locais.

O poder público de Florianópolis, responsável pela Casa da Alfandega, viabiliza e publiciza a presença de rendeiras em um local situado no centro histórico do município, evidenciando e visibilizando políticas em prol da cultura popular. A escolha em visibilizar, bem como a forma de visibilizar os AS da produção, é determinante no discurso jornalístico, a fim de “auxiliar” a compreensão que se deseja despertar com o conteúdo apresentado. O enquadramento desenvolvido por van Leeuwen (1997, p. 191), ao analisar esses AS, considera “como uma operação sobre esta realidade, o que cria uma espécie de realidade de segunda ordem, uma ‘concepção de realidade’”.

Enquanto as três rendeiras se evidenciam na análise, é possível observar, de forma mitigada, a inclusão dos turistas, do poder público e dos próprios familiares das rendeiras (mais especificamente, as mulheres). Todos, mesmo não tendo uma evidência, um destaque no texto, têm grande relevância para o tema cultura local, e essa foi a razão que mobilizou a escolha dessa peça, já que a renda de bilro é representação reiterada nas manifestações sobre a cultura popular de Florianópolis. A presença dos turistas nas memórias das rendeiras, assim como na Casa da Alfandega, tem sido argumento recorrente das artesãs junto ao poder público, a fim de serem ouvidas e atendidas em suas demandas. Os agentes do poder público têm importante

presença para que políticas de incentivo e visibilidade dessa prática tradicional se estabeleçam como relevante fonte econômica na cidade. Esses AS também impactam na continuidade dessa cultura, pois a perspectiva desse ofício volta a se tornar uma fonte importante de recursos e possibilita a revisão das escolhas de jovens em seguir essa tradição.

A interdiscursividade presente nessa peça é composta pelos discursos identitário-cultural e político-econômico, ambos alinhados ao discurso jornalístico. O discurso jornalístico tem como propósito nessa produção a construção de uma narrativa que dê visibilidade à política pública de incentivo à cultura e à arte de Florianópolis, diferente do que fora visto anteriormente. Van Dijk (2017, p. 76), ao discutir sobre o poder dos *media* e do jornalismo na construção da notícia, destaca que: “embora as pessoas comuns possam usar a imprensa, não têm regra geral influência directa no conteúdo das notícias, nem são usualmente os actores centrais nos relatos noticiosos.”, salvo quando a narrativa atenda ao propósito discursivo. A definição dos perfis identitários que determinam quem pertence a um grupo social e não a outro se dá nas muitas narrativas desenvolvidas pelos *media* ao noticiarem acontecimentos, descrever sujeitos, incluir ou apagar vozes, reiterar estereótipos e gerar consensos.

Na perspectiva identitária-cultural observamos (e já relatamos) algumas referências, mas agora evidenciamos o aspecto simbólico do território⁹⁴, que, segundo Pesavento (2008), tem estreita relação com a construção identitária e cultural de um povo. Uma característica em comum visível na reportagem é que as três rendeiras entrevistadas são de comunidades muito tradicionais de Florianópolis – Lagoa da Conceição e Santo Antônio de Lisboa –, que, também, relataram seus aprendizados de bilro ocorrido por ensinamento geracional (de avó para a mãe e desta para a filha). Retomamos, com isso, à fala de Hall (2006), quando esse trata sobre o processo de representação e sua relação com a cultura, ao afirmar que a “representação é parte essencial do processo pelo qual o sentido é produzido e trocado entre membros de uma cultura”. Dito isso, acreditamos que a construção da narrativa produzida no texto busca contemplar os elementos necessários para atender ao propósito do discurso (jornalístico e político).

Um aspecto interessante identificado foram as expressões que perpassam todo o texto, que reiteram aspectos emocionais da narrativa no discurso identitário, como as ‘*mãozinhas ágeis*’ e ‘*enrugadinhas*’, referências ‘*aprendi com minha avó*’, ‘*tradição*’ e ‘*registrando a história*’. Além dessas manifestações relacionadas a esse tipo de discurso, há as referências aos

⁹⁴ De acordo com Pesavento (2008), territórios são “espaços dotados de significado ... de integrar uma comunidade simbólica de sentidos.” A autora diz ainda que eles são “espaços existentes em um outro tempo e que só têm sentido em nosso espírito porque são narrados pelos mais antigos, que os percorreram no passado” (Pesavento, 2008, p. 3).

locais tradicionais de realização dessa prática na cidade, a forma de transmissão desse aprendizado, assim como as ‘dores’ de um possível esquecimento e morte de um aprendizado cultural e identitário tão relevante para a cultura de um povo (Martín-Barbero, 2004).

A narrativa apresentada na peça demonstra a manutenção dessa tradição e sua continuidade, em especial quando lemos o depoimento da rendeira mais jovem, ao afirmar de que se trata da ‘*quinta geração de rendeiras de sua família*’. A presença da rendeira na Casa da Alfândega, localizada em prédio histórico central da cidade, reforça o significado dessa prática cultural em ambiente simbolicamente reconhecido nas memórias da antiga Desterro (hoje Florianópolis). O alinhamento dos discursos político-econômico e o do jornalismo se evidencia, mais uma vez, pelo direcionamento da pauta com as escolhas das fontes, da abordagem, quando publicar, e, especialmente a forma de toda essa construção de narrativa (van Dijk, 2017). No entanto, desperta-nos a reflexão de que essas mulheres rendeiras estariam sendo usadas como referências para propagandar um discurso identitário-cultural e não propriamente sendo apoiadas pelos *media* ou pelo poder público.

6.9 Análise 9 – Jornal DC 2015

ANEXO	JORNAL	DATA	TÍTULO
Peça 9	DC	23/03/2015	Conheça o que Florianópolis tem de melhor

A reportagem, que ocupa duas páginas inteiras, é publicada em 23 de março, dia do aniversário de Florianópolis. A produção apresenta grande número de imagens (quase duas dezenas) com fotografias de lugares e atrações da cidade, assim como de comunicadores que trabalham no Grupo RBS⁹⁵, os quais fizeram as indicações desses locais. A reportagem, em homenagem ao aniversário da cidade, tem como propósito compartilhar recomendações de lugares e atrações da cidade para quem ainda não os conhece. O título da reportagem já sinaliza essa intenção ‘*Conheça o que Florianópolis tem de melhor*’ e o *lead* que o acompanha informa quem seriam os especialistas escolhidos para essas indicações. ‘*Comunicadores do Grupo RBS indicam recantos memoráveis e atrações imperdíveis para quem quer conhecer ainda mais a cidade que completa hoje mais um ano.*’

A introdução dessas indicações informa o lançamento de uma plataforma *on-line*⁹⁶ produzida pelo grupo de comunicação, em que estariam disponíveis muitas outras

⁹⁵ O Grupo RBS era o conglomerado de comunicação no qual o DC fazia parte até 2017.

⁹⁶ Tanto a plataforma *on-line* quanto a rede social indicada (no Facebook), informados na peça, já não estão mais disponíveis para o acesso.

recomendações. Ao mesmo tempo convida os leitores do jornal a contribuírem com suas sugestões, por meio das redes sociais do Grupo RBS, para comporem esse grande guia. *‘Mas a melhor lista está esperando para ser compartilhada: a sua.’*

Quanto à representação dos AS, podemos identificar a inclusão de dois tipos de atores: os comunicadores do Grupo RBS e os leitores do *DC*. Sobre os comunicadores, identificamos esses incluídos no discurso de forma ativa e plena ao longo de todo o texto. Entre os 10 profissionais indicados, todos estavam devidamente identificados pelo nome e o veículo de comunicação que atuavam pelo Grupo RBS. A própria exposição dos diferentes *media* evidenciaria o porte da organização e o quanto ela estava presente na cidade (e em SC) de muitas formas, seja por meio da TV, dos jornais (*DC* e *Hora*) e das rádios (*AM* e *FM*).

O Grupo RBS demonstra que conhece e valoriza a capital dos catarinenses, a ponto de apresentá-la mesmo aos que nela nasceram. *‘Os recantos são descobertos e redescobertos a todo instante por turistas, novos moradores e até pelos nativos.’*

Suas indicações foram organizadas em 5 categorias, a citar: para a família; comer e beber; noite; cultura e turistando. Cada uma das categorias com duas indicações, uma indicação feita por cada ator presente na peça, ator esse de relevância e reconhecimento em suas áreas de atuação e *media*.

Van Dijk nos auxilia nessa compreensão ao defender que

Um dos modos de influenciar a estrutura de um modelo é manipular uma informação importante, colocando-a mais ou menos de forma proeminente no relato noticioso, nos títulos, *leads* e em fotografias. Inversamente, se os jornalistas ou suas fontes de elite quiserem menos ou nenhuma atenção para certos aspectos do acontecimento noticiado, tomarão as devidas precauções para que essa informação fique menos saliente ou ausente do relato noticioso. (van Dijk, 2017, p. 79)

Chamou-nos atenção que os locais indicados foram, em grande parte, locais e atividades de consumo, produzidos e comercializados por empresas privadas, não propriamente algo da cidade. Suas recomendações foram de locais e atrações pagas, com escolhas nem sempre populares, sugestões para um público mais direcionado financeiramente, característico de um discurso mercadológico.

Faro contribui para a reflexão da recomendação e cobertura de eventos e atividades culturais reproduzidos pelos jornais. Segundo o autor, essa cobertura se dá “por uma atividade marcadamente dominada por interesses empresariais, que se impõem aos veículos por seu valor de mercado” (Faro, 2006, p. 144). Faro complementa essa afirmação tratando da cobertura jornalística realizada pelos *media*, dizendo que essa “poderia ser resumida a um desempenho

hegemonicamente dominado pelas pressões das assessorias de imprensa, pelas relações de poder estabelecidas pelas empresas jornalísticas e pelo oportunismo publicitário” (Faro, 2006, p. 144).

Quanto à representação do outro AS, que também está incluso, mas nem tão ativo em boa parte do texto são os leitores. Sua presença se dá especificamente em dois momentos:

‘o Grupo RBS decide redescobri-los [os recantos] com um time de peso: jornalistas e leitores.’ E ainda, *‘Mas a melhor lista está esperando para ser compartilhada: a sua. Revele o que encanta você em Florianópolis no facebook.com.br/GrupoRBS e seja também o curador dos melhores momentos dos 289 anos da Capital.’*

Simões, ao interpretar sobre a inclusão ou exclusão de AS no discurso jornalístico, afirma que

para além de refletirem procedimentos organizacionais, reproduzem específicos saberes e valorações culturalmente partilhadas. Daí a utilidade de identificar os elementos informativos que contêm e que omitem e revelar o contexto de interpretação que providenciam. (Simões, 2014, p. 45)

Esta participação busca demonstrar uma aproximação com o público leitor do jornal, que inclui a comunidade local. As ferramentas de interação e contato são digitais, buscando um público também mais jovem, além de pessoas que, eventualmente, não sejam moradores de Florianópolis. A referência aos turistas amplia a abrangência de interações que o jornal pode receber, já que utiliza de seu diferentes *media* como recurso para essa amplitude de alcance de público.

No que se refere à interdiscursividade, é interessante observar relevante atuação e predominância do discurso jornalístico aliado ao discurso mercadológico. O discurso jornalístico se evidencia pela predominância dos AS que compõem o texto, os quais são exclusivamente dos *media* de comunicação. A escolha desses profissionais, sua relevância e representatividade das áreas e canais que atuam no Grupo de comunicação, assim como a categorização delimitada pelo próprio jornal ao indicar os melhores lugares e atrações *‘aos turistas, novos moradores e até pelos nativos’*, demonstram um planejamento para essa “recomendação” de “especialistas”. Uma autoridade, um discurso reconhecido e respeitado com fonte de informação (Foucault, 2013).

O discurso mercadológico tem se mostrado em diferentes materiais, já que Florianópolis tem se evidenciado de forma crescente como cidade de muitas belezas naturais e de maior qualidade de vida entre as capitais brasileiras. Um trecho do texto introduz dizendo *‘Com a*

leveza da juventude e os encantos da maturidade, a Capital ainda revela segredos ao completar 289 anos hoje.’ Silva reflete sobre essa idealização de perfeição da cidade para fins comerciais, em que afirma que

Promove-se o consumo da cidade a partir de representações manipuladas que obedecem a determinadas visões, tendo a mídia como meio de comunicação/informação na difusão e afirmação desse consumo exacerbado e a cultura como parte decisiva no mundo dos negócios. (Silva, 2016, p. 4)

Ao longo desta investigação foi possível identificar a força econômica do mercado imobiliário e do turismo para o município. A relevância do turismo para mudanças comportamentais e de consumo proporcionou o desenvolvimento e a exploração das dezenas de praias locais, tornando Florianópolis importante polo de exploração desse segmento no Sul do Brasil.

6.10 Análise 10 – Jornal DC 2020

ANEXO	JORNAL	DATA	TÍTULO
Peça 10	DC	21-27/03/2020	Como e quando mudou a relação dos catarinenses com as praias

A reportagem de página inteira apresenta uma grande foto que ilustra o assunto tratado no texto, o banho de mar. A narrativa é conduzida a partir de informações extraídas do livro, *O banho de mar na Ilha de Santa Catarina*, de Sérgio Luiz Ferreira, reconhecido pesquisador nos estudos de Florianópolis e sua herança cultural açoriana. Nesta edição do jornal, em razão de seu novo perfil editorial⁹⁷, os textos que compõem a reportagem exploram algumas curiosidades sobre o tema, sendo que o conteúdo escolhido é central para a compreensão da relação dos moradores de Florianópolis com o mar.

O texto é iniciado com informações que, habitualmente, remetem e representam Florianópolis: suas belas e variadas praias, assim como sua diversidade ambiental que atende e encanta os diferentes gostos e públicos (turistas e moradores). Além dessas informações, o texto faz referência ao título da Ilha de Santa Catarina, como a “*Capital Turística do Mercosul*”, auto titulação determinada pelo poder público local (Fantin, 2000) para diferenciá-la das demais

⁹⁷ O jornal Diário Catarinense sofreu importantes alterações em sua distribuição em fins de 2019, quando deixa de ter veiculação diária impressa para semanal, assumindo um formato semelhante a uma revista. Por essa razão, as edições de 2020 correspondem a esse formato semanal, proporcionando que suas pautas possam ser exploradas no formato de reportagem.

capitais brasileiras, como já referenciado anteriormente. *‘Não é à toa, claro: considerada “a capital turística do Mercosul”, Florianópolis atrai visitantes, principalmente, por causa das 42 praias de todos os tamanhos, estilos e temperaturas da água.’*

O texto atual provoca a atenção do leitor para o fato de que, mesmo com todos esses atributos naturais, nem sempre essas praias eram usados para o lazer, como ocorre atualmente. A partir desse momento, o pesquisador (Sérgio Ferreira) começa a trazer algumas curiosidades sobre o comportamento dos ilhéus até o início do século XX (em torno de 1920-1930), com relação às praias da Capital. Nesta reportagem é descrito o uso do mar em funções muito específicas: trabalho, transporte e, também, como depósito de dejetos.

É necessário realizar um paralelo, apontado no livro do pesquisador, de que o mar não era visto como espaço de lazer pelos migrantes açorianos, em razão de que sua terra natal era composta por ilhas de características oceânicas que não favoreciam ao banho de mar, já que eram pouquíssimas as praias na região (Ferreira, 1998). Prática diferente dos povos originários que cá habitavam e que tinham o hábito de banho em suas rotinas diárias. Nesse momento, Hall (2006) nos possibilita reflexões quando nos orienta a identificar e reconhecer a cultura, compreendendo vivências passadas e em curso, demonstrando que a cultura não tem uma origem homogênea, isso em qualquer lugar, inclusive, Florianópolis.

Entre os AS representados na reportagem, destacamos a inclusão ativa do pesquisador Sérgio Luiz Ferreira. Sua autoridade no assunto – história açoriana em Florianópolis – e sua legitimação reconhecida pelos *media* – o credencia como fonte especializada. Sua voz como fonte (sujeito ou especialista) é recorrente em atividades, eventos e afins sobre a temática açoriana na Cidade e região. O que demonstra que a credibilidade da fonte é elemento determinante no discurso jornalístico, pois é ela “que determina o ‘direito à palavra’ dos seres que comunicam, e as condições de validade da palavra emitida” (Charaudeau, 2009, p. 49).

Outro AS incluído no texto é a população de Florianópolis que, novamente, tem sua representação incluída no texto com vieses distintos e de forma genericizada: a população com poder aquisitivo – que teria sido essencial para a transformação no uso do mar como espaço de lazer – e a população em geral, que usava desse ambiente apenas para atividades funcionais, como trabalho, transporte e transbordo de dejetos. *‘Eram tão poucas pessoas que faziam isso [usar o mar como lazer] que os jornais noticiavam quem estava veraneando. É interessante que quem usava o mar como lazer era justamente quem não usava como trabalho: os pescadores nem sabiam nadar.’*

Embora em ambos os casos não tenha havido uma presença personalizada desses atores, percebemos uma representação mais ativa da população rica, em contraponto aos demais moradores da cidade. Van Leuween (1997, p. 180) reconhecia essa prática ao afirmar que “as representações incluem e excluem actores sociais para servir os seus interesses e propósitos em relação aos leitores a que se dirigem.” O resultado da investigação de Ferreira é explorado pelos *media*, evidenciando esse ‘diferencial social benéfico’ para toda a sociedade local, que proporcionou para a cidade de Florianópolis o desenvolvimento econômico, turístico e de qualidade de vida, que atualmente é tão reconhecido. Por fim, percebemos a exclusão dos serviços que realizavam os serviços mais degradantes, que seriam aqueles que transportavam os dejetos de seus Senhores⁹⁸, característico da era colonial vivida na cidade.

Quanto à interdiscursividade, reconhecemos manifestações que demonstram narrativas correspondentes aos discursos: acadêmico, da cidade mercadoria, colonial e jornalístico. E, foi essa junção de discursos que motivou a escolha dessa peça, pois reitera o paralelo entre tempos e a manutenção de poderes hegemônicos na Capital de Santa Catarina. Os discursos acadêmico e cultural são demonstrados nos registros históricos, nas memórias descritas, e na análise desses dados feita pelo pesquisador, ator social recorrente em pautas relacionadas ao tema açorianidade nos diferentes *media* local. Novamente o meio acadêmico, especializado, reconhecido e validado pelos *media* é referencial de credibilidade.

O discurso da cidade mercadoria se evidencia na vocação turística decorrente dessa mudança comportamental, assim como dos hábitos dos moradores – ‘comuns’ *versus* abastados – que foram evidentes na descrição e análise do pesquisador. Quando tratou das ‘*praias pioneiras na Ilha*’ frequentadas para o lazer dos banhistas, Sérgio Ferreira se referia praias urbanas que circundavam o centro da cidade. Local onde residiam as autoridades públicas e econômicas do município, reforçando o uso das praias como mais uma demarcação (e demonstração) de poder e *status*. O registro dessa demarcação territorial estão em recortes do texto, como ‘*Nos anos 1960, dizia-se que a região era a ‘Copacabana Catarinense’*’. E foram, segundo o pesquisador, essas personalidades que incentivaram a prática de lazer na beira-mar como atrativo ao turismo.

Posterior a esses argumentos que valorizavam o lugar e as pessoas que o frequentavam, outros argumentos e referências se seguiram como a maior aproximação da Capital a sua origem açoriana, como eventos acadêmicos, encontros da diáspora, festas populares, levando a Ilha de

⁹⁸ O que mantém uma conduta servil, mesmo após o encerramento do período de escravidão no Brasil (ocorrido até 1888).

Florianópolis a uma nova designação de “10ª Ilha dos Açores”. Tudo isso objetivando diferenciá-la ainda mais entre as múltiplas escolhas turísticas da costa brasileira de quase 8 mil quilômetros⁹⁹.

A narrativa produzida para o consumo, que transforma Florianópolis numa cidade mercadoria, “diz respeito não só as suas amenidades (paisagens naturais), mas também à cultura açoriana, que entra nos circuitos de consumo, com a apropriação de muitos elementos culturais pelo mercado turístico e por vezes a invenção para o consumo” (Silva, 2016, p. 2).

Sobre o reconhecimento do discurso colonial, observamos aspectos referentes aos hábitos europeus sendo adotados num país subtropical, numa ex-colônia portuguesa. O especialista faz o paralelo com o início da prática de banhar-se no mar decorrente de hábitos europeus para fins medicinais. ‘... na Europa, o banho de mar começou a se tornar hábito em meados do século 18, principalmente como tratamento medicinal.’ Na cronologia do pesquisador, posteriormente (em fins do séc. XIX), esse hábito se transforma em lazer, primeiramente na capital brasileira a época, o Rio de Janeiro.

A relação do Brasil (país colonizado) com a Europa tem múltiplas possibilidades de abordagem e esse material apresenta essa associação ao pioneirismo no hábito do banho de mar, e, também, ao *status* de privilégio que poucos poderiam fazer uso, como o lazer de veranear e banhar-se nas praias. Uma relação direta ao desenvolvimento das famílias locais (suas diferenças sociais e econômicas) com os países europeus (mais evoluídos).

A colonialidade do poder mantém as estruturas e as formas de dominação do poder hegemônico, herança colonial mantida mesmo em países ditos independentes. Chama a atenção, porém, que a época não tenha havido qualquer relação desse hábito com os costumes dos povos originários presentes na região (possivelmente por se tratar de indivíduos incultos e mais ‘selvagens’). Como se referiu Ballestrin, ao trato de reconhecer a influência dessa “...permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva” (2013, p. 89).

Por fim, ao refletirmos sobre o discurso do jornalismo destacamos de alguns trechos interessantes. Em uma caixa de apoio à reportagem há uma citação do professor (AS) que diz: ‘*Eram tão poucas pessoas que faziam isso - banho de mar como lazer - que os jornais noticiavam quem estava veraneando.*’ Em uma linha de apoio do título vemos o termo ‘*transgressão*’, fazendo referência ao filho de um importante político local (em férias de seus estudos feitos na capital do Brasil) que, a despeito dos costumes locais, praticava seu banho de

⁹⁹ Informação disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Litoral_do_Brasil.

mar em Florianópolis. Outra informação que destaca as diferenças sociais, dando destaque aos modismos trazidos à cidade por filhos de autoridades, um pequeno grupo de privilegiados.

Sobre isso, também, destacamos a informação do pesquisador para com o poder da imprensa em mudanças sociais e culturais locais importantes. Inicialmente, o pesquisador informa que suas fontes de pesquisa para o desenvolvimento de sua tese se basearam em textos extraídos de jornais que circulavam à época de sua investigação. Uma demonstração clara da prática do poder hegemônico alinhado ao jornalístico na manutenção de sua condição, produzindo notícias e ‘estórias’ com narrativas e temáticas variadas, sempre alinhadas a esse intento (Tuchman, 1993). Quando o texto remete à grande atuação dos jornais da época, Ferreira destaca a mudança de hábitos locais em questões como higiene, estimulando a prática do banho diário. O que nos leva, novamente, à reflexão de Mariani (1998), que considera o discurso jornalístico como uma autoridade que agiria de forma didática na interação com seu público, reforçando sua influência e dominância discursiva.

Objetivando a continuidade e o desfecho dessa reflexão, nosso próximo capítulo trará a perspectiva dos profissionais que atuaram nos dois periódicos – os jornalistas –, possibilitando, com isso, uma compreensão mais clara e conclusiva sobre algumas hipóteses.

No capítulo 6, utilizamos a metodologia da ACD, realizada a partir de um recorte do *corpus* quantitativo (AC), em que foram selecionadas 10 unidades para a realização de um aprofundamento qualitativo de nossa análise. A seleção desse *subcorpus* levou em consideração a representatividade de todo o período de investigação (1985 a 2020), a seleção de produções do gênero informativo e as temáticas mais recorrentes na análise quantitativa.

As categorias de análise do método (ACD) foram a interdiscursividade e a representação dos atores sociais (AS) na produção textual, onde foi possível identificar a constância dos discursos político e econômico sobre o jornalístico, tendo como narrativa predominante a do discurso cultural-identitário. Permitindo, com isso, um direcionamento econômico na produção de uma realidade identitária para Florianópolis. O que ecoa, também, na última etapa de análise, em que os jornalistas se posicionam sobre o tema.

CAP.7 PERSPECTIVAS JORNALÍSTICAS SOB ANÁLISE

Estamos finalizando esta investigação, assim, este capítulo apresenta a análise da percepção de jornalistas, que atuaram nos jornais *DC* e *OE*, relativamente às suas práticas profissionais, no período de recorte deste estudo. A coleta de informações foi realizada com jornalistas que, além de atuarem como repórteres, também desempenharam cargos decisórios em suas passagens nesses jornais.

Diante dos fatores já elencados em nossa metodologia, apresentada no capítulo 4, a coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas epistolares, mediadas por tecnologias (*e-mail* e WhatsApp), com 6 jornalistas dos jornais *DC* e *OE*, buscando compreender como esses jornalistas entendem e verbalizam sua prática profissional. Por meio dessas entrevistas, procuramos instigar a reflexão dos jornalistas acerca dos procedimentos de controle na prática jornalística (Marocco, 2015), das influências de estruturas de poder na rotina profissional (Traquina, 1998) e da objetividade como estratégia jornalística (Tuchman, 1993). Isso porque consideramos que “é no exercício de organizações jornalísticas, com suas políticas editoriais e controles, e em meio a valores profissionais e a regras que disciplinam a recolha e o relato dos acontecimentos, que os jornalistas forjam-se enquanto tal” (Zamim & Schwaab, 2017, p. 164).

Os dados coletados foram objeto de uma análise temática (AT), através da qual identificamos, indutivamente, temas emergentes. Tal como explicamos no capítulo 4, a coleta dos dados foi realizada nos meses de setembro e outubro de 2022, período pré-eleitoral brasileiro, em que muitos profissionais de comunicação atuavam como assessores de comunicação e *marketing* em campanhas político-eleitorais. Diante disso, e em razão de um grupo de entrevistados estar em restrição social devido à pandemia, optamos pela realização das entrevistas epistolares.

A fim de que pudessem sentir-se mais à vontade para responder aos questionamentos levantados acerca das rotinas profissionais ao longo do período em que atuaram nos jornais em análise, preservamos a identidade dos participantes. As informações completas sobre o seu perfil profissional estão disponíveis na seção Participantes, do Capítulo 4, que contém o enquadramento metodológico desta investigação. Referir-nos-emos aos participantes utilizando os códigos indicados na Tabela 8, que contém igualmente a sistematização do seu perfil.

Tabela 8 - *Participantes das entrevistas epistolares*

COD.ID.	JORNAL	CARGO / FUNÇÃO
J1JA	<i>DC</i>	Jornalista e Editor Chefe
J2JA	<i>DC</i>	Repórter Especial, Editora de Turismo e Colunista Comportamento, Família
J3JA	<i>DC</i>	Repórter, Subeditora Cad. Variedades e Geral, Editora Caderno de Gastronomia
J4JB	<i>OE</i>	Repórter, Editor de Política, Chefe de redação, Editor de Opinião e Colunista Político
J5JB	<i>OE</i>	Redator, Repórter e Editor Chefe
J6JB	<i>OE</i>	Chefe de redação

Como acima referido, em linha com o método proposto por Braun e Clarke (2016), identificamos temas emergentes nas respostas dos participantes, a saber:

- Papel do jornalismo na definição da identidade local: Tema que permite discutir como os entrevistados veem o seu papel na definição da identidade local.
- Relação dos jornais com a comunidade: O que dizem os jornalistas especificamente sobre a importância da gente local e como nas suas falas aparecem (ou não) referências à tentativa de se aproximarem da comunidade mais ampla, dando voz a pessoas comuns.
- Fatores que determinam o tratamento noticioso: Tema que permite discutir a existência de pautas premeditadas para tratar assuntos relativos à cultura local.
- Relação com outros poderes: Tema que possibilita a discussão das formas manifestadas pelos jornalistas de como se relacionam com outros poderes, particularmente os poderes político e econômico.

7.1 Temática 1 – Papel do jornalismo na definição da identidade local

Nossa análise temática inicia por um aspecto determinante desta investigação, pois nos permite discutir como os entrevistados veem o seu papel na definição da identidade local. Tivemos Stuart Hall (2006, 2016) como referência na compreensão desse conceito, pois sua teoria defende o entendimento de que tanto cultura quanto identidade devem ser considerados como processos em construção e não algo definitivo e inalterado.

Caracterizar os elementos que determinam a identidade florianopolitana mostrou-se um feito um tanto desafiador, já que esse gentílico não apresentou características ou definições que evidenciassem uma personalização identitária. Diferentemente disso, a identidade que se mostrou determinante no reconhecimento do legítimo cidadão de Florianópolis foi a do manezinho da Ilha, personagem que apresentamos mais detalhadamente no Capítulo 2. Um reconhecimento quase que uníssono em nossa investigação, que evidenciou a força narrativa de um discurso identitário adotado e propagado pelos *media* em múltiplas frentes de atuação.

Da mesma forma que identificamos na AC e na ACD, reconhecemos a construção de um estereótipo definido do ilhéu, com características de fala, hábitos alimentares, práticas laborais etc. Percepção obtida nas respostas dos profissionais que atuaram em ambos os jornais, *DC* e *OE*.

Segundo J2JA o manezinho seria

aquele cara que nasceu aqui. Que teve terra aqui, que a família tem história feita aqui. Que era dono disso aqui muito antes de começarem a chegar os gaúchos, os paulistas. Que conhecem a história a fundo, que conhece a vida em Florianópolis, lá desde o tempo de Desterro.

Da mesma forma, J3JA o definiu como

morador simples da ilha de SC, sua fala peculiar e seus costumes humildes como a rendeira, o pescador, o comerciante da esquina. De forma mais radical, seria o preguiçoso, avesso ao trabalho, pouco inteligente e sem iniciativa. Era um termo usado de forma pejorativa, mas com o tempo, passou a ser visto de forma mais carinhosa.

Vemos que as respostas demonstravam certa complementariedade, remetendo-nos para um passado mais tradicional, com características restritas a um grupo. Percebe-se, inclusive, a

exclusão de uma população mais jovem nessa definição, já que faz referência a elementos peculiares de um período cronológico anterior, como as atividades da renda e da pesca. Hobsbawn e Ranger (1997) trataram sobre essas narrativas em sua tese sobre as “tradições inventadas” definindo-as como o estabelecimento, junto a um passado histórico, de “uma continuidade bastante artificial” (Hobsbawn & Ranger, 1997, p.10). Essa dinâmica acaba por despir “de sentido histórico os acontecimentos” (Zamim & Schwaab, 2017, p. 170), provocando, pelo uso repetido do enquadramento escolhido pelos *media*, um esvaziamento do feito histórico real.

Hobsbawn e Ranger buscaram esclarecer a diferença entre essas tradições e os costumes locais presentes em comunidades ditas tradicionais, já que as tradições (inventadas ou não) se referem a práticas fixas e recorrentes de uma sociedade. Essas tradições podem ser criadas a partir de recortes de elementos simbólicos, com o propósito de ampliar e diversificar rituais que integrassem um discurso específico, ou ainda uma atualização e/ou renovação de práticas ditas desprestigiadas pela comunidade em questão, com a intenção de resgatar simbologias e atingir públicos mais jovens, por exemplo.

As descrições apontadas nas entrevistas seguem um estereótipo que delimita uma personagem, já que apontam elementos que caracterizam o perfil identitário - do manezinho da Ilha - muito recorrente nos jornais que compõem nosso *corpus*, dando ênfase a traços marcantes de expressão, como termos usuais do linguajar local (ó-lhó-lhó; tax tolo; bucica etc.) e de sua fala acelerada (reconhecida pelo sotaque característico). O exercício de escolhas na narrativa jornalística nos leva à essência da representação de uma sociedade, tendo como função social mediar os indivíduos em seu uso da linguagem e na produção de sentidos (Zamim & Schwaab, 2017). O que vai ao encontro do que Charaudeau (2009, p. 47) descreveu sobre as representações, de que essas “apontam para um desejo social, produzem normas e revelam sistemas de valores”.

Mariani (1998) desenvolveu estudos sobre a prática jornalística e sua relação de semelhança com o discurso pedagógico. A associação é feita porque ambos se apresentam como detentores da informação (e do conhecimento), sendo por isso responsáveis por ensinar e informar a sociedade, estabelecendo o que deve ser instruído e de que forma. Uma autoridade institucional que, segundo a autora, é concedida ao discurso jornalístico – e ao jornalista – que atua de forma didática no direcionamento de sentidos, reforçando sua influência e dominância discursiva.

Sobre as entrevistas é interessante apontar que as manifestações descritas anteriormente são realizadas por jornalistas naturais de outro Estado (Rio Grande do Sul), que podem ter assimilado essa caracterização identitária como legítima, ao chegarem na região e tê-la reproduzido sem muito questionamento. Essa percepção foi aventada, pois observamos que os jornalistas “nativos” da cidade definiram de maneira semelhante quem seria o manezinho, descrevendo-o como “*um estado de espírito, identificado por pequenos costumes e pelo sotaque inconfundível.*” (J4BJ) Da mesma forma, outro/a entrevistado/a natural de Florianópolis diz ainda que

ser mané faz parte do nativismo. E os nativos sentem orgulho desse nome. Somos mané por convicção. (...) mané e manezinho tornaram-motivo de orgulho, justamente pela conjugação do estilo de falar, fazer brincadeiras. (J6JB)

Suas percepções demonstraram certa atenção ao estereótipo criado e estabelecido, quase caricaturizado, do representante da cidade de Florianópolis. Contudo, é difícil não perceber a construção um tanto fixa dessa identidade, já que ao buscarmos a compreensão de como reconhecem o gentílico florianopolitano, reforçaram a condição de “nativos” *versus* “forasteiros” (Budde, 2013).

Florianopolitano é o morador da Capital, sem a identidade dos fundadores da cidade, os açorianos. (J1JA)

Para mim, florianopolitano é quem mora aqui, não estou dizendo que nasceu, estou dizendo que mora em Florianópolis, que gosta de Florianópolis, que ajuda fazer Florianópolis crescer... (J2JA)

Mas, ainda que forasteiros ou descendentes de forasteiros, são florianopolitanos que, de alguma maneira, incorporam ou respeitam características marcantes da cultura local. (J4JB)

Essas manifestações foram facilmente reconhecidas nas peças jornalísticas que integram o *corpus* desta investigação. Em ambos os jornais foi possível observar que a caracterização do manezinho da Ilha se repetia tanto na descrição, quanto nos depoimentos dos atores sociais (AS) que participaram das produções textuais (observadas na ACD). Igualmente a essas

manifestações foi também a descrição dos jornalistas entrevistados, evidenciando que esses atributos seriam considerados como representativos dessa identidade ilhéu.

Ao identificarmos um alinhamento entre a percepção dos jornalistas, que atuavam tanto como repórteres quanto gestores nos jornais (podendo, por isso, atuar como *gatekeepers*¹⁰⁰), foi possível observar uma intencionalidade na produção de conteúdo informativo, já que nos é sabido que a prática de edição jornalística está baseada na política editorial de cada jornal (Zamim & Schwaab, 2017). As escolhas das pautas e suas abordagens, a seleção dos AS que participaram das produções como personagens e/ou fontes de informações validavam a narrativa do manezinho como o legítimo ilhéu, a identidade que personificaria o nativo, o natural de Florianópolis.

Uma identificação que nos reconduz a Hall (2006), quando esse trata sobre a identidade do sujeito iniciada, de acordo com sua classificação, pelo sujeito do Iluminismo. De acordo com Hall (2006), nessa fase a identidade passaria a existir junto ao nascimento do sujeito e com ele iria se desenvolvendo, tendo por isso, um caráter essencialista em sua construção. Uma visão individualista, em um período de forte influência religiosa em sua constituição.

Essa perspectiva identitária nos levou a questioná-los acerca do reconhecimento da relevância do jornal que atuavam sobre a cidade e seus moradores, especialmente no que se referia a questões relacionadas à cultura e ao seu desenvolvimento. Nossa reflexão sobre esse aspecto é ancorada na perspectiva de Richardson (2007, p. 13), quando esse se refere à construção da realidade pelo discurso jornalístico, afirmando que “através do seu poder de moldar a agenda e o discurso público, ele pode reforçar crenças, formar a opinião das pessoas não somente sobre o mundo, mas também sobre o seu *lugar e papel* no mundo”. E, esse reconhecimento do alcance - e poder - do jornal era evidente pelos jornalistas.

J4JB, que atuava no *OE*, mostrou-se ciente da importância do jornal para a cidade.

Desde sua fundação, em 1915, o jornal foi um propagador e estimulador da cultura local, das tradições e da identidade florianopolitana. O Estado, de todas as maneiras, sempre simbolizou a 'essência' de Florianópolis. Tanto no campo social, quanto político, cultural e esportivo. O jornal influenciava a sociedade, ditava modas, observava os movimentos sociais e culturais, era uma espécie de farol.

¹⁰⁰ *Gatekeeper* seria quem define o que é importante e o que será notícia na redação de um jornal (Traquina, 1998).

Budde (2013), em sua pesquisa sobre o *OE*, identificou que esse foi considerado, por um longo período, como o grande jornal de referência de Santa Catarina, seja por ter sido o primeiro a alcançar todas as regiões do estado - com a criação e desenvolvimento de sucursais -, quanto pelo pioneirismo na profissionalização de suas equipes de trabalho. Budde o descreveu, também pela qualidade na fidelidade da produção de conteúdo informativo direcionado ao estado de Santa Catarina.

O jornalista com atuação mais antiga no *OE* demonstrou total reconhecimento da relevância do periódico ao longo do tempo. Segundo J6JB *‘O jornal era uma grande ferramenta em defesa da nossa cultura. Não há dúvida quanto a isso. O jornal defendia restauração de patrimônio, abria espaços para artistas, enfim, tinha uma participação muito valiosa.’*

É necessário recordar, no entanto, que os jornais que compõem nossa investigação apresentam abrangência regional de produção e tiragem, tendo, por isso, o bônus e o ônus de uma aproximação maior de seus públicos. Prós e contras que tendem a ser potencializados quando os *media* possuem forte atuação regional e local, como é o caso dos periódicos desta investigação. Camponez (2012) alerta para essa perspectiva quando reflete sobre “até que ponto a proximidade ligada às causas regionais e locais pode redundar num jornalismo propagandístico, por vezes em conflito com o ideal da informação pública” (Camponez, 2012, p. 41).

As manifestações dos jornalistas demonstraram que o *OE* teve relevante atuação na cidade e região durante longo tempo. Entretanto, percebemos que o *DC* assume essa relevância com o enfraquecimento do *OE*, resultando em seu encerramento em 2009. J2JA acredita em uma “migração de responsabilidade”, levando o *DC* a assumir essa posição com mais ênfase. *“eu acho que o DC teve muita importância para a identidade e cultura de Florianópolis. Para resgatar, principalmente, a cultura que estava se perdendo, eu acho.”*

Por este ângulo de “resgatar a cultura”, Hobsbawn e Ranger (1997) já percebiam esse recurso narrativo, ao analisarem a dinâmica de construção da invenção das tradições. Os autores observaram que eram práticas - e discursos - repetidos até sua exaustão e fixação, tratando-se inteiramente de uma formalização, uma ritualização de ações vinculadas a um passado em comum. Por isso, surge a indagação de quais seriam esses discursos e práticas “de tradição” reiteradas pelos *media*. Essa questão é relevante, pois nos é compreendido que forças hegemônicas locais e regionais têm atuação presente em diferentes práticas discursivas, como o discurso dos *media* e, por consequência, influência sobre uma sociedade (Carrazzoni, 2021).

O que torna pertinente compreender a perspectiva dos jornalistas entrevistados acerca da relação desses jornais com a cidade e sua população.

7.2 Temática 2 – Relação dos jornais com a comunidade

Outro tema identificado refere-se à relação dos jornais com a comunidade, pois interessou-nos considerar, concretamente, as formas de perspectivar a proximidade com o público local. Uma prática que Camponez denominou de “jornalismo de proximidade”, mas uma proximidade que não se mede em metros, e sim que “assume um significado próprio, marcante de sua especificidade e da sua identidade (...) e fala diretamente com as pessoas” (2012, p. 36).

Quando realizamos a AC nos jornais *DC* e *OE*, identificamos um baixo índice de produção de textos de opinião, sendo de apenas 13% no período em que os jornais atuavam sincronicamente. Ao olhar mais atentamente para a presença desses leitores na produção jornalística, identificamos que somente 6% dos textos analisados foram produzidos por pessoas comuns, de fora dos *media*. E, quando havia a existência de pessoas apontadas como fontes dos textos jornalísticos, a presença de cidadãos moradores da cidade era ainda menor, de tão somente 4% do total de nosso *corpus* de investigação.

Esse resultado, quando analisado em paralelo às entrevistas, mostrou-nos certa incoerência nas informações, já que não foi evidenciada uma diversidade de fontes, como defendido pelos entrevistados, especialmente considerando o cidadão comum. Isso é uma demonstração clara da rotina jornalística que mantém padrões e poderes instituídos localmente. Nesse aspecto, van Dijk, muito objetivamente, afirma que “por meio do uso seletivo de fontes de informação, rotinas jornalísticas consagradas e seleção de assuntos para as histórias, a mídia jornalística decide quais atores serão representados na arena pública, o que será dito a respeito deles e, em especial, como será dito” (2015, pp. 73-74).

Na continuidade da entrevista, quando os/as jornalistas são indagados a respeito da relação dos jornais com a comunidade, especialmente quando eram tratados temas e pautas relacionadas à cultura na cidade, J2JA respondeu

valorizar a identidade cultural de Florianópolis, né? era o valorizar as pessoas que nasceram aqui ... cuidado muito grande em respeitar, apoiar e divulgar identidade cultural de Florianópolis. (...) perdi as contas de quantas matérias eu fiz sobre as benzedadeiras da Ilha, os pescadores manezinhos, a maricultura... eu falei né das

rendeiras e das benzedadeiras... muitas matérias falando sobre Ilha, sobre as tradições de Floripa.

Outro/a entrevistado/a que se referiu a essa proximidade com a comunidade foi J3JA, que ilustrou como essa aproximação ocorria na redação do *DC*. “*Por exemplo: se a pauta era a pesca artesanal sempre um especialista nessa área era incluído nas entrevistas, além dos pescadores e comunidade em que estava inserido.*” Percebemos que os especialistas e as autoridades locais eram referências primeiras a serem chamadas como fonte e/ou atores na produção jornalística e que, de acordo com a pauta apresentada e sua abordagem, a comunidade local poderia ser consultada como fonte na produção do conteúdo jornalístico.

Esse entendimento nos levou a refletir sobre a existência de uma escala de preferências na produção de conteúdo jornalístico. Mariani (1998) lembra que “a imprensa tanto pode lançar direções de sentidos, a partir do relato de determinado fato como pode perceber tendências de opinião ainda tênues e dar-lhes visibilidade, tornando-as eventos-notícia” (1998, p. 59). Uma dinâmica de atuação que permite reconhecer perfis de determinados grupos (classe social, política etc.) na produção jornalística, reconhecendo-os como relevantes e significativos para a condução e direcionamento de sentidos.

Um resultado que evidencia contradições entre as respostas dos jornalistas e a *práxis* que está na origem das peças analisadas. A ausência ou escassa presença da comunidade local na produção jornalística manteve-se ao longo de todo decurso da análise, inclusive no período de 2010 a 2020, quando apenas o *DC* estava em atuação (mesmo com entrevistado afirmando o contrário). Embora as respostas descritas por entrevistados remetam a uma direção mais representativa e democrática na presença de pessoas comuns na produção do jornal (*DC*), a contagem dos textos de opinião, observada por meio da *AC*, manteve-se próxima de 11% das unidades, reafirmando a disparidade da narrativa.

Esse contrassenso nos remeteu à expressão “comunidade interpretativa”, cunhada por Barbie Zelizer (2014, p. 15), quando essa reconhece uma noção “[d]o jornalismo de acordo com seus próprios objetivos e ... de como pensar sobre ele em conexão com esses objetivos”, ou seja, trata-se do modo como os jornalistas concebem sua realidade profissional, um enquadramento de parâmetros de um “jornalismo apenas como uma prática profissional” (Leal & Jácome, 2013, p. 49). Uma narrativa ensinada e propagada desse discurso que preserva o ideal profissional como o “espelho da realidade”.

Outra informação interessante para nossa análise foi o reconhecimento desses profissionais sobre a relevância dos jornais - *DC* e *OE* - para a comunidade local, assim como o impacto desses impressos em Florianópolis. J5JB descreve esse reconhecimento do *OE* para a cidade

durante algumas décadas O Estado exerceu papéis importantes, como veículo onde a cidade encontrava seus principais eventos e seus personagens. (...) o que acontecia de socialmente relevante na cidade chegava ao jornal. E havia uma cobrança dos leitores, chamando a atenção para algum fato que o jornal tivesse coberto mal, ou mesmo deixado passar.

Sabemos que o reconhecimento dos *media*, junto à efetiva participação do leitor nas produções jornalísticas, oportunizaria maior diálogo e aproximação desses aos temas de fato relevantes à sociedade. Traquina (1998) tratou em seus estudos sobre o mito do jornalismo como um espelho da realidade, que considerava o jornalista como um “observador neutro ... cauteloso em não emitir opiniões pessoais” (1998, p. 167). Diferentemente disso, Traquina afirma que o jornalista atua como um participante ativo no processo de construção da realidade e não um simples observador passivo dessa dinâmica social.

Deuze e Witschge (2015) demonstraram dissonâncias entre os conceitos do jornalismo e sua prática, observadas também em nossa análise das entrevistas, em que identificamos respostas que reproduziam essas falhas discursivas. Isso foi percebido, por exemplo, na seleção das pautas que determinariam o que seria representativo da identidade florianopolitana e quem teria voz para corroborar com essa afirmação. Um recorte e um enquadramento na abordagem das produções validando suas próprias indicações, demonstrando a atuação de um *gatekeeper*, o profissional que determina o que estaria apto, ou não, para fazer parte do jornal. (Traquina, 1998).

Em uma de suas respostas, J5JB afirmou: “*Não chegávamos ao ponto de fazer uma seleção de fontes para qualquer evento... de qualquer forma, não havia fontes preestabelecidas.*” No entanto, no mesmo jornal (*OE*), J6JB “*Na maioria das vezes ouviam-se especialistas das Universidades...*”. Os entrevistados, ao negarem a seleção prévia de pautas e fontes, reforçam a ideia de equilíbrio e integridade jornalística, narrativa de base do discurso jornalístico, no entanto, nem sempre factual nas redações.

Quando Carvalho (2015) se refere às estratégias discursivas e sua relação com os AS reforça sua importância como fonte e (re)afirmação da narrativa desejada na notícia. Segundo

a autora “é importante estudar as formas como eles [atores sociais] e suas posições são representadas nos *media*” (p. 181), pois isso permite compreender suas influências e origens na formação discursiva.

A rotina jornalística, na qual Tuchman (1993) aborda o processo de produção como um “ritual estratégico”, estabelece rotinas institucionalizadas na produção jornalística. Uma rotina que protegeria o jornalista numa eventual problemática, decorrente das escolhas realizadas ao longo do processo produtivo, mantendo assim uma narrativa de imparcialidade. Nesses casos, ainda que a opção por fontes específicas seja deliberada para atender sentidos narrativos, a marcação da voz (com o uso de aspas) no texto, assim como o apagamento da voz do jornalista, demonstrariam a neutralidade da narrativa.

Relativamente ao *DC*, J3JA responde que “... sempre que havia uma cobertura de determinada atividade era comum a participação de algum especialista para dar um embasamento mais amplo ao que estava sendo abordado”. O seu relato vai ao encontro dos resultados da *AC*, em que, além de políticos, profissionais de gestão pública e empresários, também especialistas acadêmicos apareciam representados nas produções jornalísticas.

Ao compreendermos a atuação e a relevância dos *media* locais (especificamente os jornais que compõem nosso *corpus* de pesquisa) junto à população de Florianópolis, revelou-se necessário atentar para outro aspecto na composição da análise: a observação dos fatores (instituições e AS) determinantes que orientam a produção do conteúdo jornalístico

7.3 Temática 3 – Fatores que determinam o tratamento noticioso

Van Dijk (2015) aborda, em suas produções, a autoridade do discurso jornalístico na seleção das pautas que seriam, efetivamente, de interesse da sociedade. Autoridade que, segundo Foucault (2005), está associada a procedimentos regulares que formam instruções de práticas. Segundo van Dijk, “por meio do uso seletivo de fontes de informação, rotinas jornalísticas consagradas e seleção de assuntos para as histórias, a *media* jornalística decide quais atores serão representados na arena pública, o que será dito a respeito deles e, em especial, como será dito” (2015, pp. 73-74).

Uma das questões que integravam o guião que utilizamos na entrevista procurava indagar sobre o reconhecimento de orientações concretas na elaboração do conteúdo jornalístico. Obtivemos respostas muito semelhantes dentro de cada jornal. Os profissionais que atuaram no *DC* responderam que não havia uma determinação, uma orientação na produção,

mas, sim, reuniões prévias realizadas entre a equipe da redação, para refletirem sobre os temas selecionados para que o trabalho fosse então realizado. Segundo J3JA

As pautas sempre eram discutidas em reuniões com a equipe das editorias em suas determinadas áreas. Todas as atividades e eventos realizados na cidade sempre receberam divulgação e cobertura. A abordagem era focada em valorizar as manifestações artísticas, sociais, esportivas com a preocupação em ouvir as pessoas envolvidas como produtores culturais, artistas, entidades de classes, atletas, assim como o público em geral participante.

Outro participante, J1JA, rejeitando a existência de qualquer tipo de direcionamento institucional, afirma que a única “*orientação era sempre trabalhar com profundidade os temas catarinenses, um estado colonizado por imigrantes açorianos, poloneses, alemães, italianos e austríacos, entre outros.*”

Já os jornalistas do OE foram um pouco mais objetivos no reconhecimento de uma recomendação nessa direção de produção. O jornalista J5JB disse que “*Ach[a] que nem chegava a ter um “direcionamento institucional”, porque a todos nós parecia natural que o jornal desse valor àquilo que asseguraria ao leitor os vínculos do jornal com a cidade.*” O jornalista J4JB afirma que: “*Sim, havia direcionamento institucional de abordagem sobre a identidade cultural de Florianópolis, a partir de orientações da diretoria e dos editores.*”

Ao observarmos essas respostas, pareceu-nos evidente o que Marocco (2015) denomina de “procedimentos de controle” que afetam a prática jornalística. De acordo com a autora, “as práticas jornalísticas podem ser associadas a três formas de controle: procedimentos externos, procedimentos internos, e procedimentos que não são totalmente internos ou externos” (Marocco, 2015, p. 74). Essas formas levam em consideração as práticas jornalísticas descritas anteriormente, como as atribuições e rotinas diárias, a rotina estratégica da objetividade, o que Marocco denomina por “hierarquia jornalística”, todas atuando como dispositivos de controle (interno e/ou externo) que interferem na produção textual do discurso jornalístico.

As respostas sobre a definição de pautas demonstraram semelhanças, algo quase como um alinhamento entre os jornais e importantes organizações públicas locais, validando e reverberando o discurso dominante presente em Florianópolis. Uma orientação que por vezes fez crer em direcionamentos externos às empresas de comunicação, o que Peruzzo (2005) aborda quando se refere aos *media* regionais e locais. Segundo a autora, esses *media* tendem a reproduzir padrões que objetivam a manutenção de estruturas de poder local, em razão do fortes

vínculo e interesses – político e econômico –, ocasionando perturbações em prol de uma informação isenta e de qualidade.

Ao longo do processo de análise, a AC demonstrou importante regularidade nos tipos de pautas produzidas, como a programação para a data comemorativa ao aniversário da cidade e, posterior a data, a cobertura do(s) evento(s) principais ocorridos. Eventos que não eram produzidos pelos jornais, mas sim pelo poder público e/ou grandes empresas (*shoppings* e grandes varejos). Atividades que, de certa forma, ditavam as pautas dos jornais, tornando-os algo próximo a uma assessoria de imprensa dessas instituições e organizações, como o relato de J3JA demonstra.

Sim, a partir da agenda oficial (de órgãos públicos) e paralela (de empresas particulares) equipes de jornalistas montavam suas pautas, a fim de acompanhar as atividades. Anúncios institucionais do veículo de comunicação eram veiculados nessa data, dando destaque para a importância do evento.

O cenário descrito está associado a duas questões de base do campo jornalístico e na produção de notícia: o espaço e o tempo; elementos essenciais para determinar a noticiabilidade de um acontecimento. O espaço se refere ao lugar do ocorrido e o tempo considera a atualidade, a urgência da informação, desprestigiando cada vez mais rapidamente acontecimentos tardiamente noticiados. No entanto, no caso de fatos que já tenham ocorrido, o recurso do *news peg*¹⁰¹ (Traquina, 1998) oportuniza sua retomada a partir de novos acontecimentos que possam acioná-los; como a data de aniversário de uma cidade. A realização de atividades promovidas pelo setor público e/ou privado, que reforçam uma narrativa identitária em sua programação, dispõe de significativa cobertura de importantes jornais locais, possibilitando o resgate contínuo do tema e muitas pautas sobre ele. O *news peg* permite e estimula a produção de pautas ao longo de um período específico do ano (semana de aniversário, por exemplo), que reforçam narrativas como a do discurso identitário, por exemplo.

Ainda sobre esse aspecto, podemos considerar a afirmação de Golin *et. al* (2012) sobre o jornalismo cultural, quando esses dizem que “o jornalismo permite ver uma cidade que emerge das narrativas” (p. 183). A narrativa identitária (e mercadológica) eleita para Florianópolis conta com significativo suporte discursivo em sua constituição e manutenção, percepção evidenciada na análise crítica das peças jornalísticas e, também, nas entrevistas com

¹⁰¹ Que seria como um cabide para pendurar a notícia (Traquina, 1998).

os jornalistas. Dinâmica que corrobora com a afirmação de van Dijk (2003), quando esse diz que “nenhuma elite de poder (nem o seu discurso), particularmente a política, poderia ser tão influente sem as funções da mediação e, em algumas ocasiões, de reforço, como a imprensa, o rádio e a televisão” (van Dijk, 2003, p. 231).

É inegável que as respostas dos entrevistados nos gerem inquietação com o fato de que os jornalistas (que também tiveram algum cargo decisório nos jornais) parecem não refletir criticamente sobre suas práticas e influência na reprodução de um discurso mercadológico que não abrange a maioria dos cidadãos de Florianópolis. Entretanto, é preciso retomar o que Zamim e Schwaab (2017) abordam sobre o “controle e silenciamento que perpassam os processos da produção jornalística” (p. 165). Observamos a manutenção de uma narrativa de imparcialidade, de informação dos acontecimentos relevantes à sociedade local, central no discurso jornalístico. Ratificando, também a interpretação de Marocco (2015, p. 73) de que no discurso jornalístico há “regras [que] delimitam o dizível: o que é permitido e o que é proibido nas ações dos membros”.

Tivemos algumas manifestações com essa característica nas respostas, como o/a J6JB, o qual afirmou que: *“O jornal não dividia tarefas com prefeitura e órgãos promotores. Limitava-se ao seu papel de divulgar, comentar e criticar. O jornal não se promovia e não era promovido. Limitava-se ao seu papel.”* J5JB, inclusive, reforça sua conduta profissional, seguindo o perfil jornalístico do OE. *“Enquanto fui editor também havia o cuidado para que a informação não se misturasse com opinião ou fosse contaminada por alguma adjetivação.”*

No que se refere ao DC, J2JA reforça uma narrativa semelhante ao concorrente:

a gente nunca esqueceu e nunca deixou para trás de falar dos problemas da cidade, também, né?, principalmente na área da saúde e na área do meio ambiente, a questão da falta de esgoto, poucos lugares na Ilha têm esgoto tratado. Mas, geralmente no Aniversário da Cidade, a gente procurava coisas boas para noticiar, né?, já que tinha todo o resto do ano para falar dos problemas daqui.

Essa declaração reforça a construção de uma realidade com o apoio dos *media*, simultaneamente nos conduzindo a características de um discurso mercadológico, que valoriza e enaltece a cidade de Florianópolis. O que nos reconduz ao enquadramento feito por Silva (2016), quando denomina a Capital de Santa Catarina como cidade mercadoria, mantendo a lógica do consenso de lugar especial e único.

7.4 Temática 4 – Relação com outros poderes

Também no que diz respeito ao tema emergente “Relação com outros poderes”, foi possível identificar um alinhamento claro das percepções dos jornalistas entrevistados, que continua preservando interesses e motivações alinhadas ao poder hegemônico local (os discursos político e econômico). Entre as respostas, J3JA nos informou que: “*Sempre que havia uma cobertura de determinada atividade era comum a participação de algum especialista para dar um embasamento mais amplo ao que estava sendo abordado como professores, antropólogos, políticos etc.*” Muito semelhante ao que afirmou J6JB “*Na maioria das vezes ouviam-se especialistas das Universidades, principalmente a UFSC e a Udesc.*”

Em ambos os jornais – *DC* e *OE* – identificamos o reconhecimento e a preferência por fontes especializadas, selecionadas nas duas universidades públicas sediadas em Florianópolis (UFSC e UDESC). Marocco (2015, p. 74) lembra que há muito “o jornalismo buscou o apoio da ciência para ganhar o reconhecimento da sociedade, não mais como um discurso de impressões e opiniões do jornalista sobre o cotidiano, ..., como um discurso “objetivo”, “neutro”. O que é muito claro no *DC* e no *OE*, com o propósito de validar a narrativa apresentada e manter a percepção do leitor da imparcialidade jornalística.

Além das instituições de ensino, a participação de políticos e empresários como fontes e AS importantes era recorrente nas rotinas jornalísticas. Essas escolhas normalizavam práticas de qualquer ordem, produzidas e disponibilizadas numa aparente neutralidade, imparcialidade e transparência em seus textos (escritos, visuais etc.).

Tal como detalha J4JB

As fontes tradicionais para participar da produção eram empresários, representados por suas entidades (como ACIF - associação empresarial, CDL, Sinduscon, Fiesc), além de pesquisadores das áreas de história, geografia, sociologia, economia e cultura. As autoridades entrevistadas eram, em geral, o prefeito, o presidente da Câmara de Vereadores e, eventualmente, o governador e o presidente da Assembleia Legislativa.

A construção da identidade cultural da população pôde ser percebida a partir de um alinhamento, uma cooperação entre os jornais e importantes instituições públicas locais – governo e universidade, validando e reverberando o discurso dominante. Essa hipótese se evidenciou nas peças analisadas na AC e, posteriormente, mais profundamente na ACD. Nelas identificamos a presença recorrente de gestores, pesquisadores e professores das universidades (UFSC e UDESC), assim como prefeitos, vereadores e diferentes gestores públicos de

Florianópolis, evidenciados em fontes de relevância e reconhecimento. Fontes que eram também alçadas a AS centrais nas produções informativas, reforçando narrativas do discurso identitário-cultural eleito.

Características como a seleção de elementos identitários, a construção de uma narrativa única e, a partir disso a inclusão dessas qualidades nos diferentes formatos de *media*, visibilizadas reiteradamente, contribuiu para a formação de memórias de uma identidade única. Interferência que Peruzzo descreve ao tratar sobre o jornalismo regional e local, em que aponta que “é comum a existência de tratamento tendencioso da informação e até a omissão de fatos, em decorrência de ligações políticas com os detentores do poder local e dos interesses econômicos de donos da mídia” (2005, p. 78).

Nesse ínterim, a atuação dos jornais foi significativa e para isso, o reconhecimento na sociedade para com os periódicos era essencial. Inicialmente, o *OE* teve um longo período de protagonismo em Florianópolis, até quase seu encerramento, na primeira década dos anos 2000. Segundo J5JB

durante algumas décadas O Estado exerceu papéis importantes, como veículo onde a cidade encontrava seus principais eventos e seus personagens. (...) o que acontecia de socialmente relevante na cidade chegava ao jornal. E havia uma cobrança dos leitores, chamando a atenção para algum fato que o jornal tivesse coberto mal, ou mesmo deixado passar.

Quanto à relevância do *DC*, J2JA também confirmou sua importância para Florianópolis.

eu acho que o DC teve muita importância para a identidade e cultura de Florianópolis. Para resgatar, principalmente, a cultura que estava se perdendo, eu acho (...) Eu acho que ele resgatou, acho que ele ajudou a impulsionar muita gente da área da cultura, muitos, muitos artistas, muitos pintores, cantores, artistas de todas as áreas, ...

Considerando essa relevância, o fato de definir a pauta e direcionar sua discussão impele à audiência uma abordagem que deveria ser a preponderante sobre o fato, podendo gerar e motivar comportamentos e decisões. Carrazzoni (2021) bem lembra que as elites controlam o discurso hegemônico por meio de uma hierarquia discursiva, em que, pelo discurso jornalístico,

faz uso de outros domínios discursivos, como o político, o econômico-empresarial, o científico, o judiciário etc.

O que, também nessa perspectiva, Benetti (2008, p. 22) já reforçava quando dizia que “o jornalismo é, muitas vezes, utilizado para forjar um consenso social a respeito de temas e modos de ver o mundo, construindo uma visão hegemônica que pouco pode ter a ver com os interesses do cidadão ou com a complexidade social”.

No último capítulo de análise desta investigação, utilizamos da metodologia de AT (análise temática), aplicada em entrevistas realizadas com jornalistas que atuaram nos jornais *DC* e *OE*, durante o período de análise desta investigação. A coleta foi realizada por meio de entrevistas epistolares com recursos digitais, com 6 profissionais que, além de repórteres, também ocuparam cargos de decisão nos jornais.

A partir da sistematização das informações, estruturamos nossa análise em 4 temáticas: (1) papel do jornalismo na definição da identidade local; (2) relação dos jornais com a comunidade; (3) fatores que determinam o tratamento noticioso; e (4) relação com os outros poderes. Classificações essas que buscam, de forma complementar com as outras análises, auxiliar no alcance dos objetivos deste estudo. Os resultados confirmam as análises anteriores, seja em relação aos elementos que compõem o perfil identitário eleito para representar o ilhéu ou ao reiterar a importância dos jornais (*DC* e *OE*) na construção e propagação da identidade que representa um perfil cultural desejado.

CONCLUSÕES

A ideia de que os *media* ocupam um lugar nuclear nas sociedades contemporâneas é relativamente consensual, no entanto, a compreensão do seu impacto e influência continua a ser intensamente disputada. Dessa forma, buscou-se entender como os *media* participam da mobilização de sociedades, de personalidades políticas, artísticas e culturais, construindo simbolicamente as vivências significativas de ambientes múltiplos, como de uma cidade.

Essa foi a razão que mobilizou nossos esforços de investigação, compreender o papel dos *media* nas transformações socioeconômicas e culturais de uma cidade como Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, no Sul do Brasil. As últimas décadas ficaram marcadas por mudanças profundas na economia-política desse município, pressionadas em grande medida pelos interesses políticos e econômicos locais, determinados em construir uma cidade atrativa e lucrativa.

Objetivamente, buscamos analisar a atuação dos jornais *Diário Catarinense* e *O Estado* na representação da cultura florianopolitana e na construção da identidade local. Interessávamos compreender como esses *media* tinham participado no processo de transformação social, econômica e política do município, tornando visíveis novas dinâmicas culturais e identitárias, algumas delas reconduzíveis ao legado cultural açoriano.

Para isso, lançamos mão de bases teóricas com abordagem interdisciplinar que articularam os estudos da comunicação e do jornalismo, os estudos culturais e identidade, o pensamento pós-colonial e a teoria social contemporânea, permitiram o desenvolvimento desse percurso. A partir deste enquadramento teórico, dirigimos nosso olhar para a produção informativa de dois jornais de referência de Florianópolis (*DC* e *OE*), relacionando-os à construção identitária e ao papel desses *media* nessa construção.

Investimos em métodos mistos para conhecer e interpretar o objeto de estudo. A articulação de métodos diferentes envolveu a combinação das abordagens qualitativa e quantitativa (Creswell & Creswell, 2018). Recorremos à análise de conteúdo (AC), à análise crítica do discurso (ACD) e à análise temática (AT). Por meio da AC, demos conta dos grandes padrões da produção informativa (Krippendorff, 1990), a ACD nos permitiu relacionar e compreender as marcas discursivas da construção identitária florianopolitana (van Dijk, 2005, 2015; Fairclough 2012, van Leeuwen, 1997), e, por fim, a AT (Braun & Clarke, 2016), realizada a partir de entrevistas epistolares com jornalistas responsáveis por editoriais ou direção nos

jornais investigados, que nos permitiu compreender com maior profundidade alguns fenômenos identificados.

No que se refere ao *corpus* e tomando como ponto de partida as transformações na economia-política da cidade, a investigação incidiu sobre a produção informativa de dois importantes jornais da região metropolitana da Grande Florianópolis¹⁰², no período de 1985 a 2020. Os dados foram identificados e recolhidos em intervalos de 5 anos, entre os dias 20 e 26 de março (semana de aniversário da cidade) dos anos de 1985, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010, 2015 e 2020, o que nos permitiu a realização de estudos sincrônico¹⁰³ e diacrônico.

Nossa etapa inicial de análise foi o mapeamento dos padrões de representação identitária presentes nos jornais, aferidos por meio da análise de conteúdo. Do total das 381 peças analisadas, identificamos que o maior número de unidades relacionadas ao aniversário da cidade se concentrou no dia 23 de março, com destaque para o ano 2000. O ano foi apontado como referencial nessa investigação, pois evidencia uma fase de relevante destaque da cidade no cenário nacional (e até internacional), devido ao alto índice de seu IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), e pela visibilidade de um atleta local em um esporte individual.

Identificamos, também, que o gênero jornalístico informativo foi o que mais predominou no *corpus*, tendo entre os Temas de destaque, no período em que os jornais atuavam sincronicamente (1990 a 2005), as categorias ‘atividades’ (que corresponde a ações de esporte, lazer etc.), ‘cultura’ (que corresponde a arte, dança, música etc.) e ‘história’ (que corresponde a personagens locais, monumentos e edificações, imigração etc.). Contudo, por reconhecermos a necessidade de maior depuração do que era pautado (e apresentado) nos periódicos, incluímos a variável de Pauta, onde buscamos mais especificamente o que fora tratado nos textos. Nessa classificação, a categoria ‘cultura’ se relacionava a informações referentes à arte, música e afins, caracterizando uma dimensão mais ‘convencional’ do sentido de cultura, diferente de atributos reconhecidos nesta investigação como característicos de uma cultura, que incluem os saberes e fazeres de uma população. Nessa variável (Pauta), as demais categorias (além de ‘cultura’), que também se destacaram foram ‘qualidade de vida’ e ‘belezas’ naturais e locais.

¹⁰² Segundo o Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas (FNEM), a Região Metropolitana da Grande Florianópolis compreende os municípios de Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara. Informação disponível em: <http://fnembrasil.org/regiao-metropolitana-de-florianopolis-sc/>.

¹⁰³ A partir da leitura e entendimento de Saussure (1992), compreende-se por estudo sincrônico o estudo de ocorrências *ao mesmo tempo*, enquanto diacrônico é o estudo de ocorrências que acontecem *por meio do tempo*.

A evidência da temática cultural como predominante entre os padrões representativos do jornalismo produzido pelo *DC* e *OE* nos levou a compreender que em Florianópolis há uma estreita relação entre cultura e seus cidadãos, entre a cultura e a cidade, entre cultura e identidade. Curiosamente, elementos ditos como característicos do cidadão de Florianópolis não se referiam propriamente ao florianopolitano, mas sim ao ilhéu, ao nativo, também conhecido pela alcunha de ‘manezinho da Ilha’. Características desse representante ‘legítimo’ não foram repetidamente apresentadas nas peças, mas demonstraram certa conformidade em referências a Florianópolis. Uma visão claramente observada, também, nas manifestações dos jornalistas entrevistados, levando a crer na reprodutibilidade dessa narrativa.

Quando era descrita a identidade desse manezinho as características apontadas eram de uma fala ligeira e quase incompreensível, referência a hábitos alimentares simples, a forte religiosidade, sua relação com o mar, além dos ofícios da pesca e da renda de bilro etc. A configuração de uma identidade restrita, e restritiva, diferente de nossa compreensão, a partir de Hall (2004, 2006, 2016) que refletia sobre uma incompletude diante das muitas mudanças sociais. Uma reflexão que compreende o nosso autorreconhecimento a partir do outro; um outro que também se modifica e modifica a sociedade em que vive (Martín-Barbero, 2015).

As peças analisadas demonstraram, em linhas gerais, uma população atendida pela oferta significativa de cultura e atividades (esportivas e recreativas), privilegiada por inúmeras belezas naturais e por uma ótima qualidade de vida (que considera boa infraestrutura, renda, segurança pública, educação etc.), atraindo atenção e interesse de muitos que escolhem a cidade para o lazer e/ou moradia. O que acaba resultando na ampliação e diversidade no perfil da população que reside em Florianópolis.

Ademais, uma informação relevante ainda sobre o Tema refere-se à categoria ‘história’. Entre as peças consideradas nessa categoria está a relevante associação da cidade com a imigração açoriana. Migração que povoou Florianópolis em sua formação e que teria sido a responsável (segundo os jornais) pelas características descritas como representativas do ‘cidadão legítimo’.

O que é reiterado na abordagem qualitativa realizada com o suporte da ACD, em que buscamos compreender a construção discursiva mediática na relação com o discurso do jornalismo, identificar os protagonistas nessa interdiscursividade, os discursos hegemônicos presentes e os referenciais culturais triunfantes nas produções textuais analisadas. Entre os atores sociais (AS) que predominaram na análise estiveram os representantes de poderes

institucionais da gestão pública, acadêmica e empresarial. Foram esses AS que tiveram suas vozes apresentadas como protagonistas - sujeitos ou especializadas -, em oposição a pouquíssima participação de pessoas comuns - comunidade em geral - nos textos informativos analisados. Ratificando o que van Dijk (2015) destacou sobre o discurso jornalístico, onde se observa o desequilíbrio nas vozes que se manifestam sobre a temática cultural, uma evidente seleção de vozes e fontes no jornalismo.

A autoridade desses atores ficou evidenciada nas análises, especialmente quando aspectos relacionados à cultura e à identidade da população de Florianópolis eram descritos e quando o discurso acadêmico atuava como autoridade na chancela das informações. Professores e pesquisadores, além de políticos, gestores públicos, associações empresariais e personalidades reconhecidas e validadas pelos *media* tinham sua voz destacada e presença recorrente em ambos os jornais. O que atuava na manutenção de discursos hegemônicos na cidade, validando a afirmação de Richardson (2007) sobre o enquadramento da agenda no jornalismo. Uma agenda que pautava temas reforçando crenças e formando opiniões sobre interesses e propósitos específicos. Tanto que é reiterada a interdiscursividade do discurso jornalístico com os discursos político e econômico, identificados, também, como determinantes em nossa análise.

Essas autoridades estiveram igualmente presentes em pautas como qualidade de vida e suas variantes como infraestrutura, segurança, educação, saúde e afins. Nas pautas culturais de eventos produzidos e/ou promovidos pelo poder público ou privado os *media* divulgavam essas ações, seus AS e uma cobertura durante e pós evento, demonstrando as múltiplas frentes de atuação dos poderes público e empresarial para o desenvolvimento de Florianópolis. Rotina evidenciada, inclusive, nas vozes dos jornalistas entrevistados quando consultados sobre a prática jornalística no período de atuação nos jornais. Um costume repetido nos *media* com atuação local, como os periódicos analisados, devido a sua proximidade com o poder local (autoridades e anunciantes), característica já descrita por Peruzzo (2005) e Camponez (2012).

É preciso salientar que, para além desses discursos, identificamos mais um que os atravessa significativamente, o qual denominamos de discurso da cidade mercadoria (ou mercadológico). Nosso reconhecimento parte de reflexões como a de Pesavento (2002), que avalia a cidade para além de sua concretude, incluindo a construção idealizada de um território. Um território com sentido ampliado de espaço, que abarca memórias e intensões de uma “*polis* imaginada”. A partir desse aspecto recorreremos a Silva (2016), que desenvolve sua análise com contribuições de Sánchez (2010), considerando que “projetos urbanos são construídos numa lógica hegemônica de consumo do lugar” (p. 2).

Isso se dá por observarmos a significativa atuação do meio empresarial, das áreas do turismo e da construção civil, na concepção da identidade cultural do morador de Florianópolis. Setores que iniciaram sua atuação junto ao *boom* na infraestrutura da Capital, ocorrido ainda na década de 1970, como descrito no capítulo 2. A produção de cidade idealizada com inúmeros atributos e atrativos eram (e são) reiteradamente comunicados pelos diferentes *media*. Os jornais *DC* e *OE* demonstram essa prática de muitas formas, seja na seleção das pautas e das fontes, na inclusão ou não de AS, ou na soma desses elementos na formação dessa narrativa (da cidade mercadoria). Levando a crer que a inclusão de um novo atributo poderia agregar ainda mais relevância para a cidade.

Contudo, a identidade florianopolitana do manezinho da Ilha, descendente do açoriano e que tem tradição e costumes delimitados, reduz essa população a uma visão essencialista do que é um identidade cultural de fato. Narrativa que, além disso possui incoerências, pois quando analisamos as peças jornalísticas relacionadas a essa identidade açoriana – alçada à identidade que representa Florianópolis e seus cidadãos – observamos fragilidades na manutenção de atividades cotidianas, como a renda de bilro. Atividades que são mais exploradas do que apoiadas pela gestão pública e empresariado local. Isso, novamente nos conduz à Silva, quando dizem que “as pessoas acabam por perder referências identitárias, em que transformaram a cultura, a história, a memória, as vivências, o cotidiano, por vezes desconsiderando as particularidade locais” (2016, p. 2).

Nesse ínterim se desconsidera e se apagam as demais representações identitárias e culturais que constituíram e constituem a cidade de Florianópolis, sustentando a manutenção de um discurso colonial, que ainda se mostra dominante na política empregada no município. Bhabha (1998), em sua análise sobre esse discurso colonial, alerta sobre a finalização efetiva do colonialismo. Segundo o autor, essa finalização não significa necessariamente o fim de seu conteúdo, já que a força colonial pré-determina a forma com que se pensa, como se fala, quais são os critérios éticos e morais e o que é verdade ou não em uma sociedade.

Por fim, mesmo reconhecendo a grande perda da cidade, em que seus atores dominantes elegeram apenas uma identidade como a representativa de seu povo, propagando uma cultura que sequer é realmente valorizada no local, apreciamos os elementos da identidade cultural eleita, contudo, sem esquecer de que essa deve ser somada, atualizada e modificada pelas outras culturas presentes, no passado e no futuro de Florianópolis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adichie, C. N. (2019); *O perigo de uma história única*. SP: Companhia das Letras.
- Aguiar, S. (2016). *Territórios do jornalismo: geografias da mídia local e regional no Brasil*. Petrópolis: Vozes. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio.
- Alves, J. C. (2016). *Colóquio NEA 30 anos de história: preservação a herança cultural açoriana em Santa Catarina*. (org). Florianópolis: Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC (NEA)
- Amante, F. H. (1998). *Somos Todos Manezinhos*. Florianópolis: Papa-Livro.
- Anderson, B. (2008). *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. SP: Cia da Letras.
- Araújo, E. D. F. (2018). Gramsci e os Estudos Culturais: uma abordagem teórica para além da reprodução ideológica na comunicação. *Revista de Políticas Públicas*. 22 (n. Especial da VIII JOINPP), 723-740. DOI: <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22nEp723-740>
- Assmann, J. (2008) Communicative and cultural memory. In: Erll, A.; Nünning, A. (Ed.). *Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook*. (pp. 109-118); New York: De Gruyter.
- Axt, G. (2018). A Revolução Federalista (1893-1895): Guerra Civil no Brasil. *Revista IHGB*. Rio de Janeiro. A 179 (477), 107-136. DOI: <http://www.gunteraxt.com/pdf/AREVOLUCAOFEDERALISTA1893-1895GUERRACIVILNOBRASIL.pdf>
- Baccega, M. A. (1998). O estereótipo e as diversidades. *Revista Comunicação & Educação*. 13, 7-14. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i13p7-14>
- Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*. 11, p. 89-117. DOI: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/abstract/?lang=pt>
- Barbato, F. T. (2014) A construção da identidade nacional brasileira: necessidade e contexto. *Revista Eletrônica História em Reflexão*. 8(15). DOI: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/3354>
- Barreto, M. (2019). A Moderna Tradição Brasileira – Cultura brasileira e Indústria Cultural, do Livro à Obra. *Arquivos do CMD*. 8 (1), 24-36. DOI: <https://doi.org/10.26512/cmd.v7i01.29624>
- Batista Jr. & J. R. L. (2018) *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. Batista Jr., J.R.L. Sato, D.T.B, Melo, I.F. (Orgs.). São Paulo: Parábola.
- Benetti, M. (2008) O jornalismo como gênero discursivo. *Revista Galáxia*. 15, 13-28. DOI: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1492>

- Berger, P. & Luckmann, T. (2001). *La construcción social de la realidad*. Buenos Aires: Amorrortu editores.
- Berger, P. & Luckmann, T. (2002). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes. 21 ed.
- Bhabha, H. K. (1998). *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Bolaño, C. S & Brittos, V. C. (2010). Blogosfera, espaço público e campo jornalístico: o caso das eleições presidenciais brasileiras de 2006. *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. 33 (1), 237- 256. DOI: <https://www.redalyc.org/pdf/698/69830993011.pdf>
- Braun, V. & Clarke, V. (2016). (Mis)conceptualising themes, thematic analysis, and other problems with Fugard and Potts' (2015) sample-size tool for thematic analysis. *International Journal of Social Research Methodology*, 19(6), 739-743. DOI : <https://doi.org/10.1080/13645579.2016.1195588>
- Budde, L. (2013). *Jornadas impressas: O Estado e Florianópolis – 1985 a 2009*. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.
- Busquet Duran, J.;& Medina Cambrón, A. (2017). La metodología de investigación científica. In Busquet Duran, J. & Medina Cambrón, A. (Orgs.), *La investigación em comunicación ?Qué debemos saber? ?Qué passos debemos seguir?*. pp. 147-181. Editorial UOC.
- Camponez, C. (2012). Jornalismo regional: proximidade e distinções. Linhas de reflexão sobre uma ética da proximidade no jornalismo. Correira, J. C. (org.), *Ágora - Jornalismo de Proximidade: limites, desafios e oportunidades*. Covilhã: UBI, pp. 35-47.
- Campos, N.J. (2009) Açorianos do litoral catarinense - da invisibilização a mercantilização da cultura. *Arquipélago - História*. 2ª (XIII), 177-201. DOI: https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/1236/1/NazarenoJoseCampos_p177-201.pdf
- Canabarro, T. D., Machado, A. (2012). A identidade e os processos de hibridização da cultura: Renato Borghetti e as transformações da música tradicionalista. *Cadernos de Comunicação*. 16 (2). DOI: <https://doi.org/10.5902/2316882X8234>
- Canclini, N. G. (1997). *Consumidores e cidadãos – conflitos multiculturais da globalização*. RJ: Ed. UFRJ.
- Canclini, N.G. (2001). *Culturas híbridas - estrategias para entrar y salir de la modernidad*. Barcelona: Ed. Paidós.
- Candau, V. M. F. (2016). “Ideias força” do pensamento de Boaventura Sousa Santos e a educação intercultural. In: *Educação em Revista*. Ed. 32. (jan-mar). <https://doi.org/10.1590/0102-4698140011>
- Cardoso, P. J. F. (2007). Em busca de um fantasma: as populações de origem africana em Desterro, Florianópolis, de 1860 a 1888. *PADÊ: estudos em filosofia, raça, gênero e discursos humanos*. 2 (1/07), 11-30. DOI: <https://doi.org/10.5102/pade.v1i1.143>
- Carlomagno, M. C. & Rocha, L. C. da. (2016). Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, 7(1).

173-188. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/recp.v7i1.45771>

- Carrazzoni, V. del P. P. (2021) *Poder e desigualdade: a representação dos pescadores e pescadoras artesanais nas notícias do Jornal do Commercio*. Tese. Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem. Doutorado em Ciências da Linguagem. Universidade Católica de Pernambuco. Recife, Brasil.
- Caruso, M. M. L., Caruso, C.C. (1996). *Mares, e longínquos povos dos Açores*. Florianópolis: Ed. Insular.
- Carvalho, A. (2015). Discurso mediático e sociedade: repensar a Análise Crítica do Discurso. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados Em Discurso e Argumentação*, 9(1), 175-199. DOI: <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/843>
- Cevasco, M. E. (2015). Estudos culturais: fim de linha ou aposta na relevância? *Outubro*, (jul/dez), 91-108.
- Charaudeau, P. (2009). *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto.
- Correia, J. C. (1998). *Jornalismo regional e cidadania*. Covilhã: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, Universidade da Beira Interior. Disponível: <https://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-jornalismo-regional.pdf>
- Coutinho, C. N. (1997). Atualidade de Gramsci. *Especial para Gramsci e o Brasil*. Disponível em <https://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=293> em 19/12/21.
- Coutinho, C. P. (2016). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática*. Coimbra: Ed Almedina.
- Creswell, J.W. & Creswell, J. D. (2018). *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. Los Angeles: SAGE.
- Cunha, I.F. (2007). O SPSS e os estudos sobre os *media* e o jornalismo. In: *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Lago, C.; Benetti, M. (Orgs). Petrópolis: Vozes. pp. 168-196
- Debenham, M. (2007) Epistolary Interviews On-line: A Novel Addition to the Researcher's Palette in: *JISC TechDis – Inclusion technology advice*. 02/2014. Disponível em https://www.debenham.org.uk/personal/Epistolary_Interviews_On-line.pdf
- Deuze, M. & Witschge, T. (2015) Além do jornalismo. In: *Leituras do Jornalismo*. Ano 2. 2 (4), 1-30. DOI: <https://www3.faac.unesp.br/leiturasdojornalismo/index.php/leiturasdojornalismo/article/view/74>
- Escosteguy, A. C. (2000). Estudos Culturais: uma introdução. In: Silva, T. T. (org.), *O que é, afinal, Estudos Culturais?*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica.
- Escosteguy, A.C. (2001). *Cartografias dos Estudos Culturais: uma versão latino-americana*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica.
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Brasília: Ed. UnB.

- Fairclough, N. & Melo, I. F. de. (2012). Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. *Linha D'Água*, 25(2), 307-329. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v25i2p307-329> .
- Fantin, M (2000). *Cidade dividida*. Florianópolis: Ed Cidade Futura.
- Faro, J. S. (2006). Nem tudo que reluz é ouro: contribuição para uma reflexão teórica sobre o jornalismo cultural. *Comunicação & sociedade*, 28(46), 143-163. DOI: <https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v28n46p143-163>
- Felippi, A. C. T. (2006). *Jornalismo e identidade cultural – construção da identidade gaúcha em Zero Hora*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Comunicação Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil.
- Felippi, A. T. & Escosteguy, A.C. (2013) Jornalismo e estudos culturais: a contribuição de Jesús Martín-Barbero. *Revista Rumores*. 14 (7). 08-27. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-677X.rum.2013.69427>
- Ferreira, S.L. (2016). A construção da açorianidade em Santa Catarina, 1948-2015: IHGSC, Cascaes e o NEA. In: Alves, J. C. (Org.) *Colóquio NEA 30 anos de história: preservação a herança cultural açoriana em Santa Catarina* (pp. 131-154). Florianópolis: Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC (NEA).
- Ferreira, S.L. (1998). *O banho de Mar na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. das Águas.
- Foucault, M. (2013). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Ed. Loyola. (23ª ed.)
- França, V (2001). Paradigmas da Comunicação: conhecer o quê? In *Ciber legenda*. UFF. 5 (Ed. especial). DOI: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36784> em 29/03/2022
- Franco, M.L.B. (2008). *Análise de conteúdo*. Brasília: Liber Livro Ed.
- Garcia, S. C. P. (2015). *Circulação e permanência de indígenas Kaingang e Guarani na cidade de Florianópolis, Santa Catarina: desafiando ausências, paradoxos e outras imagens*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Brasil.
- Galtung, J. & Ruge, M.H. (1965). A estrutura do noticiário estrangeiro: a apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. In: Traquina, N. (Org). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. pp. 61-73. Florianópolis: Insular.
- Giddens, A. (1991) *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP.
- Golin, C. & Keller, S. & Cardoso, E. (2012) A cidade no jornalismo cultural: uma perspectiva de Porto Alegre na cobertura do *Diário do Sul* (1986-1988). *Brazilian Journalism Research*. 8(1).182-198. DOI: <https://doi.org/10.25200/BJR.v8n1.2012.331>
- Grupo RBS. (2022). Extraído em setembro de 2022. from *Grupo RBS*: <https://www.gruporbs.com.br/>

- Guareschi, P (2007) Mídia e Democracia: o quarto versus o quinto poder. *Revista Debates*, Porto Alegre, 1 (1), 6-25. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.2505>
- Guerin, Y. S. (2017) *Múltiplos olhares, múltiplas mediações: as representações sociais da ruralidade entre os jovens rurais da Microrregião de Santa Cruz do Sul*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, Brasil.
- Hall, S. (1997) A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Cultura, Mídia e Educação - Educação & Realidade*. 22 (2), 15-46. DOI: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361>
- Hall, S. (2004). Identidade e diferença: Uma introdução teórica e conceitual. In T.T. da Silva (Eds.), *Quem precisa da identidade?* (3. ed., pp. 53-69). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pos modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Hall, S. (2016). *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC/RJ.
- Hall, S. & Chrischer, C. & Jefferson, T. & Clarke, J. & Roberts, B. (2016) A produção social da notícia: o *mugging* nos *media*. In: Traquina, Nelson (Org.), *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"* (pp. 309-344). Florianópolis: Insular.
- Hall, S. & Du Gay, P. (2003). *Cuestiones de identidad cultural*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Herscovitz, H. G. (2007). Análise de conteúdo em jornalismo. In: Lago, C. & Benetti, M. (Orgs) *Metodologia de pesquisa em jornalismo* (pp. 123-142). Petrópolis: Vozes.
- Hobsbawn, E. e Ranger, T. (1997). *A invenção das tradições*. São Paulo: Ed. Paz e Terra.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010). *Censo 2010*. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/panorama>. Acesso em 18/03/2022.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022). *Censo 2022*. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/panorama> . Acesso em 15/07/2023.
- Krippendorff (1990). *Metodología de análisis de contenido*. Barcelona: Ed. Paidós.
- Lacerda, E. P. (2003). *O Atlântico Açoriano – uma antropologia dos contextos globais e locais da Açorianidade*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Brasil.
- Leal, J. (2007). *Açores, EUA, Brasil: Imigração e Etnicidade*. Direcção Regional das Comunidades.
- Leal, B. S. & Jácome, P. (2013) Outros agentes na comunidade interpretativa do jornalismo. *Rumores*. 14(7), 45-61. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/69429/72009>.
- Macedo, I. & Cabecinhas, R. (2012). Representações Sociais, Migrações e *Media*: Reflexões em Torno do Papel da Literacia Cinematográfica na Promoção da Interculturalidade). In: Pinto-Coelho, Z. & Fidalgo, J. (eds.) (2012) *Sobre Comunicação e Cultura: I Jornadas de*

Doutorandos em Ciências da Comunicação e Estudos Culturais Universidade do Minho:
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.

- Magalhães, I. (2005). Introdução: a Análise de Discurso Crítica. In: *D.E.L.T.A.* 21/(N. Especial). 1-9. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-44502005000300002>
- Magalhães, I. & Martins, A.R. & Resende, V.M. (2017). *Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa*. Brasília: Ed. UnB.
- Mariani, B. (1998). *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. RJ: Revan; Campinas-SP: UNICAMP.
- Marocco, B. A. (2015) Os procedimentos de controle e a resistência na prática jornalística. *Galaxia*. 30, 73-85. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-25542015221336> .
- Marques de Melo, J. (2003a). *Jornalismo Brasileiro*. Porto Alegre: Ed. Sulina.
- Marques de Melo, J. (2003b) *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. Campos do Jordão: Mantiqueira.
- Marques de Melo, J. (2006) *Teoria do jornalismo: identidades brasileiras*. São Paulo: Paulus.
- Marques de Melo, J. (2009) *Jornalismo: compreensão e reinvenção*. São Paulo: Saraiva.
- Marques de Melo, J. & Assis, F. de. (2016). Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. In: *Revista Brasileira De Ciências Da Comunicação Intercom*. 39 (1). <https://doi.org/10.1590/1809-5844201613>
- Martín-Barbero, J. (2004) *Ofício de cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. São Paulo: Loyola.
- Martín-Barbero, J. (2015) *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. 7ª ed.
- Martín-Barbero, J., & Barcelos, C. (2004). Comunicação e mediações culturais. *Intercom: Revista Brasileira De Ciências Da Comunicação*, 23(1). <https://doi.org/10.1590/rbcc.v23i1.2010>
- Martín-Barbero, J. (2018). Dos meios às mediações: 3 introduções. *MATRIZES*, 12(1), 9-31. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i1p9-31>.
- Medeiros, F. N. da S. & Ramalho, M.; Massarani, L. (2010) A ciência na primeira página: análise das capas de três jornais brasileiros. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. 17(2), 439-454. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702010000200010>
- Melo, S. F. (2010) Normatização das construções urbanas e desenvolvimento arquitetônico em Florianópolis. *Revista Santa Catarina em História*. 1(2). Florianópolis: UFSC. Disponível no link: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/340>
- Moraes, D. de (2010). Comunicação, Hegemonia e Contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*. 4(1), 54-77. DOI: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/12420/8298>

- Moraes, D. de (2013). Sistema midiático, mercantilização cultural e poder mundial. In: Moraes, D. de. (Org) *Mídia, Poder e Contra-poder: da concentração monopólica à democratização da informação*. Rio de Janeiro: Ed. Boitempo.
- Moresco, M. C. & Ribeiro, R. (2015) O conceito identidade nos estudos culturais britânicos e latino-americanos: um resgate teórico. *ANIMUS Revista Interamericana de Comunicação Midiática*. 14(27). DOI: <https://doi.org/10.5902/2175497713570>
- Moscovici, S. (2007). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis – RJ. Ed. Vozes. 5ª edição
- Neotti, C. (2007) *Autoria e plágio em monografias: uma abordagem discursiva*. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Ciências da Linguagem. Universidade do Sul de Santa Catarina. Palhoça, Brasil.
- Nogueira, A. M. R. (2018) *Territórios negros em Florianópolis*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Geografia. Florianópolis, Brasil.
- Novodvorski, A. (2013) Representação de atores sociais. In: Célia M. Magalhães. (Org.). *Representação social em corpus de tradução e mídia*. (pp 13-48) Belo Horizonte: Editora UFMG.
- NSC Comunicação. (2022). Extraído em setembro de 2022. from *NSC Comunicação*: <https://www.nsccomunicacao.com.br/#home>
- Oliveira, R. (2016). Colóquio NEA: 30 anos de história. Preservando a herança cultural açoriana em Santa Catarina. In: Alves, J. C. (Org.). *Colóquio NEA 30 anos de história: preservação a herança cultural açoriana em Santa Catarina*. pp. 26-34. Florianópolis: Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC (NEA).
- Oliveira, V.H.N. (2021). Metodologia de cartas como estratégia metodológica para entender os fluxos urbanos de jovens contemporâneos. *DOSSIER Entramados*. 8(9). 185-193. DOI: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7968537>.
- Oliven, R.G. (1992). *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Orlandi. E. P. (1996) *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Ed. Pontes.
- Ortiz, R. (1985). *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. SP: Ed. Brasiliense.
- Pedro, J. M. (1995). *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro, 1831-1889*. Florianópolis: Ed. UFSC.
- Pedrosa. C.E.F. (2007). Discurso religioso: funções e especificidade. *SOLETRAS*. Ano VII, 13, 38-45. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/4694>
- Pereira, L. F. da R. (2002). *O Adiantado do Minuto: A internet e os novos rumos do jornalismo*. Trabalho de Conclusão de Curso Jornalismo. Faculdades Integradas Hélio Alonso – FACHA. Rio de Janeiro, Brasil.

- Peruzzo, C. M. K. (2005) Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. *Comunicação & Sociedade*. 26, 43, 67-84. DOI: <https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v26n43p67-84>
- Pesavento, S.J. (2000). Literatura, História e Identidade Nacional. *VIDYA*. 9(33). 9-27. Disponível em <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/VIDYA/article/view/531>
- Pesavento, S. J. (2007) Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História* [online]. 27(53), 11-23. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882007000100002>
- Pesavento, S.J. (2008). História, memória e centralidade urbana. *Revista Mosaico*. 1(1), 3-12. DOI: <https://doi.org/10.18224/mos.v1i1.225>.
- Pimentel, A. da S. & Temer, A. C. R. P. (2013) Newsmaking in Portuguese: uma discussão das hipóteses de Gaye Tuchman no contexto brasileiro. *Comunicação & Informação*. 15(2), 116-132. DOI: <https://doi.org/10.5216/c&i.v15i2.23116>.
- Portella, R. (2006). Discurso religioso, legitimidade e poder: algumas considerações a partir de Bourdieu, Foucault e Heller. *Rev. Fragmentos de Cultura*. 16(7/8). DOI: <https://doi.org/10.18224/frag.v16i78.46>.
- Queiroz, M. I. P. de (1989) Identidade cultural, identidade nacional no Brasil. *Revista Sociol. Tempo Social*. 1(1), 29-46. DOI : <https://doi.org/10.1590/ts.v1i1.83318>.
- Richardson, J.E. (2007) *Analysing Newspapers: an approach from critical discourse analysis*. New York: Palgrave Macmillan.
- Roteiro das Manifestações Culturais de Florianópolis*. (2008) Elaboração Equipe Técnica da Coord. de Patrimônio Cultural da Fundação Franklin Cascaes. Florianópolis/SC: Fundação Franklin Cascaes.
- Sánchez, F. (2010). *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapeco: Ed. Argos.
- Santaella, L. & Nöth, W. (1998) *Imagem – Cognição, semiótica, mídia*. São Paulo: Iluminuras
- Santos, B. S. (2007). Os direitos humanos na zona de contacto entre globalizações rivais. In: *Rev. Cronos*. Natal-RN, v. 8, n. 1, p. 23-40
- Saussure, F. (1992). *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix.
- Saussure, F. (2006). *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix. 27 Ed.
- Serrano, E. (2003). Jornalismo e elites do poder. *Ciber.Legenda*. 2, 1-19. Disponível em <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36845/21419> .
- Serpa, E. C. (1996). A identidade Catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. *Revista de Ciências Humanas*. 14(20), 63-79. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/download/23486/21154/76356>

- Silva, M. A. S. (2016). Cultura açoriana no contexto da cidade-mercadoria: da invisibilidade à mercantilização em Florianópolis-SC. *Caminhos De Geografia*, 17(59), 144–161. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCG175909>.
- Silva, T. T. da (2004). Identidade e diferença: Uma introdução teórica e conceitual. In T.T. da Silva (Ed.), *A produção social da identidade e da diferença*. (pp.38-52). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Silveirinha, M. J., & Cristo, A. T. P. D. (2004). A construção discursiva dos imigrantes na imprensa. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (69), 117-137. Disponível em <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/69/RCCS69-117-137-Silveirinha%20e%20Cristo.pdf>.
- Simões, R. J. B. de. (2011). *Crime, Castigo e Género nas Sociedades Mediatizadas Políticas de (In)justiça no Discurso dos Media*. Tese de Doutoramento. Doutoramento em Ciências da Comunicação. Universidade de Coimbra. Faculdade de Letras. Coimbra, Portugal.
- Simões, R. J. B. de (2014) Do ‘pessoal ao político’: Tensões, paradoxos e implicações da metiatização da violência contra as mulheres em Portugal. *Media&Jornalismo*. 14(25), 33-51. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/46574/1/Do%20pessoal%20ao%20pol%20c3%adico.pdf>.
- Soares, M. C. (2009). *Representações, jornalismo e a esfera pública democrática*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Sousa, J. P. (2004). *Introdução à análise do Discurso Jornalístico Impresso – um guia para estudantes de graduação*. Florianópolis: Ed. Letras Contemporâneas.
- Sousa, J. P. (2005). *Elementos de Jornalismo Impresso*. Florianópolis: Ed. Letras Contemporâneas.
- Souza, L.K. de. (2019). Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. vol.71, n.2, pp. 51-67. DOI: <http://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP2019v71i2p.51-67>
- Thompson, J. B. (2011). *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Traquina, N. (1998). As notícias. *Jornalimos, Revista de Comunicação e Linguagens*. nº 8. Lisboa: Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens.
- Traquina, N. (2005). *Teorias do Jornalismo Volume II: A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular.
- Tuchman, G. (1993) A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: Traquina, Nelson (org.), *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"* (pp.61-73). Lisboa: Veja.
- Tuchman, G. (2002). As notícias como uma realidade construída. In: Pissarra, E.J. (Org.). *Comunicação e Sociedade - os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa*. Lisboa: Livros Horizonte.

- Van Dijk, T. (1999). *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto.
- Van Dijk, T. (2003) *Racismo y discurso de las élites*. Barcelona: Gedisa Editorial.
- Van Dijk, T. (2005). *Notícia e Ideologia: estudos na análise crítica do Discurso*. Porto: Campo das Letras.
- Van Dijk, T. (2015). *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto.
- Van Dijk, T. (2017). *Discurso, Notícia e Ideologia - Estudos na Análise Crítica do Discurso*. Porto- Portugal: Campo das Letras.
- Van Leeuwen, T. (1997) A representação dos actores sociais. In: Pedro, E. R. (Org.). *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Caminho. pp. 169-222.
- Veiga, E. V. da (2010). *Florianópolis: Memória Urbana*. Florianópolis: Fund. Franklin Cascaes. 3.ed.
- Williams, R. (1958). A Cultura é de Todos. Trad. Maria Elisa Cevasco. USP. Disponível no link: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Ftheav.weebly.com%2Fuploads%2F8%2F4%2F7%2F3%2F8473020%2F1958_aculturaedetodos_raymondwilliams.pdf&cLen=194917&chunk=true.
- Woodward, K. (2004). Identidade e diferença: Uma introdução teórica e conceitual. In T.T. da Silva (Ed.), *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais* (pp. 2-37). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Zamin, A. (2014) Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. In: *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*. 21(3), 918-942. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2014.3.16716> .
- Zamim, A. & Schwaab, R. (2017) Um acidente no relato, um atentado na edição; e outras reflexões acerca das práticas jornalísticas. In: *Galaxia*, 34, 163-174. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-2554201727205> .
- Zelizer, B. (2015). O que fazer com o jornalismo?. *Brazilian Journalism Research*, 10(2), 12–27. <https://doi.org/10.25200/BJR.v10n2.2014.737> .

Anexo I

Protocolo da Análise de Conteúdo

Protocolo de Análise de Conteúdo

Peças jornalísticas

I – GRUPO DE VARIÁVEIS DE FORMA

var1 (ID) Número de identificação da peça (unidade de análise).

var2 (Jornal) Identificação do jornal em que está presente a peça analisada.

1. O Estado
2. Diário Catarinense

var3 (Ano) Identifica o ano em que a peça analisada foi extraída.

1. 1985
2. 1990
3. 1995
4. 2000
5. 2005
6. 2010
7. 2015
8. 2020

var4 (Data) Identifica a data em que a peça analisada foi publicada.

1. 20
2. 21
3. 22
4. 23
5. 24
6. 25
7. 26
99. Edição conjunta (nomenclatura dada a edições de jornais com mais de uma data na mesma publicação).

var5 (1ª pag) Identifica a presença de chamada (imagem e/ou texto) sobre o aniversário da cidade na primeira página do jornal (proeminência).

1. Sim
2. Não

var6 (Gênero jornalístico) Informa sobre o formato da peça jornalística analisada.

1. Charge (cartum que tem por finalidade satirizar um certo fato)
2. Editorial (texto indicado como tal)
3. Entrevista (artigo construído através de perguntas-respostas)
4. Nota (texto com até 3 parágrafos)
5. Notícia (artigo centrado em fatos cuja extensão exceda 3 parágrafos)
6. Reportagem (artigo que descreve ambientes e que recai sobre a classificação de texto criativo)
7. Coluna de Opinião (artigo ou textos assinado por: colaboradores regulares e/ou jornalistas OU leitores)

var7 (Caderno) Identifica a localização da peça analisada no jornal.

1. Caderno principal
2. Suplemento/Caderno Especial

var8 (Tipo de produção) Identifica quem escreve/assina a peça analisada.

1. Jornal. S/identif. (quando jornalista/colunista escreve e não há identificação de seu nome).
2. Jornal. C/identif. (quando jornalista/colunista escreve e seu nome é identificado).
3. Leitor/a. (quando é um leitor escreve, seja uma personalidade, autoridade ou cidadão comum).

var9 (Extensão) Identifica a dimensão, o espaço da peça analisada.

1. Página dupla
2. Página inteira
3. ½ página
4. 1/3 página
5. Menos ¼ página

var10 (Imagem) Identifica a valorização gráfica da peça com a existência de imagens.

1. Sim
2. Não

II – GRUPO DE VARIÁVEIS DE CONTEÚDO

var11 (Abordagem 1ª pag) Identifica a temática abordada na primeira página da edição analisada.

1. Belezas (quando é explorada a beleza local e das pessoas que moram e/ou frequentam o local).
2. História (quando aborda informações acerca de aspectos históricos da cidade)
3. Pós feriado (quando aborda sobre as atividades do feriado de aniversário da cidade)
4. Programação (aborda a programação - cultural, artística, esportiva, ... - do aniversário)
99. Não há (não há proeminência na edição)

var12 (Tema) Identifica o tema principal abordado na peça analisada.

0. Covid
1. atividades (artísticas e culturais que compõem programação de aniversário)
2. cultura (temáticas de arte e cultura na/da cidade)
3. educação
4. esporte (esporte de destaque na cidade e atletas de grande monta)
5. história
6. homenagem (a cidade e personalidades/autoridades)
7. infraestrutura
8. meio ambiente
9. política
10. religião
11. saúde
12. tecnologia
13. turismo
14. variedades

var13 (Pauta) Identifica o tema secundário, com destaque para atributos de identidade e cultura da cidade (identificadas a partir de características reiteradas do perfil identitário local).

1. belezas (conteúdo das informações destaca belezas naturais e/ou da população local)
2. cultura - da e na Ilha (conteúdo das informações destaca aspectos culturais locais)
3. fala - sotaque e termos (conteúdo das informações destaca elementos da língua local)
4. gastronomia (conteúdo das informações destaca produção de alimentos e/ou culinária local)
5. história - descendência migratória (conteúdo das informações destaca migração açoriana)
6. 'nativo' - nascido na cidade, o 'local' (conteúdo das informações destaca nascidos na 'Ilha')
7. qualidade de vida - economia, renda, educação, esporte, afins (conteúdo das informações destaca aspectos vinculados a benefícios locais)
8. religiosidade (conteúdo das informações relacionadas a religiosidade local)
99. não há (conteúdo das informações não faz menção a marcas 'identitárias' apontadas)

var14 (Pessoa texto) Registra os atores que intervêm na ação narrada na peça analisada.

1. Feminino
2. Masculino
99. Não informa

var15 (Ocupação) Identificação da atividade profissional da pessoa da peça analisada.

Ocupação			
0 - Não é dito	8 - Profissional de ciência ou tecnologia, engenheiro/a, técnico/a, especialista em computadores	14 - Figura religiosa, monge, freira, rabino,	21 - Artesão/o, folclorista, Escritor
1 - Política/o, líder político/a, equipe de partido político	9 - Profissional de mídia, jornalista, cineasta, influenciador digital, diretor/a teatro	15 - Ativista, trabalhador/a em sociedade civil, ONG, sindicato, direitos humanos	22 - Morador da cidade (qdo não houver outra informação). Povos de origem e/ou originários da cidade.
3 - Funcionário do governo, funcionário público	10 - Advogado/a, juiz/a, magistrado/a, jurista	16 - Celebridade, artista, atriz/ator, músico/a, artista plástico, personalidade de rádio ou tv	23 - Pessoa aposentada, pensionista
4 - Policial, militar, segurança, bombeiro	11 - Pessoa de negócios, empresários, gestor, economista,	17 - Atleta, jogador/a, técnica/o, árbitro/a	24 - Pessoa desempregada (qdo não houver outra informação)

	especialista em finanças		
5 - Especialista da academia, professor/a, palestrante	12 - Trabalhador/a de escritório ou serviços, não-gestor de escritório, loja, restaurante	18 - Estudante, aluno/a	25 – Realeza, qq membro da família real, pessoa ligada ao ‘descobrimento’ do país e região (qdo não houver destaque para sua ocupação)
6 - Médico/a, dentista, especialista em saúde	13 - Comerciante, trabalhador/a, motorista de caminhão, construção, fábrica, trabalhador/a doméstica	19 - Dona de casa, mãe ou pai	26 – Turista, visitante
7 - Assistente de saúde, assistente social, cuidador	14 - Trabalhador/a em agricultura, mineração, pesca, floresta	20 - Criança, jovem (até 18 anos)	27 - Outro, apenas como último recurso (explicado nos comentários)

var16 (Função AS) Identifica qual a função na notícia da pessoa presente na peça.

0 - Não.

1 – Sujeito: a notícia é sobre essa pessoa.

2 – Porta-voz: representa ou fala em nome de outra pessoa, grupo ou organização.

3 – Especialista, comentador/a: oferece informação adicional, com base em conhecimento especializado.

4 – Experiência pessoal: apresenta opinião baseado em sua experiencia pessoal e individual.

5 – Opinião popular: a opinião da pessoa reflete a da/o ‘cidadão comum’.

6 – Outro: apenas em último recurso (explicado em comentários).

Anexo II

Grelha da Análise de Conteúdo

Anexo III

Grelha completa AC

GRELHA DE ANÁLISE AC - Peças jornalísticas

VARIÁVEIS DE FORMA										VARIÁVEIS DE CONTEÚDO						
N. IDENT.	JORNAL	ANO	DATA	1ª PAG	GÊNERO JORNAL	CADERNO	TIPO DE PRODUÇÃO	EXTENSÃO	IMAGEM	ABORDAGEM 1a PAG	TEMA	PAUTA	PESSOA	QTS PESSOAS	OCUPAÇÃO	FUNÇÃO
1	DC	2020	Edição conjunta	não	nota	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	sim	não há	covid	qualidade de vida	F	2	11	experiência pessoal
2	DC	2020	Edição conjunta	não	reportagem	Caderno principal	Jornal. C/identif.	Pg inteira	sim	não há	turismo	belezas	M	1	5	sujeito
3	DC	2020	Edição conjunta	não	reportagem	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/3 pg	não	não há	história	cultura	M	1	1	sujeito
4	DC	2020	Edição conjunta	não	reportagem	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/3 pg	não	não há	história	cultura	M	3	5	especialista
5	DC	2020	Edição conjunta	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	Pg inteira	sim	não há	turismo	cultura	F	1	5	especialista
6	DC	2015	20	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/2 pg	sim	não há	religião	religiosidade	F	2	14	especialista
7	DC	2015	20	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/3 pg	sim	não há	religião	religiosidade	F	1	18	sujeito
8	DC	2015	21	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	atividades	gastronomia	M	1	16	sujeito
9	DC	2015	21	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	sim	não há	atividades	cultura	não	0	não	não
10	DC	2015	21	não	notícia	Suplemento	Jornal. C/identif.	Pg inteira	sim	não há	cultura	cultura	M	1	16	sujeito
11	DC	2015	21	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	Pg inteira	sim	não há	religião	religiosidade	M	2	22	opinião
12	DC	2015	21	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/2 pg	sim	não há	cultura	cultura	F	1	16	sujeito
13	DC	2015	21	não	coluna de opinião	Suplemento	Jornal. C/identif.	1/2 pg	não	não há	religião	religiosidade	M	1	9	experiência pessoal
14	DC	2015	22	não	nota	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	sim	não há	cultura	cultura	M	1	9	sujeito
15	DC	2015	22	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	sim	não há	esporte	nativo	M	1	17	sujeito
16	DC	2015	22	não	nota	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	turismo	belezas	não	0	não	não
17	DC	2015	23	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/3 pg	não	não há	história	belezas	não	0	não	não
18	DC	2015	23	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	sim	não há	turismo	gastronomia	não	0	não	não
19	DC	2015	23	não	reportagem	Caderno principal	Jornal. S/identif.	Pg dupla	sim	não há	atividades	belezas	F	2	9	opinião

20	DC	2015	23	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/2 pg	sim	não há	religião	religiosidade	M	1	14	especialista
21	DC	2015	23	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/3 pg	não	não há	cultura	fala	F	2	9	experiência pessoal
22	DC	2015	23	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/3 pg	sim	não há	história	nativo	M	1	9	experiência pessoal
23	DC	2015	23	não	nota	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	homenagem	nativo	M	1	22	outro
24	DC	2015	23	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	homenagem	não há	não	0	não	não
25	DC	2015	23	não	editorial	Suplemento	Jornal. C/identif.	Pg dupla	sim	não há	cultura	cultura	M	1	16	sujeito
26	DC	2015	23	não	Notícia	Suplemento	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	sim	não há	cultura	cultura	M	1	16	sujeito
27	DC	2015	23	não	reportagem	Suplemento	Jornal. C/identif.	Pg inteira	sim	não há	cultura	cultura	M	1	16	sujeito
28	DC	2015	23	não	reportagem	Suplemento	Jornal. C/identif.	Pg inteira	sim	não há	cultura	nativo	M	2	16	sujeito
29	DC	2015	23	não	reportagem	Suplemento	Jornal. C/identif.	Pg inteira	sim	não há	cultura	belezas	F	1	16	sujeito
30	DC	2015	23	não	reportagem	Suplemento	Jornal. C/identif.	Pg inteira	sim	não há	cultura	cultura	M	1	16	sujeito
31	DC	2015	23	não	reportagem	Suplemento	Jornal. C/identif.	Pg inteira	sim	não há	cultura	nativo	M	1	16	sujeito
32	DC	2015	23	não	reportagem	Suplemento	Jornal. C/identif.	Pg inteira	sim	não há	cultura	cultura	M	2	16	sujeito
33	DC	2015	23	não	reportagem	Suplemento	Jornal. C/identif.	1/2 pg	não	não há	cultura	cultura	M	1	16	especialista
34	DC	2015	23	não	reportagem	Suplemento	Jornal. C/identif.	1/2 pg	não	não há	cultura	cultura	F	2	16	especialista
35	DC	2015	24	sim	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/3 pg	sim	História	atividades	belezas	M	1	16	outro
36	DC	2015	24	sim	charge	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/2 pg	não	História	homenagem	belezas	não	0	não	não
37	DC	2015	24	sim	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/2 pg	sim	História	atividades	cultura	não	0	não	não
38	DC	2015	24	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/2 pg	sim	História	homenagem	cultura	M	1	9	porta-voz
39	DC	2015	24	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/2 pg	sim	História	política	qualidade de vida	M	2	1	porta-voz
40	DC	2015	24	sim	notícia	Caderno principal	Leitor/a	1/2 pg	sim	História	homenagem	belezas	M	1	22	opinião
41	DC	2015	24	sim	coluna de opinião	Caderno principal	Leitor/a	menos 1/4 pg	não	História	infra-estrutura	qualidade de vida	M	1	22	opinião
42	DC	2015	24	sim	reportagem	Caderno principal	Jornal. C/identif.	Pg dupla	sim	História	história	nativo	M	1	5	especialista

43	DC	2015	24	sim	reportagem	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	não	História	história	nativo	M	1	5	especialista
44	DC	2015	24	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	não	História	história	qualidade de vida	M	1	9	especialista
45	DC	2015	24	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	Pg inteira	sim	História	história	qualidade de vida	M	1	11	sujeito
46	DC	2015	24	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	Pg inteira	sim	História	história	qualidade de vida	F	1	11	sujeito
47	DC	2015	24	sim	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	não	História	história	qualidade de vida	M	2	8	sujeito
48	DC	2015	24	sim	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	não	História	homenagem	não há	não	0	não	não
49	DC	2015	24	sim	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	sim	História	religião	religiosidade	M	1	1	sujeito
50	DC	2015	25	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/3 pg	sim	não há	história	cultura	M	1	21	sujeito
51	DC	2015	25	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/3 pg	sim	não há	meio ambiente	belezas	F	1	26	sujeito
52	DC	2015	25	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/3 pg	não	não há	cultura	história	M	2	5	sujeito
53	DC	2015	26	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	sim	não há	história	cultura	M	1	1	porta-voz
54	DC	2015	26	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	turismo	não há	não	0	não	não
55	DC	2015	26	não	coluna de opinião	Caderno principal	Leitor/a	menos 1/4 pg	não	não há	infra-estrutura	não há	não	0	não	não
56	DC	2015	26	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	política	não há	M	1	16	sujeito
57	DC	2010	20	não	nota	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	não há	atividades	belezas	não	0	não	não
58	DC	2010	20	não	reportagem	Caderno principal	Jornal. C/identif.	Pg dupla	sim	não há	meio ambiente	belezas	M	3	14	opinião
59	DC	2010	20	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	sim	não há	meio ambiente	não há	M	1	5	especialista
60	DC	2010	20	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/3 pg	sim	não há	cultura	cultura	M	1	16	especialista
61	DC	2010	20	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	não há	atividades	cultura	não	0	não	não
62	DC	2010	20	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/3 pg	não	não há	infra-estrutura	não há	não	0	não	não
63	DC	2010	20	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	Pg inteira	sim	não há	educação	qualidade de vida	F	2	3	especialista
64	DC	2010	20	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/2 pg	sim	não há	atividades	cultura	M	2	16	sujeito
65	DC	2010	20	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	não há	religião	religiosidade	não	0	não	não

66	DC	2010	20	não	coluna de opinião	Caderno principal	Leitor/a	menos 1/4 pg	não	não há	política	qualidade de vida	F	1	22	experiência pessoal
67	DC	2010	20	não	coluna de opinião	Caderno principal	Leitor/a	menos 1/4 pg	não	não há	variedades	belezas	M	1	22	experiência pessoal
68	DC	2010	20	não	coluna de opinião	Caderno principal	Leitor/a	menos 1/4 pg	não	não há	política	belezas	F	1	22	experiência pessoal
69	DC	2010	20	não	coluna de opinião	Caderno principal	Leitor/a	menos 1/4 pg	não	não há	infra-estrutura	belezas	M	1	22	experiência pessoal
70	DC	2010	20	não	coluna de opinião	Caderno principal	Leitor/a	menos 1/4 pg	não	não há	infra-estrutura	qualidade de vida	M	1	22	experiência pessoal
71	DC	2010	20	não	coluna de opinião	Caderno principal	Leitor/a	menos 1/4 pg	não	não há	infra-estrutura	nativo	M	1	22	experiência pessoal
72	DC	2010	20	não	coluna de opinião	Caderno principal	Leitor/a	menos 1/4 pg	não	não há	política	belezas	F	1	22	experiência pessoal
73	DC	2010	20	não	coluna de opinião	Caderno principal	Leitor/a	menos 1/4 pg	não	não há	infra-estrutura	belezas	M	1	22	experiência pessoal
74	DC	2010	20	não	coluna de opinião	Caderno principal	Leitor/a	menos 1/4 pg	não	não há	política	belezas	M	1	22	experiência pessoal
75	DC	2010	20	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/2 pg	não	não há	história	cultura	não	0	não	não
76	DC	2010	21	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	política	não há	M	2	1	sujeito
77	DC	2010	21	não	reportagem	Caderno principal	Jornal. C/identif.	Pg dupla	sim	não há	cultura	história	M	3	14	opinião
78	DC	2010	21	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	não	não há	atividades	não há	não	0	não	não
79	DC	2010	21	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	religião	religiosidade	não	0	não	não
80	DC	2010	22	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	sim	não há	atividades	não há	não	0	não	não
81	DC	2010	22	não	nota	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	sim	não há	homenagem	cultura	F	1	16	sujeito
82	DC	2010	22	não	reportagem	Caderno principal	Jornal. C/identif.	Pg dupla	sim	não há	turismo	não há	F	2	11	porta-voz
83	DC	2010	22	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	Pg inteira	sim	não há	cultura	cultura	M	2	16	sujeito
84	DC	2010	22	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/2 pg	sim	não há	variedades	não há	M	1	16	sujeito
85	DC	2010	22	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/2 pg	sim	não há	política	não há	M	1	22	opinião
86	DC	2010	22	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/2 pg	sim	não há	religião	religiosidade	não	0	não	não
87	DC	2010	22	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	sim	não há	religião	religiosidade	M	1	1	sujeito
88	DC	2010	23	sim	reportagem	Caderno principal	Jornal. C/identif.	Pg inteira	sim	Programação	cultura	cultura	não	0	não	não

89	DC	2010	23	sim	reportagem	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/3 pg	não	Programação	cultura	história	não	0	25	sujeito
90	DC	2010	23	sim	reportagem	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/2 pg	sim	Programação	cultura	cultura	F	2	21	sujeito
91	DC	2010	23	sim	reportagem	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	sim	Programação	cultura	cultura	F	1	16	sujeito
92	DC	2010	23	sim	reportagem	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	sim	Programação	cultura	cultura	F	1	21	sujeito
93	DC	2010	23	sim	nota	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	não	Programação	cultura	história	não	0	não	não
94	DC	2010	23	sim	nota	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	sim	Programação	atividades	cultura	não	0	não	não
95	DC	2010	23	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/2 pg	sim	Programação	atividades	não há	M	1	16	sujeito
96	DC	2010	23	sim	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/3 pg	sim	Programação	história	nativo	M	1	9	experiência pessoal
97	DC	2010	23	sim	nota	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	sim	Programação	esporte	nativo	M	1	17	sujeito
98	DC	2010	23	sim	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/2 pg	não	Programação	história	cultura	M	1	9	opinião
99	DC	2010	23	sim	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	não	Programação	infra-estrutura	não há	não	0	não	não
100	DC	2010	23	sim	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	não	Programação	religião	religiosidade	M	1	14	especialista
101	DC	2010	23	sim	editorial	Suplemento	Jornal. S/identif.	1/2 pg	não	Programação	variedades	belezas	não	0	não	não
102	DC	2010	23	sim	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	1/2 pg	não	Programação	variedades	cultura	não	0	não	não
103	DC	2010	23	sim	entrevista	Suplemento	Jornal. S/identif.	Pg dupla	sim	Programação	variedades	belezas	M	2	1	outro
104	DC	2010	23	sim	entrevista	Suplemento	Jornal. S/identif.	Pg dupla	sim	Programação	cultura	gastronomia	M	2	14	outro
105	O ESTADO	2000	edição conjunta	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	cultura	nativo	M	1	9	sujeito
106	DC	2010	23	sim	entrevista	Suplemento	Jornal. S/identif.	Pg dupla	sim	Programação	história	nativo	M	2	1	outro
107	DC	2010	23	sim	coluna de opinião	Suplemento	Jornal. S/identif.	Pg inteira	não	Programação	cultura	fala	M	1	21	especialista
108	DC	2010	23	sim	entrevista	Suplemento	Jornal. S/identif.	Pg dupla	sim	Programação	infra-estrutura	qualidade de vida	não	0	não	não
109	DC	2010	23	sim	entrevista	Suplemento	Jornal. S/identif.	Pg dupla	sim	Programação	cultura	nativo	M	1	16	sujeito
110	DC	2010	23	sim	entrevista	Suplemento	Jornal. S/identif.	Pg dupla	sim	Programação	infra-estrutura	qualidade de vida	M	2	12	outro
111	DC	2010	23	sim	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	Pg dupla	sim	Programação	variedades	qualidade de vida	não	0	não	não

112	DC	2010	24	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	esporte	não há	não	0	não	não
113	DC	2010	24	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	sim	não há	atividades	belezas	não	0	não	não
114	DC	2010	24	não	reportagem	Caderno principal	Jornal. C/identif.	Pg dupla	sim	não há	turismo	belezas	F	1	26	opinião
115	DC	2010	24	não	reportagem	Caderno principal	Jornal. C/identif.	Pg dupla	sim	não há	turismo	belezas	F	1	19	opinião
116	DC	2010	24	não	nota	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	sim	não há	atividades	cultura	não	0	não	não
117	DC	2010	24	não	nota	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	sim	não há	cultura	cultura	não	0	não	não
118	DC	2010	24	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	homenagem	cultura	não	0	não	não
119	DC	2010	25	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	Pg inteira	sim	não há	infra-estrutura	qualidade de vida	M	2	3	especialista
120	DC	2010	25	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	Pg inteira	sim	não há	atividades	cultura	M	2	21	sujeito
121	DC	2010	26	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/2 pg	não	não há	história	história	não	0	não	não
122	DC	2005	20	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	homenagem	cultura	não	0	não	não
123	DC	2005	20	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	Pg inteira	sim	não há	cultura	cultura	F	1	21	sujeito
124	DC	2005	21	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	cultura	cultura	F	1	16	sujeito
125	DC	2005	21	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	não	não há	cultura	fala	F	1	16	sujeito
126	DC	2005	21	não	nota	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	cultura	cultura	F	1	16	sujeito
127	DC	2005	21	não	nota	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	cultura	cultura	M	1	16	sujeito
128	DC	2005	21	não	nota	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	atividades	cultura	M	1	16	sujeito
129	DC	2005	22	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/2 pg	sim	não há	esporte	nativo	M	1	17	sujeito
130	DC	2005	22	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	política	não há	M	2	1	sujeito
131	DC	2005	23	não	reportagem	Caderno principal	Jornal. C/identif.	Pg dupla	sim	não há	homenagem	qualidade de vida	M	3	22	opinião
132	DC	2005	23	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	turismo	não há	M	1	11	especialista
133	DC	2005	23	não	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	não há	atividades	não há	não	0	não	não
134	DC	2005	23	não	reportagem	Suplemento	Jornal. S/identif.	Pg inteira	sim	não há	variedades	qualidade de vida	não	0	não	não

135	DC	2005	23	não	coluna de opinião	Suplemento	Leitor/a	menos 1/4 pg	sim	não há	meio ambiente	belezas	F	1	16	opinião
136	DC	2005	23	não	coluna de opinião	Suplemento	Leitor/a	menos 1/4 pg	sim	não há	história	cultura	M	1	11	opinião
137	DC	2005	23	não	reportagem	Suplemento	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	não há	história	história	M	2	22	sujeito
138	DC	2005	23	não	reportagem	Suplemento	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	não há	meio ambiente	belezas	não	0	não	não
139	DC	2005	23	não	entrevista	Suplemento	Jornal. S/identif.	Pg inteira	sim	não há	política	qualidade de vida	M	1	1	sujeito
140	DC	2005	23	não	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	1/2 pg	sim	não há	turismo	qualidade de vida	M	1	3	especialista
141	DC	2005	23	não	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	1/2 pg	sim	não há	cultura	cultura	M	1	1	outro
142	DC	2005	23	não	coluna de opinião	Suplemento	Leitor/a	menos 1/4 pg	sim	não há	meio ambiente	qualidade de vida	M	1	17	opinião
143	DC	2005	23	não	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	1/2 pg	sim	não há	história	qualidade de vida	M	2	8	especialista
144	DC	2005	23	não	coluna de opinião	Suplemento	Leitor/a	menos 1/4 pg	sim	não há	meio ambiente	belezas	M	1	6	opinião
145	DC	2005	23	não	nota	Suplemento	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	história	não há	não	0	não	não
146	DC	2005	23	não	reportagem	Suplemento	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	história	qualidade de vida	não	0	não	não
147	DC	2005	23	não	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	1/2 pg	não	não há	história	cultura	não	0	não	não
148	DC	2005	23	não	coluna de opinião	Suplemento	Leitor/a	menos 1/4 pg	sim	não há	meio ambiente	belezas	F	1	9	opinião
149	DC	2005	23	não	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	Pg inteira	sim	não há	política	qualidade de vida	F	1	3	especialista
150	DC	2005	23	não	coluna de opinião	Suplemento	Leitor/a	menos 1/4 pg	sim	não há	meio ambiente	nativo	F	1	16	opinião
151	DC	2005	23	não	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	Pg inteira	sim	não há	infra-estrutura	qualidade de vida	F	2	1	porta-voz
152	DC	2005	23	não	coluna de opinião	Suplemento	Leitor/a	menos 1/4 pg	sim	não há	homenagem	belezas	M	1	16	opinião
153	DC	2005	23	não	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	Pg inteira	sim	não há	política	qualidade de vida	M	1	4	especialista
154	DC	2005	23	não	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	1/2 pg	sim	não há	esporte	qualidade de vida	M	1	3	especialista
155	DC	2005	23	não	coluna de opinião	Suplemento	Leitor/a	menos 1/4 pg	sim	não há	meio ambiente	qualidade de vida	M	1	21	opinião
156	DC	2005	23	não	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	1/2 pg	sim	não há	educação	qualidade de vida	M	1	3	especialista
157	DC	2005	24	não	editorial	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	não	não há	política	qualidade de vida	não	0	não	não

158	DC	2005	24	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/2 pg	sim	não há	política	não há	M	2	14	outro
159	DC	2005	24	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/2 pg	sim	não há	homenagem	não há	M	1	1	sujeito
160	DC	2005	24	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	não	não há	esporte	não há	M	1	17	sujeito
161	DC	2005	24	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	atividades	não há	não	0	não	não
162	DC	2005	24	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	atividades	nativo	M	1	9	sujeito
163	DC	2005	24	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	Pg dupla	sim	não há	cultura	não há	M	1	9	sujeito
164	DC	2005	25	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	não	não há	turismo	não há	M	2	12	porta-voz
165	DC	2005	25	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/2 pg	sim	não há	política	cultura	M	1	4	especialista
166	DC	2005	25	não	coluna de opinião	Caderno principal	Leitor/a	menos 1/4 pg	não	não há	política	cultura	F	1	22	opinião
167	DC	2005	25	não	coluna de opinião	Caderno principal	Leitor/a	menos 1/4 pg	não	não há	política	cultura	M	1	22	opinião
168	DC	2005	26	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	não	não há	política	cultura	não	0	não	não
169	DC	2005	26	não	editorial	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	não	não há	turismo	cultura	não	0	não	não
170	DC	2005	26	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/3 pg	não	não há	cultura	cultura	M	1	9	opinião
171	DC	2005	26	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	Pg inteira	sim	não há	cultura	cultura	M	1	9	sujeito
172	DC	2000	20	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/2 pg	não	não há	história	história	M	2	5	especialista
173	DC	2000	20	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/2 pg	não	não há	história	história	M	2	25	outro
174	DC	2000	20	não	nota	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	história	história	não	0	não	não
175	DC	2000	21	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/2 pg	não	não há	turismo	belezas	M	1	11	sujeito
176	DC	2000	21	não	reportagem	Caderno principal	Jornal. C/identif.	Pg inteira	sim	não há	meio ambiente	qualidade de vida	M	3	1	porta-voz
177	DC	2000	21	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/2 pg	sim	não há	história	cultura	M	2	9	especialista
178	DC	2000	21	não	coluna de opinião	Caderno principal	Leitor/a	1/3 pg	não	não há	história	cultura	não	0	não	não
179	DC	2000	21	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/3 pg	não	não há	cultura	cultura	M	1	16	sujeito
180	DC	2000	21	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/3 pg	sim	não há	cultura	cultura	M	1	16	sujeito

181	DC	2000	22	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/3 pg	sim	não há	história	história	M	1	5	especialista
182	DC	2000	22	não	coluna de opinião	Caderno principal	Leitor/a	menos 1/4 pg	não	não há	homenagem	cultura	não	0	não	não
183	DC	2000	23	não	editorial	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	não	não há	turismo	qualidade de vida	não	0	não	não
184	DC	2000	23	não	reportagem	Caderno principal	Jornal. C/identif.	Pg inteira	sim	não há	meio ambiente	belezas	não	0	não	não
185	DC	2000	23	não	coluna de opinião	Caderno principal	Leitor/a	1/3 pg	não	não há	meio ambiente	belezas	não	0	não	não
186	DC	2000	23	não	reportagem	Caderno principal	Jornal. C/identif.	Pg inteira	sim	não há	meio ambiente	qualidade de vida	não	0	não	não
187	DC	2000	23	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/3 pg	sim	não há	meio ambiente	qualidade de vida	F	2	5	especialista
188	DC	2000	23	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	Pg inteira	sim	não há	atividades	cultura	M	1	16	outro
189	DC	2000	23	não	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	Pg inteira	sim	não há	história	história	não	0	não	não
190	DC	2000	23	não	entrevista	Suplemento	Jornal. S/identif.	Pg inteira	sim	não há	política	qualidade de vida	F	1	1	sujeito
191	DC	2000	23	não	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	1/2 pg	sim	não há	turismo	qualidade de vida	não	0	não	não
192	DC	2000	23	não	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	1/3 pg	não	não há	infra-estrutura	qualidade de vida	não	0	não	não
193	DC	2020	23	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/2 pg	sim	não há	esporte	qualidade de vida	M	1	17	especialista
194	DC	2000	24	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/2 pg	sim	não há	história	história	M	1	5	especialista
195	DC	2000	24	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	Pg inteira	sim	não há	história	cultura	F	2	22	opinião
196	DC	2000	24	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/2 pg	sim	não há	cultura	cultura	M	2	21	sujeito
197	DC	2000	24	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/2 pg	sim	não há	atividades	cultura	M	1	3	porta-voz
198	DC	2000	24	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	não	não há	história	história	M	1	25	sujeito
199	DC	2000	25	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/2 pg	sim	não há	história	história	M	1	5	especialista
200	DC	2000	26	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/3 pg	não	não há	infra-estrutura	qualidade de vida	M	1	8	especialista
201	DC	2000	26	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	infra-estrutura	não há	não	0	não	não
202	DC	1995	20	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	cultura	cultura	não	0	não	não
203	DC	1995	20	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	Pg inteira	sim	não há	atividades	cultura	F	2	16	sujeito

204	DC	1995	20	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	atividades	cultura	M	1	16	especialista
205	DC	1995	20	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	turismo	belezas	F	2	9	porta-voz
206	DC	1995	20	não	nota	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	política	não há	M	1	1	outro
207	DC	1995	20	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/2 pg	sim	não há	cultura	história	M	1	5	especialista
208	DC	1995	21	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/2 pg	sim	não há	esporte	qualidade de vida	M	1	17	sujeito
209	DC	1995	21	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	Pg dupla	sim	não há	cultura	cultura	M	1	15	especialista
210	DC	1995	22	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	Pg inteira	não	Programação	atividades	cultura	M	1	16	sujeito
211	DC	1995	22	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/3 pg	não	Programação	atividades	cultura	M	1	16	sujeito
212	DC	1995	23	sim	nota	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	Programação	atividades	não há	não	0	não	não
213	DC	1995	23	sim	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	Programação	atividades	não há	não	0	não	não
214	DC	1995	23	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	não	Programação	atividades	cultura	não	0	não	não
215	DC	1995	23	sim	coluna de opinião	Caderno principal	Leitor/a	1/3 pg	não	Programação	homenagem	qualidade de vida	não	0	não	não
216	DC	1995	23	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	Programação	atividades	cultura	M	1	21	sujeito
217	DC	1995	23	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/2 pg	sim	Programação	esporte	qualidade de vida	M	1	17	sujeito
218	DC	1995	23	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	Pg inteira	sim	Programação	atividades	cultura	M	1	16	sujeito
219	DC	1995	24	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/2 pg	sim	Pós feriado	cultura	cultura	M	1	1	porta-voz
220	DC	1995	24	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/2 pg	sim	Pós feriado	cultura	cultura	M	1	16	sujeito
221	DC	1995	24	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	Pós feriado	atividades	qualidade de vida	M	1	22	não
222	DC	1995	24	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	Pós feriado	variedades	qualidade de vida	F	2	22	sujeito
223	DC	1995	24	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	Pós feriado	atividades	belezas	F	2	22	opinião
224	DC	1995	24	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	Pós feriado	política	não há	M	2	1	outro
225	DC	1995	25	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	atividades	não há	M	1	16	sujeito
226	DC	1995	25	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	política	não há	M	1	1	sujeito

227	DC	1990	20	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	cultura	cultura	M	1	11	porta-voz
228	DC	1990	20	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/2 pg	sim	não há	turismo	qualidade de vida	M	1	3	sujeito
229	DC	1990	21	não	nota	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	variedades	cultura	M	2	1	especialista
230	DC	1990	21	não	nota	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	atividades	cultura	não	0	não	não
231	DC	1990	21	não	nota	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	infra-estrutura	cultura	não	0	não	não
232	DC	1990	21	não	nota	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	educação	qualidade de vida	M	1	1	sujeito
233	DC	1990	21	não	nota	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	infra-estrutura	qualidade de vida	não	0	não	não
234	DC	1990	21	não	nota	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	infra-estrutura	qualidade de vida	não	0	não	não
235	DC	1990	21	não	nota	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	infra-estrutura	não há	não	0	não	não
236	DC	1990	21	não	nota	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	infra-estrutura	qualidade de vida	não	0	não	não
237	DC	1990	22	não	editorial	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	não	não há	variedades	não há	não	0	não	não
238	DC	1990	22	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	não	não há	atividades	não há	não	0	não	não
239	DC	1990	23	não	editorial	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	não	não há	homenagem	qualidade de vida	não	0	não	não
240	DC	1990	23	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	infra-estrutura	qualidade de vida	não	0	não	não
241	DC	1990	23	não	nota	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	atividades	cultura	não	0	não	não
242	DC	1990	23	não	nota	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	educação	qualidade de vida	M	2	1	sujeito
243	DC	1990	23	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	infra-estrutura	qualidade de vida	não	0	não	não
244	DC	1990	23	não	coluna de opinião	Caderno principal	Leitor/a	1/2 pg	não	não há	homenagem	qualidade de vida	M	1	1	sujeito
245	DC	1990	23	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/2 pg	sim	não há	homenagem	cultura	M	1	16	porta-voz
246	DC	1990	23	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	não	não há	atividades	cultura	M	1	16	especialista
247	DC	1990	23	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	não há	atividades	cultura	não	0	não	não
248	DC	1990	24	não	coluna de opinião	Caderno principal	Leitor/a	1/2 pg	não	não há	cultura	nativo	M	1	9	especialista
249	DC	1990	24	não	coluna de opinião	Caderno principal	Leitor/a	menos 1/4 pg	não	não há	cultura	história	M	1	26	opinião

250	DC	1990	24	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/2 pg	sim	não há	cultura	cultura	M	2	1	sujeito
251	DC	1990	24	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	não	não há	cultura	cultura	M	2	1	porta-voz
252	DC	1990	24	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	não há	história	cultura	F	2	3	especialista
253	DC	1990	24	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	não	não há	atividades	não há	não	0	não	não
254	DC	1990	25	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	não	não há	história	cultura	não	0	não	não
255	DC	1990	25	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/2 pg	sim	não há	infra-estrutura	qualidade de vida	M	1	8	especialista
256	DC	1990	25	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	não	não há	infra-estrutura	qualidade de vida	M	1	8	especialista
257	DC	1990	25	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	não	não há	infra-estrutura	qualidade de vida	M	1	8	sujeito
258	DC	1990	25	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/2 pg	sim	não há	infra-estrutura	qualidade de vida	não	0	não	não
259	DC	1990	25	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	não	não há	infra-estrutura	qualidade de vida	M	1	1	porta-voz
260	DC	1990	26	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	não há	meio ambiente	qualidade de vida	M	1	3	especialista
261	DC	1990	26	não	coluna de opinião	Caderno principal	Leitor/a	1/3 pg	não	não há	variedades	fala	não	0	não	não
262	DC	1990	26	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/3 pg	sim	não há	história	história	M	1	9	sujeito
263	O ESTADO	2005	edição conjunta	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	não há	religião	religiosidade	M	2	1	sujeito
264	O ESTADO	2005	edição conjunta	não	nota	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	atividades	não há	não	0	não	não
265	O ESTADO	2005	edição conjunta	não	nota	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	atividades	belezas	não	0	não	não
266	O ESTADO	2005	edição conjunta	não	reportagem	Caderno principal	Jornal. S/identif.	pg inteira	sim	não há	variedades	belezas	F	1	18	sujeito
267	O ESTADO	2005	edição conjunta	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	não	não há	história	história	F	1	5	sujeito
268	O ESTADO	2005	21	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	Programação	esporte	qualidade de vida	F	1	3	porta-voz
269	O ESTADO	2005	21	sim	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	não	Programação	atividades	não há	M	1	16	sujeito
270	O ESTADO	2005	21	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	pg inteira	sim	Programação	atividades	cultura	F	1	16	sujeito
271	O ESTADO	2005	22	não	nota	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	esporte	não há	não	0	não	não
272	O ESTADO	2005	22	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/3 pg	não	não há	política	não há	não	0	não	não

273	O ESTADO	2005	edição conjunta	sim	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	não	Programação	política	não há	não	0	não	não
274	O ESTADO	2005	edição conjunta	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	Programação	atividades	cultura	não	0	não	não
275	O ESTADO	2005	edição conjunta	sim	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	pg inteira	sim	Programação	variedades	não há	não	0	não	não
276	O ESTADO	2005	edição conjunta	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	pg inteira	sim	não há	política	não há	M	1		1 sujeito
277	O ESTADO	2000	20	não	coluna de opinião	Caderno principal	Leitor/a	menos 1/4 pg	não	não há	infra-estrutura	não há	não	0		18 opinião
278	O ESTADO	2000	20	não	coluna de opinião	Caderno principal	Leitor/a	menos 1/4 pg	não	não há	infra-estrutura	não há	M	1		18 opinião
279	O ESTADO	2000	21	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	não há	turismo	belezas	não	0	não	não
280	O ESTADO	2000	22	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	não há	meio ambiente	belezas	F	1		3 sujeito
281	O ESTADO	2000	23	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	Programação	atividades	cultura	M	1		16 sujeito
282	O ESTADO	2000	23	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	Programação	atividades	não há	M	1		16 sujeito
283	O ESTADO	2000	23	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	Programação	atividades	cultura	M	1		16 porta-voz
284	O ESTADO	2000	23	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/2 pg	sim	Programação	cultura	cultura	M	1		9 sujeito
285	O ESTADO	2000	23	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/2 pg	sim	Programação	variedades	belezas	não	0	não	não
286	O ESTADO	2000	23	sim	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	Programação	história	história	M	1		22 sujeito
287	O ESTADO	2000	23	sim	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	1/3 pg	não	Programação	história	história	M	1		1 sujeito
288	O ESTADO	2000	23	sim	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	Programação	história	história	M	1		22 sujeito
289	O ESTADO	2000	23	sim	reportagem	Suplemento	Jornal. S/identif.	pg inteira	não	Programação	história	cultura	M	1		16 sujeito
290	O ESTADO	2000	23	sim	reportagem	Suplemento	Jornal. S/identif.	pg inteira	não	Programação	história	educação	F	1		5 sujeito
291	O ESTADO	2000	23	sim	reportagem	Suplemento	Jornal. S/identif.	pg inteira	não	Programação	história	cultura	M	1		16 sujeito
292	O ESTADO	2000	23	sim	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	Programação	história	religiosidade	M	1		22 sujeito
293	O ESTADO	2000	23	sim	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	sim	Programação	história	belezas	M	1		1 sujeito
294	O ESTADO	2000	24	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	Programação	atividades	cultura	M	1		16 sujeito
295	O ESTADO	2000	23	sim	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	Programação	educação	qualidade de vida	não	0	não	não

296	O ESTADO	2000	23	sim	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	sim	Programação	educação	gastronomia	não	0	não	não
297	O ESTADO	2000	23	sim	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	Programação	tecnologia	qualidade de vida	M	1	5	porta-voz
298	O ESTADO	2000	23	sim	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	1/2 pg	sim	Programação	esporte	qualidade de vida	não	0	não	não
299	O ESTADO	2000	23	sim	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	Programação	esporte	qualidade de vida	M	1	22	sujeito
300	O ESTADO	2000	23	sim	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	Programação	esporte	qualidade de vida	M	1	22	sujeito
301	O ESTADO	2000	23	sim	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	1/2 pg	sim	Programação	história	história	M	1	22	sujeito
302	O ESTADO	2000	23	sim	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	Programação	turismo	belezas	não	0	não	não
303	O ESTADO	2000	23	sim	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	Programação	turismo	belezas	M	1	3	sujeito
304	O ESTADO	2000	23	sim	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	sim	Programação	turismo	cultura	F	1	3	sujeito
305	O ESTADO	2000	23	sim	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	sim	Programação	história	cultura	não	0	não	não
306	O ESTADO	2000	23	sim	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	1/2 pg	sim	Programação	infra-estrutura	qualidade de vida	não	0	não	não
307	O ESTADO	2000	23	sim	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	Programação	infra-estrutura	qualidade de vida	não	0	não	não
308	O ESTADO	2000	23	sim	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	sim	Programação	infra-estrutura	qualidade de vida	não	0	não	não
309	O ESTADO	2000	23	sim	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	Programação	educação	qualidade de vida	não	0	não	não
310	O ESTADO	2000	23	sim	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	pg inteira	sim	Programação	cultura	cultura	não	0	não	não
311	O ESTADO	2000	23	sim	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	1/2 pg	sim	Programação	infra-estrutura	qualidade de vida	não	0	não	não
312	O ESTADO	2000	23	sim	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	sim	Programação	infra-estrutura	qualidade de vida	não	0	não	não
313	O ESTADO	2000	23	sim	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	Programação	política	qualidade de vida	não	0	não	não
314	O ESTADO	2000	23	sim	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	Programação	saúde	qualidade de vida	não	0	não	não
315	O ESTADO	2000	23	sim	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	Programação	meio ambiente	belezas	não	0	não	não
316	O ESTADO	2000	23	sim	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	sim	Programação	infra-estrutura	qualidade de vida	não	0	não	não
317	O ESTADO	2000	23	sim	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	Programação	infra-estrutura	qualidade de vida	não	0	não	não
318	O ESTADO	2000	24	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	sim	Pós feriado	atividades	belezas	F	3	22	opinião

319	O ESTADO	2000	24	sim	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/3 pg	não	Pós feriado	turismo	qualidade de vida	M	1	5	especialista
320	O ESTADO	2000	24	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	Programação	atividades	cultura	M	1	16	sujeito
321	O ESTADO	2000	24	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	Pós feriado	esporte	qualidade de vida	M	1	11	sujeito
322	O ESTADO	2000	edição conjunta	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	cultura	nativo	M	3	11	sujeito
323	O ESTADO	1995	20	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/2 pg	sim	não há	política	não há	M	2	1	sujeito
324	O ESTADO	1995	20	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	não há	turismo	belezas	M	3	13	sujeito
325	O ESTADO	1995	20	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	não há	cultura	história	M	1	5	sujeito
326	O ESTADO	1995	21	não	coluna de opinião	Caderno principal	Leitor/a	menos 1/4 pg	não	não há	homenagem	belezas	M	1	não	não
327	O ESTADO	1995	21	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/2 pg	sim	não há	atividades	belezas	F	1	11	sujeito
328	O ESTADO	1995	21	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	sim	não há	cultura	não há	não	0	não	não
329	O ESTADO	1995	21	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	não há	esporte	não há	M	1	17	sujeito
330	O ESTADO	1995	22	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	sim	não há	história	história	não	0	não	não
331	O ESTADO	1995	23	sim	editorial	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	Belezas + História	variedades	qualidade de vida	M	1	não	não
332	O ESTADO	1995	23	sim	coluna de opinião	Caderno principal	Leitor/a	menos 1/4 pg	não	Belezas + História	infra-estrutura	nativo	M	1	10	sujeito
333	O ESTADO	1995	23	sim	nota	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	Belezas + História	atividades	não há	não	0	não	não
334	O ESTADO	1995	23	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/2 pg	sim	Belezas + História	homenagem	belezas	não	0	não	não
335	O ESTADO	1995	23	sim	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	sim	Belezas + História	homenagem	cultura	M	1	não	sujeito
336	O ESTADO	1995	23	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/2 pg	sim	Belezas + História	variedades	belezas	não	0	não	não
337	O ESTADO	1995	23	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	Belezas + História	infra-estrutura	qualidade de vida	F	1	5	sujeito
338	O ESTADO	1995	23	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/2 pg	sim	Belezas + História	meio ambiente	belezas	não	0	não	não
339	O ESTADO	1995	23	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	sim	Belezas + História	homenagem	cultura	não	0	não	não
340	O ESTADO	1995	23	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/2 pg	sim	Belezas + História	turismo	belezas	M	2	3	sujeito
341	O ESTADO	1995	23	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	Belezas + História	cultura	história	não	0	não	não

342	O ESTADO	1995	23	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/2 pg	sim	Belezas + História	infra-estrutura	qualidade de vida	M	1	3	sujeito
343	O ESTADO	1995	23	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	Belezas + História	política	qualidade de vida	F	1	3	sujeito
344	O ESTADO	1995	23	sim	reportagem	Suplemento	Jornal. C/identif.	pg inteira	não	Belezas + História	história	cultura	M	3	9	especialista
345	O ESTADO	1995	24	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	Pós feriado	atividades	cultura	M	1	16	sujeito
346	O ESTADO	1995	24	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	Pós feriado	cultura	cultura	F	2	21	sujeito
347	O ESTADO	1995	24	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	Pós feriado	cultura	nativo	F	2	22	sujeito
348	O ESTADO	1995	24	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	Pós feriado	atividades	não há	M	2	12	sujeito
349	O ESTADO	1995	24	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	sim	Pós feriado	atividades	não há	M	2	16	sujeito
350	O ESTADO	1995	24	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	sim	Pós feriado	atividades	educação	F	2	18	sujeito
351	O ESTADO	1995	24	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	Pós feriado	atividades	cultura	M	1	16	sujeito
352	O ESTADO	1995	edição conjunta	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	cultura	cultura	M	2	9	sujeito
353	O ESTADO	1995	edição conjunta	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/2 pg	sim	não há	cultura	cultura	F	2	9	sujeito
354	O ESTADO	1995	edição conjunta	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	cultura	cultura	M	1	3	sujeito
355	O ESTADO	1995	edição conjunta	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/2 pg	sim	não há	cultura	cultura	F	2	18	sujeito
356	O ESTADO	1995	edição conjunta	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	não há	cultura	cultura	não	0	não	não
357	O ESTADO	1990	20	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	atividades	não há	não	0	não	não
358	O ESTADO	1990	20	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	cultura	fala	F	2	16	sujeito
359	O ESTADO	1990	20	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	turismo	não há	M	1	3	sujeito
360	O ESTADO	1990	21	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	esporte	não há	M	1	11	porta-voz
361	O ESTADO	1990	22	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	atividades	qualidade de vida	não	0	não	não
362	O ESTADO	1990	23	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	Programação	atividades	não há	M	2	3	sujeito
363	O ESTADO	1990	23	sim	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	sim	Programação	variedades	belezas	não	0	não	não
364	O ESTADO	1990	23	sim	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	Programação	atividades	cultura	M	1	16	sujeito

365	O ESTADO	1990	23	sim	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	não	Programação	atividades	não há	não	0	não	não
366	O ESTADO	1990	25	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	não há	atividades	cultura	F	1	3	sujeito
367	O ESTADO	1990	25	não	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	1/2 pg	sim	não há	história	história	M	2	5	sujeito
368	O ESTADO	1990	25	não	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	sim	não há	história	história	M	1	5	sujeito
369	O ESTADO	1990	25	não	notícia	Suplemento	Jornal. S/identif.	1/3 pg	não	não há	história	história	M	1	5	sujeito
370	O ESTADO	1985	21	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	variedades	não há	não	0	não	não
371	O ESTADO	1985	21	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	atividades	não há	não	0	não	não
372	O ESTADO	1985	21	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	não há	cultura	cultura	M	1	16	sujeito
373	O ESTADO	1985	23	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/2 pg	sim	não há	infra- estrutura	não há	M	1	1	sujeito
374	O ESTADO	1985	23	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	menos 1/4 pg	sim	não há	política	cultura	M	2	16	sujeito
375	O ESTADO	1985	24	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	não	não há	meio ambiente	belezas	M	1	1	sujeito
376	O ESTADO	1985	24	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	não há	infra- estrutura	não há	M	1	3	sujeito
377	O ESTADO	1985	24	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/2 pg	sim	não há	educação	educação	F	1	8	sujeito
378	O ESTADO	1985	24	não	notícia	Caderno principal	Jornal. C/identif.	pg inteira	sim	não há	educação	educação	F	1	3	sujeito
379	O ESTADO	1985	24	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	1/2 pg	não	não há	cultura	nativo	não	0	não	não
380	O ESTADO	1985	25	não	notícia	Caderno principal	Jornal. S/identif.	1/3 pg	sim	não há	religião	religiosidade	não	0	não	não
381	O ESTADO	1985	26	não	coluna de opinião	Caderno principal	Jornal. C/identif.	menos 1/4 pg	não	não há	infra- estrutura	não há	não	0	não	não

Anexo IV

Guião de entrevistas *on-line*

Guião de entrevistas *on-line*

Questões

1. Qual seu nome, cargo-função no jornal, e em que período (ano) atuou no cargo?
2. Como era a definição das pautas de aniversário da cidade? Havia alguma orientação de abordagem? Quais eram as mais recorrentes?
3. A linha editorial do jornal contemplava a valorização do que ‘é de Florianópolis’? Essa decisão repercutia na cobertura sobre a identidade da cidade?
4. Havia algum direcionamento institucional de abordagem sobre a identidade cultural de Florianópolis?
5. Quais eram os critérios (de noticiabilidade) usados para definir o que era alusivo à Florianópolis no seu aniversário (ou outras datas comemorativas da cidade)? Qual o enfoque que a notícia tinha (sua narrativa)?
6. Havia uma programação específica do jornal para a Semana de Aniversário da cidade?
7. O jornal tinha fontes (especialistas, autoridades, empresários, ...) pré-estabelecidas para participar dessa produção?
8. Qual a importância do jornal para a identidade e cultura de Florianópolis?
9. Quem, na sua visão, é o florianopolitano?
10. Há diferença entre o ‘florianopolitano’ e o ‘manezinho’? Qual(is)?

Anexo V

Respostas dos entrevistados

Respostas entrevistas *on-line*

Respondente: **J1JA**

1 Qual seu nome, cargo-função no jornal, e em que período (ano) atuou no cargo?

XXXXX, jornalista desde 1980. De março de 1998 a junho de 2009 atuei como editor-chefe do Diário Catarinense. O DC era o jornal com a maior tiragem em Santa Catarina, com uma média diária no meu período de trabalho de cerca de 41 mil exemplares de segunda a sábado e de 60 mil aos domingos.

2 Como era a definição das pautas de aniversário da cidade? Havia alguma orientação de abordagem? Quais eram as mais recorrentes?

Sempre buscávamos algum tema diferenciado para atrair os leitores de Florianópolis e também das demais regiões de Santa Catarina. Em um dos aniversários, produzimos um caderno com 260 fotografias de pontos que marcam Florianópolis.

FIQUEI NA DÚVIDA SE HAVIA ALGUMA ABORDAGEM (SIM OU NÃO)?

Temas que surpreendessem os leitores, mas não propriamente ligados aos “manezinhos”. Tipo personagens que fazem parte da história de Florianópolis.

3 A linha editorial do jornal contemplava a valorização do que ‘é de Florianópolis’? Essa decisão repercutia na cobertura sobre a identidade da cidade?

Não. Por ser um jornal com circulação estadual, não havia essa valorização. Uma das primeiras decisões que tomei como editor-chefe do DC foi tirar a procedência “Florianópolis” dos textos sobre o Governo do Estado, Assembleia Legislativa, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas do Estado e Federação das Indústrias de Santa Catarina, entre outros. A medida foi adotada depois que ouvi de um empresário de Chapecó que o DC só publicava matérias de Florianópolis. Essa era a percepção dos leitores de outras regiões de SC.

4 Havia algum direcionamento institucional de abordagem sobre a identidade cultural de Florianópolis?

Não. A RBS, na época proprietária do jornal, realizava ações institucionais em Florianópolis e outras cidades importantes de SC.

ENTAO NÃO HAVIA DE QQ REGIAO, CONSIDERANDO INCLUSIVE ISSO OCORRER COM OUTRAS CIDADES DE DIFERENTES REGIOES?

Por ser um grupo de origem gaúcha, a orientação era sempre trabalhar com profundidade os temas catarinenses, um estado colonizado por imigrantes açorianos, poloneses, alemães, italianos e austríacos, entre outros.

5 Quais eram os critérios (de noticiabilidade) usados para definir o que era alusivo à Florianópolis no seu aniversário (ou outras datas comemorativas da cidade)?

Qual o enfoque que a notícia tinha (sua narrativa)?

Sempre trabalhamos na produção matérias sobre os personagens que marcam ou marcaram a história de Florianópolis.

O QUE SERIAM ESSES PERSONAGENS? HISTÓRIAS, PESSOAS? SE PESSOAS, DE FORMA GERAL, OU APENAS OS ‘FAMOSOS’?

Professores, artistas, pintores, historiadores, comunicadores, parlamentares, entre outros.

6 Havia uma programação específica do jornal para a Semana de Aniversário da cidade?

Do ponto de vista institucional, sim. O Grupo RBS sempre buscava realizar ações que contassem com o envolvimento da comunidade.

PODERIA FAZER ALGUMA REFERENCIA SOBRE?

A RBS TV, por exemplo, realizava o Jornal do Almoço direto da Praça XV ou do Mercado Público. O DC promoveu a maratona de Florianópolis.

7 O jornal tinha fontes (especialistas, autoridades, empresários, ...) pré-estabelecidas para participar dessa produção?

Não havia.

A ESCOLHA DAS FONTES ERA ALEATÓRIA, ENTÃO?

A escolha era aleatória.

8 Qual a importância do jornal para a identidade e cultura de Florianópolis?

Desde que o Grupo RBS entrou em Santa Catarina, em 1 de maio de 1979, a preocupação sempre foi de realizar ações para que os catarinenses – não apenas os moradores de Florianópolis – percebem a empresa como envolvida em todas as comunidades de SC. O Diário Catarinense nasceu em 5 de maio de 1986 com a mesma visão. Ser o principal jornal dos catarinenses. Surgiu líder desde o primeiro exemplar, com o formato tabloide. Um dos principais colunistas – Cacau Meneses - era manezinho da Ilha de Santa Catarina. Ele ajudava na relação da TV e do DC com os “manezinhos”.

ENTÃO ESSE COLUNISTA TINHA ESSE PAPEL EM SUA COLUNA? NO MAIS O JORNAL NÃO TINHA ESSE FOCO.CERTO?!

Não especificamente.

9 Quem, na sua visão, é o florianopolitano?

Florianopolitano é o morador da Capital sem a identidade dos fundadores da cidade, os açorianos. Depois da década de 1980, Florianópolis foi “literalmente” invadida por trabalhadores e professores que chegaram na Capital para trabalhar na Eletrosul (subsidiária da Eletrobrás) e na Universidade Federal de Santa Catarina, entre outras empresas. Sempre existiu um preconceito dos moradores de Florianópolis com as pessoas que vieram de outros estados, principalmente.

10 Há diferença entre o ‘florianopolitano’ e o ‘manezinho’? Qual (is)?

Sim, existe. Hoje, os manezinhos residem mais em áreas como Santo Antônio de Lisboa, Sambaqui, Ribeirão, Pântano do Sul, Armação, Canto das Pedras, etc, onde começou a colonização de Florianópolis.

A DIFERENÇA SÉRIA, RELACIONADA A TERRITORIALIDADE, APENAS?

Sim

Respondente: **J2JA**

1 Qual seu nome, cargo-função no jornal, e em que período (ano) atuou no cargo?

bom eu entrei no jornal diário catarinense dia 1º de janeiro de 1997. no feriado mesmo, dia 1º de janeiro que eu entrei. Entrei como repórter especial do jornal. Que era um repórter que viajava mais que fazia mais matérias especiais e tal. Eu fiquei nesse cargo uns 18 anos 17, 18 anos eu não sei te precisar bem porque geralmente nós acumulávamos algumas funções, né. Eu durante este período eu também durante uns 4 ou 5 anos fui editora do caderno de turismo, nome do caderno era Caderno Viagem do DC. Eu acho que eu fiquei uns 5 anos coordenando esse caderno e, também escrevia durante alguns anos também não sei precisar quantos, eu fiz eu acho que uns 10 anos eu acho, eu era responsável por uma página de crônica, eu escrevia uma crônica por semana no Caderno Feminino no Donna. Então essas funções, e depois eu mudei realmente de função, aí mudou na carteira de repórter especial eu passei a ser colunista. Isso foi 5 anos antes do jornal fechar (o jornal de papel), 2017. eu acho que 2012 ou 2013 eu assumi como colunista de Comportamento, Família no DC. Até eu sair eu tive essa função daí.

2 Como era a definição das pautas de aniversário da cidade? Havia alguma orientação de abordagem? Quais eram as mais recorrentes?

Como eu era repórter da editoria de Geral, o aniversário da cidade, as pautas, reportagens sobre o aniversário da cidade ficavam sempre com a gente. Algumas vezes, alguns anos, todo o jornal ficava com pautas de aniversário, por exemplo, o pessoal do esporte fazia uma matéria especial sobre os times da cidade, o pessoal da economia fazia pauta especial com alguém, ou com algo voltado a economia na cidade, nós da Geral a mesma coisa. Às vezes o jornal inteiro fazia pautas na semana ou no dia do aniversário, faziam pautas especiais, mas nós da Geral todo ano fazíamos. Eu lembro de algumas, mas sempre tinha matérias especiais.

Se havia alguma orientação de abordagem... eu não entendi muito bem se a tua pergunta se alguma orientação da direção do jornal? acho que não essas pautas eram conversadas e a gente criava em reunião de pauta, com o chefe de reportagem, com o editor da geral, e também com o editor chefe, né. Eu me lembro do ano que a gente fez uns 300 não sei quantos anos para ali para estava fazendo, acho que 327. Os 327 motivos para gostar de morar em Floripa. aí nós saímos perguntando para um monte de gente conhecida, e gente na rua tal, quais eram os motivos para gostar de Floripa. Outra vez a gente fazia a lista dos melhores lugares - 300 e tantos lugares para gostar de Floripa. Outra vez a gente fez uma matéria mostrando Floripa ontem e hoje e prevendo, e pensando no futuro também. Fazendo uma investigação com base no presente e no passado e o que que seria Floripa do futuro. Então, as pautas eram muito conversadas, a gente já começava a pensar nisso bastante tempo antes, tentando não repetir as mesmas pautas do ano anterior; o que é meio difícil, né, tu fugir do normal, tu criar uma pauta que não tenha sido feita ainda sobre aniversário da cidade.

Mas colocou ali quais são as eram as mais recorrentes eram estas mostrando os bons motivos para se gostar de, para morar, e o porquê que mais te atrai em Florianópolis.

3 A linha editorial do jornal contemplava a valorização do que 'é de Florianópolis'? Essa decisão repercutia na cobertura sobre a identidade da cidade?

Essa é uma é uma pergunta difícil de responder porque o jornal teve várias fases. O diário catarinense teve fases em que ele era um jornal bem mais estatual, até para

concorrer com o jornal que tinha aberto aqui, que era o ND. Nós começamos a fazer uma cobertura - isso claro que veio de cima, né, da direção do jornal e dos editores, do editor-chefe - começamos a fazer um jornal mas estadualizado, né, reforçando as sucursais do interior, para não ficar muito igual ao ND. E, tinha épocas que o jornal resolvia ser bem local, principalmente, eu acho que lá no começo quando O Estado faliu. Quando ainda havia uma disputa com O Estado, o jornal foi bem mais local, a gente fazia muito mais pautas de Floripa, e depois a gente começou a fazer muito mais pautas regionais e estaduais. Teve uma época em que a gente fazia até bastante pauta fora do Brasil.

Tu perguntou aqui se essa decisão repercutia na cobertura sobre a identidade da cidade. Eu acho que com certeza, quando o jornal estava mais local a gente trabalhava mais em cima da identidade da cidade, da identidade do manezinho, de histórias da cidade, da cultura tal. E, quando o jornal era mais estadualizado não se fazia tanta matéria sobre a cultura local.

4 Havia algum direcionamento institucional de abordagem sobre a identidade cultural de Florianópolis?

Eu nunca ouvi falar. Eu trabalhei lá 23 anos nunca houve, nunca ouvi nada que deveria... 'olha vocês têm que fazer assim' 'tem que direcionar assim'... um direcionamento institucional. O que a gente sempre procurou, pelo menos foi o que sempre chegou para nós, os repórteres, era valorizar a identidade cultural de Florianópolis, né, era o valorizar as pessoas que nasceram aqui... Apesar do jornal ter sido sempre um jornal que veio de fora, um jornal gaúcho que entrou em Florianópolis, que entrou em Santa Catarina, eu sempre acho que, eu acho que sempre teve um cuidado muito grande em respeitar, apoiar e divulgar identidade cultural de Florianópolis.

Eu não sei até, eu perdi as contas de quantas matérias eu fiz sobre as benzedeadas da Ilha, os pescadores manezinhos, a maricultura... eu falei né das rendeiras e das benzedeadas... muitas matérias falando sobre Ilha, sobre as tradições de Floripa. A gente sempre fazia, mesmo fora do aniversário também, então eu acho que sempre houve um respeito muito grande sobre isso, e não houve direcionamento institucional. Pelo menos assim, se houve foi direto entre a direção, entre os donos do jornal e os editores chefe, né... Mas, para a gente sempre chegou... e assim, uma coisa até livre... Eu me lembro que em muitas matérias eu saía para fazer uma matéria, que não tinha nada a ver, e pegava um lance bacana, por exemplo, lanço de tainha na cidade, né... tipo, a gente parava fazer fotos fazer texto e de repente era capa no jornal no outro dia. Então, sempre teve esse apreço, esse cuidado com o que era de Floripa.

5 Quais eram os critérios (de noticiabilidade) usados para definir o que era alusivo à Florianópolis no seu aniversário (ou outras datas comemorativas da cidade)?

Qual o enfoque que a notícia tinha (sua narrativa)?

Eu acho que tinha todos os enfoques possíveis, a gente sempre procurava fazer alguma coisa diferente. Por isso que eu digo que, às vezes, a gente falava sobre a economia da Ilha, o que que o movia a Ilha. Fazia, também, sobre as novidades na Ilha, né, o que é que tinha de novo, o quê que abriu... Quando eu digo Ilha, na verdade eu estou falando errado, é na cidade, né, porque contempla continente, também. Então não tenho como te dizer qual o enfoque que a notícia tinha. Tinham vários enfoques, eram várias notícias, mas sempre no Aniversário da Cidade a gente buscava pegar o que ela tinha de mais bacana, né, pra mostrar o porquê que Floripa atrai tanta gente? Por que que ela é chamada da Ilha da Magia?

Mas, também, a gente nunca esqueceu e nunca deixou para trás de falar dos problemas da cidade, também né, principalmente na área da saúde, e na área do meio ambiente, a questão da falta de esgoto, poucos lugares na Ilha tem esgoto tratado. Mas, geralmente no Aniversário da Cidade a gente procurava coisas boas para noticiar, né, já que tinha todo o resto do ano para falar dos problemas daqui.

6 Havia uma programação específica do jornal para a Semana de Aniversário da cidade?

No começo eu não lembro. Nos primeiros anos eu não lembro, além de ter um Caderno Especial porque geralmente essas matérias do Aniversário da Cidade saíam no Caderno Especial, né. Os ‘200 e tantos motivos para amar a cidade’, ‘faça a sua declaração de amor para a sua cidade’ e tal... Então, eu não me lembro de ter programações específicas... a não ser nos últimos anos do jornal, eu lembro de uma até bem bacana, que foi no trapiche da beira-mar, que eles levaram um porta-retrato gigante e a pessoa tirava foto em cima, e falava ali ‘eu amo Floripa’, tal. Descer e tirava uma foto dentro do porta-retrato com o mar no fundo, ficava bem bacana. E eu não me lembro... eu sei que o ‘Hora’, o jornal Hora fez várias festas com bandas, bandas de pagode e sertanejo do Aniversário da Cidade, mas eu não eu não saberia te dizer... Não me lembro se o jornal fazia alguma programação específica para a semana do Aniversário da Cidade... Me lembro dessa... não sei, não sei...

7 O jornal tinha fontes (especialistas, autoridades, empresários, ...) pré-estabelecidas para participar dessa produção?

Acho que cada ano, cada... dependendo do assunto em questão tinham fontes diferentes, né. Olha, eu fui repórter durante 18 anos, nunca recebi uma lista assim ‘olha essas são as pessoas que tu tens que entrevistar...’ Nunca. Nunca recebi. Eu saía atrás e pedia para as pessoas, por exemplo, vamos fazer uma matéria sobre turismo Floripa, uma sobre moda, uma sobre economia, aí eu ia nas pessoas do jornal que mais entendiam sobre isso, e pedia ajuda para me ajudar a escolher quem seriam as fontes, né. Mas, nunca ninguém pré-estabeleceu. A menos que fosse uma matéria especial, por exemplo, bom nesse Aniversário da Cidade nós vamos fazer com os 10 maiores empresários, então esses empresários são fulano de tal... o Koerich, o não sei o quê... Eu falo Antônio Koerich, dono das Lojas Koerich, porque eu fiz uma matéria especial com ele, mas nem foi para Aniversário da Cidade, foi outra data, não me lembro o que era... acho que foi quando ele completou 50 anos de loja, uma coisa assim. Mas, a não ser que fosse uma matéria já com fontes específicas, né, sei lá com os maiores empresários, não sei, outras matérias assim... Mas, não era pré-estabelecida; geralmente o repórter que ia atrás, e pedia até a opinião para outras pessoas do jornal.

8 Qual a importância do jornal para a identidade e cultura de Florianópolis?

Pois é, isso sempre foi um problema, né’, entre aspas, porque o jornal foi... o Diário nasceu do Grupo Sirotsky, né, que veio de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul, e implantou o jornal aqui, e isso teve muita resistência, né, das pessoas daqui e do pessoal que gostava muito do jornal ‘O Estado’, e tava acostumada com aquele jornal... Daí vem outro, de fora, do Rio Grande do Sul... Teve uma coisa assim como, ‘há, estão tomando o lugar do nosso jornal’, né, então ‘esses jornalistas que estão vindo para trabalhar aqui estão tirando o lugar dos manezinhos’, tão... isso que na época nem tinha faculdade de jornalismo ainda aqui, né. Mas várias coisas desse nível. Então, eu sou

muito parcial para te dizer, eu acho que o DC teve muita importância para a identidade e cultura de Florianópolis. Para resgatar, principalmente, a cultura que estava se perdendo, eu acho. Agora, se tu perguntar do jornal de agora, vou te dizer que não tem importância nenhuma, porque o jornal da internet, essa identidade da cultura de Florianópolis praticamente não se fala. Então, eu acho que o jornal já teve uma importância para a identidade e cultura de Florianópolis, resgatando várias histórias, várias épocas da cidade, que não ... que o jornal 'O Estado' até retratava, só que quando o DC nasceu, o diário, 'o Estado' estava falido, então, eu acho que ele ficou com essa importância que antes tinha 'O Estado' passou para o para o DC perpetuar. Pena que nada é perpétuo, mesmo, né. O jornal enquanto jornal, papel, enquanto tinha uma redação multi de jovens, pessoas mais velhas que conheciam a história da cidade e tal. Eu acho que ele resgatou, acho que ele ajudou a impulsionar muita gente da área da cultura, muitos, muitos artistas, muitos pintores, cantores, artistas de todas as áreas, assim... Acho que impulsionou muito a arte da cidade, e da cultura da cidade nos seus bons tempos.

9 Quem, na sua visão, é o florianopolitano?

Bom acho que a tua pergunta mais difícil é número 9. Quem é na minha visão o florianopolitano, porque eu acho que já não existe mais um florianopolitano. Para mim florianopolitano é quem mora aqui, não estou dizendo que nasceu, estou dizendo que mora em Florianópolis, que gosta de Florianópolis, que ajuda fazer Florianópolis crescer, mas crescer nesse caso também estou falando do bom sentido. Eu acho que é aquela pessoa que nasceu aqui, que vive aqui, tem um sentimento de amor pela cidade, né, quer ver a cidade bem.

10 Há diferença entre o 'florianopolitano' e o 'manezinho'? Qual (is)?

Pra mim essa é uma diferença, e respondendo a pergunta 10, dessa diferença entre o florianopolitano e o manezinho... Para mim, na minha concepção, manezinho ainda é aquele cara que nasceu aqui. Que teve terra aqui, que a família tem história feita aqui. Que era dono disso aqui muito antes de começarem a chegar os gaúchos, os paulistas. Que conhecem a história a fundo, que conhece a vida em Florianópolis, lá desde o tempo de Desterro. Que conhece todas as personalidades. Personalidades quando eu falo aqui são as grandes personalidades políticas e empresariais. Enfim, e também, aqueles personagens folclóricos da cidade, né, aquele engraxate que cantava não sei o que, e aquela outra senhorinha que fazia as cocadas que vendia na frente do mercado público, ... Então, para mim o manezinho é essa pessoa que sabe da história, que cultiva a história da terra onde nasceu, onde viveu; e o florianopolitano é todo mundo que vive aqui, que escolheu viver aqui, e que faz o melhor do que pode para tornar a Florianópolis uma cidade boa para todo mundo. Que traz dinheiro, que traz progresso... com isso a gente sabe que vem também uma série de problemas, mas eu vejo florianopolitano como aquele cara, como aquela família, como aquela pessoa... Como eu me acho; eu não sou uma manezinha, mas eu sou uma florianopolitana. Porque eu tenho muito orgulho da cidade onde eu vivo, e que eu faço o possível para ajudar a tornar ela cada vez mais, não sei se desenvolvida, mas, mais gostosa de se viver, e que recebe todo mundo. Florianopolitano não tem não tem uma origem, né, são várias origens, de várias regiões e o que tem em comum todo esse povo, toda essa gente é esse amor por essa terra aqui. Essa cidade tão linda, tão maravilhosa, que todos nós juntos temos que ajudar a preservar, né. Um Progresso aliado a preservação da cidade, pra gente não perder tudo isso muito pouco tempo.

Bom, então acho que essa é mais ou menos o que eu penso, o que eu lembro, que tem muita coisa que eu não lembro mais. Dessas festas, por exemplo, essas matérias eu não lembro, foram muitas matérias a vida inteira. Dá para imaginar, né, 23 anos de reportagem, e antes de ir pro DC, mais 10 anos, em Porto Alegre, como repórter... foram muitas matérias, já começo a trocar tudo aqui no meu 'tico e teco', meu cérebro já estão meio perdidinhos. Tá bom, Catia, qualquer coisa tu me fala, tá bom?! Podemos melhorar qualquer coisa que eu te disse aí, porque eu falei tudo de improviso, eu nem pensei, só o que eu me lembrava. um beijo para ti, boa sorte! tchau tchau!

Respondente: **J3JA**

1 Qual seu nome, cargo-função no jornal, e em que período (ano) atuou no cargo?

Editora do Caderno Gastronomia entre 1999 e 2009

Subeditora do Caderno Variedades entre 1999 e 2009

Subeditora de Geral 2010 e 2013

Infos via whatsapp: entrada em 1994 saída em 2013. Antes dos cargos citados acima era repórter.

2 Como era a definição das pautas de aniversário da cidade? Havia alguma orientação de abordagem? Quais eram as mais recorrentes?

As pautas sempre eram discutidas em reuniões com a equipe das editorias em suas determinadas áreas. Todas as atividades e eventos realizados na cidade sempre receberam divulgação e cobertura. A abordagem era focada em valorizar as manifestações artísticas, sociais, esportivas com a preocupação em ouvir as pessoas envolvidas como produtores culturais, artistas, entidades de classes, atletas assim como o público em geral participante.

3 A linha editorial do jornal contemplava a valorização do que ‘é de Florianópolis’? Essa decisão repercutia na cobertura sobre a identidade da cidade?

Sim, pois o aniversário da cidade sempre recebeu a atenção do jornal, sendo que todas as reportagens eram desenvolvidas dentro de cada área específica como cidade, esporte, cultura etc valorizando a identidade local.

4 Havia algum direcionamento institucional de abordagem sobre a identidade cultural de Florianópolis?

Não, o direcionamento era na valorização dessas manifestações respeitando sempre suas características histórica e tradições.

5 Quais eram os critérios (de noticiabilidade) usados para definir o que era alusivo à Florianópolis no seu aniversário (ou outras datas comemorativas da cidade)? Qual o enfoque que a notícia tinha (sua narrativa)?

Tudo que se referia à cultura, costumes, tradição e aspectos sociais referentes à Florianópolis recebia um olhar detalhado dentro das matérias produzidas a fim de passar ao leitor a importância de se conhecer um pouco mais sobre a identidade da cidade. Se buscava nesses eventos festivos destacar o teatro, as artes plásticas, a dança, a fotografia, a literatura produzidos por seus artistas locais.

6 Havia uma programação específica do jornal para a Semana de Aniversário da cidade?

Sim, a partir da agenda oficial (de órgãos públicos) e paralela (de empresas particulares) equipes de jornalistas montavam suas pautas a fim de acompanhar as atividades.

Anúncios institucionais do veículo de comunicação eram veiculados nessa data dando destaque para a importância do evento.

7 O jornal tinha fontes (especialistas, autoridades, empresários, ...) pré-estabelecidas para participar dessa produção?

Sim, sempre que havia uma cobertura de determinada atividade era comum a participação de algum especialista para dar um embasamento mais amplo ao que estava sendo abordado como professores, antropólogos, políticos etc. Por exemplo: se a pauta era a pesca artesanal sempre um especialista nessa área era incluído nas entrevistas além dos pescadores e comunidade em que estava inserido.

8 Qual a importância do jornal para a identidade e cultura de Florianópolis?

O jornal tem uma grande importância desde que tenha como foco retratar a realidade do que está sendo trabalhado. Ouvir pessoas, se envolver, acompanhar e estar perto da comunidade faz parte do trabalho jornalístico levando ao leitor a opinião de quem é a notícia.

9 Quem, na sua visão, é o florianopolitano?

É a pessoa que tem orgulho de morar numa cidade bela, porém ainda falta muito para que tenha uma consciência social e ecológica de sua realidade. Precisa ter consciência de que o turismo não pode ser somente uma fonte de renda e sim uma forma de preservar o que lhe dá tanto orgulho: a natureza. Ter consciência de que o pescador artesanal, por exemplo, é tão importante nesse cenário quanto qualquer outra atividade econômica. Nele está uma cultura rica que deve ser valorizada. Entendo que o florianopolitano é um povo conservador que tem uma grande parcela da população com alto poder aquisitivo que preza mais o bem-estar individual, sem pensar no coletivo.

10 Há diferença entre o ‘florianopolitano’ e o ‘manezinho’? Qual(is)?

Sim, o termo manezinho (diminutivo de Manuel) originário da Ilha dos Açores (Portugal), conceitua o morador simples da ilha de SC, sua fala peculiar e seus costumes humildes como a rendeira, o pescador, o comerciante da esquina. De forma mais radical, seria o preguiçoso, avesso ao trabalho, pouco inteligente e sem iniciativa. Era um termo usado de forma pejorativa, mas com o tempo, passou a ser visto de forma mais carinhosa. O termo ganhou projeção nacional com o tenista Guga Kuerten que popularizou ainda mais o conceito quando o atleta passou a ganhar campeonatos internacionais e em suas entrevistas se dizia um “manezinho da Ilha”. Dessa forma, se denominar um manezinho ganhou espaço e hoje é motivo de orgulho.

Respondente: **J4JB**

1 Qual seu nome, cargo-função no jornal, e em que período (ano) atuou no cargo?

Trabalhei em dois períodos no jornal. Entre 1984 e 1985 atuando como repórter e editor de política.

Voltei definitivamente em 1992, primeiro como repórter de política, depois, editor da mesma área. Por volta de 1994 fui promovido a chefe de redação. Em 1996 tive nova promoção: para editor-chefe. Função na qual fiquei até 1999. Neste último ano passei a ser editor de opinião e colunista político. Com a quebra do jornal no início de 2000 acabei saindo para atuar em outra publicação (A Notícia).

2 Como era a definição das pautas de aniversário da cidade? (parte 1)

Havia uma programação específica do jornal para a Semana de Aniversário da cidade?

Nos aniversários da cidade normalmente publicávamos cadernos especiais, com pautas bem determinadas, que valorizassem o modo de ser, a cultura, as tradições. Esses cadernos em geral continham entrevistas com autoridades (prefeito e presidente da Câmara de Vereadores), representantes de entidades empresariais e comunitárias, além de personagens marcantes da cidade, como músicos, escritores, carnavalescos e artistas.

2 Havia alguma orientação de abordagem? Quais eram as mais recorrentes? (parte 2)

De fato, a linha editorial focalizava essencialmente o que interessava à comunidade florianopolitana, embora o jornal circulasse em outras cidades. Tudo o que se relacionasse à identidade local era pauta prioritária. Fatos e personagens eram destacados seguindo essa orientação editorial. Quando se diz “tudo” é porque isso estava presente nas editoriais de geral, política, cultura, polícia e esporte (cobertura prioritária para Avaí e Figueirense e, também, para a prática tradicional do remo).

4 A linha editorial do jornal contemplava a valorização do que ‘é de Florianópolis’? (parte 1)

Sim, havia direcionamento institucional de abordagem sobre a identidade cultural de Florianópolis, a partir de orientações da diretoria e dos editores. Contribuía para esse direcionamento o fato de que os postos de chefia na redação eram normalmente ocupados por nativos ou profissionais “adotados” pela cidade (gaúchos e paulistas em especial).

3 Essa decisão repercutia na cobertura sobre a identidade da cidade? (3 parte 2) Quais eram os critérios (de noticiabilidade) usados para definir o que era alusivo à Florianópolis no seu aniversário (ou outras datas comemorativas da cidade)? Qual o enfoque que a notícia tinha (sua narrativa)?

O critério básico para as edições comemorativas sempre foi a importância da cidade no contexto histórico de Santa Catarina e do país. Por se tratar de uma das povoações portuguesas pioneiras e, em especial, por ter sido um dos portos mais importantes do Brasil até meados do século 20. Ponto de parada praticamente obrigatório para os viajantes nacionais e estrangeiros que navegavam em direção ao Sul e ao Norte.

O enfoque do noticiário comemorativo sempre foi vinculado à importância histórica e econômica. Embora Florianópolis tenha se destacado como cidade portuária até cerca de 1965, a atividade comercial foi a que garantiu o desenvolvimento econômico local até o surgimento da indústria da construção civil, nos anos 1960. Importante destacar

que a construção civil foi o “motor” do desenvolvimento da cidade ao longo de mais de quatro décadas (entre 1960 e os anos 2000), sendo o tipo de anunciante mais importante do setor privado até o fechamento do jornal. Por isso, as datas comemorativas da cidade (e do próprio jornal) ressaltavam no noticiário a relevância econômica do setor.

6 Havia algum direcionamento institucional de abordagem sobre a identidade cultural de Florianópolis?

Sim, havia uma programação específica, muitas vezes vinculada à edição de um caderno especial comemorativo, com a realização de eventos paralelos (promocionais), reunindo empresários, autoridades e pesquisadores das universidades.

7 O jornal tinha fontes (especialistas, autoridades, empresários, ...) pré-estabelecidas para participar dessa produção?

As fontes tradicionais para participar da produção eram empresários, representados por suas entidades (como ACIF - associação empresarial, CDL, Sinduscon, Fiesc), além de pesquisadores das áreas de história, geografia, sociologia, economia e cultura. As autoridades entrevistadas eram, em geral, o prefeito, o presidente da Câmara de Vereadores e, eventualmente, o governador e o presidente da Assembleia Legislativa.

8 Qual a importância do jornal para a identidade e cultura de Florianópolis?

Desde sua fundação, em 1915, o jornal foi um propagador e estimulador da cultura local, das tradições e da identidade florianopolitana. O Estado, de todas as maneiras, sempre simbolizou a ‘essência’ de Florianópolis. Tanto no campo social, quanto político, cultural e esportivo. O jornal influenciava a sociedade, ditava modas, observava os movimentos sociais e culturais, era uma espécie de farol.

9 Quem, na sua visão, é o florianopolitano?

O florianopolitano moderno, entendido como quem nasceu ou vive na cidade nos últimos 30 ou 40 anos, é um ser muito mais cosmopolita, mais identificado com as mudanças que a cidade experimentou, tanto no campo social, quanto no econômico e no cultural. É filho de uma cidade em movimento, dinâmica, que abriu-se para o mundo – vide a quantidade de imigrantes e migrantes que vivem e circulam pelas ruas – e para as transformações urbanas.

10 Há diferença entre o ‘florianopolitano’ e o ‘manezinho’? Qual (is)?

O manezinho raiz é uma espécie em lenta mutação ou extinção. Hoje é muito mais um estado de espírito, identificado por pequenos costumes e pelo sotaque inconfundível. A identidade histórica ficou mais restrita à beira da praia (o peixeiro, a rendeira) e ao Mercado Público do que aos núcleos urbanos (bairros e Centro).

O florianopolitano pode ser um descendente de portugueses, libaneses, alemães, gregos, palestinos, egípcios, italianos, africanos. Ou paulistas, cariocas, mineiros, gaúchos, baianos, paraenses. Mas, ainda que forasteiros ou descendentes de forasteiros, são florianopolitanos que, de alguma maneira, incorporam ou respeitam características marcantes da cultura local.

Em síntese, é muito difícil diferenciar o manezinho do florianopolitano, porque são tipos humanos que, em variadas situações, se confundem (ou interagem).

Respondente: **J5JB**

1. Qual seu nome, cargo-função no jornal, e em que período (ano) atuou no cargo?

XXXX. Meu primeiro emprego com carteira assinada foi no jornal O Estado, em 1972. Como redator do caderno 2 do jornal, na nova fase, inaugurada em 13 de maio daquele ano, com impressão off-set, em nova sede, com equipe maior e circulação estadual. Em 1973 fui para Porto Alegre cursar Jornalismo, mas mantive algum vínculo com o jornal, publicando crônicas semanais e mais tarde uma coluna de humor. Ao terminar o curso, em 1977, voltei a trabalhar como repórter, até 1979, quando deixei o jornal “definitivamente” para ser professor na UFSC e ajudar na criação do curso de Jornalismo. Mas, em 1987, fui convidado para assumir como editor-chefe, função que exerci até o início de 1989. E, aí, sim, desliguei-me “para sempre” do jornal.

2. Como era a definição das pautas de aniversário da cidade? Havia alguma orientação de abordagem? Quais eram as mais recorrentes?

No período em que fui editor, pedia muita atenção para os eventos locais. Por exemplo, o jornal fazia aniversário no mesmo dia da ponte Hercílio Luz, então o 13 de maio era sempre pauta muito importante. O jornal, que nessa época (1988) tinha três concorrentes de peso (A Notícia, Jornal de Santa Catarina e o Diário Catarinense) queria marcar sua origem e sua identidade com a cidade. Ainda que também quisesse firmar-se como jornal estadual, o fato é que, até mercadologicamente, era o único jornal com raízes na capital.

3. A linha editorial do jornal contemplava a valorização do que ‘é de Florianópolis’? Essa decisão repercutia na cobertura sobre a identidade da cidade?

Esse bairrismo sempre rondou todas as coberturas do jornal. E ficou mais intencional, talvez menos “natural”, a partir do momento em que um grupo do Rio Grande do Sul derrotou o grupo do jornal O Estado na concorrência pela TV Catarinense. Esse é um ponto marcante na história, porque a partir daí o jornal perdia a chance de ter uma TV e mais, de ter uma TV afiliada da rede Globo, o que seria uma importante fonte de faturamento e de estabilidade financeira para o grupo. O enfrentamento ao “jornal dos gaúchos”, como era conhecido o Diário Catarinense, com redação e editores trazidos de outros estados (e predominantemente do estado vizinho), era feito também pelo reforço à cobertura de assuntos que a turma “da casa” conhecia melhor.

4. Havia algum direcionamento institucional de abordagem sobre a identidade cultural de Florianópolis?

Acho que nem chegava a ter um “direcionamento institucional”, porque a todos nós parecia natural que o jornal desse valor àquilo que asseguraria ao leitor os vínculos do jornal com a cidade.

5. Quais eram os critérios (de noticiabilidade) usados para definir o que era alusivo à Florianópolis no seu aniversário (ou outras datas comemorativas da cidade)? Qual o enfoque que a notícia tinha (sua narrativa)?

Bom, depois de uns 34 anos, seria necessário consultar a coleção do jornal na Biblioteca Estadual, para refrescar a memória sobre coisas tão específicas. Não lembro de nenhuma orientação especial. Os critérios eram os mesmos usados para as demais pautas. Mas, talvez, houvesse um cuidado maior para alocar recursos (repórter, carro, fotógrafo) para essas pautas e depois um zelo especial na edição do material. Porque, como já comentei, não poderíamos “deixar” que os “gaúchos” cobrissem melhor as coisas da “nossa” cidade. Enquanto fui editor também havia o cuidado para que a informação não se misturasse com opinião ou fosse contaminada por alguma adjetivação.

6. Havia uma programação específica do jornal para a Semana de Aniversário da cidade?

Não lembro. Mais uma vez, é possível que tenha havido e que esqueci. Mas não lembro da semana de aniversário ser muito comemorada nas épocas em que estive no jornal. Havia, claro, cobertura. Mas isso de “programação de aniversário” foi coisa usada como ação de marketing do Diário Catarinense mais tarde (lembro de cadernos e grandes ações externas e de mídia do DC no aniversário da cidade em 2016), até como forma de responder à imagem de não ser “catarinense de verdade”.

7. O jornal tinha fontes (especialistas, autoridades, empresários, ...) pré-estabelecidas para participar dessa produção?

Não chegávamos ao ponto de fazer uma seleção de fontes para qualquer evento. Como disse, não lembro do jornal fazer alguma grande ação organizada para o aniversário da cidade, de qualquer forma, não havia fontes pré-estabelecidas.

8. Qual a importância do jornal para a identidade e cultura de Florianópolis?

Bom, não cheguei a estudar ou ler sobre isso. Mas, na minha opinião, de florianopolitano e jornalista que teve ligação com o jornal, durante algumas décadas O Estado exerceu papéis importantes, como veículo onde a cidade encontrava seus principais eventos e seus personagens. Dois grandes observadores da cultura e da identidade da cidade tiveram colunas de grande visibilidade e duração: Mauro Júlio Amorim e Beto Stodieck. E o que acontecia de socialmente relevante na cidade chegava ao jornal. E havia uma cobrança dos leitores, chamando a atenção para algum fato que o jornal tivesse coberto mal, ou mesmo deixado passar.

9. Quem, na sua visão, é o florianopolitano?

Na época em que O Estado existia plenamente e era competitivo (algo entre 1974 e 1990) o florianopolitano tinha um perfil bem diferente do florianopolitano de agora, dessa segunda década do século XXI. Naquelas décadas do século passado, o florianopolitano era nascido na cidade (havia uma certa resistência até mesmo para aceitar como florianopolitano os “tripeiros”, do Estreito, ou dos municípios próximos). E enfrentava a metamorfose da pequena cidade em que tinha se criado numa cidade média, cada vez mais habitada por “estrangeiros”. A Eletrosul, a UFSC, as praias, as empresas de diversos setores que estavam crescendo trouxeram muita gente de outros estados (e de outros países). O próprio jornal O Estado, na grande reforma de 1972 teve sua redação formada, em grande parte, por jornalistas gaúchos (que tinham criado o Jornal de Santa Catarina,

não se adaptaram a Blumenau e toparam ajudar a criar O Estado em off-set). O florianopolitano sentia-se pressionado por pessoas que não só chegavam à cidade, mas gostavam dela e queriam adotá-la como “sua”. O movimento dos Manezinhos da Ilha, criado pelo Chico Amante e popularizado pelo Aldírrio Simões foi, de certa forma, uma resposta a isso, uma maneira de lidar com essa “invasão”, reforçando a identidade e tentando fazer-se respeitar por ser “daqui”. Então, aquele florianopolitano me parecia um sujeito meio assustado com o que estava acontecendo com a cidade e tentando se impor num cenário que nunca mais voltaria a ser aquele da pequena cidade onde todos se conheciam. Um “filósofo” florianopolitano, o “senador” Alcides Abreu teria dito, nessa época, que “a gente sai na rua e não vê mais ninguém”. Claro, as ruas estavam cheias de gente, mas nenhuma dessas pessoas era conhecida ou de alguma família conhecida.

10. Há diferença entre o ‘florianopolitano’ e o ‘manezinho’? Qual(is)?

Eu nasci em Florianópolis, mas passei minha adolescência no Estreito. Era, para todos os efeitos, um “tripeiro”. Quando o Aldírrio e o Chico começaram a distribuir, todos os anos, o troféu Manezinho da Ilha, escrevi uma carta para o Chico Amante (que eu conhecia porque, como em toda cidade pequena, o encontrava nas reuniões familiares: ele era pai da sogra da minha filha) explicando, meio de brincadeira, por que, mesmo sendo “tripeiro”, eu mereceria o troféu. Ele gostou da argumentação e acabei ganhando o troféu Manezinho da Ilha em 2003. O “manezinho” é o florianopolitano do século passado, daquelas décadas a que me referi. Foi a forma como tentaram dizer “olha, eu sou daqui, eu estava aqui antes de vocês chegarem”. E como reagiram a alguns grupos de recém-chegados que não só faziam troça do sotaque, da forma de falar, como tentavam (e vários conseguiram) aplicar golpes financeiros ou na aquisição de imóveis, valendo-se do que acreditavam ser “a tosquice dessa manezada”.

O movimento do “manezinho da ilha” cumpriu, a meu ver, seu objetivo de melhorar a auto-estima dos florianopolitanos, de enfrentar, com humor, essa pressão do crescimento da cidade. E, embora tivesse características xenófobas, não apelava para a rejeição violenta ou raivosa. Afinal, todos tínhamos aqui amigos nascidos em outras cidades. Como jornalista florianopolitano não sou maioria em mesa de bar de Florianópolis desde 1972.

Neste século, porém, o florianopolitano ganhou outra característica. O local de nascimento deixou de ser determinante. O apreço pela cidade, a visão de quem conhece outras cidades e dá valor às coisas que ela ainda tem de bom, fizeram nascer um novo florianopolitano. Os manezinhos ainda se orgulham de ter nascido aqui, de saber fazer um pirão de náilo, de falar rápido, mas parece que já conseguem se identificar com quem, mesmo sem ter nascido aqui, também é “florianopolitano”.

Respondente: **J6JB**

1. Qual seu nome, cargo-função no jornal, e em que período (ano) atuou no cargo?

XXXX. Fui chefe de redação por 12 anos de O ESTADO, a partir de 1974; repórter do Jornal do Brasil, Correio Braziliense; editor de opinião do Diário Catarinense; apresentador do programa Fala Santa Catarina, da RCE-TV; integrante do programa Papo de Redação, da rádio Guarujá. Fundou as TVS UFSC e UNISUL. Implantou o primeiro projeto nacional de divulgação científica na UFSC. Fora isso, implantou sistemas de comunicação na UFSC, Udesc e Unisul.

2. Como era a definição das pautas de aniversário da cidade? Havia alguma orientação de abordagem? Quais eram as mais recorrentes?

O jornal O ESTADO, a partir do final da década de 70 do século 20, passou a contar com excelentes profissionais do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. E a maioria desses profissionais abraçou a causa da cidade e se integrou, de forma alvissareira, à cultura e à vivência social da cidade. Com isso, a visão da cidade deixou de ser exclusiva dos nativos e se inseriu numa ampla discussão da cidade.

Contudo, a maioria dos imigrantes – de modo geral - conservou suas tradições de origem, sem valorizar a cultura local, forte desde o século 16, quando a Ilha era habitada pelos índios Carijós, da raça Tupy Guarani. A propósito, os navegadores europeus, que tinha a Ilha de Santa Catarina como parada necessária para atingir o Mar do Prata, consideravam os Carijós como povo simpático e hospitaleiro, que os recepcionava na Ilha com flores, frutas e verduras.

O jornal não se limitava a elogiar a cidade. Em seu aniversários, os problemas eram levantados e discutidos. A necessidade de construir uma segunda ponte entre a Ilha e o Continente foi levantada por O ESTADO. O governador Colombo Salles investiu na construção da ponte que leva o seu nome e foi a sua principal obra. Mas o jornal não se furtou em criticar o aterro da Baía Sul, que afastou o mar do centro urbano, derrubou o Miramar e descaracterizou o Mercado Público.

OUTROS EPISÓDIOS

Há muitos outros episódios que o jornal O ESTADO pesquisou e repercutiu com o apoio da UFSC, entre os quais o massacre de 185 líderes políticos e comunitários na Ilha de Anhatomirim, a mando pelo então ditador brasileiro Floriano Peixoto, que mandou Moreira César, em 1894, acabar com o movimento federalista, que se iniciou no Rio Grande do Sul, passando por Laguna e concentrando forças em Florianópolis, sob a liderança do Barão de Batovi. Foram 185 pessoas brutalmente fuziladas. Como se isso não bastasse, Moreira César trocou o nome Desterro por Florianópolis – cidade de Floriano. Cerca de 30 anos depois surgia o jornal O ESTADO. Em uma de suas primeiras edições, o jornal enfocou na capa o massacre de Anhatomirim, além de lembrar que o navegador espanhol Sebastião Caboto trocou o nome de Ilha dos Patos por Ilha de Santa Catarina, ao mesmo tempo em que destacava o protesto de trabalhadores da Ilha que ainda não havia sido beneficiado pela lei das férias. Ao mesmo tempo, noticiava que um garoto de cor ferira a faca o seu colega de cor branca depois de uma longa discussão. O jornal ainda informava que um senhor encontrou uma abotoadura de ouro na rua e entregou na redação do jornal. “Entregaremos ao proprietário, desde que prove que seja sua”.

Florianópolis concentrava a sua vida urbana na rua Felipe Schmidt, enquanto o bairro do Estreito era considerado o mais populoso. Com a ponte Hercílio Luz, inaugurada em 1924, a Ilha passou a ser cobiçada, principalmente pelos poderes públicos, que construíram seus palácios em torno da praça X.

Passou-se, com isso, a olhar e debater a cidade sob vários aspectos, longe do protecionismo ocular. Foi a partir daí que O ESTADO tornou-se um jornal distanciado da pressão da cidade. Basta dizer que nos anos 80 o jornal tinha mais de 2 mil assinaturas em Chapecó, mil assinaturas em Tubarão; 1.500 assinaturas em Lages, tornando-se o jornal de maior circulação integrada do Sul do Brasil.

3. A linha editorial do jornal contemplava a valorização do que ‘é de Florianópolis’? Essa decisão repercutia na cobertura sobre a identidade da cidade?

Sim, O ESTADO, mesmo com dimensão estadual, ressaltava os valores da cidade, sua história e o aniversário da cidade sempre merecida espaço especial editorial. Não havia a base comercial para justificar a publicação. Mesmo como propriedade do ex-governador Aderbal Ramos da Silva, o jornal O ESTADO construiu sua independência editorial, sem deixar de valorizar Floripa e nem as demais cidades. Para se ter uma ideia, o jornal tinha em Joinville, Blumenau, Tubarão, Criciúma, Lages, Itajaí, Chapecó e em tantas outras cidades repórteres-correspondentes de qualidade profissional, como Celso Vicenzi, Raul Sartori, Marcos Bedin, Adelor Lessa, Laudelino Santos Neto e tantos outros brilhantes jornalistas.

Com certeza, os conteúdos levantados e os fatos ocorridos sempre se relacionavam a Floripa. Há um detalhe importante: o jornal nunca deixou de abordar problemas da cidade. Se havia um crime, um fato inusitado ou outro qualquer, questionava-se a cidade; nunca se deixou de preservar a cidade em detrimento da felicidade dos seus habitantes. Por esse motivo, principalmente, dezenas de pessoas ligavam diariamente para o jornal para abordar questões ou fazer denúncias. Contudo, o jornal nunca deixou de valorizar a identidade da cidade, desde que não comprometesse a sua visão ética e moral.

4. Havia algum direcionamento institucional de abordagem sobre a identidade cultural de Florianópolis?

Sim. O jornal sempre teve a preocupação de valorizar a nossa cultura. No Brasil, foi o jornal, além do Jornal do Brasil, que teve uma editoria de cultura. E aqui tivemos a chefia de Salim Miguel. Para se ter uma ideia do valor que O ESTADO dava à cultura, havia uma coluna diária de escritores diferentes, como Flávio Cardozo, Jair Hamms, Silveira de Souza, Eglê Malheiros, Celestino Sachet e tantos outros.

5. Quais eram os critérios (de noticiabilidade) usados para definir o que era alusivo à Florianópolis no seu aniversário (ou outras datas comemorativas da cidade)?

O ESTADO não tinha o hábito de apenas elogiar. Claro que a valorização histórica e cultural prevalecia. Mas os problemas da cidade eram evidenciados como alerta, para que as autoridades compreendessem a importância de se abreviar as soluções para Floripa.

Qual o enfoque que a notícia tinha (sua narrativa)?

O jornal nunca demonstrou um perfil contrário à cidade, mas também nunca comungou com o que estava errado. Foi sempre um veículo crítico em defesa da sociedade; cobrava das autoridades as soluções ao mesmo tempo em que enumerava os graves problemas, como de trânsito, escola, praças abandonadas, iluminação precária, coleta de lixo e, principalmente, as deficiências da ação pública nos bairros.

6. Havia uma programação específica do jornal para a Semana de Aniversário da cidade?

Não. O jornal não dividia tarefas com prefeitura e órgãos promotores. Limitava-se ao seu papel de divulgar, comentar e criticar. O jornal não se promovia e não era promovido. Limitava-se ao seu papel.

7. O jornal tinha fontes (especialistas, autoridades, empresários, ...) pré-estabelecidas para participar dessa produção?

Na maioria das vezes ouviam-se especialistas das Universidades, principalmente a UFSC e a Udesc. Não se permitia o proselitismo político em cima de assuntos importantes, tanto da Capital quanto dos demais municípios.

Mesmo sendo propriedade do ex-governador Aderbal Ramos da Silva, o jornal tinha em seu jornalismo a veia da independência. Um exemplo: o jornalista Sérgio Lopes trabalhava na Assembleia Legislativa e era o editor de Política de O ESTADO. Certa tarde ele chega à redação e vai à minha mesa:

“Xxx tenho uma bomba. Não sei se vás ter coragem de publicar, mas eu vou fazer a matéria.

- Qual, Sérgio?

- O presidente da AL, Epitácio Bittencourt, nomeou 110 pessoas, entre parentes e amigos, para cargos no legislativo.

- Por que não haveríamos de dar, Sérgio?

- Sabes como é, né? Epitácio é do PSD, presidido pelo nosso chefe Aderbal Ramos da Silva.

- Sérgio, se alguém tiver de censurar não seremos nós.

A manchete de O ESTADO: ‘TREM DA ALEGRIA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA’

No dia seguinte, mal me levantava da cama e o telefone toca: “Já fostes demitido?”, indagava Sérgio Lopes. Ri e disse que não ocorreria nada. E realmente não aconteceu, porque Aderbal não comungava com essas ações públicas.

Aderbal tinha uma característica: Só não ataquem meus amigos pessoais. E foi nessa que acabei sendo censurado. Um empresário, com seis mulheres colegas no seu iate, pôs à pique a embarcação. Não demorou muito para o deputado Édison Andrino, futuro prefeito, me ligar: “Queres um furo? Vou rebocar um barco com seis mulheres e um empresário. Em 1 hora estarei com ele no Veleiros da Ilha. Documentamos tudo e coloquei como destaque na capa do jornal. Por volta das 18 horas o fone toca, era Aderbal Ramos da Silva.

- Xxx soubesse o que aconteceu com o nosso amigo?

- Pois é, dr. Aderbal, que pena né?
- Xxx, não vamos divulgar isso, né?
- Mas doutor Aderbal, os outros jornais certamente vão dar.
- Mas o meu, não!

Cerca de 20 minutos depois, o empresário me liga: “Visse, seu babaca, como não ia sair?”
Não prestei por uma semana.

8. Qual a importância do jornal para a identidade e cultura de Florianópolis?

é valioso e imprescindível porque abre discussão, por mais complicadas que sejam as relações dos segmentos políticos, sociais, religiosos etc. Contudo, é fundamental que o jornal mantenha total independência. Não me lembro de ter sido chamado pela direção do jornal para moderar nossa edição em função de publicações oficiais. O jornal O ESTADO não tinha a leviandade de ser o dono da cidade, mas se propunha a ser um veículo importante. Há muitos episódios que mostram isso. Os jornalistas, com exceção de dois ou três, eram ferrenhos em defender a independência, ainda mais numa época de perseguição da ditadura. Todo o santo dia entrava um policial alemão com uma prancheta para proibir alguma coisa. Certo dia, a notificação era aterrorizante: “É PROIBIDO DIVULGAR SURTO DE MENINGITE NO RIO DE JANEIRO”. Parecia, pela conclusão da maioria da redação, que o governo queria que muitos morressem por falta de informação.

O jornal era uma grande ferramenta em defesa da nossa cultura. Não há dúvida quanto isso. O jornal defendia restauração de patrimônio, abria espaços para artistas, enfim, tinha uma participação muito valiosa.

9. Quem, na sua visão, é o florianopolitano?

pois pois..... eu chamo de floripano, menos pior que florianopolitano. Todos que moram aqui são habitantes, e os que nasceram nesta terrinha são floripanos. Se você perguntar a um gaúcho onde ele mora. Com certeza e não vai dizer que é floripa, no, mas que mora na Ilha ou continente. Não devemos alimentar diferenças, porque os imigrantes têm ajudado muito a Floripa crescer, embora, infelizmente, muitos vieram com a cobiça de ganhar e morar e, por isso, nossos morros estão sendo devastados e muitas construções irregulares praticamente em toda a cidade.

10. Há diferença entre o ‘florianopolitano’ e o ‘manezinho’? Qual(is)?

Sim, há diferença. O morador, principalmente da classe média alta e os ricos, nada no oceano da exibição e projeção. Há gente que reside em casas e apartamentos de luxo e, no entanto, nunca pisou na areia e mar de uma das 48 praias. Certa vez acabei conversando com um senhor ao caminhar à beira da Lagoa da Conceição. E ele me confessou algo inédito:

“vim pra cá para fugir da violência de São Paulo; construímos uma bela casa aqui e vivia trancado, ainda sob o temor de assaltos etc. Certo dia, coloquei bermuda camiseta regata e descalço fui caminhar. Havia três barcos de pesca. Parei e fiquei a conversar com ele.

Poxa, me descobri; troquei o orgulho e vaidade pela simplicidade do pescador. E hoje estou assim, vivendo no milagre da vida”, relatou o empresário paulista.

ENVIADO POR WHATSAPP 14/04/23 – MANHÃ

Na verdade, a origem do termo mané é africana, uma das regiões mais populosas ricas daquele continente. Só que o índice de pobreza supera os 50% da população. Aliás, desde a exportação de escravos para o Brasil, século 17, a África vivia - e ainda vive -- um modelo de escravidão. O tráfico de escravos era estimulado por ditadores e grupos dominantes da África.

Com a vinda de escravos o nome mané infiltrou-se no vocabulário brasileiro. Em Mali, rica região da África, soldados eram chamados de mané; os escravos, idem.

Manezão é sinônimo de autoritários, tanto na África quanto no Rio de Janeiro, onde mané tb era a forma de alcunhar um sujeito de bobo, canalha.

Em Portugal, mané é diminutivo de Manuel ou de Manoel.

Já em Floripa, mané e manezinho tornaram-motivo de orgulho, justamente pela conjugação do estilo de falar, fazer brincadeiras.

Moreira da Silva dizia: malandro é malandro e mané é mané.

Os que migraram para Floripa, Gaúchos, paulistas, Paraná, argentinos etc. até se sentem parte da tribo ao serem chamados de mané; entre os pescadores é comum ser chamado por esse nome e há até pescador com esse apelido.

Certa vez, um carioca que veio morar na Ilha esmurrou um amigo que o chamou de manezinho. É que para os cariocas o termo mané deprecia, é pejorativo.

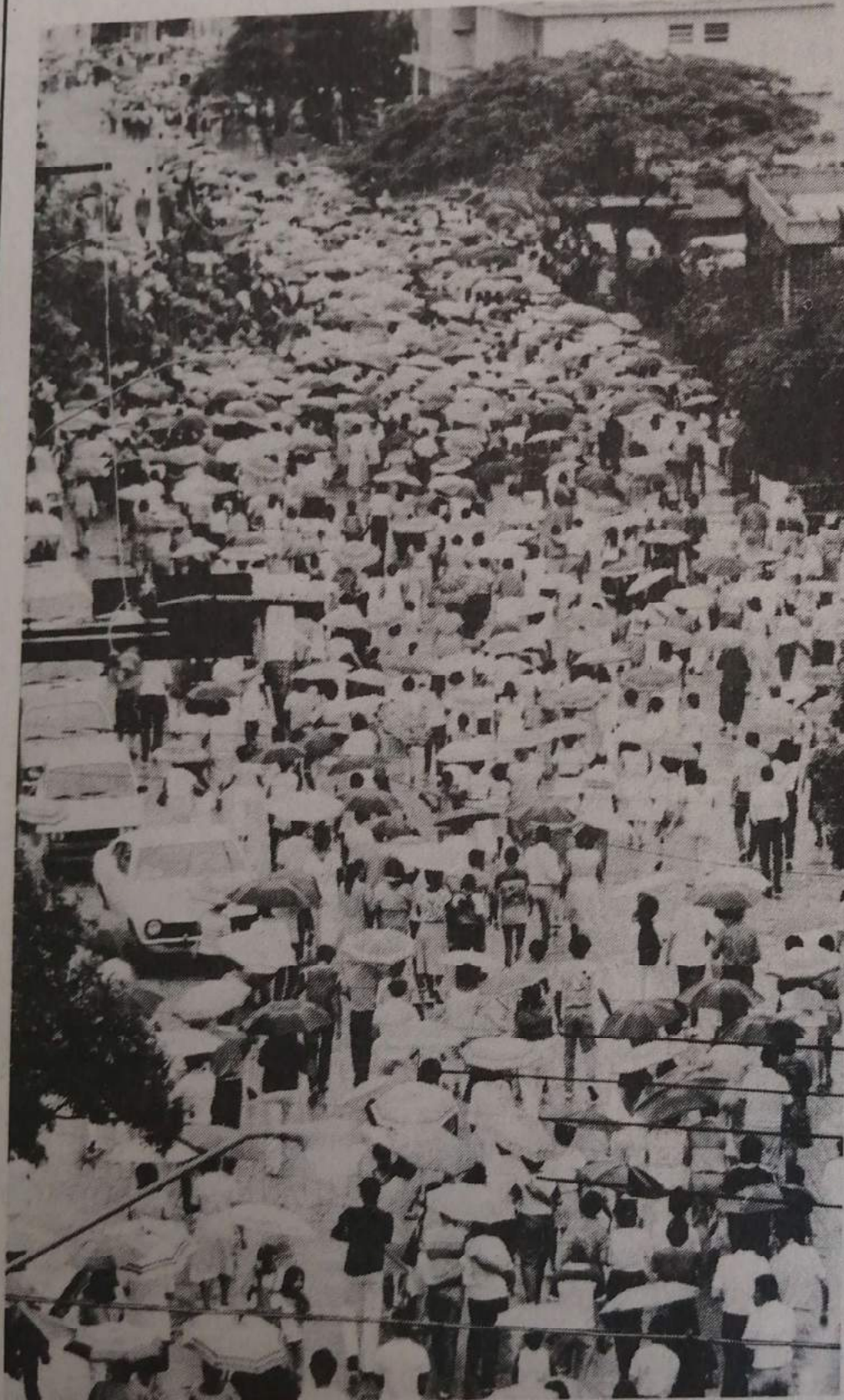
O mais importante, contudo, é que ser mané faz parte do nativismo. E os nativos sentem orgulho desse nome. Somos mané por convicção.

Anexo VI

Peças analisadas ACD

Mau tempo prejudicou e atrasou a Procissão do Senhor dos Passos

Marco Cezar



Mesmo com a chuva um grande público compareceu à tradicional procissão

O mau tempo prejudicou e atrasou por três horas, ontem à tarde, a Procissão de Nosso Senhor dos Passos, que reuniu duas mil pessoas no percurso entre a Catedral Metropolitana e a Capela do Hospital de Caridade. O tapete de flores preparado por volta das 14 horas na Rua Tiradentes — que dá acesso ao hospital — antes mesmo do início da passeata, foi desfeito pela forte chuva de trovoadas que caiu depois das 15h30m.

A procissão lembra o Domingo de Paixão ou a Procissão do Encontro, onde procura conscientizar as pessoas da imagem dolorosa que trilhou Jesus Cristo, do pobre, do irmão que precisa de auxílio, explicou o Frei Carlos. Acentuou que a demonstração católica tem um "sentido cristão".

As duas imagens, a de Jesus Cristo — que está em Florianópolis há mais de dois séculos — e de Nossa Senhora das Dores — há 200 anos aqui — foram levadas pelos fiéis por duas vezes. A primeira vez foi no sábado. Às 20 horas os homens da Irmandade do Senhor, levaram a de Cristo até a Catedral e duas horas depois saiu a de Nossa Senhora no mesmo sentido.

Depois do Sermão do Encontro dentro da Catedral Metropolitana, as duas imagens retornaram juntas num trajeto de mais de dois quilômetros até a Capela do Hospital de Caridade. Durante a Procissão, que deveria começar às 15 horas mas que só foi possível às 17 horas devido à chuva, pelo menos duas mil pessoas guardadas com guarda-chuva e sombrinha seguiram a passeata religiosa.

ANIVERSÁRIO DA CIDADE

Prefeitura inaugura Centro Cultural na Lagoa

Marco Cezar

Casarão do Correio foi restaurado para abrigar produção artística local

A inauguração do Centro Cultural da Lagoa da Conceição movimentou ontem a manhã das comemorações do aniversário da cidade e marcou o fim do abandono em que se encontrava o casarão da antiga sede da Estação Radiotelegráfica. Após seis meses de obras de restauração, o edifício foi aberto ao público com exposição da produção artística local. Entre os trabalhos encontram-se pinturas, fotografias, cerâmica, xilogravura, rendas de bilro, esculturas e entalhe em madeira, além de produção independente de perfumes, roupas, sapatos e jogos infantis. Há também painéis com fotos aéreas da Ilha e reproduções de cenas antigas de Florianópolis.

Conhecido popularmente por Casarão do Correio, o novo núcleo artístico-cultural começará a funcionar a partir de abril com oficinas de flauta doce e dança, valorizando o aspecto arquitetônico e histórico do prédio inaugurado em 1912. A responsável pelo centro, Márcia Matias, ligada à Fundação Franklin Cascaes, explica que a utilização do

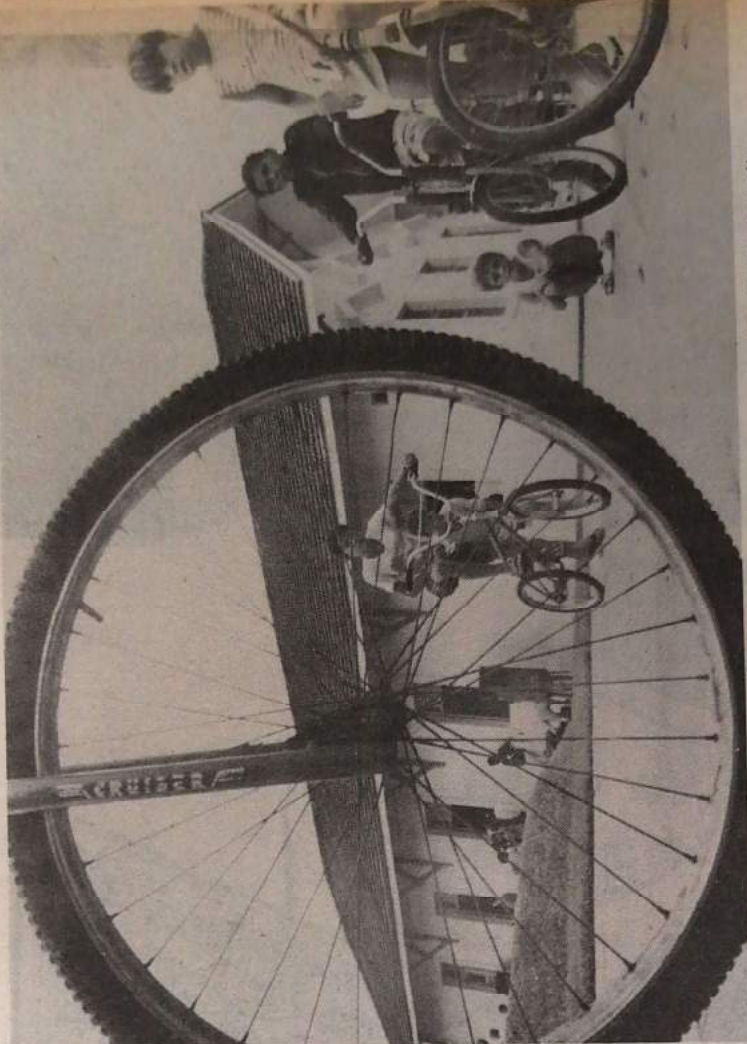
espaço de 100 metros quadrados de área construída prevê a implantação de uma biblioteca, uma oficina permanente de arte e artesanato, um setor de documentação e um laboratório de pesquisa ambiental.

A exposição permanecerá aberta durante o próximo mês, em horário comercial. Márcia Matias ressaltou que isso é apenas o começo da concretização de uma antiga reivindicação da comunidade de moradores da Lagoa. "Por muito tempo, tentamos ocupar o Casarão para desenvolver e incentivar manifestações culturais e folclóricas da região", lembrou a organizadora. Na sequência, o prédio da casa das máquinas, localizado atrás do centro cultural, passará a abrigar um cinema, teatro e espaço para dança, com capacidade para 120 pessoas. A restauração, segundo Márcia, está prevista para iniciar na próxima semana. A coordenadora do centro friso ainda que está em entendimentos com a UFSC para estabelecer um convênio científico que vai permitir equipar, a médio prazo, o laboratório de meio ambiente, onde pesquisadores com estudos sobre a Lagoa possam centralizar ali seus trabalhos.

João Bastos/UFSC

COMEMORAÇÕES
A programação musical foi outra opção no sétimo dia de comemorações oficiais pelos 264 anos de Florianópolis. Para compensar o pouco movimento no centro da cidade, pela manhã — quando as ruas estavam vazias e poucos se atreviam a enfrentar a chuva — o Largo da Catedral se preparava para ser palco, à noite, das apresentações de rock, de grupo coral, seresta, chorinho e concerto da Orquestra de Câmara de Blumenau.

Hoje, sábado o programa inicia às 8 horas na Ilha de Anhatomirim, com participação de 200 idosos do Sesc na Abertura do projeto Revitalização das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina. Vários locais vão sediar eventos, desde a rodovia SC-401, com prova hípica a partir das 10 horas, até Aterro da Baía Sul, com competição de remo, e Barra da Lagoa, com gincana para limpeza do canal. Na Lagoa, o recém-inaugurado centro cultural vai funcionar à tarde com confecção de bonecos e, à noite, com uma oficina livre de música. As 20 horas, na Praça XV de Novembro, a Escola de Samba Embaixada Copa Lord faz um show à parte, com desfile de componentes.



Antigo posto radiotelegráfico agora vai prestar serviços à comunidade artística e cultural de Florianópolis

COLLETA

▼ MEMÓRIA

Legado cultural açoriano terá uma política própria

Representantes de cidades do Litoral catarinense e pesquisadores definem ações para a preservação dos costumes ancestrais

Costumes



FOTOS DANIEL CONZIAROUVOIC

As rendas de bilro foram trazidas pelos imigrantes açorianos

A partir das 9h de hoje representantes das cidades do Litoral catarinense se reúnem com pesquisadores para determinar ações que valorizem e preservem o legado açoriano

Programas que buscam preservar a cultura açoriana, marcante nas comunidades instaladas ao longo de todo o litoral catarinense desde a segunda metade do século XVIII, data da chegada dos primeiros imigrantes dos Açores (Portugal), devem ganhar novo fôlego a partir deste mês. O NEA (Núcleo de Estudos Açorianos), sob a coordenação do professor Wilson Farias, promove hoje, em Florianópolis, uma reunião decisiva com o conselho deliberativo do grupo para a implantação da Política de Cultura de Base Açoriana do Litoral Catarinense.

O encontro começa às 9 horas, no auditório do Centro de Ciências e Educação, próximo ao Museu de Antropologia, na UFSC, e contará com a presença de representantes de várias instituições e prefeituras. Às 14h30min, também participarão dos debates o reitor da UFSC, Diomário Queiroz, o pró-reitor de Cultura e Extensão e o prefeito de Imaruí. Entre os assuntos em pauta, destaca-se o lançamento de editais para a escolha do protótipo de um monumento a ser

erguido em Florianópolis em homenagem ao povoamento açoriano em Santa Catarina e do troféu Açorianidade, cujos vencedores receberão como prêmio uma viagem aos Açores.

CALENDÁRIO - O conselho também deverá definir o calendário de eventos e cursos sobre cultura açoriana e o mapeamento cultural a ser desenvolvido pelo NEA em parceria com universidades regionais e prefeituras. "O nosso objetivo é estabelecer um calendário de festas açorianas no litoral de SC com vistas à preservação da identidade cultural

destas comunidades e, conseqüentemente, à formação de um corredor turístico", explica Wilson Farias.

Nesta segunda-feira, também será apresentada a proposta básica do 2º AÇOR - Festa da Cultura Açoriana de Santa Catarina, previsto para os dias 1º, 2 e 3 de dezembro em Imaruí. Os organizadores estão gerenciando, desde já, as visitas de representantes do arquipélago de Açores, entre os quais o diretor do gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas, Duarte Mendes.

■ TEMAS EM DEBATE



Arte primitivista lembra os pioneiros

★ Apresentação de candidatos a representantes de instituições junto ao NEA para participar de: X Curso para Animadores Culturais na Área de Folclore a ser realizado no mês de agosto em Angra do Heroísmo; XIV Seminário Portugal Atlântico e a Açorianidade e IX Acção de Formação de Professores de Língua e Cultura Portuguesas no Estrangeiro marcado para julho na Universidade dos Açores, Ponta Delgada, Ilha de São Miguel

★ Complementação do Calendário dos Cursos de Mapeamento Cultural/Cultura Açoriana com vistas à reformulação do Calendário de Eventos para este ano

★ Avaliação do mapeamento cultural já executado e elaboração de estratégias para acelerá-lo neste ano

★ Estruturação das sub-comissões de eventos, danças e folclore, mapeamento e difusão cultural

★ Lançamento de editais, pelo reitor da UFSC, referentes à instituição de um monumento em memória ao povoamento açoriano e ao troféu Açorianidade

★ Assinatura de protocolos de cooperação com novos municípios, instituições de ensino superior, fundações e outras entidades que desejem integrar o NEA

★ Discussão, com posterior orientação, de projetos que possam ser elaborados pelas instituições junto com o NEA voltados à ação interativa escola-comunidade para capacitar professores que atuam no ensino fundamental

★ Constituição do grupo de trabalho interessado na elaboração de uma obra, a ser publicada, referente a provérbios e adivinhações do litoral catarinense num comparativo aos Açores

LUIZ CARLOS PRATES
... se fosse verdade

notícia, leitor, diz exatamente o seguinte: "as mulheres paulistanas de classe média, entre 25 e 40 anos e que têm parceiros estão satisfeitas com sua vida sexual. Na sua realizada com 110 mulheres na região sulitana, 86% disseram que estão numa noite bem, leitor, que a notícia não fala em casadas, fala em mulheres que têm os fixos. Parceiro fixo será marido? Aquisa é de imediato, atrevo-me a dizer, falsa. Não que os pesquisadores, mas as entrevistadas mentiram. Claro, não, não, ao admitir, por exemplo, que a vida é um fracasso a pessoa está implicando que ela tem metade da culpa nesse caso. Por isso atrevo-me a dizer que as entrevistadas mentiram na pesquisa.

Se fossem tantas as mulheres felizes na vida com seus parceiros, eles também, seriam felizes. E o mundo acordaria todos os dias como disse o Chico Buarque na Valsinha. O mundo acordaria em paz, o mundo em paz. Ninguém sai dando cotoveladas uma noite bem dormida ou quem sabe, em acordada. Mentiram as mulheres da pesquisa deslavadamente.

É mais mentira ainda porque são mulheres da classe média, a classe mais sofrida, a que mais mente. Ora, imagine 86% das mulheres felizes na vida sexual de casadas, ora já se viu. A pesquisa, leitor, estava na Zero Hora da se-

Brasil e uma na mesma para não ser te e dizer a cama, enjoa

da. Mas podia ser até da semana que passou é o mesmo, seria o mesmo, se as almassem a verdade. Nem digo os que esses nasceram mentindo sobre o velho Freud deixou bem claro o jogou na cara a frase fatal: em sexo todos somos mentirosos.

Se viu tanta mulher feliz assim, ora, que é, leitor, é que o parceiro fixo, o muitos anos, ou de alguns meses, pra-se, o convívio mata desejos e o Brasil depois de uma semana na para não ser deselegante e dizer na enjoa. Perde todos os segredos. Só muitos truques mantém a chama tempo, por mais tempo, leitor, as afora. Vale o mesmo para as Tom Cruise. Ah, mas de onde tu irmãs tão acabadas, "seo" diversas de corredor, leitor, com os os tipos; das minhas experiências de família, em Porto Alegre, e vejo pelas esquinas.

Desencantos noturnos dos parceiros feios do dia-a-dia. Desconsidera sorte, amos mal resolvidos, as, aborrecimentos não esqueci-ofensas, desleixos existenciais, époe contra o entusiasmo de isas todas não são esquecidas na ". Dai a mentira é um passo. A es é o corpo feio do outro. Ah, ltima das razões. Por isso é que alhar, ir ao esteticista, fazer ar-se de pessoa da moda, nada a luz de dentro está apagada a pre acesa...

Este pedaço de chão é mané de verdade

"Olhó lhó, tás tolo?", "arrombaste ó, istepó", "mofas com a pomba na balaia". São expressões comuns dos nativos da capital catarinense, maneinhos da Ilha, que receberam influência lusitana desde o Século XVII, também presente nos hábitos alimentares e nas tradições culturais. Eles estão por toda a parte e assumem várias funções, mas sem dúvida o seu "habitat natural" é a praia. O maneinho não vive longe do mar, do pirão, do peixinho frito, das redes e dos bilros. Passa suas tradições de pai para filho.

Alguns maneinhos, que por motivos profissionais precisam deixar a Ilha, sempre acabam voltando mesmo que demore um ano, uma década ou mais. É o caso da dona Nilte Conceição, 68 anos, que nasceu no Morro do Céu e ganhou Jesus no sobrenome. Aos 18 anos precisou ir para São Paulo trabalhar como doméstica numa residência, onde permaneceu por 34 anos. Foi lá que se casou e teve seis filhos, três meninos, três meninas, e depois ainda adotou um bebê de 11 dias, Jussara Marciliano de Jesus, atualmente com 23. Hoje, Nilte tem 12 netos, e cria Wagner, de 3 anos. "Tive que voltar para Florianópolis porque o clima é mais indicado para tratar a minha saúde. Além disso, a saudade era imensa", diz.

Apesar dos quase 70 anos, dona Nilte é uma pessoa bem disposta e desde que voltou de São Paulo, há 17 anos, só não desfilou em escotas de samba, no Car-

naval, por três anos. "Já sai na Protegidos da Princesa, na Unidos da Colônia e por último na Consulado do Samba". Ontem pela manhã, enfrentava o calor de um dia ensolarado para apreciar a programação de aniversário da capital, acompanhada da filha Jussara, que levou seu bebê de apenas 24 dias, e do neto Wagner. "Adoro o Boi-de-Mamão e as coisas da terra", completa.

O interior da Ilha abriga pessoas especiais, tão simples e verdadeiras que não dão importância ao tempo. O melhor exemplo é Manoel Tumé. Ele acredita que está com 75 ou 76 anos. Tem carteiras de identidade e título de eleitor, mas não recorda sequer da data de seu nascimento, a do casamento e nem de quando seus filhos nasceram. "Pra mim, o ou-

tro tempo era melhor. O que se ganhava dava pra passar a vida. Hoje o que são R\$ 70,00? Não dá para nada", reclama.

Sobre a vida e suas perspectivas, ele afirma não esperar algo especial. Diz que acredita em Deus e não sabe se crê em bruxas. "Nunca vi, mas quando era pequeno dizem que havia muitas por aqui". Tumé declara que aprecia pescar e gosta muito de viver, apesar de sair pouco de casa. "Sai ontem para pescar, à noite, com rede. Peguei algumas tainhas na Lagoa. Fui ou mais Deus".

Desde pequeno aprendeu a plantar mandioca, feijão e milho, culturas que cultiva até agora. Num engenho antigo, produz aproximadamente 100 quilos de farinha de mandioca por temporada — maio a junho ou julho.

Dos quatro filhos, os dois homens aprenderam a lidar com o engenho, mas nenhum quer seguir o ofício de Tumé, que por sua vez, herdou do seu pai, sendo que este aprendeu com o avô, e assim por diante.

Também na Costa da Lagoa mora outro Manoel. Mais conhecido como Deca, Manoel Luiz Jackes, 57 anos, nasceu e criou-se na região. É comerciante desde a década de 50. Deca começou a pescar com 16 anos, e durante muitos anos, para poder ganhar uma "graninha" a mais, vivia entre os portos de Rio Grande (RS) e de Santos (SP). "Aqui tudo era mais difícil. Mas hoje mudou bastante. Antes não tinha ônibus nem posto de saúde. Vi mães carregando os filhos no colo, caminhando até o hospital. Uma loucura", relembra Deca.

Ele recorda também o tempo em que, aos 10 anos, plantava tomate, cebola, banana e laranja para vender no centro da cidade. Carregava a mercadoria em duas cestas dispostas em lados opostos no lombo de um cavalo, e ia a pé até o mercado. "Foi uma época boa, apesar de não ser muito fácil. Hoje espero que a economia se estabilize e que as pessoas tenham mais chance de viver melhor", sonha Deca. Sobre as lendas de bruxas e lobisomens, admite nunca ter visto, mas cresceu acreditando nelas. "Contam que, quando não existia luz elétrica, elas vinham à noite se embalar nos cipós das figueiras, para fazer folia", completa.



Dona Nilte Conceição Jesus, com filha e netos: orgulho de ser mané

Cidade encanta turistas

O verão 2000 foi um dos melhores dos últimos anos para Florianópolis. Verdadeiro paraíso de praias (existem 42 apenas na Ilha de Santa Catarina), a cidade recebeu milhões de turistas durante a temporada, especialmente argentinos, que usufruíram da hospitalidade e dos belos recantos florianópolis, favorecidos pela desvalorização cambial do real em relação ao dólar. Ao chegar à capital catarinense, o turista encontrou uma cidade em desenvolvimento. Nos balneários, a qualidade de vida foi reforçada pelos serviços de abastecimento de água feito pela Casan, de coleta de lixo, realizada pela Comicap, e por um sistema integrado de transportes coletivos que ofereceu conforto e confiabilidade.

Os balneários mais frequentados durante o verão foram: Canasvieiras, Ingleses, Joaquina, Jurerê Internacional, Praia Mole, Galheta, Barra da Lagoa e Campeche. Outra ação importante foi desenvolvida pelas polícias civil, militar

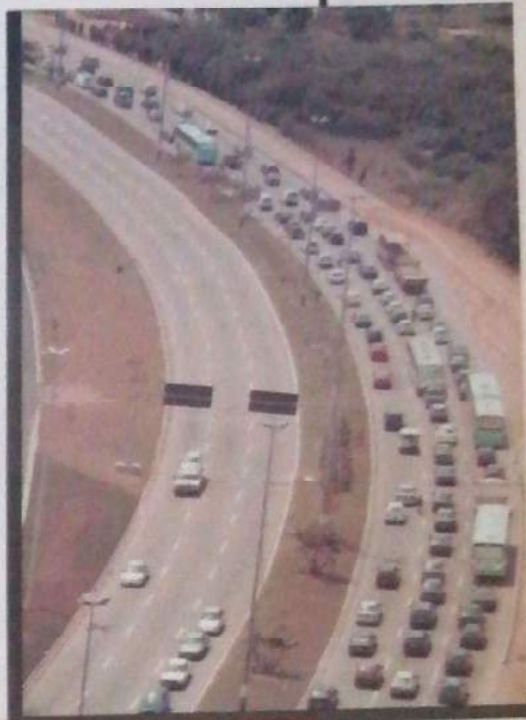
e rodoviária, na operação Rota Segura.

Apesar disso, nem tudo foi positivo. O trânsito durante o verão ficou caótico, especialmente no centro da cidade e no acesso à Lagoa da Conceição. Providências são sempre lembradas nessas ocasiões, como o alargamento do acesso à Costa Leste ou ainda o replanejamento do fluxo de tráfego urbano na região central de Florianópolis. A situação somente não foi pior devido à diversas melhorias em pontos cruciais de escoamento, como o acesso às praias na antiga rótula do CIC (atual complexo viário Vilson Pedro Kleimubing) e a SC-401.

GENTRO HISTÓRICO - Há alguns anos o Centro Histórico de Florianópolis apresentava uma grande densidade de poluição visual, devido a abusos na quantidade e tamanho de placas publicitárias dos estabelecimentos comerciais, que acabavam prejudicando a visualização da beleza do conjunto arquitetônico local. Numa ação conjunta de alguns setores da Prefeitura Municipal, foi desenvolvi-

do com sucesso o programa de despoluição visual no qual, através de um processo de orientação os comerciantes locais (especialmente situados na Rua Conselheiro Mafra) adotaram a medida padrão como determina o Código de Posturas.

Dessa maneira, o local passou a ser frequentado por muitos visitantes, que puderam apreciar os traços arquitetônicos do século passado. O Largo da Alfândega, que até há bem poucos anos era o lugar favorito de mendigos e desocupados, passou a fazer parte das principais atrações turísticas da cidade. A Praça 15 de Novembro é outra área de importância histórica que vem sendo alvo de preocupações preservacionistas. Atualmente ela se encontra em fase de remodelação, devendo ser aberta novamente ao público em maio próximo.



Na temporada, trânsito caótico faz parte da rotina dos turistas

5

A Capital do Surf
está fazendo 274 anos.
Parabéns, Floripa.

Uma homenagem da Telesc, que tem
uma ligação muito forte com a sua cidade.

Você sabe com quem está falando.

TELESC

Jamais a natureza reuniu tanta beleza

Florianópolis comemora 274 anos com shows na Beira-Mar Norte

Hoje, dia 23 de março de 2000, Florianópolis completa 274 anos de fundação. Com muita história para contar, a capital dos catarinenses oferece aos moradores e visitantes uma invejável qualidade de vida, reunindo belezas sem igual e oportunidades econômicas como poucas outras cidades no país.

Com uma beleza ímpar, a Ilha de Santa Catarina tem uma forma alongada no sentido norte/sul, numa área total de 438,90 quilômetros quadrados. Sua costa, composta por 172 quilômetros de extensão, e repleta de praias, costões, restingas, manguezais e dunas.

E é por esta diversidade de paisagens que Florianópolis é um desafio ao olhos e à compreensão dos visitantes. O peculiar perfil huma no da população, aliado a riquezas naturais, faz da Ilha da magia um lugar fascinante. Isto é possível, principalmente em razão de suas 42 praias, as quais tornaram a cidade internacionalmente conhecida.

Mas Florianópolis é muito mais do que praia, sol e mar. Alguns prédios retratam e vivem a história da cidade como nenhum outro lugar. A Catedral mostra a fé do povo florianopolitano, os museus homenageiam os mais importantes artistas locais, a ponte Hercílio Luz é seu cartão-postal e no mercado público o coração da cidade bate com mais força.

Outra característica que atrai muitas pessoas para



Qualidade de vida na capital de SC atrai gente de vários lugares

“Floripa”, como é conhecida pelos moradores da Ilha, é também a qualidade de vida da capital. A maioria dos que procuram a cidade são jovens ou aposentados à procura de um local calmo e razoavelmente bem provido em termos de serviços, completamente distante dos grandes e poluídos centros urbanos.

Mas a magia da capital de Santa Catarina já é conhecida de longa data. Ela sempre conseguiu, desde seu descobrimento, conquistar a todos os que aqui chegaram: primeiro foram os tupis-guaranis, e depois os açorianos. Estes últimos - cerca de seis mil vieram para Florianópolis entre 1748 e 1756 - formaram a primeira base social da Ilha.

Destá cultura açoriana, sobram a pitoresco folclore do litoral, bem como as festas e folguedos populares e a herança

mística sobrenatural, que permanecem vivos em diversos recantos da cidade, graças à obstinação dos antigos moradores de origem açoriana. São eles que mantêm acesa as centenárias tradições trazidas pelos primeiros imigrantes portugueses e tratam de transmitir aos mais jovens a preocupação em não deixar morrer essas práticas de caráter histórico-cultural.

Festa - Todos os anos, a população de Florianópolis comemora seu aniversário com uma alegria de criança. Desta forma, como não poderia ser diferente, a prefeitura da cidade organizou para esta data um show diferente. A capital vai ser palco para um aniversário sertanejo, com o cantor Leonardo, que finaliza as comemorações. O palco será a Beira-Mar Norte, com a festa iniciando às 18 horas e estendendo-se até as 23 horas.

Leonardo é o destaque

Para dar início ao espetáculo, vai subir ao palco um mega show reunindo cerca de 40 músicos da região metropolitana. “Quem Canta a Ilha que Encanta”, foi assim que foi batizado. Dirigido por Marcelo Muniz, o espetáculo pretende marcar um encontro histórico da cultura local. Em forma de rodízio participam do evento grupos e músicos que irão saudar Florianópolis com as mais variadas melodias que falam sobre a Ilha e Continente. Confirmaram presença Nosso Choro, Tijuqueira, Cibele, Jorge Coelho, Marjorie, Carvalhinho, Sueli Ramos, Débora Mahado, Valdir Agostinho, Soninha, Denise de Castro, Engenho, Rute Gleber, Giovanni e Cláudia Barbosa.

E além de todos esses cantores, o sertanejo Leonardo aterrissa na cidade para presentear os moradores da Ilha. “Tempo”, que tem direção do ator Miguel Falabella é o show que vai se apresentar na capital. Feito com alegria, o show inclui músicas como Um Sonhador, Cerveja, Temporal de Amor, Entre Tapas e Beijos, e muitos outros. O cantor também faz homenagem à Jovem Guarda e ao cantor Luiz Gonzaga, através de pout-porris. A direção musical fica por conta de Ney Marques, Elias Almeida e José Antonio. Nos vocais, o show conta ainda com Adriana Farias, Valma Ruggeri e Willian Moreira.

CIDADES Florianópolis faz aniversário hoje como a Capital que consegue ser o que cada morador espera

Com 279 anos e ainda sedutora

FABIAN J. MORAES

A Capital de Santa Catarina, que hoje completa 279 anos de emancipação política, está cada vez mais sedutora.

Que o digam os turistas – que todos os anos aportam por aqui aos milhares, atraídos sobretudo pelas belezas naturais – e os moradores, que não se cansam de admirar a paisagem de lugares já conhecidos.

A cidade, que carrega no nome uma homenagem ao Marechal Floriano Peixoto, recebe todos os dias uma média de 16 novas famílias em busca de um lugar com maior qualidade de vida – um movimento populacional que remete ao século 18, com a chegada dos imigrantes açorianos a lugares como Ribeirão da Ilha e Santo Antônio de Lisboa.

Dessa forma, de Portugal veio o comerciante José Antônio Raposo, 69 anos. Do Líbano desembarcou Nader Abdul, 26 anos, estudante. De São Paulo veio o músico Ivan Wolkoff, 47 anos. Todos escolheram Florianópolis para viver.

O sentimento dos três “estrangeiros” é compartilhado por quem nasceu na Capital. É o caso do grupo formado por Osmar Generoso Nunes, 69 anos, Agenor João Peres, 73, Devaldo Manoel Vieira, 69, e Francisca Alves Vieira, 68 anos. Eles poderiam representar a população nativa de Florianópolis, com a hospitalidade e a educação típicas do povo, mas sem esquecer da defesa das belezas naturais.

– Todos que aqui chegam são bem recebidos. Amamos essa cidade e queremos preservá-la com o que ela tem de bom – disse Devaldo Vieira.

Ponte Hercílio Luz será restaurada

Com uma área de 436,5 quilômetros quadrados, incluindo a parte continental e a Ilha, e 369.102 habitantes, segundo o IBGE, a cidade tem sua economia concentrada no comércio, na prestação de serviços públicos e no turismo.

A programação de aniversário de Florianópolis começou no sábado, dia 12, com a Procissão do Senhor dos Passos, e se estende até o dia 3 de abril, com a realização da 2ª Agroflorianópolis.

Ontem, na Câmara Municipal de Vereadores, o secretário de Infra-estrutura, Edson Bez de Oliveira, disse que será dada a autorização para que o Deinfra lance o edital de licitação para as obras de revitalização e restauração da Ponte Hercílio Luz, um dos cartões-postais da cidade. De acordo com o secretário, as obras podem iniciar no próximo semestre.

Os apaixonados

Aproveitando o aniversário de 279 de Florianópolis, moradores declararam, a pedido do DC, seu amor pela cidade. São relatos de gente que cresceu junto com a Capital, de pessoas de outros estados brasileiros e até do exterior, que vieram e se apaixonaram pelo lugar. Confira os depoimentos:



Lembranças do Centro e do Mercado

– Parabéns às coisas boas da cidade.

É esta a mensagem do pescador Agenor João Peres, 73 anos. Um exercício de imaginação permitiria que o recado de Seu Nonô – como é conhecido na vizinhança e entre os colegas de profissão – pudesse ser ouvido em seu local de nascimento, a Ilha de Santa Catarina, e nos lugares onde passou parte da infância e juventude, como o Mercado Público e o Centro.



– Florianópolis pertence à minha infância, à minha juventude e à minha vida. Agora, com o prefeito Dário Berger, vamos fazer uma grande parceria para realizar obras importantes que atendam às necessidades de melhoria e condições de vida desta Capital.

Luiz Henrique da Silveira
governador do Estado
de Santa Catarina



Ilha da felicidade

– Encontrei a minha felicidade aqui nesta cidade.

A frase, dita por Nader Abdul, 26 anos. O estudante libanês que veio morar em Florianópolis aos 18 anos, ainda se diz sob o impacto da mudança cultural.

– Eu mudei muito. Antes, era um malandro, não levava nada a sério. A cidade me ensinou a tomar jeito – explica Nader, que trabalha cerca de 14 horas diárias e estuda à noite.

Apelo aos políticos da cidade

– Quero mandar um abraço para a cidade – disse Devaldo Manoel Vieira, 69 anos, acompanhado da esposa, Francisca.

Ele gostaria que o recado servisse como um alerta aos políticos da Capital:

– Conservem nossas belezas naturais. Isso é o que temos de melhor – afirma.

Pescador aposentado, Devaldo lembra da fartura de peixes e camarão nos tempos em que estava na ativa.

– Ainda tem pesca para quem tem vontade de trabalhar. Não troco essa cidade de jeito nenhum – acrescenta.

Francisca é fã da Praia dos Ingleses e da Lagoa da Conceição.

– As pessoas daqui são boas na essência – afirma ela.

O que funciona hoje

Beiramar Shopping: Lojas fechadas. Funcionam cinemas, farmácias e o Supermercado Imperatriz 24h

Rede bancária: Bancos fechados

Comércio de rua: Lojas fechadas

Lojas Angeloni: Funcionamento normal, exceto à rua Esteves Júnior (das 8h às 18h)

Postos de saúde e escolas municipais: Abrem somente segunda-feira, dia 28

Zonas Azul e Branca: Serviços suspensos de hoje até

domingo, dia 27, retomando ao normal na segunda-feira, dia 28. Durante este período não haverá cobrança de estacionamento

Transporte Coletivo: Hoje, os ônibus circularão com a tabela de horários de sábado

Mercado Público: Funcionamento das 7h às 13h, no setor de alimentação

Coleta de Lixo: Não haverá coleta municipal

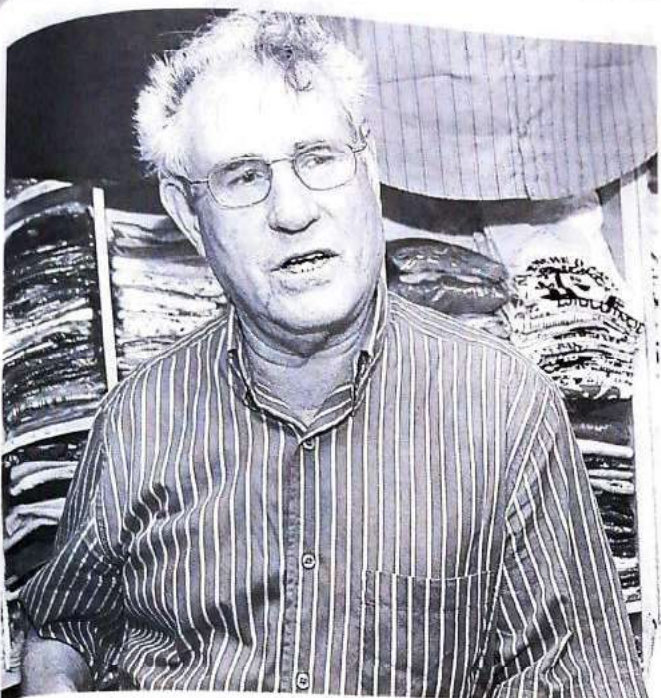
Direto do Campo: Fechado



– Em primeiro lugar, gostaria de dizer que tenho um profundo orgulho de fazer parte desta história. Entendo que o futuro da cidade depende das ações de nossos governantes, faremos no exercício de nossos mandatos. A cidade precisa de muitos projetos, mas precisa, antes de tudo, de um desenvolvimento sustentável para poder aliar o crescimento com qualidade de vida para toda a população.

Dário Berger, prefeito de
Florianópolis

Os apaixonados



Um bom lugar para viver

- Florianópolis é o melhor lugar para se viver - disse José Antônio Raposo. O comerciante de 69 anos nascido em Portugal mora há 40 anos no bairro Estreito, localizado na parte Continental da cidade. Mesmo apaixonado pela Capital de Santa Catarina, José se preocupa com a segurança no Centro e nos bairros. - Uma cidade tão bonita merece atenção dobrada quanto à segurança - reivindicou.



FOTOS TK HELENA/DC/FLORIANÓPOLIS

Privilegiado por morar na Capital

- Se eu pudesse, abraçaria e beijaria a cidade inteira - disse Osmar Generoso Nunes. Ele conta que sua paixão por Florianópolis vem do tempo em que era possível contar as casas na Lagoa da Conceição, onde mora desde que nasceu, há 69 anos. - Quando eu tinha 10 anos de idade, havia só umas 50 casas por aqui. O lugar era ainda mais bonito - afirmou. Mesmo com um currículo de viagens que inclui lugares como a África do Sul, Estados Unidos e países da Europa, Osmar se considera privilegiado por poder morar na Capital de Santa Catarina: - Não trocaria essa cidade por nenhuma outra.



Preservação da beleza

O músico Ivan Wolkoff, 47 anos, veio de São Paulo passar férias em Florianópolis e se apaixonou pelas riquezas naturais da cidade. Sete anos depois, ele ainda procura uma explicação em palavras para tanto encantamento: - Aqui na cidade tem tudo. Esse lugar é maravilhoso. Mesmo apaixonado, ele não esquece de apontar alguns problemas da Capital, principalmente no que se refere ao trato com o meio ambiente e com os animais. - Eu tento lutar pela preservação do que é belo. Acho que todos os moradores têm essa obrigação - conclui.



Deixe sua mensagem de amor a Florianópolis em www.dc.clicRBS.com.br

A cidade em números

População urbana	358.180
População rural	10.922
População total	369.102

(estimativa IBGE de 2003)

Turismo

A cidade recebeu no verão de 2003/2004 581.442 turistas
492.114 turistas nacionais
89.328 turistas estrangeiros
O turismo foi responsável por uma receita de aproximadamente US\$ 113 milhões
US\$ 24 milhões do turismo estrangeiro

US\$ 89 milhões do turismo nacional

O município tem uma área de 436,5 quilômetros quadrados (dados do último levantamento do IBGE - População Área Territorial 96)

A cidade é dividida por duas porções de terra, uma refere-se à Ilha de Santa Catarina, a outra fica na parte continental

A cidade tem 73 praças, 15 parques públicos e seis largos, com uma área total em torno de 567.872 metros quadrados distribuídos entre Ilha e Continente

Programação de aniversário

■ Passeio Ciclístico - 279 anos de Florianópolis

Onde: concentração no entorno da Escola de Aprendizizes Marinheiros (Estreito). Saída da Escola de Aprendizizes Marinheiro, e chegada no Parque de Coqueiros
Horário: concentração às 8h30min e largada às 9h
Atividades: educação ambiental e distribuição de mudas a partir das 9h, apresentação de grupos folclóricos e do Coral Infantil do Clube 6 de Janeiro. Agentes de saúde prestarão atendimento geral à população, com realização de

testes e exames gratuitos e distribuição de material informativo. A Coordenadoria do Bem-Estar animal fará a divulgação da campanha de esterilização de animais.

■ Parabéns e distribuição do bolo comemorativo

Onde: Parque de Coqueiros
Horário: 11h

■ Sessão Solene na Câmara Municipal de Florianópolis

Local: Plenário do Tribunal de Justiça
Horário: 20h

SUA VIDA

(48) 3216-3551
Editora: Júlia Pitthan
julia.pitthan@diario.com.br

(48) 3216-3550
Editor: Cristian Weiss
cristian.weiss@diario.com.br



Parque de Coqueiros



Projeto Tamar



Mercado São Jorge

HOMENAGEM | 289 ANOS

CONHEÇA O QUE FLORIANÓPOLIS TEM DE MELHOR

COMUNICADORES DO GRUPO RBS indicam recantos memoráveis e atrações imperdíveis para quem quer conhecer ainda mais a cidade que completa hoje mais um ano

Com a leveza da juventude e os encantos da maturidade, a Capital ainda revela segredos ao completar 289 anos hoje. Os recantos são descobertos e redescobertos a todo instante por turistas, novos moradores e até pelos nativos. Desta vez, o Grupo RBS decide redescobri-los com um time de peso: jornalistas e leitores. Para comemorar mais um aniversário, estreia hoje uma plataforma online que reúne dicas imperdíveis de Florianópolis, recomendadas por comunica-

dores das TVs, das rádios e dos jornais. O objetivo é curtir o que Floripa tem de melhor a oferecer não só no aniversário, mas nos 365 dias do ano. Ao lado, você vai conhecer um pouquinho do que está registrado no site www.gruporbs.com.br/vivafloripa. Tem para todos os gostos. Mas a melhor lista está esperando para ser compartilhada: a sua. Revele o que encanta você em Florianópolis no facebook.com.br/GrupoRBS e seja também o curador dos melhores momentos dos 289 anos da Capital.

PARA A FAMÍLIA



SUYANNE QUEVEDO
Apresentadora do
Globo Esporte SC

PARQUE DE COQUEIROS
Avenida Engenheiro Max de Souza,
Coqueiros



Tem quadras de esportes, parquinho, lago com peixes e um vasto gramado para jogar bola, soltar pipa ou passear com o cachorro. Uma cesta de piquenique e uma toalha fazem o programa perfeito.



MARCOS CASTIEL
Editor de Esportes
do Diário Catarinense

PROJETO TAMAR
Rua Professor Ademir Francisco, 140,
Barra da Lagoa



Além de visitar as tartarugas que estão em cativeiro, se recuperando para voltar ao ambiente natural, os guias dão aula de preservação ambiental. Não há criança ou adulto que não se encante. Aberto o ano todo, é fácil de estacionar e, depois, dá para pegar uma praia ou comer um peixinho nos restaurantes próximos.



Circo da Dona Bilica



Camerata Florianópolis



Tens Tempo Café



Emporium Bocaiúva



Donna Jurerê Internacional

COMER E BEBER



ROBERTO ALVES
Colunista do DC e comentarista da CBN Diário e RBS TV

RIOSULENSE

Rua Evaldo Schaeffer, s/nº, Jardim Atlântico

“ Não só pela tradição desde o galpão da Rua Fúlvio Aducci – onde podia se encontrar os craques de Avaí e Figueirense como Albeneir e Adilson Heleno –, mas também pela qualidade da paleta de ovelha, o prato principal. Reencontrar o carismático garçom Sagui e sua turma é lei.



MAÍRA FERRAZ
Editora do Destemperados

MERCADO SÃO JORGE

Rua Brejaúna, 43, Itacorubi

“ No mesmo local, você encontra um restaurante cheio de personalidade, chamado Lita, o melhor café da Ilha, o Uma Origem Café, e ainda aproveita para fazer comprinhas sustentáveis e orgânicas. Apesar de recente na cidade, já acho o Mercado um símbolo do modo de viver bem na Ilha de SC.

NOITE



CACAU MENEZES
Colunista do DC e comentarista da RBS TV

EMPORIUM BOCAIÚVA

Rua Bocaiúva, 1901, Centro

“ Florianópolis não é cidade com grandes casas noturnas. O que temos representa o gosto simples de um povo humilde, que não pode pedir mais do que já tem em belezas naturais e humanas. Um dos lugares que indico é o Emporium Bocaiúva na quinta à noite – gente bem resolvida, de todas as idades e de ambos os sexos, bom papo e música ao vivo de qualidade.



THON SORIEDEM
DJ da Itapema FM

DONNA JURERÊ INTERNACIONAL

Avenida dos Pampas, Jurerê Internacional

“ O local é incomparável. A união perfeita entre alta gastronomia, música e festa, num ambiente moderno e sofisticado. Além da noite, é uma ótima pedida para qualquer hora do dia.

CULTURA



EDSOUL AMARAL
Colunista do Hora SC e repórter da RBS TV

CIRCO DA DONA BILICA

Rua Manoel Pedro Vieira, 601, Morro das Pedras

“ Inaugurado há pouco mais de um ano, o Circo da Bilica se tornou um dos principais locais para shows e espetáculos de clown. Os espetáculos acontecem geralmente às sextas e aos sábados e a garantia de gargalhadas é certa. O circo está bem localizado no Bairro Morro das Pedras, que fica no Sul da Ilha.



RENATO IGOR
Comentarista da CBN Diário e RBS TV

CAMERATA FLORIANÓPOLIS

Rua Joe Collaço, 708, Santa Mônica

“ Neste mês, estive na primeira apresentação do ano da Camerata e eles estão cada vez melhores. É bonito ver a alegria e a paixão dos músicos envolvidos. E o repertório escolhido pelo maestro Jeferson Della Rocca sempre vale a pena.

TURISTANDO



CAMILLE REIS
Jornalista da RBS TV

TENS TEMPO CAFÉ

Rodovia Baldicero Filomeno, 7617, Ribeirão da Ilha

“ O lugar é pequenininho e com autênticos doces portugueses. Fica em meio às construções tipicamente açorianas que dão charme ao Ribeirão da Ilha. Impossível sair de lá sem provar delícias como pastel de belém, travessieiro da periquita e trouxinha de banana. Há quem atravesse a ilha só pra comprar o pão de amêndoas.



LAURA COUTINHO
Editora da Revista Donna

HOSTEL BACKPACKERS SUNSET

Rodovia Jornalista Manoel de Menezes, 631, Praia Mole

“ Curtir o pôr do sol no cosmopolita bar do Backpackers Sunset. Aberto ao público, é descontraído e tem vista panorâmica da Lagoa. Você pode treinar outras línguas com o staff, composto de estrangeiros.



Hostel Backpackers Sunset

PROGRAMAÇÃO

Destques para aproveitar o dia do aniversário:

- Regata Cidade de Florianópolis - Vela: Lagoa da Conceição, hoje, das 8h às 15h
- Festa no Parque de Coqueiros, das 9h às 16h. O corte do bolo é às 11h
- Parabéns para a cidade, com Rancho de Amor à Ilha e show: Parque Ecológico Córrego Grande, às 15h

NO AR!

Veja todas as dicas e participe pelo site www.gruporbs.com.br/vivafioripa

COMO E QUANDO MUDOU A **RELAÇÃO** DOS CATARINENSES COM AS PRAIAS

Se hoje o banho de mar parece um costume óbvio para quem mora ou visita em Florianópolis, há 100 anos a prática era uma novidade quase transgressiva

MARINA MARTINI LOPES

marina.lopes@somosnsc.com.br

Tente pesquisar a palavra “Florianópolis” no Google Imagens: praticamente todas as fotos que aparecem como resultado são dominadas por tons de azul e verde, sempre com o mar em destaque. Não é à toa, claro: considerada “a capital turística do Mercosul”, Floripa atrai visitantes principalmente por causa das 42 praias, de todos os tamanhos, estilos e temperaturas da água. Algumas agradam aos surfistas, outras são perfeitas para famílias com crianças, outras atraem os aventureiros e fãs de trilhas...

Mas a verdade é que, pela maior parte dos 347 anos de história da cidade, os florianopolitanos não viam o mar como local ou fonte de lazer – e o banho de mar, hoje uma prática quase óbvia para quem vive pertinho da praia, não era um hábito apenas ignorado: dependendo do caso, era até mesmo proibido.

– O mar era local de trabalho, no caso dos pescadores, e também meio de transporte: ninguém chegava à ilha por terra, chegava-se pelo mar – lembra o historiador Sérgio Luiz Ferreira, que há anos pesquisa o assunto, e, nos anos 1990, fez dele tema central de sua dissertação de mestrado, no livro “O banho de mar na Ilha de Santa Catarina: O lazer na orla marítima de Florianópolis”.

Outro motivo que levava as pessoas às praias era ainda menos glamouroso: jogar no mar as fezes e a urina acumuladas em penicos ao longo da noite. É fácil deduzir que a ideia de mergulhar voluntariamente nas mesmas águas onde se despejava os dejetos era simplesmente impensável.

– Essa coisa de associar o mar ao lazer é muito recente – diz Ferreira.

O historiador relata que, na Europa, o banho de mar começou a se tornar hábito

em meados do século 18, principalmente como tratamento medicinal. No Brasil, em grandes cidades como o Rio de Janeiro, a prática passou a se espalhar no final do século XIX, mas só chegou à Ilha de Santa Catarina no final dos anos 1920 e começo dos anos 1930 – de início, a passos tímidos.

A base da pesquisa de Sérgio foram jornais da época, e, de acordo com as matérias publicadas, o estudioso percebeu que, antes de começar a naturalizar o banho de mar, a mídia fez um esforço proposital no sentido de popularizar o banho – sim, o banho diário, em casa, para lavar o corpo.

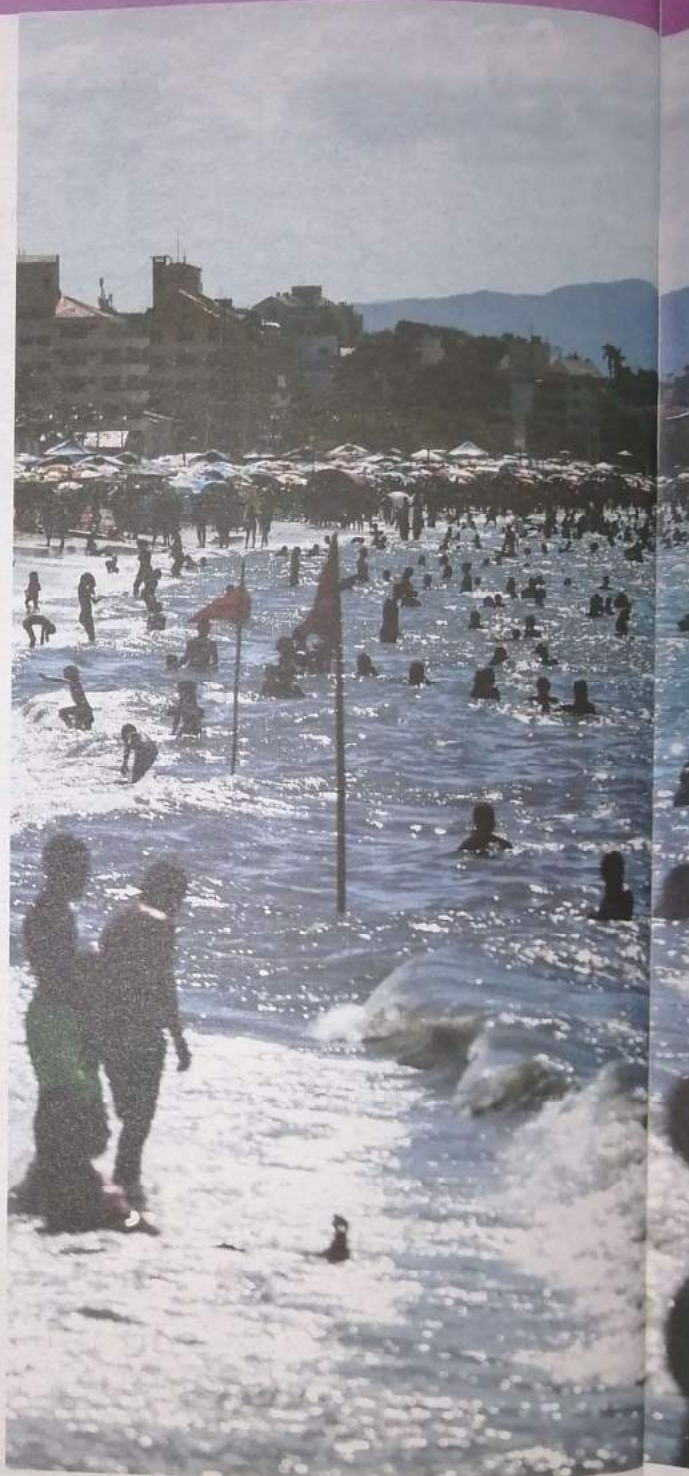
– A maioria das pessoas lavava só os pés diariamente. O banho de corpo inteiro era feito no máximo uma vez por semana. As casas não tinham banheiro. As residências ricas até tinham “quartos de banho”, que eram locais onde havia uma grande bacia, mas que não era usada todos os dias – destaca o historiador.

AS PRAIS PIONEIRAS NA ILHA

As praias pioneiras em Florianópolis a serem usadas como locais para banho e mergulho foram a Praia do Müller, entre a altura da Rua Arno Hoeschl e a Praça Esteves Júnior, e a Praia de Fora, dali até onde hoje se localiza o Beiramar Shopping; ambas eram frequentadas principalmente por moradores das ruas Bocaiúva e Almirante Lamego, cujas casas tinham os fundos voltados para o mar, e acessadas pela Rua Esteves Júnior (então Rua do Passeio, batizada depois de Formosa e Senador Mafra), primeira ligação entre o Centro e a baía Norte.

As duas praias foram aterradas, nos anos 1960 e 1980, e deram lugar ao espaço onde hoje fica a Avenida Beira-Mar Norte. A construção e inauguração da Ponte Hercílio Luz, em 1926, fez com que as pessoas passassem a construir na região de Coqueiros.

– Em Coqueiros ainda é possível ver



muitas casas antigas de veraneio, que hoje foram transformadas em comércio. Nos anos 1960, dizia-se que a região era ‘a Copacabana catarinense’ – conta Ferreira.

Um grande passo na direção da popularização do “veraneio” foi a inauguração do Hotel Balneário de Canasvieiras, exatamente no ano de 1930. O chamado veraneio também era muito mais curto.

– As pessoas veraneavam só entre o Dia de Reis e o Carnaval – diz Ferreira.

1 Praia de Canasvieiras, no Norte da Ilha, durante a temporada de verão deste ano

2 Trecho do jornal O Argos da Província de SC relata o dia em que Esteves Júnior foi detido por entrar no mar



Eram tão poucas pessoas que faziam isso que os jornais noticiavam quem estava veraneando. É interessante que quem usava o mar como lazer era justamente quem não usava como trabalho: os pescadores nem sabiam nadar

SÉRGIO LUIZ FERREIRA,
historiador

Viva a nossa Polícia!

Para o Senhor Dr. chefe de Polícia vdr. ()*

No dia 11 do corrente em alto dia foram lavar-se na praia de fora, quatro pessoas, entre estas o filho do Administrador da Fazenda Provincial, Antonio J. Esteves Junior, o sendo admoestado pelo inspector do Quartelão respectivo fazendo-lhes ver que o Art. 86 do Código de Posturas Municipaes lhes prohibia semelhante abuso; foi o Inspector atrozmente desrespeitado pelo Sr. Esteves Junior, dizendo este Cavalheiro que se o inspector fosse capaz que o botasse dali para fora, e com palavras obscenas o chamou para a praia, dizendo diante de testemunhas que fosse ou que viesse pegar na vara de Inspector e... chamando-lhe nomes que a decencia manda callar. No mesmo dia o Inspector representou o occorrido ao Sr. Subdelegado, nomeando as testemunhas que presenciaram o crime, e consta que o Sr. Subdelegado ordenou que o Inspector retirasse a parte, e assim ficou impune o crime, e o Sr. Esteves Junior habilitado a destratar outra vez, não só aquelle Inspector como qualquer outro, e a offender-lhe a tal vara!..

Ficou a nossa Municipalidade sem a multa ao passo q' por qualquer descuido applicou ao pobre cidadão o anno do Nascimento, e o põe a ver jurar testemunhas.

Ainda haverá quem queira ser Inspector de Quartelão? Viva o Patronato! Viva o Sr. Esteves Junior, que não deixou emcaixar-lhe o Artigo 87 do nosso Código Municipal. Um Vigia. 2

Improvizando uma praia de banhos

Visitou nos hoje o sr. Aarão Bonifacio, residente á rua Almirante Lamago n. 30, que nos participou haver organizado, á disposição de quem queira, nos dias quentes do presente verão, tomar banho de mar na bella Praia do Müller, uma secção de quartinhos, apropriados para a mudança de roupas. 3

3 Jornal O Estado registra que o senhor Aarão Bonifácio alugava quartinhos para as pessoas trocarem de roupa na antiga Praia do Müller, região que hoje fica próxima à Ponte

Sérgio Luiz

Uso do biquíni começou na década de 1960

Ir do Centro a Canasvieiras era uma verdadeira aventura: a SC-401 só foi inaugurada no início dos anos 1970. Até então, a estrada que levava ao Norte da Ilha passava pelos bairros João Paulo, Saco Grande, Santo Antônio de Lisboa... E era uma estrada de areia.

– Frequentemente os veículos atolavam. Era uma viagem de um dia inteiro – destaca o historiador Sérgio Luiz Ferreira.

Assim, por algum tempo, o Hotel Balneário permaneceu como a única grande construção no bairro – só mais tarde os florianopolitanos, ou mesmo moradores de outras cidades de Santa Catarina, passaram a construir casas de praia na região.

– O veraneio no Sul da Ilha demorou mais a se desenvolver justamente porque levou mais tempo antes de abrirem estradas naquela área – relata Ferreira.

BANHOS DE MAR À FANTASIA

Ainda seria um longo caminho até a época dos banhos à fantasia – uma prática relacionada ao mar que também é testemunha de uma época passada, já que se perdeu com o passar dos anos. No século passado, durante o Carnaval, diversos clubes florianopolitanos (o Coqueiros Praia Clube, o Avante) promoviam festas à fantasia que terminavam em banho de mar, combinando duas formas de celebração. O historiador tem um testemunho pessoal dessa era:

Senador foi detido por tomar banho de mar

O pensamento da época provocou até um curioso incidente envolvendo um nome famoso da história de Florianópolis: Esteves Júnior, senador do Brasil durante a República Velha. Uma notícia do jornal “O Argos da Província de Santa Catarina” publicada em 1857, muito antes da prática do veraneio começar a se normalizar, dizia o seguinte: “No dia 11 do corrente, em alto dia, foram lavar-se na Praia de Fora quatro pessoas, entre estas o filho do administrador da Fazenda Provincial, Antônio Esteves Júnior, que foi admoestado pelo inspector do quartelão respectivo, fazendo-lhe ver que o artigo 86 do Código de Posturas Municipais proíbe semelhante abuso”.

O tal artigo 86 deixava claro que multa-se fosse “cidadão livre” e encarcerava “se fosse escravo”, “quem nu se mostrasse nas praias e nas fontes, em uso escandaloso que fica proibido”. Na data do incidente, Esteves

– Cresci participando dos banhos de mar à fantasia em Sambaqui – recorda.

De início, porém, sequer tomava-se banho de mar com o sol alto. Quem adotava a prática costumava entrar na água somente de manhã muito cedo, às vezes mesmo de madrugada, ou à noite. O sol era considerado prejudicial. O hábito de ir à praia para se bronzear só surgiu nos anos 1960. Mas tomar banho de mar no escuro também tem a ver com outra questão crucial: como as pessoas lidavam com permitir que os outros vissem os corpos com menos roupas do que era considerado “decente”.

– Jornais relatam que, na Praia de Fora, vivia um senhor chamado Aarão Bonifácio, que alugava quartinhos para as pessoas trocarem de roupa. O gesto de tirar uma camada de roupas na frente de outras pessoas, mesmo usando outra muda por baixo, era considerado indecente. Temos que pensar que até mesmo um homem que saísse na rua “em mangas de camisa”, ou seja, sem paletó, era considerado escandaloso – conta Ferreira.

Marisa Ramos foi a primeira pessoa a usar um biquíni de duas peças em Florianópolis, já nos anos 1960, e se tornou um nome conhecido na cidade por isso.

– Foi de fato uma revolução. Esse era justamente um dos motivos pelos quais o hábito de tomar banho de mar não era visto como coisa de “gente de bem” – diz historiador.

Júnior tinha 25 anos e estava em Florianópolis para passar as férias, já que estudava no Rio de Janeiro, onde o costume de tomar banho de mar já existia.

É quase irônico que o nome de Esteves Júnior hoje batize justamente a rua usada pelos primeiros banhistas de Floripa para alcançar as Praias do Müller e de Fora: no final da rua, havia até um trapiche, usado pelos moradores para mergulhar. Na época do delito do então futuro político, o espaço havia sido “liberado” há pouco tempo: até meados dos anos 1840, havia ali uma fortaleza, o Forte de São Francisco Xavier da Praia de Fora.

Depois da demolição do forte, foi construída no local a praça Jardim Lauro Müller, onde hoje estão localizados dois canhões desenterrados das ruínas do forte. A praça também mudou de nome: atualmente, chama-se, quem diria, praça Esteves Júnior.